



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

JOÃO PAULO BARBOSA

**O PÓS-ABOLIÇÃO NO RIO DE JANEIRO:
REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NA
IMPrensa (1888-1910)**

O PÓS-ABOLIÇÃO NO RIO DE JANEIRO:
REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NA IMPRENSA (1888-1910)

por

JOÃO PAULO BARBOSA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, sob a orientação da Professora Dra. Keila Grinberg.

Rio de Janeiro, 2016

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Banca Examinadora para a Defesa de Dissertação do trabalho intitulado: *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888 – 1910)*, de autoria de **João Paulo Barbosa Pereira**, sob a presidência da Prof.^a Dr.^a Keila Grinberg. A Banca, após arguição, resolveu pela aprovação do candidato, com o seguinte parecer:

A banca elogia a escolha do tema, a riqueza das fontes e a relevância da análise. Destaca o avanço realizado após o exame de qualificação. Por fim, a banca considera que o trabalho abre perspectivas importantes para desenvolvimento em futuro doutorado.

Em 17 de fevereiro de 2016.

Presidente: *Keila Grinberg*
Prof.^a Dr.^a Keila Grinberg – UNIRIO

Avaliadores:

Cláudia Regina Andrade dos Santos
Prof.^a Dr.^a Cláudia Regina Andrade dos Santos – UNIRIO

Mônica Grin
Prof.^a Dr.^a Mônica Grin - UFRJ

Barbosa, João Paulo.

O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910) / João Paulo Barbosa, 2016. Orientadora: Keila Grinberg.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

1. Negro. 2. Pós-Abolição. 3. Imprensa. 4. Representações. 5. Rio de Janeiro.
I. Grinberg, Keila. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Autorizo a cópia da minha dissertação *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)*, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura

Data

*Em memória
de todos os personagens negros desta pesquisa!*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a minha orientadora Keila Grinberg por todo o suporte na elaboração deste trabalho. Às professoras Cláudia Santos e Monica Grin, que nas bancas de qualificação e defesa me orientaram também sobre questões importantes a serem aperfeiçoadas aqui.

Um agradecimento especial a Deus e a minha família, mainha (Ivete Gomes), painho (Paulo da Silva), meus irmãos (Izaias Gomes, Ana Paula Barbosa e Rafael Gomes), por serem a minha maior força durante toda a vida e também nesta fase do mestrado.

A tantos amigos, familiares e mestres que estiveram comigo na minha formação acadêmica desde a infância, me inspirando ou me estimulando a buscar sempre mais conhecimento:

A pessoas muito amadas que apostaram todas as fichas em mim. Eunício Rosa e Ilda Rocha, tia Maria de Fátima e tio João Carlos, Jocelina e Paulo. A vocês, jamais teria como agradecer a enorme influência positiva que tiveram sobre a minha vida, em todos os sentidos.

À saudosa Sandra Korman, com quem trilhei os melhores primeiros passos no caminho da pesquisa. À professora Carmem Pettit, que me viu com os olhos mais generosos do mundo. Foi um grande presente da vida trabalhar na fábrica de sonhos TV PUC-Rio.

Não conseguiria deixar de destacar professores especiais que passaram pela minha formação, determinando boa dose da inspiração que tenho para seguir em frente, dentre os quais: Claudete Daflon, Cláudia Pereira, Evandro Mesquita, Flávio Gomes, Leonel Aguiar, Miguel Pereira, Patrícia Maurício, Ronaldo Lemos, Sandra Korman, Tânia Peterson, Augusto Sampaio, Carlos Alves.

A amigos peculiares que estiveram ou estão comigo em momentos tão diversos da minha vida, tornando-a realmente mais leve: Daniella Rocha, Guilherme Simão, Helder Oliveira, Hsu Chien, Jorge Paulo de Araújo, Luzia Silva, Patrícia Figueiredo, Robertinho, Quezia Oliveira.

Aos meus colegas do mestrado, do doutorado e da faculdade, que me inspiraram muito. Grato pela troca e pela amizade.

À Aline Soares, minha querida amiga que me situou no campo de pesquisa específico deste trabalho. À linda Andreia Sampaio, minha amiga mais querida. À Alaíze Santos, a historiadora mais interessante do Brasil.

A minha amiga querida Helena Trindade, que é bastante generosa comigo e sempre me apoiou de forma incondicional, inclusive financeiramente. Tem gestos de altruísmo que só conseguimos agradecer com o eterno carinho e agradecimento.

À Carol Callegari, amiga adorada que leu textos e sugeriu ideias. À maravilhosa Diandra Renesto, com quem troco experiências diariamente em nosso trabalho inusitado.

Agradeço aos meus amigos incomuns, que não esperava conhecer, mas que, do nada, recebi um presente de Deus ao encontrar vocês nessa fase tão especial do mestrado: Chiara Grandi, Daniel Eleone, Lucille Carstens, Rhennan Lázaro de Paulo e Rick Bauler. Amo vocês!

BARBOSA, João Paulo. *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

RESUMO

Lendo os jornais do Rio de Janeiro, como era o dia a dia e quais as representações da população negra nas primeiras décadas depois do 13 de maio de 1888, quando foi abolida de vez a escravidão no Brasil? Os desafios enfrentados pela sociedade naquele período deixou consequências que persistem atualmente. E a imprensa é um dos lugares em que as disparidades se tornam evidentes, no passado e até hoje, podendo, inclusive, influir na permanência de sub-representações. Usando a análise do conteúdo e a análise do discurso, investigamos 377 páginas dos periódicos *O Paiz* (1884-1910), *Jornal do Brasil* (1891-1910) e *Correio da Manhã* (1901-1910). Nessa pesquisa exploratória, logo de imediato, os personagens “pretos” e “pardos” apareceram principalmente em crônicas policiais. Se a imagem inicial pode ser de indivíduos criminosos, isso não se confirma posteriormente! São maiores os registros em que o negro é vítima de crimes, além de acidentes, fatalidades, males sociais e diferentes casos fortuitos em que são demandadas investigações e ações da polícia. Para além disso, as matérias revelam parte do cotidiano dos personagens, fragmentos de histórias de vida, dinâmicas sociais no espaço público, a desigualdade social e racial, indícios de linchamentos raciais, embates vividos e estratégias pensadas pela população negra, formas de inserção no mundo do trabalho livre, as representações *mainstream*, dentre outros aspectos do cenário complexo do pós-abolição no Rio de Janeiro e, inclusive, no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: 1. Negro. 2. Pós-Abolição. 3. Imprensa. 4. Representações. 5. Rio de Janeiro.

BARBOSA, João Paulo. *O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)*. Master Thesis (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

ABSTRACT

Reading the newspapers of Rio de Janeiro, how was the day by day and what was the representations of the black population in the first decades after the May 13, 1888, when it was abolished once slavery in Brazil? The challenges experienced by society in that period left consequences that currently persist. And the press is one of the places where the differences become evident, in the past and even today, and may even influence the sub-representations. Using the content analysis and discourse analysis, we investigated 377 pages of the journals *O Paiz* (1884-1910), *Jornal do Brasil* (1891-1910) and the *Correio da Manhã* (1901-1910). In this exploratory study, immediately, “pretos” and “pardos” characters appeared mainly in police chronicles. If the initial image may be of criminal individuals, this is not confirmed later! There are more recurrences where the black is the victim of crimes, accidents, fatalities, social ills and different fortuitous cases that are demanded investigations and police actions. In addition, the materials reveal part of the characters' day by day, life stories fragments, social dynamics in public spaces, social and racial inequality, racial lynchings evidence, experienced struggles and strategies designed by the black population, forms of inclusion in the world of free labor, the mainstream representations, among other aspects of post-abolition of the complex scenario in Rio de Janeiro and even in Brazil and worldwide.

Keywords: 1. Black. 2. Post-Abolition. 3. Press. 4. Representations. 5. Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Introdução	17
I – O que precede esta pesquisa	17
II – Perspectivas atuais de trabalhos acadêmicos sobre o pós-emancipação	18
III – Nossa investigação sobre o pós-abolição na imprensa carioca	21
IV – Entre a naturalização e a denúncia do racismo	24
V – O diálogo com os jornais	26
VI – Alcances e limites da pesquisa	28
VII – Visão geral do trabalho	29
1 – Representações do negro no pós-abolição	32
1.1 – Termos preto(a), pardo(a) e negro(a)	32
1.2 – Diferenças de representações de pretos e pardos	35
1.3 – Os discursos sobre o preto e o pardo (e o branco)	40
2 – Os jornais	45
2.1 – Jornais como fontes	45
2.2 – Breve resumo da história da imprensa no período	47
2.3 – <i>O Paiz, Jornal do Brasil e Correio da Manhã</i>	51
2.4 – O conteúdo dos jornais	53
2.5 – Títulos	57
2.6 – A apuração jornalística: do fato à notícia	59
2.7 – Alteração da informação nos jornais	62
2.8 – A leitura dos jornais: mais do que uma minoria letrada	64

3 – Da morte de negros à hipótese do linchamento	71
3.1 – Violência contra pessoas negras: racismo ou permanências da escravidão?	71
3.2 – Da banalidade da vida à hipótese de linchamento.	74
3.3 – Linchamentos no Brasil	75
3.4 – Estudos comparativos sobre linchamento	79
3.5 – Linchamento a negros: a pesquisa em outros lugares	81
3.6 – Espancamentos praticados pelo Estado	82
3.7 – O agendamento subterrâneo do racismo	83
3.8 – Considerações finais	84
4 – Representações do trabalho no pós-emancipação	86
4.1 – Exemplos de trabalhos exercidos por personagens negros	86
4.2 – Descrições de Profissões	89
4.3 – A estrutura da discriminação no trabalho	91
4.4 – Acidentes de trabalho	94
4.5 – Trabalho e gênero	95
4.6 – O trabalho doméstico	96
5 – Considerações sobre o escravismo antes (e depois) da abolição	98
5.1 – Diminuição da escravidão no Brasil	98
5.2 – Na iminência da liberdade (<i>O Paiz</i> , 1884-1888)	100
5.3 – Heranças da escravidão	104
5.4 – As denúncias dos jornais	106
6 – Transporte, mobilidade urbana e acidentes	111
6.1 – Os trens	111
6.2 – Os trens suburbanos	115
6.3 – Outros meios de transporte	117

7 – Vulnerabilidade e precariedade da vida	120
7.1 – A morte precoce <i>versus</i> a longevidade da “preta e africana”	125
7.2 – Vulnerabilidade infantil	127
7.3 – Meninas domésticas	129
7.4 – Superlotação de casas	130
7.5 – Disputas entre negros e imigrantes	135
7.6 – Doenças, carência médica e morte	139
7.7 – Suicídios	142
8 – Crimes passionais	144
8.1 – “O punhal ensanguentado”	145
8.2 – A linguagem dos crimes passionais	148
8.3 – Suicídios por amor	149
8.4 – Entre o trágico e o cômico: a Igreja e os casamentos negros	150
9 – A outra face das representações de negros nos jornais cariocas (1888-1910)	154
9.1 – O “homem-fera”	156
9.2 – A mulher também podia ser a agressora	158
9.3 – Roubos e furtos	159
9.4 – Vadiagem	161
9.5 – Representações da vadiagem	163
10 – Representações do negro: contexto nacional e global	169
10.1 – Agenda nacional	169
10.2 – Agenda internacional	177
11 – Representações não dão conta da realidade	182

Considerações Finais	189
REFERÊNCIAS	195
ANEXOS	211
I - Matérias tabuladas do jornal <i>O Paiz</i> (1884-1910)	211
II - Matérias tabuladas do <i>Jornal do Brasil</i> (1891-1910)	215
III - Matérias tabuladas do jornal <i>Correio da Manhã</i> (1901-1910)	225

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Censo de 1872 – Classificação por raças de livres	33
Tabela 2 – Censo de 1872 – Classificação por raças de escravizados	33
Tabela 3 – Descritores dos personagens dos textos jornalísticos	36
Tabela 4 – Páginas dos jornais	37
Tabela 5 – Representação na matéria	38
Tabela 6 – Condição de vida	38
Tabela 7 – Média de idade	38
Tabela 8 – Gêneros	39
Tabela 9 – Estado civil	39
Tabela 10 – Descrição das ocupação laborais	40
Tabela 11 – Total de matérias tabuladas por jornal	54
Tabela 12 – Número de linhas das matérias	55
Tabela 13 – Sessões das matérias	55
Tabela 14 – Quem lia os jornais? 1901	68
Tabela 15 – Quem lia os jornais? Procedência das reclamações – 1901	68
Tabela 16 – Quem lia os jornais? 1908	69
Tabela 17 – Quem lia os jornais? Procedência das reclamações – 1908	69
Tabela 18 – Ocupações	87
Tabela 19 – Outras referências a atividades	88
Tabela 20 – Condição de vida	122

Tabela 21 – Condição do personagem	123
Tabela 22 – Prisão	124
Tabela 23 – Destino dos personagens negros nas matérias	124
Tabela 24 – Destino de agressores ou autores de crimes contra personagens negros	125
Tabela 25 – Idade dos personagens	125
Tabela 26 – Distribuição espacial da população urbana	131
Tabela 27 – Estado civil dos personagens	145
Tabela 28 – Agenda nacional	174
Tabela 29 – Agenda internacional	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gêneros dos personagens das notícias	36
Gráfico 2 – Total de matérias tabuladas por jornal	54
Gráfico 3 – População escravizada no Brasil (séc. XIX)	99
Gráfico 4 – População escravizada no Rio de Janeiro (séc. XIX)	99
Gráfico 5 – Condição de vida	123
Gráfico 6 – Condição do personagem	123
Gráfico 7 – Idade dos personagens	126

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – A Redenção de Cam	171
------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

I – O que precede esta pesquisa

Desde a graduação em Comunicação Social – Jornalismo, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2009-2012), por questões diversas, fui direcionado para pesquisas e atividades que pensavam a importância de ações afirmativas para promover a igualdade racial no Brasil.

Em minha monografia (BARBOSA, 2012), investiguei a representação midiática sobre os problemas enfrentados pela população negra. Abordei o esvaziamento do tema nos grandes veículos de comunicação e programas de televisão do país. Como recorte, estudei o período da semana da consciência negra em 2011. A pesquisa fez uma comparação entre a cobertura da data por emissoras públicas e privadas e analisou a abordagem dos principais programas jornalísticos. Fiz uma revisão bibliográfica de como a narrativa da mídia sobre o negro tem evoluído historicamente nas últimas décadas. Destaquei os contrastes entre os enfoques esvaziados dos telejornais de empresas comerciais e os questionamentos pensados por diferentes instituições do movimento negro, bem como suas demandas por representações.

Antes disso, em 2009 e 2010, tinha trabalhado na Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários da PUC-Rio num projeto vinculado à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR, que, com a crise política e a reforma ministerial em 2015, foi agregada ao Ministério da Cidadania. A universidade desenvolvia ações para pensar a inserção e a permanência do jovem negro e pobre no ensino superior e no mercado de trabalho.

Já em 2011, como colaborador do Contraponto, programa de entrevistas da TV Universitária – UTV (NET – Canal 11), gravado no estúdio da PUC-Rio e coordenado por professores da universidade, propus e fizemos uma edição que discutiu a questão racial e os desafios enfrentados pela população negra.

O conjunto de experiências que descrevi me levou a querer compreender o tema sob uma perspectiva historiográfica e aprofundá-lo conforme a noção de longa duração histórica, tal como sugere o conceito de Marc Bloch, no livro *Apologia da História* (2002). Assim, a percepção da atual desigualdade racial no Brasil me levava a ter curiosidade sobre o passado, compreendendo-o como o tempo e o espaço onde supostamente se originavam os problemas de hoje. Essa foi, portanto, a minha motivação inicial para estudar o pós-abolição, pois

considerava o 13 de maio de 1888 e os anos seguintes como uma fase de transição incompleta entre a escravidão e a inserção da população negra na sociedade livre e que teria implicado diretamente nos desafios enfrentados pelos negros hoje no país.

Ao longo do mestrado em História, realizado no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2014-2015)¹, fui percebendo melhor a complexidade do tema tal como é abordado na perspectiva dos atuais estudos historiográficos do campo do pós-abolição. A orientação da Prof.^a Dr.^a Keila Grinberg, a disciplina eletiva “Pós-Emancipação em Perspectiva Comparada: Cidadania, Trabalho e Raça nos Estados Unidos, no Caribe e no Brasil”, ministrada em 2014 pelo Prof. Dr. Flávio Gomes e pela Prof.^a Dr.^a Monica Grin, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, as sugestões específicas da Prof.^a Dr.^a Cláudia Santos (Unirio) e a participação em eventos acadêmicos do campo do pós-abolição se somaram à revisão da literatura especializada e foram imprescindíveis para a formação de uma visão mais ampla, teórica e contextual sobre o assunto do trabalho.

II – Perspectivas atuais de trabalhos acadêmicos sobre o pós-emancipação

No texto “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”, Rios e Mattos (2004) explicam caminhos paradigmáticos atuais dos estudos sobre o pós-abolição no Brasil. Até aproximadamente a década de 1990, as análises historiográficas enfatizavam, sobretudo, a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação. No entanto, segundo as autoras, “as visões da última geração de escravos brasileiros sobre seus planos e destinos, após o 13 de maio, finalmente começam a emergir como um dos problemas históricos cruciais na historiografia brasileira sobre o período” (p. 170).

De acordo com Hebe Mattos, no livro *Das cores do silêncio* (1995), “os significados da liberdade (...) não têm sido um tema frequente na historiografia brasileira (...). Talvez porque seja profunda a convicção de que, fora de nossas sempre restritas elites, a liberdade não tivesse nenhum significado”. Para ela, “explorar os significados da liberdade, no processo de superação da sociedade escravista, mostrou-se fundamental para compreendê-los, bem como para explicar sua interferência naquele processo e nas novas relações sociais que então se engendraram” (p. 15).

Assim como outros trabalhos sobre áreas escravistas da América, o livro de Mattos coloca “em evidência que, para além das antigas dicotomias entre continuidade e ruptura,

¹ Creditamos também a viabilidade da pesquisa à Capes – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior, que investiu no desenvolvimento do trabalho em 2015.

estratégias sociais e determinações estruturais, o fim da escravidão configura, antes, um momento privilegiado para se discutirem as relações entre esses polos”. A autora aponta que cada região das Américas tem suas especificidades, no entanto, nelas “libertos, ex-senhores, os demais homens livres e o próprio Estado viram-se forçados a rever atitudes e estratégias, frente a um processo social que, mesmo estruturalmente condicionado e apesar das diferenças de recursos econômicos, políticos ou culturais, nenhum de seus atores lograva efetivamente controlar” (1995, p. 16)².

No âmbito da história que investiga manifestações reconhecidamente próprias da cultura informal, o carnaval carioca, no período de 1890 a 1945, na sua versão popular, é o objeto de estudo de Rachel Soihet, no livro *Subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da belle époque ao tempo de Vargas* (1998). Naquele espaço festivo se manifestava a dialética entre dominação e resistência. O povo simples era o dono da festa, e, em muitos aspectos, o carnaval revelava uma forma de resistência aos grupos hegemônicos que, na Primeira República, tentaram eliminar diferentes aspectos da expressão popular. Nas Escolas de Samba, grupos populares podiam conviver e produzir sentido próprio à vida que levavam dentro da realidade em que estavam inseridos.

Já de acordo com Petrônio Domingues, em *Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)* (2014), a historiografia brasileira ainda não explorou suficientemente o tema do associativismo negro no Rio de Janeiro³ durante a Primeira República. Em São Paulo, há uma centralização das pesquisas que investigam os sentidos e

² Ver, por exemplo: FONER, Eric. *Reconstruction: America's unfinished revolution, 1863-1877*. New York: Harper & Row, Publishers, 1989; SCOTT, Rebeca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1991; HOLT, Thomas. *The problem of freedom: race, labor and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. 1992. De acordo com Hebe Mattos (1995, p. 17), no momento de sua pesquisa, os mais detalhados estudos que falavam sobre o liberto após a emancipação, de uma perspectiva sociocultural, diziam respeito a São Paulo, como o clássico de Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* (1978), e o trabalho de George Reid Andrews, “Black and White workers in São Paulo, Brasil, 1888-1929” (1988). Até aquele momento, era predominante tratar a abolição da escravidão mais do ponto de vista econômico e político. “Aparentemente substituído pelo imigrante no Oeste paulista e, em parte, também na cidade de São Paulo, tendeu-se a generalizar a experiência paulista para o conjunto do país”. Tem sido comum entre os historiadores do pós-emancipação hoje procurar alguns pontos em comum entre a história do Brasil, com sua região do café, no Vale do Paraíba, e a do sul dos Estados Unidos e a de Cuba, ambos com vastas regiões de *plantation*. Nesse sentido, de acordo com a autora, a pesquisa e a reflexão histórica sobre o pós-emancipação no Brasil estiveram, a partir da década de 1990, muito marcadas pela interlocução com os trabalhos desenvolvidos por Rebecca Scott, Thomas Holt e Frederick Cooper (Mattos, *ibid.*, p. 13). Influenciados por essas perspectivas, apesar do reduzido número de publicações efetivas, a partir das últimas décadas, começam a se destacar no Brasil alguns livros, dentre os quais, *Quase cidadão* (2007), coletânea organizada por Olívia Cunha e Flávio Gomes; *Memórias do Cativo* (2005), de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios, sobre o pós-emancipação nas regiões cafeeiras do Rio de Janeiro; e os próprios textos de Hebe Mattos “sobre a memória familiar da última geração de libertos” (1995).

³ Dentre outros aspectos, o Rio de Janeiro tem destaque em nossa análise por ter sido a capital do Brasil entre 1763 e 1960, além disso, sendo especificamente o Distrito Federal do país entre 1891 e 1960.

significados do associativismo negro na forma de “clubes, jornais, grupos educacionais, centros cívicos, grêmios literários e associações beneficentes”.

A despeito de certas ausências do Estado e de instituições da sociedade civil que fossem representativas dos interesses da população negra, houve experiências de organização de grupos negros sob a forma de associativismo, mutualismo, entre outros. Nesse sentido, pode-se citar, por exemplo, as formas de associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro, na virada do XIX para o XX, tal como mostrou Erika Arantes (2010).

Já Paulina Alberto, por exemplo, em *Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil* (2011), revela como ativistas negros pautaram o tema da questão racial ao longo do século XX no Brasil. Em São Paulo, com a entrada preferencial de grande número de imigrantes para ocupar determinados postos de trabalho na lavoura, em fins do século XIX e início do século XX, os negros poderiam ser considerados estrangeiros em sua própria terra. Mas, no âmbito da emergência de uma imprensa étnica, intelectuais negros paulistas também se posicionaram no período, tentando ampliar sua liderança sobre toda uma “raça negra”.

Ainda segundo Domingues, no Rio de Janeiro, parte-se do pressuposto de que teria sido pequeno o conhecimento de formas organizativas entre os negros. Já houve também quem considerasse que, na capital federal, por conta de suas especificidades históricas e culturais, tivessem sido praticamente nulas ou pouco representativas as mesmas modalidades de associativismo de São Paulo.

Para Domingues, já num primeiro momento, isto é, durante a Primeira República, as associações negras do Rio de Janeiro não teriam assumido apenas formas recreativas ou religiosas.

O que dizer da Liga dos Homens de Cor, da Guarda Negra, da Associação Beneficente D. Isabel, a Redentora; da Sociedade Estrela da Redenção, do Clube Republicano dos Homens de Cor, da Confederação Brasileira dos Homens de Cor, do Centro Cívico Monteiro Lopes, da Associação dos Homens de Cor? Sem falar no Grêmio Literário Treze de Maio, da Caixa Beneficente José do Patrocínio, do Grêmio dos Homens de Cor e do Centro Patriótico Treze de Maio (2014, p. 271).

Apesar de um Estado e uma sociedade civil ausentes em muitos aspectos, esses agrupamentos negros no Rio de Janeiro eram projetos que promoviam a identificação das pessoas no interior da comunidade, elas se sentiam parte de um mesmo grupo, “forjaram solidariedades fluidas e contingenciais, (re)inventaram tradições que alimentavam suas práticas sociais, estabeleceram diálogos entre si e com as agências do Estado e da sociedade civil, enfrentaram contradições em diferentes circunstâncias históricas, sem contudo deixarem

de proclamar os interesses sociopolíticos e direitos civis dos ‘homens de cor’ na esfera pública”, afirma Domingues (2014, p. 271).

Diante do quadro de escassez de representação da população negra na sociedade brasileira do pós-abolição, como a imprensa comercial da época teria se posicionado?

III – Nossa investigação sobre o pós-abolição na imprensa carioca

Apesar dessa tendência dos trabalhos atuais do campo de estudos sobre o pós-abolição no Brasil, o que queremos colocar aqui não são os significados que a liberdade e a vida social das pessoas negras tinham para elas próprias ou a sua dinâmica com as instituições políticas diversas e a sociedade civil da qual faziam parte, ainda que de forma marginalizada. A questão do nosso estudo é pensar as vivências mais gerais, aspectos do cotidiano, revelados através da interface com as representações do jornalismo comercial.

Assim, segundo os jornais do Rio de Janeiro, como era o dia a dia e quais as representações do negro nas primeiras décadas depois da promulgação da Lei Áurea, quando foi abolida de vez a escravidão no Brasil? Obviamente o termo abolição não pode ser limitado ao 13 de maio de 1888, porque antes já havia muitos negros livres e libertos e depois dessa data muitas pessoas ainda continuaram vivendo de forma praticamente igual à fase da escravidão. No entanto, para simplificar, estamos aqui atribuindo o termo a essa data específica, quando, por lei, não haveria mais escravidão.

No entanto, diversos problemas ainda enfrentados pela população negra, fazendo com que o racismo seja um fenômeno bastante contemporâneo no Brasil, nos levam a afirmar que o pós-abolição é um período que se estende até os dias de hoje. E a imprensa é um dos lugares em que as disparidades se tornam evidentes. Infelizmente, os meios de comunicação, como produtos da sociedade capitalista, reproduzem a sub-representação da população negra. Nas novelas, nos filmes, no jornalismo etc., o negro ainda é maciçamente subestimado em matéria de status social, trabalho e consumo. Além disso, as pessoas ainda são preteridas em empregos e nas diferentes formas de sociabilidade em função de sua cor, etnia ou raça (BARBOSA, 2012; CARRANÇA e BORGES, 2004; COSTA PINTO, 1998[1953]; FREIRE FILHO, 2005, 2004; FRY, 2000; SANTOS, 2004).

Com isso em vista, o trabalho foi desenvolvido pensando quais eram as principais representações na imprensa brasileira no período imediatamente posterior a 13 de maio de 1888, partindo do pressuposto de que as dificuldades sociais e as representações negativas eram ainda mais intensas do que são hoje. No entanto, com o decorrer da pesquisa e à medida

que as fontes foram sendo avaliadas, coube questionar se a imprensa do passado deveria ser definida exclusivamente por isso. Sob alguns aspectos, mesmo jornais comerciais teriam sido solidários aos problemas enfrentados pela população negra no período e combatido reiteradas permanências de práticas similares às da escravidão.

De forma bem simples, o objetivo principal deste trabalho foi buscar o cotidiano da representação do negro, especificamente do “preto” e do “pardo”, nos jornais cariocas da passagem do século XIX para o XX.

Usando a análise do conteúdo e a análise do discurso, investigamos 377 matérias ou textos sobre o tema nos periódicos *O Paiz* (1884-1910), *Jornal do Brasil* (1891-1910) e *Correio da Manhã* (1901-1910). Foram pesquisados apenas os termos “preto(a)”, “pardo(a)” e “negro(a)”⁴, palavras usadas, por exemplo, pelo Censo de 1872 para descrever a população negra da época. Para fazer uso dessa grande quantidade de textos do período, foi imprescindível o acesso às versões digitalizadas dos jornais na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁵. A pesquisa foi feita de forma automatizada, através da busca por palavras-chave, o que contribuiu para a originalidade na forma da investigação e revelou resultados importantes sobre o tema historiográfico.

Limitamos a pesquisa a esses termos porque queríamos encontrar as matérias de forma aleatória, a partir das descrições de cor e raça dos personagens e não por outros critérios de busca. Em outras palavras, nos deixamos guiar pelas notícias que simplesmente apareciam, sem estabelecer um juízo de valor prévio daquilo que entrava ou não na pesquisa, pois um dos objetivos da investigação era responder inicialmente à pergunta: O que a imprensa carioca noticiava e discorria sobre o negro brasileiro após a abolição da escravidão? Em seguida, à medida que essa pergunta inicial era respondida, percebemos que, além de “o que”, era possível e necessário refletir sobre o “como” o negro era representado nos periódicos, essa busca se tornou um dos objetivos mais importantes do trabalho.

Infelizmente, devido ao delineamento e à forma, esclarecemos que a pesquisa não tem o objetivo de contribuir para pensar o protagonismo da população negra no período pós-1888, o que certamente houve, tais como apontam pesquisas mais contemporâneas (ABREU, 2010; ALBERTO, 2011; ARANTES, 2010, 2005; COOPER, HOLT e SCOTT, 2005; DANTAS, 2010, 2007; DOMINGUES, 2014; MATTOS, 1995; MATTOS e RIOS, 2005, 2004; OLIVEIRA, 2007; PORTO, 2003; SOIHET, 1998). Apenas alguns relances dessa luta podem

⁴ Como usamos as palavras no singular, não sabemos se o plural dos termos apresentaria outras ocorrências que poderiam contribuir para a pesquisa.

⁵ Acesso através do endereço: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

ser mostrados de forma ainda muito incipiente aqui. Parafraseando Marialva Barbosa (2010, p. 80), a vida dos personagens descritos nas notícias é também uma forma de contribuição, muitos até são mártires do processo de luta e sobrevivência⁶.

Muito nos preocupava perceber que, nessa pesquisa exploratória, logo de cara, os personagens pretos e pardos apareceriam principalmente em crônicas policiais. Apesar disso, se a impressão inicial pode ser de indivíduos criminosos, isso não se confirmou ao longo da investigação! São maiores os registros em que o negro é vítima de crimes, além de acidentes, fatalidades, males sociais e diferentes casos fortuitos em que são demandadas investigações e ações da polícia.

Para além disso, as matérias revelaram parte do cotidiano dos personagens, fragmentos de histórias de vida, dinâmicas sociais no espaço público, a desigualdade social e racial, indícios de linchamentos raciais, embates vividos e estratégias pensadas pela população negra, formas de inserção no mundo do trabalho livre, as representações *mainstream*, dentre outros aspectos do cenário complexo do pós-abolição no Rio de Janeiro e, inclusive, no Brasil e no mundo.

Consideramos que trabalho não se vincula apenas ao campo do pós-abolição, colocando as questões mais correntes do campo, mas o imaginamos como um estudo também sobre a imprensa da época, a partir de uma consequente análise dos discursos dos periódicos em relação àquele sujeito singular, indivíduos pretos e pardos, ou à própria população negra como um todo, e numa temporalidade específica.

É importante pensar esse objeto de investigação, tal como o propomos, porque nele pode ser encontrada uma das chaves para o forma como a sociedade lia o cotidiano da população negra, e os impactos que as representações da imprensa tinham sobre a segregação negra tal como se formou historicamente no Brasil ao longo do século XX.

⁶ Acreditamos que, embora o historiador tenha que compreender os eventos e fatos históricos em seu contexto, não devemos nos esquecer que escrevemos para um leitor do tempo presente. À medida que reescrevemos a história e transmitimos mensagens diversas, estamos contribuindo para as representações contemporâneas que são feitas sobre os fatos e os indivíduos das sociedades. Nesse sentido, também se valem as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana” (2004). Segundo Carolina Vianna Dantas (2011, p. 2), por exemplo, “biografias como a do advogado, político e líder negro Monteiro Lopes (PE, 1867- RJ, 1910) podem servir como exemplo do modo através do qual experiências de discriminação racial e de luta contra o racismo podem servir como instrumento para a desnaturalização do papel inferiorizante comumente atribuído aos afrodescendentes na história do Brasil”. Assim como esse personagem, outros também podem ter semelhante contribuição, tais como, Hemetério dos Santos (1858-1939), Juliano Moreira (1873-1932), Lima Barreto (1881-1922), Luís Gama (1830-1882) e muitos outros. No mesmo sentido, em vigor desde 2003, a Lei 10.639 determina que as escolas de nível fundamental e médio ensinem sobre a história e a cultura afro-brasileira. De acordo com a lei, os conteúdos devem abordar, inclusive, “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (§ 1º, Art. 26-A).

Como considera Fernanda Domingos Pinheiro, parece evidentemente impossível escrever a experiência dos libertos sem considerar as adversidades que diminuía a experiência da liberdade dos mais pobres (2015, p. 241), dentre as quais, sugerimos que a compreensão das representações dos periódicos e seu papel no pós-abolição é um dos pontos relevantes para isso.

IV – Entre a naturalização e a denúncia do racismo

De acordo com a perspectiva dos Estudos Culturais, os meios de comunicação estão amalgamados com a sociedade, as instituições e os indivíduos” (RAMOS TRINTA e POLISTCHUK, 2003, p.129). Argumenta-se, por um lado, que a discriminação histórica sofrida pela população negra no Brasil seria acentuada pela forma como a imprensa, ao longo de mais de 120 anos após a abolição da escravidão, tem representado de forma estereotipada essa parte da população. Nos estudos historiográficos e sociológicos há trabalhos que vão nesse sentido (ALMEIDA e SILVA, 2013; BARBOSA, 2012; CARRANÇA e BORGES, 2004; CHALHOUB, 2001; COSTA PINTO, 1998; LUSTOSA, 1991; NASCIMENTO, 2007; SANTOS, 2014, 2013; SCHWARCZ, 1987).

Seguindo Bourdieu, seria discutir o próprio campo jornalístico, constituindo um espaço e um poder simbólico em que agentes determinam, validam e legitimam representações e em que se classificam os signos adequados, que pertencem ou não a um código de valores. De acordo com o autor, “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (1989, p. 11).

De acordo com Stuart Hall, a representação social é

um processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem (amplamente definida com um sistema em que dispomos de signos, um sistema significante) para produzir significado. Essa definição carrega a importante premissa de que coisas, objetos, pessoas e eventos não têm neles mesmos um significado fixado, final ou verdadeiro. Nós – em sociedade, com culturas humanas – que atribuímos significados às coisas. Os significados, conseqüentemente, sempre mudarão, de uma cultura ou um período para outro (1997, p. 61)⁷.

Considerando os pressupostos da abordagem intencional, as representações hegemônicas da imprensa seriam uma imposição indiscriminada daqueles que escreviam sobre a população negra? Ou, tal como partiria uma abordagem reflexiva, poderiam ser consideradas simplesmente como uma reprodução fiel da realidade? (*Ibid.*, p.24).

⁷ Livre tradução nossa.

A partir dos exemplos dos veículos selecionados, acreditamos que as formas de narrar a população negra nos jornais cariocas entre 1888 e 1910 faziam parte de um contexto social que as fundamentavam, pois, de certa forma, eram um reflexo dos graves problemas da sociedade pós-escravista. No entanto, consideramos que a abordagem construtivista contribui melhor para a complexidade do tema, pois o papel da imprensa parece estar inserido num sistema de representação, fazendo parte de um conjunto de práticas e processos sociais próprios da sociedade do período (1997, p. 24).

No Rio de Janeiro depois da abolição, representações sociais da população negra teriam sido influenciadas, dentre outros aspectos, por heranças da recente escravidão, por normas sociais, jurídicas e o debate legislativo em pleno vigor, por interesses econômicos brasileiros da época, por como a sociedade se voltava para a cultura e os valores europeus, ao mesmo tempo em que buscava a sua singularidade, e pelos próprios limites da sociedade para resolver um problema gestado ao longo de anos (AZEVEDO, 1987; CHALHOUB, 2001; COSTA PINTO, 1998; DOMINGUES, 2007, 2002; FEBVRE *apud* CHARTIER, 1990; LIMA, 2005; MATTOS, 2008; SCHWARCZ, 2005, 1994). Por esses e outros motivos, os jornais retratavam a imagem de personagens “pretos” e “pardos” num alto grau de vulnerabilidade, sobretudo, nos cenários das crônicas policiais, o que podia consolidar um processo de sub-representação social, ao mesmo tempo em que tentavam denunciar e combater as dificuldades enfrentados pela população negra.

De fato, na visão de Hall, “a mídia participa na formação, na constituição das coisas que reflete”. Assim, pode-se considerar que a imprensa teria contribuído direta ou indiretamente para a fixação de um padrão sobre o que era ser negro no Brasil naquela época. “Não é que há um mundo fora, 'lá fora', que existe livre dos discursos de representação. O que está 'lá fora' é, parcialmente, constituído pela maneira como é representado”, diz Hall (2005, p.6).

No entanto, apesar de reproduzir discursos que reforçavam a sub-representação do negro e do pobre, como veremos, a imprensa da época, no reconhecimento de um papel social privilegiado de mediação, também não se calou diante das injustiças que diminuía a cidadania da população negra, denunciando abusos cometidos tanto por pessoas comuns e poderosas quanto por autoridades empregadas pelo Estado.

O que nota-se, na verdade, é uma forte dicotomia, cujas evidências podem apontar um papel mais amplo do que a simples reprodução do racismo. Mesmo jornais comerciais teriam exercido um papel de vanguarda na defesa de personagens negros vítimas de violência física e social.

Tal como verificou Bronislaw Geremek (1995) em seu estudo sobre a figuração da população europeia menos favorecida entre os séculos XV e XVIII, as representações sobre negros aqui também podem ser consideradas como indo de um extremo a outro, pois sabiam ser piedosas mas também odiosas. Assim como nas conclusões desse autor, o tratamento aos negros na imprensa do Rio de Janeiro podia variar de “compaixão” e “impulsos assistenciais” para “ódio, desprezo e violência”.

V – O diálogo com os jornais

No método da análise do conteúdo, saber qual era o tamanho das reportagens, que páginas ocupavam nos periódicos, quais eram as recorrências, qual a periodicidade, são questões básicas que ajudam a reconstruir a importância social dos fatos usados como material de observação.

Para aplicação prática do método, algumas proposições mais básicas do estudo quantitativo e da análise estatística foram utilizadas, cujo objetivo principal seria revelar tendências gerais das notícias através do cruzamento simples de algumas informações.

Por definição, a pesquisa feita por amostragem seleciona de um universo amplo de dados um universo menor, mas que pretende ser representativo. Para isso, duas das leis da amostragem têm fundamento para explicar o tipo de coleta que realizamos no trabalho. De acordo com a “lei da regularidade”, um subconjunto aleatório tende a possuir características iguais às do conjunto maior. Já de acordo com a “lei dos grandes números”, quanto maior for a repetição de um caso ou evento, mais perto está o resultado de possuir uma probabilidade efetiva (GIL, 2008, p. 90). O conhecimento dessas leis foi fundamental para a segurança da aplicação do método.

De uma quantidade imensa de ocorrências das palavras-chave pesquisadas nos jornais *O Paiz*, 1884-1910 (27 anos); *Jornal do Brasil*, 1891-1910 (20 anos); e *Correio da Manhã*, 1901-1910 (10 anos), selecionamos um conjunto de apenas 320 notícias com os termos “preto”, “preta”, “pardo” e “parda”, além de 57 textos com as palavras “negro” ou “negra”, totalizando 377 textos.

Com as matérias em mãos, posteriormente, foi um grande desafio tentar quantificar informações que nos eram apresentadas como discursos diversos⁸ e, em seguida, transformar

⁸ Por exemplo, em diferentes momentos, optamos por usar palavras-chave para simplificar informações escritas de forma diferente.

os dados novamente em texto, sob a forma de reflexão. Com esses objetivos em mente, criamos um banco de dados que buscou resultados quantitativos para os seguintes tópicos:

- Diferenças nas representações da população negra (pretos e pardos) feitas pelos jornais *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*;

- Diferenças das representações de pretos/as em relação às de pardos/as;

- Editoriais e ou seções em que predominava a representação das pessoas negras;

- Páginas onde apareciam principalmente os personagens;

- O espaço físico dado aos textos (notas, notícias ou reportagens), como, por exemplo, o número de linhas;

- Títulos ou retrancas das notícias e temas predominantes, ou ainda palavras-chave que ilustravam os temas principais;

- Gêneros e faixas etárias e, com isso, particularidades de cada grupo representado;

- Estado civil, ocupações e endereços dos personagens;

- Se os personagens apareciam mais em situações de morte ou vida, como autores ou como vítimas de crimes ou comportamentos desviantes;

- Causas e consequências dos diferentes eventos em que os negros apareciam envolvidos;

- Situação social dos personagens dos jornais;

- Ambientes de onde eram oriundos e em quais terminavam;

- Como e onde terminavam os possíveis agressores de pessoas negras;

- Posicionamento ideológico geral da notícia.

A partir daí, como pensamos reflexivamente a análise das matérias de forma mais detalhada? Como base teórica para a análise do discurso, usamos o texto de Michel Foucault, *L'Ordre du discours* (*A Ordem do Discurso*, 1999[1970]), além das considerações de Charaudeau e Maingueneau (2004), Chartier (2002, 1990[1988]), França (2004), Freire Filho (2005, 2004), Hall (2005, 1997), Makowiecky (2003), Orlandi (1999) e Santos (2004).

Como uma das premissas mais geral, consideramos que a análise do discurso,

levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem a sua exterioridade (Orlandi, *op. cit.*, p. 16).

O método visa analisar o texto em seu contexto de produção histórico-social. Nesse sentido, elementos diacrônicos e sincrônicos contribuem para a compreensão dos discursos da imprensa. Para isso, optamos pela bibliografia secundária para ajudar na compreensão do período.

Sobre a distinção entre análise do conteúdo e análise discursiva, esclarece Orlandi:

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que o texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a análise de discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? [...] Ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade (1999, p. 17-18).

Analisando e interpretando os textos, em primeiro lugar, expomos o sentido primeiro daqueles escritos jornalísticos, a sua tradição. Mesmo esses elementos já são bastante reveladores por si sós de muitas características marcantes dos propósitos das notícias.

Em seguida, demonstramos os principais resíduos nas matérias, que tinham o objetivo justamente de revelar como os textos servem a propósitos específicos e tendem a formar visões ideológicas sobre a realidade.

O critério de seleção das notícias para a análise discursiva se deu por duas razões: pela percepção da generalidade ou exclusividade do texto. Utilizamos, por um lado, materiais que eram representativos de situações ou casos mais cotidianos, normais, comuns, repetitivos, parecidos, gerais; por outro, o material de casos específicos, únicos, destacados e que chamaram a atenção pelo seu caráter diferente⁹.

VI – Alcances e limites da pesquisa

Há uma grande abrangência dos temas das notícias diversas coletadas. Tentando desenvolver um olhar atento, inclusive, às minúcias, percebemos que os textos colhidos expunham, direta ou indiretamente, diferentes aspectos da vida população negra, tais como: infância, adolescência, juventude, vida adulta, velhice, longevidade, relacionamentos, desafetos, famílias, moradia, demografia, transportes, sistema ferroviário, atividades de trabalho, acidentes de trabalho, acidentes em geral, mortes, doenças, sistema médico-hospitalar, suicídios, agressões sofridas, agressividade, heranças da escravidão, sistema prisional, policiamento, legalidade, costumes, comportamento, dignidade, vadiagem, embriaguez, vícios, crimes, delitos, furtos, roubos, homicídios, entre outros.

Já num estágio avançado, reconhecemos que a pesquisa é bastante abrangente, tratando-se de um objeto de estudo demasiadamente amplo. Dada a diversidade de tantos temas, um dos limites que poderá facilmente ser verificado no trabalho é o do não

⁹ Esclarecemos que, em certos momentos, adaptamos a ortografia de algumas palavras para as versões mais contemporâneas da escrita, sem, com isso, modificar o sentido delas. Também não foram feitas alterações na sintaxe das frases tal como apareciam na época.

aprofundamento suficiente desses importantes assuntos, o que pretendemos fazer com maior atenção em artigos ulteriores.

Nesse sentido, o estudo tem caráter exploratório, porque possibilitou um conhecimento mais amplo sobre o assunto por parte do pesquisador, aumentando a possibilidade de desdobramentos futuros. Assim, para esta dissertação, fazemos um sobrevoo sobre a diversidade de temas encontrados, demonstrando a abrangência e riqueza, apontando caminhos, situações gerais, revelando questões. E, na medida do possível, também tecemos conclusões que nos pareceram viáveis.

VII – Visão geral do trabalho

No primeiro capítulo, demonstramos os resultados mais gerais sobre as representações de cor encontradas na pesquisa. Apresentamos os termos preto e pardo com destaque, pois a análise sobre eles compõe a maior parte do trabalho. Os termos são diretamente reveladores dos personagens que buscávamos encontrar inicialmente na pesquisa, indivíduos comuns. Assim, chegamos à Maria da Conceição, à Fortunata de tal, ao José Valentim, ao Marcílio José Ferreira e a outros pretos e pardos cujos nomes geralmente não fazem parte da escrita da história, porque eram pessoas simples, incógnitas, comuns.

No segundo capítulo, abordamos os jornais estudados: *O Paiz* (1884-1910), *Jornal do Brasil* (1891-1910) e *Correio da Manhã* (1901-1910). A contribuição que esta parte tenta fazer não é revisar a bibliografia secundária sobre os periódicos, mas mostrar o que a pesquisa encontrou empiricamente. Em outras palavras, analisamos os jornais na interface com os objetivos específicos da investigação, compreendendo como esses veículos representavam a população negra.

Depois, no capítulo 3, levantamos uma hipótese polêmica, se o negro teria sido vítima de linchamentos racistas no período após a abolição da escravidão. Fazemos considerações sobre a pesquisa sociológica contemporânea a respeito do tema, estudos sobre a época, mas em outros espaços, e a consequente evidenciação de indícios de casos de linchamentos aqui no Rio de Janeiro, conforme as notícias dos jornais nos fizeram perceber.

A seguir, no quarto capítulo, destacamos as principais questões relacionadas ao dia a dia do trabalhador negro. Tentando fugir dos generalismos sobre a condição do negro empobrecido após a abolição, queríamos descobrir modalidades diversas dessa vida simples. Além disso, por lidarmos com matérias tipicamente policiais, não gostaríamos de nos concentrar apenas nesse aspecto das notícias. Devido às fontes, a precariedade das vidas

representadas era acentuada. Porém, os textos revelaram, dentre outros aspectos, dinâmicas laborais e fragmentos do cotidiano do trabalhador negro no Rio de Janeiro.

Já no quinto capítulo, voltamos algum tempo antes para investigar os últimos anos do escravismo nas páginas do jornal *O Paiz*. Como esse veículo já existia desde 1884, utilizamos notícias encontradas antes de 1888 e fazemos comparações com o período posterior. O que percebemos inicialmente é que havia uma emergência da abolição da escravidão naquelas páginas, uma vez que são recorrentes os casos de demandas e concessões de alforria, além da busca pela legalidade da liberdade. Ainda nesta parte, demonstramos como os jornais se posicionam frente a questões envolvendo permanências de uma cultura da escravidão nos anos posteriores à promulgação da Lei Áurea.

No capítulo sexto, tratamos de um tema fecundo no quesito quantidade de recorrências: o ambiente dos riscos dos meios de transporte. Apesar de acidentes envolvendo veículos diversos, o trem ganha destaque como o transporte em que há muitos casos de atropelamentos e outros acidentes. Embora sinônimo de modernidade na época, mas também reconhecido como um meio tipicamente suburbano, o trem passa a ser revelador de um contexto mais amplo de dificuldades enfrentadas pela população negra.

No sétimo tópico, um lado mais comum e geral das representações dos jornais é abordado, aquele que trata do cenário predominante de vulnerabilidade da população negra, em que acidentes, mortes e doenças se somam aos casos de agressões e permanências de práticas da escravidão. Nessa parte, também evidenciamos as dificuldades vividas por crianças, adolescentes, jovens e adultos, revelando como cada idade enfrentava riscos específicos.

O capítulo seguinte (8) vai tratar de como as narrativas de crimes e desvios também podiam envolver vários casos de relacionamentos conturbados entre homem e mulher. Nesse sentido, se revelam também questões de gênero da época e de relações familiares, formais e informais. A particularidade dos textos dos romances conturbados provoca uma reflexão sobre o uso dos episódios como mecanismo sensacionalista das notícias.

Outra face das descrições dos personagens é apresentada no capítulo 9, em que o autor de violências, crimes e desvios passa a ser o negro. São feitas considerações sobre como a imprensa mostrava a suposta “natureza sanguinária” ou marginal de pessoas em situações de desvio, considerando as escolhas editoriais no diálogo com a sociedade e o racismo subjacente.

A imprensa de opinião é assunto do capítulo 10. Foi nesse gênero textual que encontramos mais o termo negro(a). Expomos exemplos de assuntos envolvendo a citação do

termo, revelando que o contexto das principais aparições era diferente do das representações sobre pretos e pardos. Enquanto o termo negro aparecia recorrentemente em discursos que emitiam opiniões amplas ou matérias sobre temas que envolviam toda uma “raça” ou um conjunto de personagens, os termos preto e pardo apareciam mais em pequenas notícias sobre indivíduos específicos.

Finalmente, no capítulo 11, fazemos apontamentos sobre como a imprensa, apesar de um rico objeto e espaço para a investigação histórica, não pode ser vista como a representação mimética da realidade. Além disso, argumentamos como os discursos jornalísticos, às vezes bem intencionados, podem ter efeitos negativos em longo prazo sobre aqueles que são descritos de forma estereotipada.

1 - REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NO PÓS-ABOLIÇÃO

1.1 – Termos preto(a), pardo(a) e negro(a)

Nelson do Valle Silva (1981) escreveu sobre 135 cores descritas pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio - PNAD, de 1976, mostrando o quanto a descrição de cor no Brasil pode ser heterogênea. Ainda hoje, a respeito do censo brasileiro, há uma relevante discussão sobre a metodologia do sistema de classificação étnico-racial¹⁰, pois não refletiria a diversidade das descrições que a sociedade possui. No entanto, por uma simplificação metodológica, o censo brasileiro continua trabalhando com as categorias preto(a) e pardo(a), especificações de cor daqueles que são classificados como “negros”.

As denominações, juntamente com as categorias branco, amarelo e indígena, tratam-se intrinsecamente de fatores subjetivos. No entanto, estão num contexto de uma metodologia de pesquisa envolvida num conjunto de critérios científicos e estatísticos convencionados socialmente como válidos. Os termos são, portanto, uma forma de simplificação de algo bem mais complexo.

O Censo Geral do Império de 1872 fez a primeira classificação geral de raça (cor) da população brasileira. A categoria “raças”, embora não fosse absolutamente inédita, divergia dos censos anteriores (LIMA, 2003, p. 119). O Censo também trabalhava com as categorias preto(a) e pardo(a), e é com essa classificação em mente que fomos em busca dos textos jornalísticos. Já o Censo de 1890¹¹ trabalhou com a categoria mestiço(a), em substituição ao termo pardo(a). Mas, como falamos, nos detivemos apenas à busca dos descritores “preto” e “pardo”, além da palavra “negro”.

¹⁰ No final dos anos 1990, as reflexões sobre as classificações de cor ou raça aumentaram substancialmente. Nos anos 2000, depois da *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, quando foi adotada a “Declaração e o Programa de Ação de Durban”, esses estudos se intensificaram ainda mais. Para uma introdução ao atual debate sobre o sistema de classificação étnico-racial, ver, por exemplo: *Características étnico-raciais da população: Classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 208 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/pcerp_classificacoes_e_identidades.pdf> Acesso em: abril 2015; *Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 93 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf> Acesso em: abril 2015; OSÓRIO, R. G.. *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE*. Brasília, DF: IPEA, 2003. 50 p. (Texto para discussão, n. 996). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0996.pdf> Acesso em: jan. 2013; PETRUCCELLI, J. L.. *A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. 156 p. (Coleção políticas da cor).

¹¹ Embora o Censo de 1890 utilize a classificação de cor, ele é considerado uma fonte sem credibilidade do ponto de vista demográfico. Por outro lado, ao incluir o critério da cor, revela a preocupação social do período. O censo seguinte, de 1920, retirou a cor das análises, variável que voltaria a aparecer no recenseamento de 1940 (RIOS e MATTOS, 2004, p. 176).

TABELA 1 - CENSO DE 1872 – CLASSIFICAÇÃO POR RAÇAS DE LIVRES

	<i>Dos homens</i>				<i>Das mulheres</i>			
	<i>Branco</i> s	<i>Pardo</i> s	<i>Pretos</i>	<i>Caboclos</i> ¹²	<i>Branca</i> s	<i>Parda</i> s	<i>Pretas</i>	<i>Caboclas</i>
Município neutro	96.255	22.762	14.198	665	55.544	22.083	14.268	258
Império	1.971.772	1.673.971	472.008	200.948	1.815.517	1.650.307	449.142	186.007

Fonte: LIMA, 2003, p. 120.

TABELA 2 - CENSO DE 1872 – CLASSIFICAÇÃO POR RAÇAS DE ESCRAVIZADOS

	<i>Dos homens</i>		<i>Das mulheres</i>	
	<i>Pardo</i> s	<i>Pretos</i>	<i>Parda</i> s	<i>Pretas</i>
Município neutro	5.275	19.611	5.786	18.267
Império	252.824	552.346	224.680	480.956

Fonte: *Ibid.*

A classificação das pessoas por cores pré-definidas, dados os estigmas implícitos, pode gerar uma série de dúvidas e oposições. Já em 1833, o primeiro jornal da imprensa negra *O Homem de Cor* se expressou contrário à classificação de homens livres por cor, inclusive, prática adotada pelos censos do Império.

Não sabemos o motivo porque os brancos moderados nos não declarado guerra, há pouco lemos uma circular em que se declara que as listas dos cidadãos brasileiros devem conter a diferença de cor e isto entre os homens livres! A Constituição, tantas vezes desflorada pelos moderados, é hoje apenas letras de que apreço nenhum fazem os liberais por excelência. Seria melhor que tomassem o conselho d'*O Homem de Cor* que não exasperassem os mulatos sempre amigos da lei e da ordem, e se deixassem de distinções que em verdade são fatalíssimas, mormente quando a nação brasileira se acha dilacerada pelos partidos [...] (4 de novembro de 1833, *apud* LIMA, *ibid.*, p. 91).

De acordo com Mattos e Rios (2004, p. 176), durante a escravidão, havia a descrição das cores das pessoas em fontes primárias, devido ao estatuto jurídico dos escravizados. Depois da abolição, aos poucos, essa classificação se tornou mais difícil. Desde meados do século XIX, parou-se de se descrever a cor dos homens livres nos registros históricos disponíveis. “Processos cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não fazem menção da cor e, mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, onde citar a cor era legalmente obrigatório, em muitos casos, ela se faz ausente¹³”.

¹² Representavam os índios.

¹³ O livro *Das cores do silêncio*, de Hebe Mattos (1995), foi pioneiro em expor a ausência na documentação pública da descrição de cor dos brasileiros afrodescendentes, predominante desde meados do século XIX. Os jornais podem ajudar a encontrar personagens com as cores descritas.

Nos jornais do Rio de Janeiro, ao menos nesses anos iniciais (1888-1910), foi possível encontrar a menção da cor de pretos e pardos. Apesar de já ser utilizada de forma insipiente a fotografia, sem imagens suficientes para apresentar, o jeito era dar até algumas descrições físicas das pessoas negras representadas, entre elas, talvez a mais marcante e recorrente fosse a cor. Num processo de busca automático, os termos preto e pardo foram encontrados predominantemente nas crônicas policiais. Assim, como se tratavam de matérias em sua maior parte apuradas pelos jornais junto às autoridades policiais, pode-se inferir que havia uma categorização dos indivíduos por sua cor no primeiro contato da polícia com os indivíduos pretos e pardos, fossem eles autores ou vítimas de fatos acompanhados pela polícia. Outras pesquisas já revelaram que fontes policiais comumente referem-se à cor das pessoas negras envolvidas em crimes (por ex., COSTA PINTO, 1998[1953]).

A escolha pelos termos preto(a), pardo(a) e negro(a) também se deu porque, naqueles anos, eram palavras já comuns para classificar pessoas negras nos jornais, talvez os descritores mais comuns. Pode-se discutir se esses termos dão conta de encontrar as múltiplas representações de cor e raça da época. Acreditamos que não, mas, no caso dos jornais, pareceram os termos mais usuais, talvez porque faziam parte, como falamos, da nomenclatura oficial adotada pelo recenseamento de 1872.

É importante enfatizar o lugar nos jornais em que os termos apareciam. As palavras “preto” e “pardo” nos levavam às notícias de crimes. Isso é muito relevante para se compreender as representações dessas pessoas na época nos principais veículos comerciais de informação. Não é que nós fomos até as crônicas policiais procurar os termos, foram as palavras que nos levaram até esse tipo de notícia.

Na virada do século XX, outras classificações informais também eram comuns sobre a pessoa negra, tais como mulato/a, pessoa de cor, mestiço/a, entre outras¹⁴. Embora as categorias preto e pardo sejam facilmente encontradas nos jornais estudados, o que mostra o seu uso comum naqueles periódicos, esclarecemos que outros estudos sobre a época optam por investigar e comentar temas correlatos a partir de outras denominações, tais como “negro”, “mulato” e “de cor”. Inicialmente, por serem mais comuns no jornalismo factual, percebemos que os termos preto/a e pardo/a atendiam mais aos nossos interesses do que os termos negro/a, mulato/a e de cor. Enquanto o termo negro aparecia mais no jornalismo opinativo, o termo mulato, de forma geral e comparativamente, tinha menor recorrência nos jornais investigados.

¹⁴ Dentre as variadas formas de classificar uma pessoa pela sua cor, Ivana Stolze Lima diz que em certo registro policial surgia um termo bastante impreciso: “Joaquim da Trindade, nascido em Santa Catarina, foi designado como de 'cor fula'. Esse termo poderia designar africanos originários da Guiné, 'de cabelos encarapinhados e de cor mais ou menos baça', ou ainda, no uso brasileiro, o 'mestiço de negro e mulato', pardo” (LIMA, 2003, p. 124).

Talvez pelo uso do discurso formal, a expressão “de cor” também não apresentasse ampla recorrência nos jornais.

Além disso, o termo negro tinha um uso mais amplo do que as palavras preto e pardo. Aparecia em notícias internacionais sobre os Estados Unidos, a África, a Europa e a América Central ou em textos opinativos sobre economia, política, cultura e sociedade. Seria interessante, no futuro, ampliar esta pesquisa incluindo outras palavras, como mulato, mestiço, branco e pessoa de cor.

Com isso, decidimos dividir a pesquisa em duas partes diferentes. Num primeiro momento, o estudo consistiu numa investigação do discurso das representações feitas principalmente no jornalismo factual (notas, notícias e reportagens) de personagens descritos como pretos/as ou pardos/as. Posteriormente, investigamos o que principalmente o jornalismo opinativo (editorial, coluna, artigos, crônicas, cartas) discorria sobre os negros/as.

A decisão foi tomada a partir da percepção de que pretos e pardos eram predominantemente personagens de notícias do dia a dia, sobretudo os termos nos levaram às crônicas policiais, enquanto o negro era tema mais comum de opiniões intelectuais, políticas, sociais e jornalísticas presentes em colunas e artigos dos periódicos, além de abordando acontecimentos em outros países. Também evitamos usar textos do gênero literário e do publicitário, que também tiveram algumas aparições.

Como descrevemos, os documentos oficiais, tais como os censos, não conseguem incorporar toda uma ampla gama de classificações que existem no dia a dia da vida da população. A nosso ver, parece óbvio, portanto, que as relações e definições étnico-raciais, tanto de hoje quanto da Primeira República, são mais complexas do que as simplificações nos registros oficiais do Estado e, no caso da nossa pesquisa, nos textos dos jornais.

1.2 - Diferenças de representações de pretos e pardos

De 320 matérias selecionadas nos jornais *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, 210 descrições se referiam a pessoas pretas e 110 se referiam a pessoas pardas. Os outros 57 textos recolhidos continham a palavra negro(a) (**Tabela 3**).

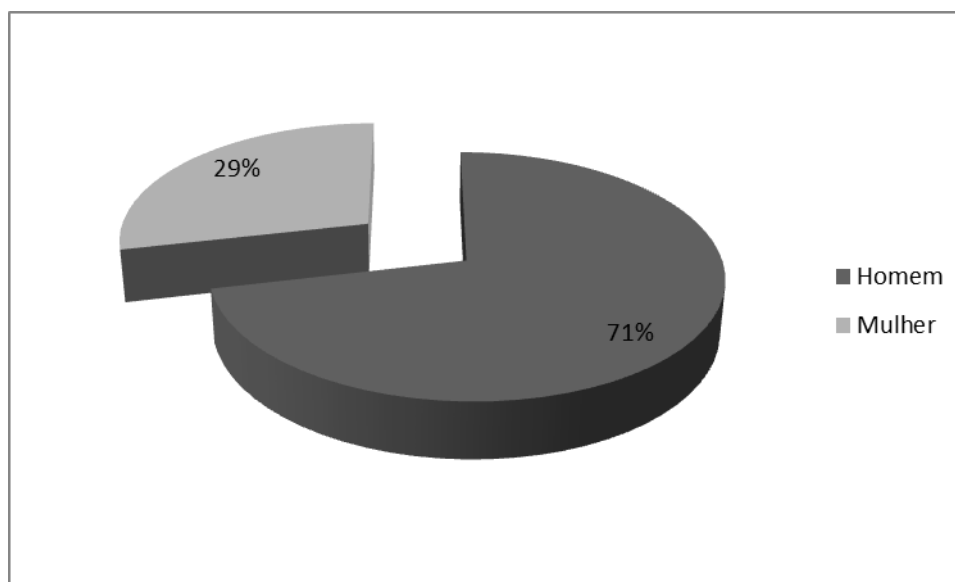
Porém, desse total de 377 textos selecionados, fizemos a tabulação apenas de 250, contendo os termos preto(a) e pardo(a). O termo negro(a) foi objeto apenas de análises específicas, pois os textos não tinham um padrão que permitia a tabulação dos resultados de forma similar.

TABELA 3 - DESCRITORES DOS PERSONAGENS DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS

	<i>Preto(a)</i>	<i>Pardo(a)</i>	<i>Negro(a)</i>
O Paiz	40	70	27
Jornal do Brasil	110	30	20
Correio da Manhã	60	10	10
<i>Total</i>	<i>210</i>	<i>110</i>	<i>57</i>

Das 250 matérias tabuladas, a maior parte dos personagens eram homens, somando 71%, enquanto as mulheres foram 29%.

GRÁFICO 1 - GÊNEROS DOS PERSONAGENS DAS NOTÍCIAS



É curioso notar que, embora tenhamos usado muito os termos *preta* e *parda*, ou seja, a cor no feminino, apareceram na amostra mais personagens homens, pois junto com o termo no feminino eram comuns, por exemplo, expressões do tipo: “fulano de tal, de cor *preta*...”¹⁵.

Partíamos da pressuposição de que as representações de pretos e pardos eram aproximadas. Porém, algumas observações quantitativas podem apontar para algum tipo de diferença na abordagem de personagens pretos e pardos nas matérias jornalísticas. A partir da seleção de uma amostra com 47 matérias sobre pretos e 47 matérias sobre pardos, fizemos as comparações a seguir.

¹⁵ Não nos aprofundamos nessa investigação, mas supomos que os jornais não usavam muito a expressão “de cor” sem se referir à especificação de que cor era essa, se *preta* ou *parda*. Talvez devido à necessidade de formalidade do discurso jornalístico a simples expressão “de cor” não fosse muito utilizada nesses periódicos, mas sobre isso precisaríamos de uma investigação mais aprofundada.

Pretos e pardos apareciam nos mesmos cenários das crônicas policiais. As sessões também eram similares, por exemplo: E. F. Central do Brasil, Ocorrências Policiais, Queixas do Povo, Desastres. Mas isso quer dizer que eram tratados da mesma forma?

Em relação às páginas, ambas as representações predominavam na página “dois” dos jornais. Na primeira página, a aparição de pardos chega a ser o dobro da de negros, 34% dos casos de pardos estão na primeira página, enquanto apenas 17% dos pretos estão nessa localização.

TABELA 4 – PÁGINAS DOS JORNAIS

	<i>Pardo</i>		<i>Preto</i>	
Página 1	16	34%	8	17%
Página 2	19	40%	21	45%
Página 3	6	13%	10	21%
Outras	6	13%	8	17%

Em relação ao número de linhas, apesar de uma diferença pequena, os personagens pardos apareciam em matérias mais longas que os pretos. Na amostra, enquanto a média de linhas foi de 8,2 para as matérias sobre pretos, para os pardos, era uma média de 9,2 linhas, tendo sido proporcionalmente maior a ocorrência de matérias com mais de 40 linhas para personagens pardos, o que pouco ocorreu em relação aos pretos.

Embora não tenhamos quantificado a informação, acreditamos que não havia diferença perceptível nos títulos das notícias. Ambas tratavam de “desastre”, “agressão”, “crueldade”, “empregado sanguinário”, “colhido por um trem”, entre outros títulos que não distinguiam as cores dos indivíduos, se pretos ou pardos.

Os nomes dos personagens também eram igualmente descritos, cuidado importante em respeito aos seres humanos apresentados nos jornais. Apenas quando de fato a reportagem não sabia de quem se tratava, passava a indicar que era “um indivíduo”, “um menor”, “uma mulher”... quer fossem pretos ou pardos.

Quando comparamos se eram autores ou vítimas das situações problemáticas descritas nas matérias, é semelhante a porcentagem na amostra (**Tabela 5**), o que reforça dois pontos importantes. Em primeiro lugar, as representações giravam em contextos semelhantes, em segundo, ambos eram mais vítimas que autores nas representações dessas situações problemáticas descritas nas notícias. Resta saber se brancos apareciam assim também. Em

relação à descrição de personagens mortos ou vivos, os pardos apresentaram maior fatalidade na amostra, com 30 % de mortes, enquanto os casos de pretos foram apenas 15% (**Tabela 6**).

TABELA 5 – REPRESENTAÇÃO NA MATÉRIA

	<i>Pardo</i>		<i>Preto</i>	
Autoria	12	26%	13	28%
Vítima	34	72%	33	70%
Outros	1	2%	1	2%

TABELA 6 – CONDIÇÃO DE VIDA

	<i>Pardo</i>		<i>Preto</i>	
Vivo/a	32	68%	35	74%
Morto/a	14	30%	7	15%
Não se aplica	1	2%	5	11%

Já em relação à idade, a amostra revela um dado curioso. Não há representação de personagens pretos entre 40 e 60 anos. Enquanto no caso de pardos, cinco personagens aparecem dentro dessa faixa etária, isto é, cerca de 10% da amostra. Por outro lado, aparecem quatro personagens pretos com mais de 60 anos, enquanto pardos nessa faixa etária não aparecem. No total, a média de idade dos personagens pardos e pretos representados na amostra era similar, respectivamente, 24 e 25 anos. Porém, extraídos os personagens com mais de 40 anos, a média caiu para 21 anos entre os pardos e apenas 14 anos entre os pretos. No contexto da pesquisa, o fato revela que, naquele cenário de vulnerabilidade e criminalidade, a população preta tinha uma média de idade bem menor do que a população parda. Talvez por isso não se encontrem tantos personagens descritos como pretos entre os 40 e os 60 anos.

TABELA 7 – MÉDIA DE IDADE¹⁶

	<i>Pardo</i>	<i>Preto</i>
Média de idade geral	25 anos	24 anos
Média de idade dos personagens com até os 40 anos	21 anos	14 anos

¹⁶ Atenção, os dados são aproximados, uma vez que havia alguns casos de idades presumidas nas reportagens.

Quanto aos gêneros, há uma inversão na amostra. São registrados mais homens pardos (72%) que mulheres (28%), enquanto são mais mulheres pretas (62%) que homens (38%). Não sabemos se isso é indicador de alguma distinção entre os grupos. Para saber isso, seria preciso fazer um cálculo que partisse dos gêneros dos personagens sendo cruzados com outras informações, o que não é o caso aqui.

TABELA 8 – GÊNEROS

	<i>Pardo</i>		<i>Preto</i> ¹⁷	
Mulher	13	28%	28	62%
Homem	34	72%	17	38%

Também parece ser curioso o fato de que aparecem oito personagens pardos casados (17%) para apenas um personagem preto casado (2%). De modo geral, 91% dos personagens pretos da amostra não aparecem descritos em função de seu estado civil. Obviamente, o fato de a média de idade ser muito baixa também passa a ser determinante para isso. Apenas 9% dos pretos têm o estado civil descrito frente a 23% de pardos descritos casados (17%), solteiros (2%) ou viúvos (4%).

TABELA 9 – ESTADO CIVIL

	<i>Pardo</i>		<i>Preto</i>	
Casado/a	8	17%	1	2%
Amasiado/a	-	-	1	2%
Solteiro/a	1	2%	1	2%
Viúvo/a	2	4%	1	2%
Não especificado / não se aplica	36	77%	43	91%

Os pardos apareciam mais com a descrição de suas ocupações laborais, embora a diferença não seja tão grande frente aos pretos. Dentre os pardos, 34% foram descritos em relação à sua função no mundo do trabalho. Já dentre os pretos, foram 23% apenas. Quando olhamos as funções desempenhadas, pode-se verificar que eram similares. Há descrição de pardos/as como: trabalhador do trapiche, criada de uma parteira, trabalhador/a em casa de família, empregado na taverna, fogueiro, curandeiro, padeiro, empregado na lavoura/roça,

¹⁷ Em dois textos, os personagens eram diversos.

meretriz, cozinheiro, carpinteiro, dentre outros. Já em relação a personagens pretos/as, há descrições tais como: operário da companhia de iluminação, trabalhador da padaria, copeiro, servente de pedreiro, trabalhador em casa de família, criada, dentre outras. Não se pode, portanto, notar grandes distinções das atividades de ambos os grupos, eram profissões simples. O que chama mais atenção é mesmo o fato de ser maior a aparição das ocupações de pardos, ainda que a diferença de quantidade não seja tão grande.

TABELA 10 – DESCRIÇÃO DAS OCUPAÇÕES LABORAIS

	<i>Pardo</i>		<i>Preto</i>	
Sim	16	34%	11	23%
Não	31	66%	36	77%

1.3 – Os discursos sobre o preto e o pardo (e o branco)

O negro, descrito como “preto” e “pardo”, era massificado como o sujeito caso de polícia e de saúde pública. As palavras-chave e suas variantes se referiam, principalmente, a indivíduos específicos, personagens envolvidos em alguma situação muito desagradável, por vezes, fatal.

A referência à cor dos personagens era bastante impessoal em muitas situações, por exemplo, quando apareciam as descrições: “um indivíduo de cor preta” ou “um indivíduo de cor parda”. Geralmente isso ocorria nos casos em que não se sabia a identidade da pessoa, como em notícias de desmaiados na rua, corpos encontrados e não identificados, mortes súbitas, entre outras situações. Variantes disso eram também as expressões “um preto”, “um cadáver de cor preta”, “uma mulher de cor preta”, entre outras.

Também aparecia a expressão “o nacional de cor preta/parda” ou “a nacional de cor preta/parda”. Mas, nesses casos, a expressão vinha acompanhada do nome da pessoa, mesmo que se tratasse do autor de algum crime. Afinal de contas, para saber a origem da pessoa, era preciso identificá-la.

É possível dizer que a regra era a identificação da pessoa na hora da apuração da notícia. Quando o personagem era identificado, os textos davam a descrição de nome, além de outras, como idade e nacionalidade; quando não era identificado, o indivíduo era descrito de forma incógnita. O que pode-se inquirir é até que ponto essa indigência podia ser tão grande naquela época, em relação ao conjunto total de textos e em comparação com outros personagens brancos das notícias.

Eram bastante comuns as expressões “de cor preta” e “de cor parda”, além é claro dos sintéticos “o preto”, “a preta”, “o pardo”, “a parda”, “preto”, “preta”, “pardo”, “parda”. À medida que descrevemos diferentes casos ao longo do trabalho, procuramos incluir a forma como apareciam as descrições de cor a fim de demonstrar de forma mais completa a maneira como apareciam nos textos.

Nem todo mundo que aparecia numa matéria era referido em relação à cor. As descrições de cor não eram sistemáticas, apesar de existirem durante toda a fase estudada. Chegamos aos personagens de forma automatizada. No mesmo sentido, nem todos os personagens de fatos diversos eram acompanhados de dados sobre profissão, estado civil, idade e endereço. Havia muitas outras matérias cuja ausência de descrição de cor impede de sabermos se o indivíduo era preto, pardo ou branco. Inclusive, mesmo nas matérias que acessamos, há uma forte ausência da cor de outros indivíduos que interagem com os personagens pretos e pardos das notícias. Seriam eles de que cor? Seriam também pretos e pardos ou seriam brancos? O que essas ausências revelam ou indicam?

As representações de cor branca ou outros traços de cor também podiam ser comuns nos jornais da época. Para verificar essa informação seria necessário investigar mais a fundo essas múltiplas representações, o que não foi o caso deste estudo. No entanto, algumas considerações mais elementares e sugestivas podem ser feitas.

Foi possível verificar que, em muitas reportagens, havia ausência da descrição das cores de outros personagens que também apareciam, de forma que não é possível afirmar quando a cor deles era preta, parda, branca ou outra. Na maior parte dos casos em que aparece a referência à cor, geralmente é outro personagem negro também. Apareciam alguns italianos, portugueses, espanhóis e russos em situações de interação com os personagens negros, mas geralmente a suposta cor branca não era citada comumente nesses episódios, talvez porque a suposta imagem branca dos indivíduos estivesse presumida. De fato, há um caso em que o italiano negro tem sua cor descrita, o que também pode apontar para a possível exceção do personagem (*Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1895, p. 2).

Também é possível afirmar que não era uma regra que as reportagens policiais descrevessem necessariamente a cor dos personagens envolvidos. Chegamos a esses personagens pretos e pardos porque as pesquisas eram direcionadas para eles. Ao lermos notícias dia a dia, há personagens que simplesmente não são descritos em função de sua cor.

No entanto, os jornais também descreviam e especificavam personagens “de cor branca”. Os contextos das matérias em que apareciam podem ser considerados menos dramáticos, são diferenças às vezes sutis, mas existem. Acidentes, síncope, atropelamento,

recolhimento ao Hospital da Misericórdia, afogamento, remoção para o necrotério, doença, falecimento, epidêmicos, recém-nascido encontrado morto, recém-nascido abandonado, são casos que também vimos quando procuramos os termos preto e pardo.

Pode-se então supor que as representações de cor não eram exclusivas sobre a população preta e parda e que as representações de cor branca eram similares às de cor preta? Caso isso se confirmasse, a descrição de cor não tinha um traço discriminatório, mas tratava-se de um dado objetivo sobre a cor das pessoas retratadas?

No entanto, há também indícios de que poderia haver preterição do personagem negro em algumas situações específicas. Embora não tenhamos feito uma pesquisa tão profunda sobre isso, o personagem branco não apareceu em nenhum momento como bruto, bárbaro, cruel, assombroso, criminoso, perverso, torpe, feroz, terrível, sanguinário, entre outros adjetivos atribuídos a personagens negros.

Nas duas notas a seguir, ambas publicadas numa pequena sessão intitulada “Santa Casa”, observa-se que tanto um personagem de nacionalidade portuguesa e branco quanto uma jovem negra são descritos em função de sua cor (*Correio da Manhã*, sábado, 29 de setembro de 1906, p. 3/6).

Com guia do comissário de higiene de Santa Rita, foi internado ontem na 13ª Enfermaria Joaquim Dias da Silva, que acusava ferimentos no pé direito por ter-lhe caído em cima um tijolo de carvão de pedra, quando trabalhava na Ilha do Vianna. Dias tem 23 anos, é solteiro, **de cor branca**, nacionalidade portuguesa, trabalhador e residente à rua Primeiro de Março, nº 115.

Na 24ª Enfermaria, onde foi internado no dia (???) do corrente, faleceu ontem, vitimada por tétano, Alice de Paiva. Naquele dia, Alice, com o firme propósito de por termo à existência, derramou querosene sobre as vestes, ateando fogo em seguida. Alice contava 17 anos, era solteira, **de cor preta**, criada, brasileira e residente à rua Muriquipary, nº 37.

No entanto, numa outra edição do *Correio da Manhã*, na sessão “Crônica Policial”, há ausência da descrição da cor, supostamente branca. Enquanto três pessoas, sendo dois portugueses, não são descritos em função da cor, dois personagens negros aparecem com a descrição da cor (3 de junho de 1909, p. 3/8).

A notícia a seguir, por sua vez, nos parece revelar que a própria apuração policial requeria a descrição de cor como forma mínima de classificação dos sujeitos. É curioso como a matéria expõe a confusão entre as cores.

Luiz Camargo, residente à Rua Domingos Lopes, nº 53, e empregado de Francisco de Oliveira, apresentou-se anteontem, alta noite, na Delegacia do 23º Distrito, dizendo ter sido assaltado por quatro indivíduos que lhe desposaram da quantia de 120\$000, que trazia no bolso da calça, quando em trânsito pela estrada Marechal Rangel, acrescentando serem **de cor preta** os quatro bandidos. Registrada a queixa no livro de ocorrências e prometidas as providências, Camargo retirou-se. Passada meia-hora, Camargo volta, novamente à Delegacia, mas desta vez trazido por um guarda noturno que o encontrara dormindo no meio da rua. O comissário de serviço, só então notando que Camargo se achava um tanto alcoolizado, e desconfiando da queixa do assalto, interpelou-o novamente, como havia ocorrido este. Camargo, que na primeira queixa havia dito que os seus assaltantes eram **negros**, declarou serem eles **brancos**, na segunda,

caindo ainda em várias contradições. Seria roubado mesmo Camargo? (“Uma queixa duvidosa”, *Correio da Manhã*, sexta-feira, 25 de outubro de 1907, p. 2/8).

O que chama a atenção nessa notícia é o fato de que o homem confunde as cores dos supostos assaltantes, citando inicialmente que seriam negros, para, em seguida, contradizer-se, dizendo que eram brancos. Como o homem foi percebido como embriagado, há de se suspeitar também que sequer teria sido assaltado, supõe a reportagem. Além disso, a notícia deixa ver que a cor podia ser um dos itens mais básicos ou primários das descrições de suspeitos de crimes numa investigação policial.

Não é possível afirmar que as representações de pessoas pretas e pardas eram uma questão de evidenciação de suas cores principalmente por causa dessa característica. Porém, há indícios que contribuem para essa hipótese. Numa sessão “Ocorrências Policiais”, de 1891, do *Jornal do Brasil* (sexta-feira, 10 de abril de 1891, p. 1/4), observa-se que, entre as primeiras cinco notas, apenas a segunda descreve a cor da pessoa representada, uma mulher “preta”: (2) “A **preta** Maria Joaquina foi ontem remetida para a Casa de Detenção, por ter furtado a Justino Magalhães, 29 peças de roupa”.

Nas outras reportagens não há nada que evidencie cor: (1) “José Joaquim da Costa, que, em 25 do mês findo, agrediu Maria das Dores”; (3) “faleceu anteontem, sem assistência médica, o italiano Colombo Luiz”; (4) “foi atropelado o indivíduo de nome José de Oliveira Gomes”; (5) “Antonio Manoel de Oliveira e José Rodrigues, que embriagados, promoviam anteontem desordem no Botequim da Rua Conde *d’Eu*”.

Em outra data, também na sessão policial (*Jornal do Brasil*, domingo, 12 de abril de 1891, p. 2/5), o mesmo se verifica. Dentro muitos personagens que aparecem, apenas um indivíduo tem a sua cor “preta” descrita. (1) “Miguel (???) e Domingos Fernandes treparam pelo encanamento do gás”; (2) “boiando o cadáver de um indivíduo **de cor preta**”; (3) Joaquim de Moraes Sarmiento, morador à Travessa do Ferreira, travou-se de razões com a sua mulher”.

Não fizemos uma pesquisa profunda sobre as outras representações policiais. Com isso, a ausência de cor não indica que o indivíduo era apenas branco. Essa ausência pode ter existido, inclusive, em relação a indivíduos pretos e pardos. Portanto, há hipóteses que ainda precisam ser investigadas.

Segundo Hebe Mattos, ao final do século XIX, a maioria dos autos de corpo de delito, já no período pré-1888, preferia descrever a cor dos indivíduos, sem referência necessária ao cativo. “Em geral, o qualificativo 'preto' não mais precedia o prenome e a designação explícita de cor, antes restrita à 'cor branca' e à 'cor parda', nestas peças, multiplicava-se numa

infinidade de matizes ('cor branca', 'cor preta', 'cor parda', 'cor morena', 'cor parda escura', entre outros)”. No caso dos homicídios, segundo a autora, era necessária essa referência (1995, p. 388). No caso dos jornais, é possível verificar ainda muito fortemente a presença dos qualificativos 'preto' e 'pardo' antes dos nomes dos personagens das notícias, as mais diversas possíveis. Assim, poderia haver um descompasso entre o oficial e a esfera social das relações de cor.

2 – OS JORNAIS

2.1 – Jornais como fontes

Inerente à escrita (ou impressão) e à leitura, Chartier (1990) esclarece que “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler”. Também “não há compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor”, diz o autor (p. 127). Já nos termos de Bourdieu, a análise da história do campo é, “em si mesma, a única forma legítima da análise de essência” (1989, p. 71). Desse modo, compreender os jornais da época como um campo específico de produção simbólica passa a ser imprescindível para colocar nesse contexto as representações sobre raça e cor.

Ainda para Chartier, é preciso ter cuidado para não impor a uma época passada a leitura específica do historiador no presente. Se, por um lado, levamos perguntas de hoje para a investigação do passado (BLOCH, 2002), por outro, é preciso interpretar as fontes a partir da compreensão de sua época (CHARTIER, *ibid.*).

Segundo Freire Filho (2005, p. 19-20), ao analisar as representações da imprensa sobre grupos minoritários, dentre muitos aspectos, é preciso pensar: Que atores e instituições sociais são responsáveis pela geração e disseminação massiva das imagens das comunidades minoritárias? Em conjunção com quais fatores políticos e econômicos? Amparados por quais discursos, códigos culturais, convenções genéricas e tecnologias comunicacionais? Visando preferencialmente a que fatia de mercado?

Ao longo do século XX, no âmbito da *Escola dos Annales*, o uso dos jornais como fonte de pesquisa historiográfica foi se tornando algo consensual, mas isso não “implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo”, diz Luca (2005, p. 112). Mas hoje já se considera os jornais como importante fonte do conhecimento histórico, cuja amplitude ainda não foi completamente explorada (CAPELATO, 1988).

No Brasil, ao longo da década de 1970, ainda resistia-se ao uso da imprensa como fonte ou documentação para a escrita da história, embora já houvesse o consenso de sua importância. Mas os jornais ainda eram considerados ideológicos e partidários. Foi a partir das últimas décadas do século XX que o debate sobre o uso dessas fontes no Brasil se intensificou (LUCA, *op. cit.*).

Os jornais podem ser utilizados na historiografia como fonte de pesquisa e como objeto de estudo. Nosso trabalho é um híbrido entre os dois. Embora disserte principalmente

sobre a história do negro no pós-abolição contada através dos jornais, nossas considerações tentam perceber ainda os discursos do próprio meio em que ocorrem as representações, que são os três periódicos investigados, em sua relação com a sociedade da época, sobretudo com a questão racial e as representações de cor. Desse modo, consideramos a análise dos jornais feita aqui como um diálogo também com o campo da história da imprensa no Brasil.

Parafraseando Martins e Luca, compreender a história da imprensa brasileira é pertinente não apenas a jornalistas e historiadores. Se jornalistas precisam conhecer melhor a história do meio no qual trabalham, historiadores também valorizam um tipo de documento riquíssimo e detalhado. Para além desses interesses específicos, “a história da imprensa é irmã siamesa da cidadania, do espaço público compartilhado e da democracia” (2008, p. 8).

Com a recente digitalização de jornais e outros periódicos pela Biblioteca Nacional, disponível na Hemeroteca Digital a partir de julho de 2012, o trabalho do historiador que precisa utilizar essa fonte de pesquisa se tornou muito mais fácil, pois a pesquisa pode ser feita, por exemplo, por palavras-chave, e, assim, o historiador não precisa ler jornal a jornal, notícia a notícia, em busca de seus temas pesquisados.

Há quase cem anos, em 1922, foi criado o acervo físico de periódicos da Biblioteca Nacional. Mas apenas há menos de quatro anos foi possível a disponibilização digital do acervo. Na própria casa, com um computador acessado à internet, o pesquisador pode acessar esses dados. Alguns historiadores ainda reticentes vão acusar de “preguiçoso” quem trabalha com essas fontes. No entanto, cada pesquisador sabe as dores e as alegrias de sua pesquisa.

Porém, de fato, há certas facilidades na pesquisa, tal como a fizemos, e que vão dizer respeito diretamente aos resultados iniciais obtidos. Utilizamos 377 textos jornalísticos e opinativos dos jornais *O Paiz*, 1884-1910 (27 anos); *Jornal do Brasil*, 1891-1910 (20 anos); e *Correio da Manhã*, 1901-1910 (10 anos). Encontramos os textos utilizados de forma completamente automática, isto é, através da pesquisa por palavras-chave, em que usamos os termos “preto/a”, “pardo/a” e “negro/a”.

Torna-se importante o fato de que a grande ocorrência de palavras encontradas nas crônicas policiais se deu de forma aleatória, sem nenhum encaminhamento prévio para a temática policial. Não fomos atrás de representações de pessoas negras nessas crônicas. Foram os termos “preto/a” e “pardo/a” que nos levaram até esse tipo de texto. Como já esclarecemos, na pesquisa feita por amostragem, um subconjunto aleatório tende a possuir características iguais às do conjunto maior. Além disso, quanto maior for a repetição de um caso ou evento, mais perto está o resultado de possuir uma probabilidade efetiva (GIL, 2008, p. 90). Pode-se, por conseguinte, confirmar que, dentro do universo total de notícias daquela

fase, as representações do negro se concentravam nas notícias de crimes, acidentes, desastres, violência e morte.

2.2 – Breve resumo da história da imprensa no período

Referência no campo da história política da imprensa, Nelson Werneck Sodré (1999[1966]) trabalha com três temporalidades da história dos jornais no Brasil, mas que já tinham sido sugeridas por Juarez Bahia (1960, 1990[1964])¹⁸. São estas: o surgimento, fase marcada pelo jornal como “aventura individual”; uma fase de consolida o; e finalmente a fase industrial.

A respeito do fim do século XIX, um período de constantes transforma es no Brasil e no Rio de Janeiro, o autor considera uma fase em que o jornalismo começa a se consolidar como empresa capitalista.

  o período também da aboli o da escravidão e, posteriormente, da implanta o da República com as sucessivas mudanças de governo. A passagem para o novo século pode ter marcado uma grande transforma o cultural, pois emergia a necessidade de que a nova fase trouxesse também muitas inova es práticas para a sociedade carioca. As reformas urbanísticas podem ser vistas como um reflexo dessa aurora, com fortes impactos na vida da popula o empobrecida do Centro do Rio, principalmente a popula o negra dessa área, que perdeu seus locais de moradia.

Sodré destaca aquele como sendo um momento de transi o para uma fase racional da imprensa brasileira. Os jornais maiores são permanentes, obra de uma coletividade estruturada, com desenvolvida divisão de trabalho, são empresas. Em fins do século XIX, a imprensa artesanal, transitória, obra de poucos, estava sendo substituída pela imprensa industrial. "A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa" (SODRÉ, *op. cit.*, p. 261).

Os novos tempos também eram impactados pelas inova es tecnológicas e empresariais. As firmas que produziam os principais jornais da época (*Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*) passaram por sucessivos processos de moderniza o. O número de páginas aumenta, os *layouts* das páginas e a própria linguagem textual se transformam pouco a pouco.

¹⁸ *Três Fases da Imprensa Brasileira* (Bahia, 1960) foi um dos primeiros livros a sugerir uma periodiza o para a história da imprensa no Brasil, tendo se tornado a base do primeiro volume da obra maior de Juarez Bahia, *Jornal: História e Técnica* (1964).

Outras tecnologias vão incrementar diretamente a imprensa. A criação do telégrafo, em 1852, e a interligação com a Europa por cabos submarinos, em 1874, além do uso do telefone, são exemplares disso. À medida que as comunicações se tornavam mais fáceis, a imprensa evoluía em rapidez. A aceleração dos meios de transporte, com o incremento, por exemplo, dos trens, já desde a metade do século XIX, também tornava a comunicação e o transporte de periódicos para lugares distantes mais fluidos. Pessoas do interior agora tinham acesso aos jornais editados nas cidades (MACHADO, 2015, p. 1).

A alteração num veículo gerava alterações em outros, num sucessivo processo de modernização do meio e disputa pela conquista de demandas dos compradores. Muitas inovações davam um tom mais concorrencial aos principais jornais, numa tendência de levar ao mercado consumidor cada vez mais o produto notícia.

Junto a isso, os textos e as pautas tinham o objetivo de fazer vender. Assim, a linguagem sensacionalista também vai ganhar mais espaço gradativamente, em detrimento da hermética dos discursos dos grandes oradores do século XIX. Não só narrar os acontecimentos, a imprensa queria ganhar a atenção do público. Pode-se dizer que a imprensa passa também por um gradativo crescimento de um discurso “informativo”, representado, inclusive, por notas e notícias chocantes, e um decréscimo do conteúdo “formativo”, representado por artigos e outros textos com perfil argumentativo.

Apesar da forte importância dada ainda ao jornalismo autoral, ou opinativo, os jornais já estão dando cada vez mais espaço às notícias, aos *fait divers*. Para José Veríssimo, crítico literário do *Jornal do Brasil*, "de todas as manifestações da nossa vida intelectual, é talvez o jornalismo a mais importante e a única em que se veja progresso, ao menos no que respeita à informação, à notícia, em suma, à satisfação das atuais exigências do público" (1891, *apud* SODRÉ, 1999[1966]). Um suposto avanço que deve ser analisado pelo caráter parcial, pois, com o tempo, o foco no conteúdo informativo também vai apresentando seus próprios ranços.

Além disso, de acordo com Sodré, os jornais tinham um papel central na política da Primeira República, de forma que os maiores jornais, e também muitos dos pequenos, faziam parte de um jogo de disputas políticas contínuo, não só no sentido da relação com o governo, mas no do poder exercido em diferentes instituições da sociedade civil¹⁹.

¹⁹ Para uma história mais política e econômica dos jornais, o livro de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil* (1999[1966]), é bastante rico de nomes, datas, eventos e avanços técnicos, financeiros, empresariais e políticos que vão influenciar os jornais maiores e até os menores, da capital da república. Sodré está se dedicando principalmente ao jornalismo enquanto empresa e instituição proeminente no cenário político. A cadeia produtiva dos jornais, no Brasil, no exterior, os jornalistas, os políticos, os correspondentes, tudo isso pode ser encontrado nesse trabalho de Sodré. Há um ambiente de ameaças aos jornais, embates políticos, expansões gráficas, que vai sendo recontado pelo autor. O livro foi lançado em 1966 e se tornou obra clássica e

No Segundo Império, o principal referente do jornalismo brasileiro era o moderado e apertado *Jornal do Commercio* (1824-2016), do Rio de Janeiro, considerado “conservador, devido ao seu caráter institucional” (SODRÉ, 1999, p. 190). É nesse período que avanços tecnológicos, como a implantação de cabos submarinos e o telégrafo, tornam-se fatores modernizadores da imprensa, aliados à fortificação da burguesia comercial e mercantil. Já o *Gazeta de Notícias*, jornal lançado em 1874 por Ferreira de Araújo, foi o primeiro periódico popular e barato do Brasil.

À medida que adquirem um perfil mais empresarial, também se tornam mais caros. A modernização do meio não necessariamente representou de imediato um avanço da linguagem, haja vista que convivem xingamentos e idolatrias nos textos políticos, por exemplo. Um dos fatores que provocava a dependência da imprensa ao poder político era justamente a falta de recursos próprios para se manter em operação. As verbas oficiais representavam boa parte do dinheiro necessário para a manutenção das empresas jornalísticas, e os governos sabiam explorar essa dependência, diz Sodré (*Ibid.*, p. 266-267).

Como falamos, gradativamente, houve a introdução e a ampliação de mais elementos modernizadores da imprensa brasileira, como as rotativas, a zincografia, o telefone, o telégrafo, a fotografia, entre outros. *A Notícia* (1894-1997) foi o primeiro periódico a usar o serviço telegráfico em 1895, a *Gazeta de Notícias* (1875-1942) foi o primeiro a recorrer à zincografia, e a revista *O Mercúrio*, a primeira a usar a ilustração a cores (*Ibid.*, p. 266-267).

Na virada para o século XX, o jornal-empresa se consolidava. Enquanto empreendimento individual, vai praticamente desaparecer nas grandes cidades, sendo praticado ainda no interior. O número de veículos periódicos diminui e passa a ser “mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal”, considera Sodré (*Ibid.*, 276).

Durante a República, continuariam os empastelamentos de jornais. *A Tribuna*, por exemplo, depois de criticar o governo e o presidente Deodoro da Fonseca, foi depredada em 1890 por forças republicanas. No entanto, dezessete jornais da época pressionaram o governo

referencial para a história da historiografia da imprensa brasileira. Sodré militava na esquerda marxista e no PCB - Partido Comunista Brasileiro. A visão política e ideológica do autor também fundamenta as percepções que tem sobre a imprensa. Como historiador, adotou uma perspectiva marxista e dialética na interpretação dos fatos históricos. Assim, a cultura era tomada como superestrutura elaborada a partir do desenvolvimento das forças produtivas num sistema de exploração capitalista. O autor enxergava a imprensa como um “aparelho ideológico do estado”. No início do livro, afirma: “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (SODRÉ, 1999, p. 1). Nelson Werneck Sodré se opõe ao que ele considera “historiografia oficial”, dando ao seu texto um posicionamento contra-corrente, com liberdade interpretativa e leituras fortemente ideológicas (marxistas) sobre a história do jornalismo impresso no Brasil. Já para uma análise mais cultural da imprensa da época, o livro de Marialva Barbosa, *História Cultural da Imprensa – Brasil – 1800/1900* (2010), é mais específico e contribui mais para a perspectiva que adotamos neste trabalho.

para rever o ato que causou a morte de um revisor. Sem resultados, não deixava de ser um marco de certa autonomia da imprensa frente ao poder político. Para Sodré, esse exemplo, assim como a facilidade com que se comprava uma empresa jornalística, ou a opinião de um jornal, dava à imprensa da época “um traço burguês”. No entanto, numa fase em que a burguesia ainda está frágil, é forçada “a acomodar-se ao poder político, que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado servia principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional” (SODRÉ, 1999, p. 276).

Um artigo do jornalista francês Max Leclerc, em visita ao Brasil em 1889 para reportar a implantação da República, mostra aspectos da imprensa nacional no começo do novo regime. Ao analisá-lo, para Sodré, os jornais prósperos (encabeçados pelo *Jornal do Comércio* e pela *Gazeta de Notícias*) eram politicamente independentes e apartidários, obedeciam a uma organização empresarial, tinham o lucro por objetivo, ancoravam a sua estratégia comercial à captação de anúncios publicitários e propunham linhas editoriais predominantemente noticiosas, existiam também os jornais de partido, que viviam dos apoios dos mesmos, sendo lidos, predominantemente, por aqueles que apoiavam a legenda ou o líder político em causa (*Ibid.*, p. 252-253).

No entanto, apesar da conjuntura desfavorável, muitos literatos destacaram-se na imprensa, juntando-se no panteão das letras brasileiras a Machado de Assis ou Euclides da Cunha nomes como José Veríssimo – o idealizador da Academia Brasileira de Letras –, sob cuja direção renasceu a *Revista Brasileira*, e Lima Barreto, este já em pleno século XX. O folhetim era um dos elementos que se valorizava com a popularização dos escritores de jornal. O anúncio publicitário tornou-se mais literário com a colaboração de escritores, ou mais persuasivo, com os testemunhos de personalidades famosas, que apregoavam as virtudes de um produto ou serviço. É nessa época que as agências publicitárias se formam no Brasil. No entanto, com a mistura entre jornalismo e literatura, “o noticiário era redigido de forma difícil, empolada” (*Ibid.*, p. 283).

Gradualmente, a imprensa tornou-se menos literária, até porque surgiu uma imprensa especificamente literária. Jornalistas escritores, no entanto, como Lima Barreto ou mesmo Monteiro Lobato, e políticos jornalistas, como Rui Barbosa, ao mesmo tempo em que faziam análises e opinavam nas páginas dos jornais sobre política, tinham liberdade para dotar os seus textos de elevação estilística (*Ibid.*, p. 323, 341-34).

Num tempo em que ainda não existia editoria de esportes, todos os jornais do Rio, com exceção do “circunspecto *Jornal do Comércio*”, davam destaque aos resultados e palpites para o jogo do bicho e alguns chegavam a esperar pelos resultados para serem impressos –

como os vespertinos *Cidade do Rio* e *A Notícia*, que lutavam permanentemente por serem os primeiros a sair em cada início de tarde (SODRÉ, 1999, p. 272).

A imprensa brasileira, a partir da virada do século, deu crescente atenção à política, não apenas nos conteúdos, mas também na intervenção na arena pública, como se fosse a voz representativa dos cidadãos, ou, em concreto, da pequena burguesia que a lia, ou de determinados partidos burgueses. Isso provocou, não raras vezes, a cólera e os ataques, verbais, legais e violentos, contra os jornais, até porque o próprio clima político era turbulento (*Ibid.*, p. 325-355).

Por ocasião da virada do século, os jornalistas brasileiros começaram a ver-se a si mesmos como uma classe profissional autônoma que necessitava de se organizar. A fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 1908, foi um primeiro passo (*Ibid.*, p. 307).

Nessa mesma época, surge no Brasil a imprensa proletária, para dar voz ao crescimento do proletariado, devido ao desenvolvimento do capitalismo e a promoção social e reconfiguração da burguesia. O tempo era de combate político e, por vezes, físico. Penetravam no Brasil as ideias socialistas, anarquistas e sindicalistas, as mesmas que, aliás, tinham facultado a fundação da ABI (*Ibid.*, p. 306).

2.3 – *O Paiz, Jornal do Brasil e Correio da Manhã*

Agora, apresentamos de forma ampla, as principais distinções entre os jornais com os quais trabalhamos – *O Paiz, Jornal do Brasil e Correio da Manhã*. Porém, o que mais nos interessa aqui é expor como eles se diferenciavam entre si na forma como tratavam a população negra.

Afeito ao republicanismo, *O Paiz* se inicia ainda no Império, em 1884, cobrindo a transição para a República, sem contar os acontecimentos em torno do 13 de maio de 1888, de forma que é o único jornal dos três que utilizamos a fazer a cobertura jornalística dessa transição.

Rui Barbosa (1849-1923) foi o primeiro redator-chefe, mas apenas durante os primeiros três dias de circulação do periódico, sendo o posto assumido por Quintino Bocaiúva (1836-1912), que era responsável pela organização de cada edição do jornal, respondendo pelo conjunto de textos, imagens e informações publicado diariamente. Naquela fase, além dos proprietários, os redatores-chefes dos jornais cariocas eram também personagens com envolvimento direto ou indireto na cena política (SODRÉ, *ibid.*).

O Paiz defendeu a abolição, movimento já consolidado naquela fase inicial do jornal. Joaquim Nabuco, embora fosse a favor do abolicionismo como *O Paiz*, defendia a Monarquia e, por isso, deixou de escrever para o jornal, após desentendimentos com Quintino Bocaiúva (SODRÉ, 1999).

Também escreveram para *O Paiz* outras personalidades, como Fernando Lobo, Anésia Pinheiro Machado, Joaquim Serra, Alcindo Guanabara, Urbano Duarte. No campo da crítica artística, Artur de Azevedo também dava a sua opinião no jornal.

Em 1930, Getúlio Vargas se tornou o novo presidente do Brasil depois de um golpe. O período que se iniciou ficou conhecido como Estado Novo. *O Paiz*, no entanto, se posicionou contra o novo regime que depôs o presidente Washington Luís, em 24 de outubro de 1930. Após esses fatos, o incêndio que destruiu a sede do jornal naquele ano pode ter sido consequência das posições políticas do periódico e foi um dos fatores determinantes para o fim da circulação de *O Paiz*.

Já o *Jornal do Brasil* é de 9 de abril 1891, poucos meses depois da instauração da República e dois meses depois da nova Constituição, sendo, no entanto, um jornal inicialmente defensor da Monarquia. É com esse discurso nostálgico que vai se posicionar no começo. Além disso, fez campanha contra os métodos usados pela polícia no empastelamento do jornal *A Tribuna*, em 1890 (*Ibid.*, p. 285).

Do ponto de vista tecnológico, o *Jornal do Brasil* vinha para inovar, puxando para a modernidade outros periódicos concorrentes, como o próprio *O Paiz*. “Montado como uma empresa, com estrutura sólida. Vinha para durar” (*Ibid.*, p. 257). A sua estrutura empresarial, o parque gráfico, a distribuição feita em carroças e a participação de correspondentes estrangeiros, como Eça de Queirós, eram novidade na época. Em 1893, Rui Barbosa assumiu a chefia da redação. O Barão do Rio Branco, José Veríssimo, Aristides Spínola, Ulisses Viana e Oliveira Lima também escreveram no jornal.

À medida que o regime republicano se consolidava com a política café-com-leite, o Império vai perdendo espaço na agenda política do jornal. De dimensão *standard* (56 cm x 32 cm), o *JB* era superior às dimensões dos outros jornais. Tinha muitos correspondentes espalhados pela Europa e pelos Estados Unidos. Na virada do século, chegava à marca de 50 mil exemplares, tornando-se o periódico de maior circulação na América do Sul. Com a publicação de uma história policial em quadrinhos, conquistava também os leitores mais jovens.

Encerradas em 2010 suas edições impressas, o *Jornal do Brasil* ainda está presente no imaginário da população carioca. Seu fim está inserido num contexto de crescimento da

internet e decadência dos jornais em papel. O quadro que começa a se instaurar no jornalismo impresso é bastante pessimista e ainda não é certo se ele vai sobreviver nos próximos anos.

Enquanto isso, o *Correio da Manhã*, surgido em 1901, marca também o início do novo século no Rio de Janeiro, cidade em forte processo de modernização. No começo do século XX, a pequena burguesia urbana encontrou uma voz no *Correio da Manhã*, um jornal politicamente engajado, mas também apertado, afastando-se da perspectiva cômoda dos demais em relação à situação política. Pelo povo, o *Correio* se posicionou contra os processos usados pelas autoridades para imporem um programa de vacinação obrigatória (SODRÉ, 1999, p. 287-288, 325).

Era uma empresa dos Bittecourt originalmente, os Srs. Edmundo e Paulo. Marca uma inflexão do jornalismo no Brasil ao enfatizar a informação em contraposição ao enfoque no gênero opinativo, embora os jornais antecedentes também já sofressem parte desse processo. Chegou a ser um incômodo para presidentes e, por isso, foi fechado em vários momentos e seus proprietários e dirigentes presos.

Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto relata os bastidores do *Correio da Manhã*, onde o próprio autor trabalhou e se tornou *persona non grata* após a publicação da obra. O livro tem muito de autobiográfico e critica fortemente o racismo e a subordinação, além de criticar o dono, Edmundo Bittencourt.

Ao longo das mais de sete décadas em que circulou, o *Correio da Manhã* teve contribuições de personalidades como Otto Maria Carpeaux, Ledo Ivo, Renard Perez, Antônio Callado, Carlos Drummond de Andrade, Márcio Moreira Alves, Holoassy Lins de Albuquerque, Vicente Piragibe, Antônio Moniz Vianna, entre outros.

O periódico viveu e sobreviveu até 1974. Com o golpe de 1964 e os eventos subsequentes, o quadro de oposição do jornal, a prisão de sua dona, Niomar Moniz Sodré, e dos principais redatores, além da fuga de publicidade, determinaram o fechamento do jornal uma década depois.

2.4 – O conteúdo dos jornais

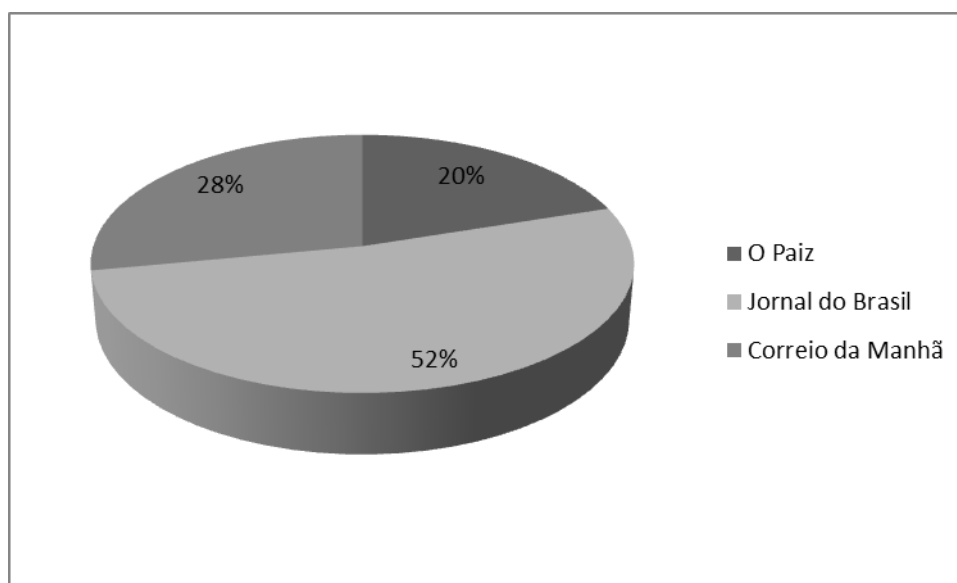
Para a tabulação, dos 377 textos jornalísticos desses periódicos, nós destrinchamos apenas 250, num total de 50 matérias de *O Paiz*, 130 do *Jornal do Brasil* e 70 do *Correio da Manhã*. É, portanto, bem mais expressiva a utilização de textos do *Jornal do Brasil*, representando 52% do material tabulado. Proporcionalmente aos anos em que esteve em

circulação, a quantidade de matérias analisadas do *JB* é menor que a do *Correio da Manhã*, este com uma média de sete por ano.

TABELA 11 – TOTAL DE MATÉRIAS
TABULADAS POR JORNAL

O Paiz	50
Jornal do Brasil	130
Correio da Manhã	70
<i>Total</i>	<i>250</i>

GRÁFICO 2 – TOTAL DE MATÉRIAS TABULADAS POR JORNAL



Em relação ao tamanho, a maior parte eram textos curtos, ou seja, notas de até 20 linhas, representando 71% das matérias (**Tabela 12**). Notícias mais longas e reportagens eram menos comuns quando se tratava das representações dos personagens negros nos jornais da época.

A grande maioria das notícias estava naquilo que estamos chamando de editoria policial (ou notícias policiais ou crônicas policiais), sobre, principalmente, a própria cidade do Rio de Janeiro (**Tabela 13**). Os títulos da maior parte das sessões já deixam ver esse ambiente de crimes. Concorrendo, ainda que em menor escala com as crônicas policiais, notícias de problemas de saúde ou médico-hospitalares também eram muito frequentes. Também era expressiva a ocorrência de acidentes de trem envolvendo pessoas negras, o que pode ser visto

na alta recorrência de matérias sobre isso, como aquelas que apareciam na sessão E. F. Central do Brasil. Acidentes geralmente eram tratados como casos de polícia, pois necessitavam, é claro, do específico acompanhamento policial. Há também a descrição, em bem menor número, de fatos que ocorrem em outros estados. Ocasionalmente, também aparecem representações de pretos e pardos em notícias internacionais.

TABELA 12 – NÚMERO DE LINHAS DAS MATÉRIAS

Até 10 linhas	87
De 11 a 20 linhas	91
De 21 a 30 linhas	30
De 31 a 40 linhas	18
De 41 a 100 linhas	20
Acima de 100 linhas	4

TABELA 13 – SESSÕES DAS MATÉRIAS

Crônica Policial ²⁰	7
E. F. Central do Brasil	7
Na Polícia e nas ruas – Correio	4
Desastres – O Paiz	3
Ocorrências Policiais	3
Queixas do povo – JB	2
Agressões e ferimentos – JB	1
De tudo para todos – O Paiz	1
Desastre e morte	1
E. F. Leopoldina – JB	1
Mortos e Enfermos – O Paiz	1
No Necrotério – JB	1
Pequenos fatos – O Paiz	1
Santa Casa – Correio	1

²⁰ As sessões em que não listei o nome do jornal correspondente apareceram em mais de um periódico.

Com a pesquisa feita por palavras-chave (os termos preto/a e pardo/a), por aparecerem logo de cara em crônicas policiais, sem nenhum direcionamento nosso para essa sessão dos jornais, a imagem inicial pode ser de que se tratavam de indivíduos criminosos. Porém, isso não se confirma à medida que se classifica essas aparições entre indivíduos criminosos ou vítimas! São maiores os registros em que o negro é vítima de crimes, além de acidentes, fatalidades, males sociais e diferentes casos fortuitos em que são demandadas investigações e ações da polícia. Para além disso, as matérias ajudam a revelar parte do cotidiano dos personagens, pessoas comuns e cujos relatos de suas vidas ajudam a mostrar dinâmicas sociais no espaço público, a desigualdade social e racial, indícios de linchamentos raciais, embates vividos e estratégias pensadas pela população negra, formas de inserção no mundo do trabalho livre, as representações *mainstream*, dentre outros aspectos do cenário complexo do pós-abolição no Rio de Janeiro e, inclusive, no Brasil e no mundo.

Sobre o posicionamento das reportagens nos jornais, as notícias sobre pretos e pardos foram encontradas principalmente na primeira ou na segunda página dos veículos. Esses periódicos aumentaram em número de laudas ao longo das duas décadas. No começo de 1890, eram geralmente compostos por apenas quatro páginas. Em fins da primeira década de 1900, podiam chegar a oito ou dez, às vezes mais. O fato de notícias criminais e, por vezes, sensacionalistas aparecerem nas primeiras páginas dos jornais indica a sua relevância para os editores e os leitores dos periódicos, afinal de contas, tratavam de casos que ocorriam, por vezes, em ambientes bastante comuns aos dos agentes que produziam e consumiam as informações.

O número de linhas, a quantidade e a qualidade (este um fator muito subjetivo) das informações prestadas eram bastante variados e foram fatores usados neste trabalho para considerar distinções entre notas, notícias e reportagens, conforme, inclusive, o conceito desses tipos de textos informativos.

De acordo com Marques de Melo (2003, p. 66, *apud* TRESKA, 2007, p. 2), uma das distinções entre nota, notícia e reportagem estaria, por exemplo, “na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e acessibilidade de que goza o público”. Assim, a nota corresponderia à descrição sucinta de fatos recentemente ocorridos. Em nosso caso, geralmente apareceram como os relatos mais curtos e retratando eventos rotineiros.

Menos recorrentes que as notas, encontramos notícias, que podem ser classificadas como “um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social” (*Ibid.*). O detalhamento das informações é maior que nas notas, possibilitando melhores análises.

A reportagem, por sua vez, “é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 66, *apud* TRESCA, 2007, p. 2). Em relação ao nosso tema, verificamos que havia bem menos reportagens do que notas e notícias.

Naquela fase do jornalismo impresso, podemos supor que os formatos dos textos se confundiam em vários momentos e que, em alguns casos, talvez nem mesmo o jornal diferenciava nitidamente o que se enquadrava, por exemplo, como nota, notícia ou reportagem.

Nas matérias, não havia assinatura de autores dos textos, prática mais comum no gênero opinativo na época. Embora o narrador não seja evidenciado, múltiplas vezes pareciam contribuir para o processo de composição da notícia, como os personagens das tragédias, autoridades policiais, médicas e públicas, repórteres, redatores e editores.

2.5 – Títulos

Os títulos das notas, notícias e reportagens eram bastante ilustrativos do quadro majoritariamente caótico de acontecimentos em que a população preta e parda aparecia nos jornais. Embora também estivessem muito longe das estruturas atuais ou de anos mais tarde, os títulos já eram bastante indicativos de um jornalismo feito para atrair a atenção dos leitores.

Não restam dúvidas sobre a predominância de títulos que enfatizavam os piores aspectos das situações descritas. No entanto, eles podiam transmitir ideias diferentes, apesar de terem em comum a espetacularização do fato narrado. Alguns podem ser classificados de forma aproximada²¹.

Havia títulos que anunciavam simplesmente o crime: “Sangue!”, “Assassinato de um soldado”, “Casas assaltadas”, “Espancamento brutal”, “Crime misterioso”, “Assassinato de uma criança”, “Roubo”. É importante destacar que o criminoso nem sempre era o negro. Na maior parte das vezes, era vítima de alguém cuja cor não era descrita.

Outros títulos, por sua vez, qualificavam o ato ou os autores: “Menor criminoso”, “Perverso”, “Histórico dos gatunos”, “Bárbaro e torpe – O sol posto”, “Prisão de um assassino”, “Ciúme feroz”, “Dois desordeiros terríveis”, “Barbaridade sem nome”, “Crueldade”, “Assombroso”, “Gatuno”, “Empregado sanguinário”, “Matar para roubar”.

²¹ Para simplificar, evitamos as repetições.

Também podiam colocar em interrogação o ato, a fim de introduzir a narrativa ou até mesmo para apontar a necessidade de investigação policial ou jornalística posterior: “Homicídio?”, “Assassinato?”, “Crime?”.

Alguns títulos sobre os atos criminosos e ilegais destacavam os instrumentos usados naquelas circunstâncias: "A punhal", “À carabina”, “Sete facadas e dois tiros”, “Duas navalhadas”, “À faca e a revólver”, “A bofetadas”, “A guarda-chuva”, “Pedrada mortal”.

Muitos tratavam de acidentes e desastres, temas também bastante recorrentes: “Pobres crianças – Carroceiro desalmado”, “Vítimas de acidentes”, “Afogado”, “Atropelamento”, “Desastre”, “Operário ferido”, “Cadáver boiando”, “Com as pernas esmagadas”, “Grave ferimento”, “Fraturou o braço”.

Também poderiam destacar o local, fosse ele o ambiente ou o bairro: “Em uma casa de cômodos”, “Na estrada velha da Tijuca”, “Em Botafogo”, “Na Lagoa Rodrigo de Freitas”, “No mangue”.

Evidência à parte, como veremos, era a recorrência de acidentes de trem: “Colhido por um trem”, “Acidente na Estrada de Ferro”, “Morto por um trem”.

Eram comuns os títulos sobre mortes de pessoas negras, alguns casos ainda com poucas evidências: "Mortes súbitas", “Falecimento de um desconhecido”, “Encontrada morta”, “Cadáver encontrado”, “Caído na via pública”, “Morte no hospital”.

Também eram rotineiras as notícias sobre embriaguez: “Fim de um alcoólatra”, “Efeitos do álcool...”, “Embriaguez habitual”.

E eram bastante usuais na época notícias de suicídios: "Mania de morte”, “Tentativa de suicídio”, “A revólver”, “A ácido fênico”, “Enforcado”, “Suicídio”.

Como destacamos ao longo de todo o trabalho, o negro era muito mais vitimado. Os jornais também tentavam se colocar em defesa da vítima negra: “Espancado e ferido”, “O novo escravismo”, “Quatro contra um”, “Selvageria policial”.

Já outros títulos têm sentido mais figurativo, também para atrair a atenção do leitor: “Que pandego!”, “Triste legado”, “Mulher-homem”, “Fúnebre achado”, “A fraude vencida”, “Mais uma vítima de um fon-fon”, “O novo escravismo”, “Que freguês”, “Último trago”.

No entanto, devemos destacar que são menos comuns as ocorrências de títulos que continham explicitamente a cor da pessoa negra, tal como estes dois: “Matar para roubar – Confissão do crime – O preto Adão”, “A Casa de Correção – Sérias reclamações – (...) – Castigos bárbaros – A preta Damazia”.

E, não menos importante, havia títulos recorrentes que apresentavam os destinos mais comuns dos negros representados: "Prisões", “No necrotério”, “Na Santa Casa”. Esses eram,

de fato, os principais lugares aonde o negro ia parar na maciça maioria das reportagens analisadas.

Finalmente, como abordavam notícias as mais variadas, podiam ter os sentidos mais específicos relativos a cada caso, mas que em geral não deixam de evidenciar que o negro no dia a dia dos jornais estava envolvido em temas geralmente delicados: “Entre patroa e criada – Agressão”, “Menor desaparecida”, “Criança roubada”, “Louca?”, “Alienados?”, “Pedrada mortal”, “Edificante!”, “Variolosos - casos fatais”, “Identidade estabelecida”.

Os títulos em si já antecipam muitas características sobre as notícias. São matérias que ora condenam o negro ora o defendem. Podemos resumir que havia notícias sobre infância, adolescência, juventude, vida adulta, velhice, longevidade, relacionamentos, desafetos, crimes passionais, famílias, moradia, demografia, transportes, sistema ferroviário, pobreza, atividades de trabalho, acidentes de trabalho, desastres diversos, ferimentos, atropelamentos, afogamentos, mortes, doenças, epidemias, sistema médico-hospitalar, suicídios e tentativas, agressões sofridas, agressividade, condutas desviantes, fatos bizarros, heranças da escravidão, sistema prisional, policiamento, coerção a feitiçaria e à capoeiragem, legalidade, costumes, comportamento, dignidade, tumultos e conflitos, desordem pública, vadiagem, embriaguez, vícios, insanidades, mendicidade, abandono de crianças, crimes, delitos, furtos, roubos, estupros, vinganças, traições, disputas entre rivais, homicídios e tentativas, entre outros.

Analisando o quadro trágico, fica a dúvida de se essa era somente a representação sobre o negro ou a própria representação jornalística sobre a população empobrecida. Os termos preto e pardo nos levaram para esse cenário de tanta fragilidade e horror. Cabe também, no futuro, pesquisar outros termos, que incluam, por exemplo, brancos e imigrantes.

2.6 – A apuração jornalística: do fato à notícia

O contexto mais amplo das notícias apontou que muitos casos relatados eram retransmitidos provavelmente a partir de informações da polícia. As notícias geralmente tinham a indicação de alguma resolução policial, o que indica essa intermediação na transmissão do fato. No entanto, há também em algumas reportagens evidências de apurações dos repórteres feitas nas ruas e nos locais dos crimes e acidentes.

A grande maioria dos casos colhidos nos levam a entender que a imprensa geralmente só acompanhava uma parte muito específica da vida daquelas pessoas, que era o evento fundante da descrição de sua passagem pela autoridade policial, qualquer que fosse a situação, como vítima ou como autor de um determinado fato. São textos de um dia para o outro, são

notícias quentes. Embora alguns casos repercutam mais, em geral, não há um acompanhamento regular.

Por mais que a figura do repórter de rua se valorizasse na época, não era esse o perfil do escritor dos textos na maior parte das vezes. Eram muitas notas todos os dias que a prática jornalística demandava, de fatos às vezes muito corriqueiros. Há de se entender porque o jornalista não estava necessariamente no local do crime e as notas eram apuradas provavelmente na própria delegacia, nos hospitais, no necrotério.

Dessa forma, uma das questões que se colocam de cara é o caráter distanciado dessa apuração, além da consequente reprodução de padrões textuais. Os relatos sobre os episódios estavam muito atrelados às representações que a polícia e o jornal faziam do crime. A facilidade da transmissão da notícia entre um e outro, no entanto, faz evidenciar as redes informativas dos jornais na época, mas também o consequente silenciamento dos próprios personagens pretos e pardos. Não eram eles falando. Eram jornalistas e autoridades policiais falando por eles, numa dupla intermediação dessa fala.

É menos comum também a referência aos processos judiciais mais complexos, em trânsito ou concluídos. O caminho geralmente era: fato, sensação e... só, parava por aí. Na maior parte das vezes, não havia continuidade de caso a caso. É ilusão querer fazer pesquisa buscando essa preocupação com cada personagem, porque a grande maioria dos casos não recebia cobertura nos dias seguintes. Era quase tudo muito efêmero, de forma que a própria vida de homens e mulheres ali descritos aparenta ser precível demais. Os leitores daquela época, portanto, só tinham acesso geralmente a uma parte muito específica da vida daqueles homens e mulheres negros representados.

Apesar desse quadro mais amplo, que revela uma homogeneidade simbólica, por vezes, muitas notícias também se colocavam como intermediárias entre os direitos das vítimas e a ação do Estado, cobrando e exigindo respostas, investigações e punições. Por vezes, o jornal chamava para si a responsabilidade de alertar sobre demandas sociais e casos específicos que não recebiam a devida atenção do poder público. Também há claramente traços de uma solidariedade e empatia nos textos. Eram seres humanos escrevendo sobre outros.

Numa reportagem do *Correio da Manhã*, a apuração do fato foi supostamente realizada com personagens envolvidos na situação e populares que testemunharam: “Passemos a narrar o fato, como nos foi contado pelas vítimas e por algumas testemunhas de vista”. No caso dessa reportagem, há uma riqueza maior de descrições sobre como ocorreu o crime, traço pouco presente na frieza da maioria das notas e notícias sobre pessoas negras (“Tentativa de Assassinato”, 4 de agosto de 1905, p. 2/6).

Em outra reportagem, é a vítima, não sabemos sua cor, quem descreve os fatos. Há um representante do jornal em Niterói, quem apura. Na redação do jornal, alguém é responsável pelo texto final, isto é, são dois intermediários entre o narrador do fato e o texto impresso para o leitor. Na introdução da reportagem, é esclarecido que o funcionário do periódico em Niterói, antiga capital do estado do Rio de Janeiro, “depois de algumas investigações, conseguiu saber que o fato era verídico e que a vítima, o Sr. João dos Santos Miregaia, residia na Rua da Constituição, nº 43, em Icaraí”. O jornal segue: “Para a sua residência, seguiu o nosso companheiro, que ouviu da própria vítima a narração do fato”. Finalmente, o texto final é redigido por alguém da redação (*Correio da Manhã*, 5 de janeiro de 1910, p. 2).

O que a pesquisa nos jornais também aponta fortemente é a imprensa como uma plataforma para elucidação da justiça legal e as normas de conduta social em seus moldes mais informais ou mais populares. Nesse sentido, para Rui Barbosa, redator-chefe do *Jornal do Brasil*, a partir de 1893, a ordem é usar “a lei contra os que a degradam” (*apud* SODRÉ, 1999, p. 262).

A imprensa muitas vezes tem a legislação, ou um ideal de direito, e as normas de conduta social como base e finalidade. Por ser mais imediatista, constantemente se coloca à frente do processo judicial, interpretando os fatos de forma simplificada para o leitor ou cobrando a ação do Estado. Embora não tome o lugar da justiça, se antecipa em classificar os fatos sociais em termos próximos aos do universo jurídico, utilizando-se para isso de discursos policiais, que são precedentes ao envolvimento do poder judiciário. Isso obviamente coloca uma série de questões sobre a importância e os limites da imprensa. É importante perceber essa duplicidade do papel da mídia, muito positivo, por um lado, mas também muito violento, por outro.

Em outra notícia de 1901, pode-se perceber, por seu turno, a relação existente entre o fato, a polícia e a instituição hospitalar. Marcellino da Costa faleceu na 18ª enfermaria do hospital da Misericórdia, vítima de complicações causadas por uma queda com fratura exposta. Depois que sofreu o acidente, antes que recebesse atendimento médico, o homem foi assistido também pela autoridade policial. Foi o delegado da 2ª circunscrição urbana que emitiu guia encaminhando o ferido para o atendimento hospitalar, esclarece a notícia. O atestado do legista deu como causa da morte tétano traumático. Marcelino entrou no hospital com a guia do delegado no dia 8 de junho e morreu no dia 16. Aqui, o papel da polícia não é só prender, também é de saúde pública. Por isso, de forma geral, as notícias são consideradas crônicas policiais, pois a polícia era recorrente nelas. Depois da morte do homem, com menos

de um dia de intervalo, a notícia já estava no jornal (“Desastres e Morte”, *Correio da Manhã*, 17 de junho de 1901, p. 3/4).

No âmbito desse processo acelerado de produzir notícias, Machado de Assis (1839-1908) fala sobre como a rotina profissional, baseada em acontecimentos incontrolláveis, afeta o trabalho do jornalista-cronista (*apud* SILVA, 2005). Ele chamou de “semana pobre” o período em que não há muitos acontecimentos restringindo a agenda editorial aos fatos cotidianos. No entanto, preferia a semana pobre, pois ironicamente é durante a semana pobre que o cronista tem maior possibilidade de falar sobre aquilo que acredita ser mais importante, sem estar preso às obrigações dos temas que são impostos pelas circunstâncias externas. Assim explica Machado em “O cronista e a semana”:

E aí vamos, eu e a semana pobre, papel abaixo, falando de mil cousas que se ligam à banana desde a botânica até a política. [...] Não há tempo nem espaço, há só eternidade e infinito, que nos levam consigo; vamos pegando aqui de uma flor, ali de uma pedra, uma estrela, um raio, os cabelos de Medusa, as pontas do Diabo, micróbios e beijos, todos os beijos que se têm consumido, até que damos por nós no fim do papel. São assim as semanas pobres (*A Semana*, 16 de novembro de 1894, *apud* SILVA, *ibid.*, p. 109).

A “semana rica” era o oposto, rica em fatos, acidentes, tragédias, eventos etc. No entanto, empobrece, limita e restringe as possibilidades de o escritor dar livre fluxo à sua imaginação, pois, há predomínio daquilo que é determinado pelos acontecimentos externos. Além disso, são os momentos em que o jornalista-escritor-cronista subordina-se às rotinas profissionais e também às demandas da instituição para a qual trabalha.

2.7 - Alteração da informação nos jornais

Livro que inspira esta pesquisa, em *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* (2001[1986]), o autor Sidney Chalhoub utiliza também fontes jornalísticas da época e, além disso, dota de maior riqueza as suas análises através do estudo dos processos judiciais sobre assassinatos ou tentativas de assassinatos.

No processo de escrita, de acordo com o autor, há notícias que podem ser resultado de uma relação entre as informações obtidas no local dos fatos pelos repórteres policiais dos jornais e a imaginação do redator da notícia.

Esta impressão se reforça ao lembrarmos que Lima Barreto, em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, satiriza acidamente a forma como eram compostas as notícias de crimes no *Correio da Manhã*, que aparece com o nome de *O Globo* em sua narrativa. Lima Barreto conta como os jornalistas se empenhavam em inventar detalhes extravagantes que enfeitassem a notícia, causando sensação ao público e assegurando a venda de muitos exemplares do jornal (*Ibid.*, p. 13).

Dentre as notícias incrementadas com termos próprios, se destacavam as que giravam em torno de romances mal sucedidos, como no exemplo a seguir:

Há muito tempo que Antonio Martins Ferreira (...) mantém namoro com uma jovem (...). Vendo-se desde o começo correspondido por aquela a quem entregara o seu coração, arquitetou logo o namoro os seus castelos de amor, sonhando mil venturas. (...) não fez desanimar o namorado, que continuou a procurar assiduamente a sua Dulcinéa (“Três Facadas. Tentativa de assassinato – No Andaraí Grande”, *Correio da Manhã*, sábado, 18 de julho de 1903, p. 2/6).

Lima Barreto cita que havia exigências do diretor para que os redatores das notícias incluíssem ou inventassem “qualquer coisa, indícios, depoimentos, quaisquer informações” (Chalhoub, 2001, p. 14).

Com isso, podia até ser grande a diferença de como um mesmo fato era narrado de um jornal para o outro. Em referência ao caso que Chalhoub analisa,

o que mais impressiona neste relato da vida e da morte de Zé Galego são as diferentes versões ou interpretações dos fatos contidos nos jornais e nas etapas consecutivas do próprio processo criminal. Há aqui muitas divergências, contradições e até incoerências que cabe enfatizar, pois é exatamente deste emaranhado de versões conflitantes que procuramos partir (*Ibid.*, p. 19).

Esta análise bem mais abrangente de Chalhoub evidencia nossa pressuposição de que a versão dada pelos jornais deve ser sempre relativizada e analisada enquanto discurso e, de forma alguma, pretendemos colocar as versões dos jornais como representação realista dos fatos. Elas são uma possível versão para os fatos jurídicos ainda inacabados. No trabalho desse autor, percebemos que os discursos de verdade em jornalismo entram claramente em choque com os discursos de verdade na história. O discurso de verdade em jornalismo atende a critérios próprios do seu meio de produção, enquanto o discurso de verdade em história atende a outros critérios também específicos de seu meio de produção.

O tempo investigado da escrita do historiador busca ultrapassar o imediatismo da notícia. Chalhoub entra nos aspectos mais dinâmicos da vida dos atores sociais representados, mas que estão relacionados ao fato narrado pelos jornais. Em seu processo de investigação, procura os fatos determinantes para o acontecimento, o que dá sentido à notícia.

No entanto, não apenas os jornais apresentam fatos díspares: “O intuito neste contexto é reconhecer que o ponto de partida neste trabalho são as contradições, as incoerências, as construções ou ‘ficções’ que constituem efetivamente as fontes analisadas”. O autor acredita que até mesmo

ler processos criminais não significa partir em busca “do que realmente se passou” porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles “mentem”. O importante é estar atento às “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência (*Ibid.*, p. 23).

2.8 – A leitura dos jornais: mais do que uma minoria letrada

Discordando de uma visão determinista sobre ‘o papel da imprensa na sociedade’²², na visão de Chartier, é preciso avaliar as apropriações que a sociedade faz da imprensa. O autor questiona se “podemos considerar que o impresso ou a imprensa em si são dotados de certo número de características”. “Não seria melhor pensar que os traços atribuídos à imprensa e aos impressos foram cultural e historicamente construídos?” (2005, p. 85).

Como se sabe, a maior parte da população durante a Primeira República era analfabeta. No entanto, o alto índice de analfabetismo não pode ser usado como escora para generalizar as dificuldades de leitura da sociedade da época.

Mesmo antes dessa fase, segundo Barbosa (2010, p.80), há indícios até que muitos escravos sabiam ler ou pelo menos “escutam aquelas notícias que ecoam pelas ruas, praças e casas-grandes”.

Enfim, as notícias eram espalhadas de outras formas pela sociedade, não se limitando à compra e à leitura dos jornais num modelo tão previsível. Há casos de personagens nas notícias portando jornais, outros procuram os jornais para denunciar os fatos. Para além disso, a leitura de uma notícia no jornal por um público específico não encerrava de maneira nenhuma a produção de efeitos, muito pelo contrário, poderia desencadear uma série de novos fatos sociais, cujas possibilidades são numerosas, inclusive, provocando um efeito em espiral sobre a agenda social da época, isto é, os jornais podiam pautar muitos aspectos do dia a dia da sociedade (BARROS FILHO, 2003).

²² No livro *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna* (1998) (O livro é uma versão resumida dos dois volumes da obra *The printing press as an agente of change* [1979]), Elizabeth Eisenstein faz um estudo que avalia as diversas funções da imprensa na sociedade e as transformações “radicais” que esse meio técnico provocaria nas instituições, como as religiosas, as científicas, dentre outras. A autora faz uma ampla análise de evidências históricas que vão compondo um quadro sobre o impacto da imprensa na sociedade moderna. Para a autora, as novas funções realizadas pela imprensa avançaram muito além da disseminação, transformaram as formas de pensamento, as formas de controle sobre a sociedade, a organização das instituições, a relação da sociedade com os textos, entre outros aspectos. Um dos principais críticos de Eisenstein foi Adrian Johns, em *The nature of the book*. Adotando uma posição construtivista, o autor sugere a análise de como a imprensa é usada no jogo de forças da sociedade. Ao invés de um estudo sobre a “história da cultura impressa”, tal como fez Eisenstein, Johns sugere uma “história cultural do impresso”, tendência afirmada no projeto historiográfico de Chartier: “o que permite entender como em diferentes momentos, diferentes lugares e para diferentes comunidades o impresso ou a imprensa foram percebidos. Quais são as representações, os valores, as significações que lhe são atribuídas?” (2005, p. 86). Sobre o debate entre Eisenstein e Johns, ver os trabalhos de Márcio Souza Gonçalves, tais como: “A polêmica Eisenstein-Johns I”. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba, 2009; e “McLuhan, Eisenstein e Johns”. II LIHED – Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. Rio de Janeiro, 2009. Eisenstein responde às críticas de Johns no artigo “An unacknowledged revolution revisited”, publicado em 2002, na *The American Historical Review*. Disponível em: <<http://www.academicroom.com/article/unacknowledge-revolution-revisited>>. Acesso em: 21.08.2014.

Ao mergulhar no universo de personagens quase anônimos que viviam na cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX, Chalhoub (2001[1986]) utiliza fontes jornalísticas da época e, além disso, dota de maior riqueza as suas análises através do estudo dos processos judiciais, investigando cerca de 1/4 desses documentos sobre assassinatos ou tentativas de assassinatos.

Mas para quem acredita que apenas os jornais apresentam fatos díspares, segundo o autor: “O intuito neste contexto é reconhecer que o ponto de partida neste trabalho são as contradições, as incoerências, as construções ou ‘ficções’ que constituem efetivamente as fontes analisadas – e muito especialmente os processos criminais estudados” (*Ibid.*, p. 21). Segundo o autor,

o importante é estar atento às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência. (...) é uma encruzilhada de muitas lutas: das lutas de classes na sociedade, lutas estas que se revelam na tentativa sistemática da imprensa em estigmatizar os padrões comportamentais dos populares – estes ‘brutos’! -; nas estratégias de controle social dos agentes policiais e judiciários (*Ibid.*, p. 23).

Lilia Moritz Schwarcz, em *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX* (1987), utilizando fontes iconográficas e textuais de jornais, reconstrói o imaginário paulistano sobre a população negra no período imediatamente anterior à abolição da escravidão. A autora analisa artigos, classificados e anúncios que abordavam o tema da raça negra. Nos artigos usados, nota-se também que, já naquela época, assuntos comuns encontrados abordavam, por exemplo, a “democracia racial” no Brasil, a “barbárie” do continente negro, a violência escravista, os costumes “primitivos” do povo negro e exemplos de feitiçaria e bruxaria negra.

O tom de “Do (in)visível ao risível: o negro e a ‘raça nacional’ na criação caricatural da Primeira República” (2013), de Silvia Capanema Almeida e Rogério Sousa Silva, revela outra face da representação da população negra, pois aqui é explorado o caráter caricatural dessas sub-representações, sem que, com isso, o baixo nível do humor deixe de revelar aspectos da realidade da época, como preconceito de cor, inversão de valores e exotismo. Tal como concluiu Lima Barreto na época, os autores percebem que era difícil naquela fase o negro ascender socialmente e ser aceito pela sociedade racista.

Os autores trabalham com duas conclusões de trabalhos historiográficos sobre a sociedade da época. Conforme Schwarcz (2005), na virada do século XX, a presença do negro podia despertar incômodos, o que reforçava a noção de ascensão por branqueamento, projetado ou idealizado, como houve, por exemplo, o ideal de mestiçagem e o incentivo à imigração europeia. Já segundo Albuquerque (2009), ao mesmo tempo, após a abolição, a

racialização das relações sociais era um recurso comum das camadas dominantes utilizado para reforçar o presumido lugar inferior do negro na sociedade, além de marcar territórios e produzir limites para a cidadania.

Como fontes, os autores usam caricaturas extraídas das revistas *Careta* (1908-1960), *O Mercurio* (1898), *O Tagarela* (1902-1904), *O Malho* (1902-1920), *Revista da Semana* (1900-1959), *FonFon!* (1907-1912) e *D. Quixote* (1917-1927). “As representações dos caricaturistas vão de crítica à posição social do negro ao ocultamento, passando pelos insultos por meio de piadas e manifestações sutis ou explícitas de preconceito”, explicam Almeida e Silva (2013, p. 319).

O artigo “Um reduto negro: cor e cidadania na armada” (1870-1910), de Álvaro Nascimento (2007), aborda também como os negros eram representados na imprensa, embora “todos os papéis tingidos pelas apressadas penas de repórteres, cronistas e políticos expressavam o assombro pela descoberta repentina, ameaçadora e trágica de que, na Marinha de Guerra, ainda se castigavam homens como se fossem escravos”. O cenário que o autor reconstrói é o da Revolta da Armada (1893-1894), a rebelião de marinheiros contra o governo de Floriano Peixoto (1891-1894). Citando *O Malho*, por exemplo, de acordo com o Nascimento, aquele veículo impresso jogou com certas unidades semânticas em relação à cor dos marinheiros, se colocou contrário aos levantes, satirizou o banimento de centenas de marinheiros e fuzileiros navais para o Acre, colocou o negro numa posição de inferioridade e sob controle da marinha “branca”, entre outros aspectos (NASCIMENTO, *ibid.*, p. 285, 291-292).

Quando se trabalha com a história do negro, há uma tendência a buscar como os jornais estigmatizavam o negro. Isso de fato ocorreu. Porém, é preciso ver que a imprensa também buscou ajudar a população negra. A imprensa, portanto, passa a ser também objeto de análise. Estudar o negro através da imprensa é necessariamente um estudo interdisciplinar, pois considera os dois campos de pesquisa.

Segundo Marialva Barbosa (2010), no início do século XX, surge um leitor ávido por notícias sensacionalistas, sobretudo, de crimes. No período de 1888 a 1910, os jornais estão passando por uma transição. Saem de um modelo mais opinativo para um modelo mais informativo, em que se destacam esses *fait divers*. Essa transição objetivava inclusive novos leitores, investia-se em textos que atendessem às expectativas culturais de um público mais amplo, para quem até então os jornais diários, com maior posicionamento político, não eram atraentes.

Embora esclarecendo sua grande influência na sociedade, Sodré não considerava a imprensa brasileira como um modelo de meio de comunicação de massas, pois não chega à maioria da população como posteriormente chegariam a televisão e o rádio (SODRÉ, 1999).

Do ponto de vista do consumo, certamente os jornais não eram acessados apenas por uma minoria letrada. Havia o leitor dos cafés, o comerciante, o servidor público... Mas o vendedor ambulante ou fixo gritava as notícias, comentavam-se nas ruas e nas repartições os incidentes mais próximos ou de maior destaque. Havia quem lia o jornal em silêncio nos bondes e nos trens, em voz alta nos ambientes de trabalho ou em casa. Mesmo os pobres, os operários e os trabalhadores liam os jornais. As práticas de leitura oral também produziam um acesso mais amplo ao conteúdo dos jornais que o restrito universo dos alfabetizados. Muitos também sabiam ler sem saber escrever. Outros, sem saber ler e escrever, ouviam. Os jornais eram mais ouvidos que lidos na época. Não só ao homem adulto, os jornais também eram acessados direta ou indiretamente por mulheres e jovens (BARBOSA, 2010).

Em 1890, na cidade, existiam 40,2% de analfabetos numa população de 522.651 habitantes. Em 1906, 59,8% da população de 818.113 habitantes eram alfabetizados. Os números não fazem supor que havia pouco poder de penetração dos jornais (BRASIL, 1922, v. 1, *apud* BARBOSA, *ibid.*, p. 219). A disputa pela difusão de informações se travava entre os veículos. A tiragem expressiva faz perceber a importância dos jornais para aquele público. Enquanto o *Jornal do Brasil* chegou a marcar de imprimir por dia até 60 mil exemplares na década de 1910, a *Gazeta de Notícias*, 40 mil, o *Correio da Manhã*, 30 mil, o *Jornal do Commercio*, 20, o *Paiz*, 15 mil.

Os jornais da época, no entanto, eram mais ouvidos que lidos. Além disso, num movimento de agendamento da vida social, a leitura afetava as próprias conversas e, principalmente, as relações sociais no dia a dia.

O tipo de leitura, coletiva, permite também supor uma particular apropriação desses textos. Comentados, a partir de uma experiência coletiva e não individual, sofrem reelaborações não de segunda, mas de terceira, quarta, quinta ordem. A mensagem suscita dúvidas, comentários, discussões, controvérsias, favorecendo apreensões de sentidos distintos e diferenciados. Traz, também, emoção (*Ibid.*, 206).

Sabe-se que a agenda midiática influencia a agenda pública (LIPPMANN, 1998[1922]; TRAQUINA, 2000). Nesse contexto, pode-se considerar que as representações da população negra pautava a vida social, muito além da interpretação psicológica de quem lia as notícias. Os efeitos possivelmente se tornavam práticas numa ampliação da agenda midiática à agenda pública e social (BARROS FILHO, 2003). O que pode ser visto tanto do ângulo dos estigmas quanto da defesa dos personagens.

TABELA 14 – QUEM LIA OS JORNAIS? 1901

<i>Tipologia dos leitores</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Jornal do Brasil</i>	<i>O Paiz</i>
Trabalhadores	20	31	2
Mulheres	6	25	7
Homens Negócios	2	10	1
Militares	3	7	2
Funcionários Públicos	2	3	-
Profissionais Liberais	6	2	1
Estudantes	1	-	-
Políticos	4	-	1
Presidiários	1	5	-
Jornalistas	1	-	-
Sem identificação	49	99	17
<i>Total</i>	<i>95</i>	<i>182</i>	<i>31</i>

Obs.: O quadro foi montado a partir das colunas de diálogo com o leitor durante alguns meses de 1901.

Fontes: “Queixas do Povo”, *Jornal do Brasil*, set-dez. 1901; “Reclamações do Povo”, *Correio da Manhã*, jun-dez. 1901; “Queixas e Reclamações”, *O Paiz*, jan-jun. 1901; *apud* BARBOSA, 2010, p. 221.

TABELA 15 – QUEM LIA OS JORNAIS? PROCEDÊNCIA DAS RECLAMAÇÕES - 1901

<i>Bairros</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Jornal do Brasil</i>	<i>O Paiz</i>
Centro e adjacências	15	40	2
Tijuca e adjacências	11	12	4
Subúrbios	29	48	7
Zona Sul	9	7	2
Interior do Estado	5	7	1
Outros Estados	10	5	7
Sem identificação	17	63	9

Fontes: “Queixas do Povo”, *Jornal do Brasil*, set-dez. 1901; “Reclamações do Povo”, *Correio da Manhã*, jun-dez. 1901; “Queixas e Reclamações”, *O Paiz*, jan-jun. 1901; *apud* BARBOSA, *ibid.*, p. 224.

TABELA 16 – QUEM LIA OS JORNAIS? 1908

<i>Tipologia dos leitores</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Jornal do Brasil</i>	<i>Gazeta de Notícias</i>	<i>O Paiz</i>
Trabalhadores	14	15	4	5
Mulheres	1	5	1	6
Homens Negócios	5	12	1	1
Militares	3	3	1	4
Funcionários Públicos	5	4	2	2
Profissionais Liberais	8	5	1	9
Estudantes	1	3	-	7
Políticos	1	2	2	14
Jornalistas	1	2	2	10
Sem identificação	62	83	31	6
<i>Total</i>	<i>101</i>	<i>134</i>	<i>45</i>	<i>64</i>

Obs.: O quadro foi montado a partir das colunas de diálogo com o leitor durante alguns meses de 1901.

Fontes: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, apud BARBOSA, *ibid.*, p. 223.

TABELA 17 – QUEM LIA OS JORNAIS? PROCEDÊNCIA DAS RECLAMAÇÕES – 1908

<i>Bairros</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Jornal do Brasil</i>	<i>Gazeta de Notícias</i>	<i>O Paiz</i>
Centro e adjacências	14	51	6	3
Tijuca e adjacências	14	22	17	7
Subúrbios	37	34	10	13
Zona Sul	7	13	6	13
Interior do Estado	9	-	-	-
Outros Estados	19	5	2	9
Sem identificação	1	9	4	19

Fontes: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, apud BARBOSA, *ibid.*, p. 225.

Um exemplo político sobre como a agenda midiática pode ter efeitos na vida prática, pública e política foi o assassinato do senador José Gomes Pinheiro Machado, do Partido Republicano Rio-Grandense. Em 8 de setembro de 1915, o senador foi morto a punhal por Francisco Manço de Paiva Coimbra, no saguão do Hotel dos Estrangeiros. O argumento do assassino é que teria sido motivado por uma crônica do jornal *Gazeta de Notícias*, inserida num processo de agendamento iniciado pelo *Correio da Manhã*. De 1906 a 1915, intensificando-se a partir de 1910, o *Correio da Manhã* encabeçava a publicação de discursos jornalísticos tendenciosos sobre o senador. Por trás disso, havia disputas pessoais e políticas entre o dono do jornal Edmundo Bittencourt e Pinheiro Machado. Na visão do assassino, a crônica apresentava o senador como um risco ao país devido ao apoio à candidatura do marechal Hermes da Fonseca (DUARTE e MÜLLER, 2006).

Aqui nós temos o exemplo de como a representação de um homem num jogo político influenciou diretamente o seu assassinato. A pergunta que nos colocamos é até que ponto representações de pessoas negras teriam influenciado a vida dessa população em suas mais variadas esferas e com contornos positivos ou negativos. Em outras palavras, as representações de pessoas negras mortas, humilhadas, feridas, maltratadas, eram instrumento ou também razão do agendamento da imprensa?

Num universo de crescimento da informação, a verdade é que as muitas notícias que encontramos poderiam sequer ter sido lidas cotidianamente por um indivíduo adulto. Se não podemos subestimá-las, também não podemos superestimá-las. Os personagens negros aqui lembrados não foram encontrados numa sequência fielmente cronológica de dias das notícias. As ocorrências das palavras-chave tinham algum intervalo de tempo, às vezes, mais de uma semana. Além disso, não ocupavam todo o jornal, eram parte muito específica, nem também estavam apenas na primeira página, em destaque, como uma manchete. Uma coisa é certa, giravam em torno de crônicas policiais, ora retratando os negros como acusados, ora como vítimas.

3 – DA MORTE DE NEGROS À HIPÓTESE DO LINCHAMENTO

A pesquisa apontou uma quantidade maior de assassinatos e agressões a pessoas negras por pessoas sem descrições de cor do que o inverso. Dessa forma, o negro era retratado mais como vítima do que como autor de homicídios e agressões. São casos diversos que podem apontar para uma violência indiscriminada contra pessoas de cor.

A representação desses casos na imprensa também pode apontar para uma prática ambígua e complexa dos estereótipos raciais, uma vez que a imprensa reforçava a imagem do negro em situações de sofrimento ao mesmo tempo em que tentava denunciar os crimes contra os negros.

Os discursos eram contínuos ao longo dos anos e, aparentemente, não tinham qualquer equilíbrio com representações positivas sobre a população negra. Fixou-se predominantemente nas páginas da imprensa factual a imagem do negro matando ou, sobretudo, sendo morto. No dia a dia dos jornais, o negro era ora o marginal ora o marginalizado.

Em relação a essas representações de sofrimento vivido por personagens negros, há lógicas racistas que podem ser encontradas nas descrições dos crimes!

3.1 – Violência contra pessoas negras: racismo ou permanências da escravidão?

Muitos casos de violência contra pessoas negras foram encontrados, e o fim trágico podia ser a morte. Além da vulnerabilidade social, provocada pela escravidão, havia também o racismo contra a pessoa negra. Essa situação de vulnerabilidade social, de morte banal, por motivos torpes, vai tomando uma configuração mais ampla em que o negro é reiteradamente vítima de crimes e os autores revelam uma relação banal com a vida da vítima. Na maior parte das reportagens, a cor preta ou parda da vítima aparece, enquanto os autores não são descritos em termos de cor.

As notícias que abordaremos a seguir são representativas de casos em que aparecem negros sendo espancados e mortos sem terem nenhuma relação anterior com os agressores, do nada, sendo agredidos por motivos banais, sem que nada tenham provocado de grave contra os agressores.

Em 1901, Joaquim João de Carvalho, que não é descrito em termos de cor, foi julgado e absolvido da acusação de espancar há mais de três anos, em 10 de abril de 1898, na Rua Santa Luzia, “um indivíduo desconhecido, de cor preta, produzindo-lhe com um pau lesões

corporais que, por sua natureza e sede, foi causa eficiente da morte do ofendido” (*Correio da Manhã*, sexta-feira, 11 de outubro de 1901, p. 2/4). No entanto, apenas pelo jornal do dia, não é possível compreender os argumentos usados pela defesa nem pela acusação do réu²³.

De forma sucinta, o *Correio da Manhã* expõe também que, “na Rua da Assembleia, canto do Largo do Carioca, foi barbaramente espancado um pobre preto aleijado” (19 de junho de 1901, p. 2/4)²⁴.

Já o *Jornal do Brasil* mostra a crueldade de “Quatro contra um”, num caso de agressão covarde e gratuita contra um homem negro. Martinho Lopes simplesmente passava de manhã pela Praça Sete de Março, “levando à cabeça um cesto com pães da padaria da Rua Leopoldo, onde é empregado, quando quatro indivíduos desconhecidos o agrediram, dando-lhe algumas pauladas, além de uma extensa navalhada nas costelas, do lado direito”. Martinho era um rapaz de apenas 19 anos, “de cor preta”, residente à Rua Dr. Afonso, nº 17, no Andaraí. Depois de prestar queixa na Delegacia, foi para o Hospital da Misericórdia, “onde ficou em tratamento” (14 de maio de 1907, p. 3/8).

A notícia a seguir exemplifica uma agressão de um português a um afrodescendente, por motivo torpe. Enquanto caminhava na rua, Manoel Morgado chocou-se com Camillo Pereira da Silva, que reclamou da distração do homem. José Tavares, o português, descrito como alto e robusto, de 23 anos, que acompanhava Manoel Morgado, começou uma sessão de espancamento a Camillo, “de cor preta, brasileiro, de meia idade”. Primeiro, “ergueu a mão e deu uma bofetada em Camillo, e, antes que este tivesse tempo de se defender, vibrou-lhe uma violenta cacetada na cabeça”. A vítima caiu no chão e, “não bastando isso para acalmar o ânimo de Tavares, que continuou a dar-lhe novas e brutais cacetadas até que, vendo-o sem movimento, pisou-lhe o rosto e a cabeça a tacão de sapato”. Ficando “em estado gravíssimo”, Camillo morreu enquanto era transportado da delegacia para o hospital da Misericórdia.

“Apresentava forte contusão na região frontal direita, escoriações no alto da cabeça e tinha a face direita suja de areia”. Apesar de tentar negar a gravidade do espancamento,

²³ Defendido por nada mais nada menos que Monteiro Lopes, “pelas respostas aos quesitos, foi o réu absolvido por sete votos”. A defesa de Monteiro Lopes ao réu acusado de assassinar um negro pode revelar uma marca de ambiguidade do próprio Monteiro Lopes em sua biografia em favor dos direitos da população de cor do país, trajetória que vai se fortalecer no final da primeira década de 1900, durante o pleito e depois de sua vitória para Deputado Federal. É claro que a lógica da sua profissão também explica essa defesa exercida por ele. É praticamente natural que qualquer profissional do direito faça uso público de sua razão em função de seus negócios e das necessidades da sua profissão.

²⁴ Poucas semanas depois, na sessão de “Telegramas”, o *Correio da Manhã* informa, mediante correspondência de Nova Iorque, que “em Alabama um grupo de brancos linchou um preto que tentou violentar uma moça loira”. O fato provocou “represálias dos pretos contra os brancos, ocasionando graves conflitos” (sexta-feira, 9 de agosto de 1901, p. 2/4). O evento mostra que havia uma resposta a esse tipo de crueldade e de forma alguma os negros teriam ficado passivos nos Estados Unidos às agressões que sofreram.

depondo que agiu em defesa própria e que apenas havia dado algumas bengaladas na vítima enquanto ainda estava de pé, o agressor foi acusado do contrário por quatro testemunhas. Segundo elas, José Tavares tinha, na realidade, “quebrado a grossa bengala de que estava armado nas costas de Camillo, depois de ter caído”. É o próprio jornal que intensifica a gratuidade do assassinato do homem negro: “De uma simples troca de palavras, de uma ligeira discussão, depende às vezes a vida de um homem. Camillo Pereira da Silva foi ontem vítima de um acidente de rua que bem longe estava de prever” (“Assassinato”, *O Paiz*, sábado, 9 de abril de 1898, p. 1/6)²⁵.

Mais uma notícia é reveladora da possível criminalidade que o negro sofreu por razões de racismo, por permanências de práticas escravistas, ou simplesmente por estar no lugar errado, na hora errada.

Na noite de 16 do corrente, conforme já foi por toda a imprensa noticiado, Sebastião José Pereira, carregador, de cor preta, com 30 anos e morador à Rua Pedro Reis, nº 63, foi espancado por vários indivíduos, tendo à frente João Alves Mendanha. Recolhendo-se à casa e piorando, Sebastião, no dia 18, foi removido para a Santa Casa, com guia da polícia do 20º distrito, sendo recolhido à enfermaria do isolamento, por apresentar sintoma de tétano. (...) Piorando sempre, Sebastião veio a falecer no dia 21, às 15 horas, sendo atestado como causa da morte, pelo Dr. Arthur Rocha, diretor do hospital – tétano, como já foi noticiado. (...) O inquérito, iniciado na delegacia do 20º distrito, sobre esse espancamento, já se encontra quase terminado, devendo seguir para o juízo competente, nestes dois dias (“Um caso complicado... sem complicação”, *Correio da Manhã*, sábado, 24 de abril de 1910, p. 2/10).

Os poucos casos apresentados não contam as histórias de forma completa nem muito menos conclusiva. Porém, são fortes evidências de que no Brasil pós-emancipação teria havido muitos crimes contra negros sem fortes explicações aparentes descritas nos jornais, o que nos leva a questionar sobre todas as possibilidades que poderiam motivar os crimes, inclusive a hipótese da discriminação racial. O negro é reiteradamente vítima de crimes e os autores, cujas cores não aparecem, revelam um tratamento banal à vida da vítima. Os jornais, por sua vez, não tratavam o tema como uma questão racial.

A partir de casos como os descritos anteriormente, passamos a questionar se a violência contra pessoas negras registrada nos jornais do período posterior à abolição da escravidão, indo da agressão casual ao assassinato cruel, pode revelar que até mesmo casos de linchamentos poderiam ser uma das modalidades mais perversas dessa violência. Se antes o negro era agredido por ser escravo, o que alimentaria essa agressão posterior?

²⁵ A reportagem pode naturalizar disputas entre o elemento português e o negro. Essa impressão não se confirma sem o necessário equilíbrio dos argumentos. Há também numa reportagem do *Correio da Manhã* a demonstração de um congratulamento entre o português, proprietário de um pequeno comércio, e um homem pardo, cuja profissão não é descrita. “Antonio da Costa Neves, português, proprietário do armazém de secos e molhados, nº 29-A, da Rua Angelina, estação da Piedade, se entregava ao inocente divertimento de cantar algumas modinhas ao som do seu violão. Terminada a labuta diária, já sem fregueses no seu armazém, assim se distraía em companhia do nacional Francisco Rodrigues de Faria, residente à Rua Fagundes Varela, nº 34, na mesma estação da Piedade” (“Tentativa de Assassinato”, *Correio da Manhã*, sexta-feira, 4 de agosto de 1905, p. 2/6).

3.2 – Da banalidade da vida à hipótese de linchamento.

Abrimos este tópico do trabalho reproduzindo matérias cujas descrições poderiam preliminarmente apontar indícios que aproximam os casos da hipótese de linchamento.

Nesta matéria, o espancamento de Maria das Dores é descrito assim pelo *Jornal do Brasil*.

No lugar denominado Marangá, freguesia de Jacarepaguá, anteontem à noite foi barbaramente espancada por um grupo de indivíduos a nacional de cor preta Maria das Dores, cujo estado é gravíssimo. Os ofensores evadiram-se, deixando a sua vítima prostrada por terra. O delegado da 2ª circunscrição suburbana procura descobrir os autores desta selvageria, tendo iniciado rigoroso inquérito a respeito (domingo, 18 de abril de 1897, p. 1/6).

Num caso com alguma similaridade, “uma anspeçada de polícia, espancou e feriu uma mulher de cor preta, que se achava na rua da Saúde, sem que para isso houvesse ela dado causa” (*Jornal do Brasil*, terça-feira, 22 de setembro de 1903, p. 2/6).

Também um homem preto foi espancado, só que, desta vez, “por vagabundos e desordeiros da Rua do Castello”, que, segundo o jornal, andavam todas as noites por aquela região. Ao final da notícia, o agredido está gravemente ferido e os agressores impunes (*O Paiz*, 8 de agosto de 1886, p. 1).

Nesta outra, a “selvageria” é praticada também pela polícia. Constantino Chagas de Oliveira foi espancado e ferido por causa de uma “suspeita criminosa”. O trabalhador da estiva foi confundido com um gatuno, agredido e espaldeirado por duas praças da polícia. Embora tenha sobrevivido, o estado de saúde era grave, com “contusões por todo o corpo” e um “profundo pontação” do lado direito (*Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1909, p. 13).

Já numa pequena nota vinda de São Paulo, pelo menos quatro homens são cúmplices ou responsáveis pela morte de um único, chamado Ignacio (*O Paiz*, 16 de fevereiro de 1891, p. 1).

O que choca nas notícias sobre a morte de negros, bem como a agressão, é a morte prematura dessas pessoas, que não foram vitimadas por uma questão de saúde simplesmente, mas pela agressão violenta de um ou vários indivíduos, cujas cores não são descritas.

Quais seriam as reais motivações dos crimes? Os espancamentos podem ser considerados casos de justiçamentos, crime racial, marginalismo dos agressores, má conduta, reprodução da escravidão? Que tipos de agressões seriam essas, juridicamente falando? Quais os desdobramentos dos casos do ponto de vista policial e da justiça?

Além disso, no Brasil, houve linchamento por brancos e vice-versa? Se houve, em que moldes? Podemos considerar certas agressões a negros por mais de um autor como possíveis indícios de linchamentos?

Considerando os conceitos sociológicos sobre linchamento, de antemão, acreditamos que é arriscado levantar essa suposição apenas a partir das reportagens pesquisadas nos jornais. Seria necessário ir a fundo no inquérito policial, se é que recebeu a devida atenção na época. No entanto, sabemos, sociologicamente falando, que a imprensa e a polícia podem ter sido reticentes ao classificar casos de linchamentos no Brasil.

Na maior parte dos textos, não existem dados que informem os motivos específicos que levaram aos crimes. Também não há muitas informações sobre os agressores, cujas cores geralmente não aparecem e podem ter sido brancos, mas também outros negros.

Os textos incompletos apontam para a importância de se construir uma investigação aprofundada sobre a morte cotidiana em situações banais de pessoas negras depois da abolição da escravidão, marco cujas experiências de outros países se revelaram muito mais violentas, ou cuja violência se manifestou de formas diferentes. Essas mortes também guardam paralelo com a violência contemporânea sofrida pela população negra.

3.3 – Linchamentos no Brasil

Com a chave de pesquisa sendo os termos preto e pardo, encontramos casos de crimes praticados por pessoas negras, porém, foi superior, quantitativa e qualitativamente, a violência que pessoas negras sofreram em notícias de crimes e mortes envolvendo espancamento, arma branca e arma de fogo.

Há reportagens em que há ao mesmo tempo personagens negros autores de crimes e outros negros que são vítimas dessas situações criminosas. Esses casos são inexpressivos frente à quantidade enorme de matérias cujos autores da violência contra negros não têm suas cores descritas, se tornando uma incógnita a partir das fontes jornalísticas e que só poderão ser compreendidos mais a fundo a partir da investigação dos processos judiciais e dos inquéritos policiais.

Algumas matérias, inclusive, nos fizeram questionar se teriam havido evidências implícitas de crimes de ódio racial ou por motivação racial, ou até mesmo se se tratavam de casos de “linchamentos” de pessoas negras, em que se faz necessário buscar elementos comparativos, sejam empíricos ou conceituais, com outros exemplos históricos.

Segundo José de Souza Martins (2015), o Brasil está entre os países que mais cometem o crime do linchamento no mundo. Por dia, são quatro linchamentos ou tentativas de linchamentos. De um milhão a um milhão e meio de pessoas participaram de ações de justificação de rua nos últimos 60 anos, período estudado pelo autor. As principais ações que

motivam os linchamentos são estupro de crianças, incesto, roubos com vítimas pobres e inválidas, entre outras.

O linchamento é conceituado como uma prática coletiva. No Brasil, são predominantemente do tipo *mob lynching*, feito por “grupos que se organizam súbita e espontaneamente para justificar rapidamente uma pessoa que pode ser ou não ser culpada do delito que lhe atribuem”. Essa é uma forma de justicamento em que a lógica faz parte do acontecimento em si e dificilmente pode ser explicada de modo racional por quem participa (MARTINS, 1996, p. 297).

A configuração dos linchamentos revela problemas que se explicam pelas características dos crimes e dos depoimentos subsequentes, pois uma vez que o crime e a culpa se tornam coletivos, o silêncio generalizado também passa a ser a tônica.

O linchamento (...) resulta da decisão quase repentina, impensada, de motivação súbita e, de modo geral, imprevisível. Sendo legalmente modalidades de delito, os participantes dessas manifestações prontamente se recolhem ao anonimato. Assim como a polícia dificilmente encontra uma testemunha da ocorrência, também o pesquisador tem poucas possibilidades de localizar informantes que lhe permitam reconstituir o acontecimento com o cuidado que desejaria (*Ibid.*, p. 295-6).

Já para Menezes (2009), muitas vezes o linchamento é enfatizado pelo ângulo do espancamento coletivo, com a participação de sujeitos não identificáveis. No entanto, para o autor, o principal aspecto a ser considerado, com o qual tendemos a concordar, seria o da morte obtida por meios violentos, do corpo sem vida, trucidado, de um criminoso ou suspeito que ficaria sujeito à expiação pública.

Quando o caso se aplica a nossa hipótese de investigação, a noção de criminoso ou suspeito deve ser ampliada para a própria representação individual e coletiva do negro como potencial criminoso ou suspeito que poderia ter se formado historicamente na sociedade brasileira, ou, para além disso, a própria descaracterização das vítimas como sujeitos, o que as tornaria seres considerados quase como não humanos pelos agressores criminosos. Nesse caso, possivelmente uma marca da escravidão, quando a pessoa negra era tida por muitos como mercadoria e passível de ser castigado, até mesmo morto.

Martins utiliza jornais e processos policiais em sua pesquisa. Os problemas do uso de periódicos apontados pelo autor nos parecem comuns a nossa pesquisa. No entanto, mesmo os processos policiais também não descrevem certos crimes como linchamentos, preferindo caracterizá-los, por exemplo, como homicídios, explica o autor (*Op. cit.*).

Ainda conforme Martins, o linchamento não é caracterizado dessa forma nos jornais por algumas razões. Por exemplo, a imprensa pode não pautar esse tipo de crime simplesmente porque não consegue saber de todos os fatos sociais. Por outro lado, como a

fonte inicial da imprensa é a fonte policial, esta nem sempre classifica os crimes de linchamento dessa forma.

Talvez possamos acrescentar o aspecto cultural nesse tipo de silenciamento, uma vez que o crime parece tão execrável, custa-se aceitar como prática comum de nossa sociedade por muitos considerada pacífica e harmônica. Inclusive, para o autor, houve um forte atraso no reconhecimento desse tipo de crime comum no Brasil, inclusive, devido à boa imagem de uma nação harmônica que o país quis construir (MARTINS, 1996).

A ausência de representações desse tipo podem estar relacionadas à própria construção do mito de democracia racial no Brasil. De acordo com Anderson (2001), o esquecimento também desempenha papel relevante no contexto de construção do sentimento nacional. Segundo ele, dever esquecer tragédias que deveriam ser lembradas é um mecanismo típico na construção das genealogias nacionais. Além da questão do esquecimento, a lógica que se opera na sociedade brasileira pode ter muito de construção também, outro termo usado pelo autor.

É a partir da década de 1930, que se caracterizará ou se consolidará o “mito da democracia racial” como um paradigma da sociedade brasileira. É emblemática a respeito desse período a obra de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933). Apesar da preponderância de citações dessa obra e sua relevância em se afirmar o período em que se destaca a crença numa democracia racial brasileira, a partir das fontes jornalísticas que usamos, acreditamos ainda, como afirma Carlos Hasenbalg (1979), que já desde o Segundo Império e o início da República, operava-se no Brasil a sedimentação da crença de que em nosso país o preconceito racial seria ausente ou menos expressivo que em outros países, como, por exemplo, nos Estados Unidos.

Mesmo com uma ampla carga de dados sobre episódios de linchamentos, Martins (*Op. cit.*) concluiu que as fontes lhe são precárias. Além disso, explica que em suas análises nem todas as características e nem todos os momentos da ação estão presentes nas descrições de cada linchamento ou tentativa.

De acordo com Thomas Skidmore (2001, p. 67-8),

a primeira distinção é entre preconceito e discriminação. O preconceito é uma atitude estimulada pela crença de que os outros são não apenas diferentes, mas também inferiores — e crenças só podem ser mensuradas mediante contato com o discurso da pessoa, falado ou escrito, ou registros de um terceiro sobre a pessoa em questão. Já a discriminação refere-se a comportamentos, os quais são mensurados por ações realizadas e pelas consequências dessas ações: linchamento (ato consciente, ostensivo, violento), exclusão de pessoas dos assentos na frente do ônibus (ato consciente, ostensivo, não-violento), não-contratação de pessoas para os

melhores empregos (ato às vezes consciente e ostensivo, mas às vezes inconsciente e/ou não-ostensivo).

Assim, enquanto os discursos estereotipados e, por vezes, vazios da imprensa sobre os negros são entendidos aqui também como formas de preconceito, as motivações de certos crimes contra os negros são encaradas, inclusive, como possíveis formas de discriminações racistas, também numa suposta relação de interinfluência das representações da imprensa sobre as discriminações racistas, bem como de reprodutibilidade das discriminações nas páginas dos periódicos.

Caberia então perguntar se, naquela fase pós-abolicionista, as heranças de práticas da escravidão, o darwinismo social e as teorias de branqueamento se reverberariam em práticas racistas, como supostamente poderiam ter sido, por exemplo, essas mortes prematuras de indivíduos negros, e em retóricas que não discutiam essas práticas no país? Acreditamos que indiretamente certas ausências poderiam ocultar que determinados crimes contra negros tinham um forte fator racial se acumulando a uma gama de outros fatores, como marginalidade, pobreza e desigualdade da população negra, excessos policiais e impunibilidade, entre outros aspectos.

Como observamos em nossa investigação, é interessante destacar que era mais comum a questão social e racial da população negra ser abordada em textos que traziam informações externas ao Brasil e não sobre a vida cotidiana da população local. Talvez contribuindo para o que mais tarde se constituiria no mito da democracia racial brasileira, o que se pode perceber no discurso dos jornais investigados é que a questão do racismo contra a população negra não era abordado como um problema nacional, mas externo ao país, ocorrendo não só nos Estados Unidos, mas também na América Central e no eixo Europa-África. O que ainda hoje encontra ecos na imprensa brasileira, que, sob diferentes formas, evita falar sobre racismo.

Como a questão racial do negro não era articulada com os problemas sociais evidenciados nas notícias, pode-se supor que os problemas raciais e sociais enfrentados por essa população não eram amplamente discutidos na imprensa do período, que preferia, inclusive, abordar certos embates entre negros e brancos a partir de perspectivas estrangeiras e não nacionais. Ocorria, por exemplo, a citação de casos de linchamentos a partir de episódios norte-americanos sem que nenhuma das mortes dos negros brasileiros que encontramos tenha sido tratada de forma aproximada.

3.4 – Estudos comparativos sobre linchamento

Em nosso estudo, percebemos que, apesar da quantidade de mortes de negros de forma cruel, não eram feitos relatos na imprensa claramente definidos como de violência racial, tais como em outros países houve contra os negros, como nos Estados Unidos e na África do Sul. Karl Monsma (2009) chega a afirmar que a quantidade de casos é tão distinta da norte-americana que a realidade brasileira pode até ser objeto de estudo do ponto de vista de uma pesquisa ao contrário, ou seja, que vise investigar por que os linchamentos como forma de terrorismo racial eram relativamente raros no Brasil.

Exemplos dos Estados Unidos “foram os frequentes linchamentos no Sul do país entre 1890 e 1950, que frequentemente culminavam com a mutilação da vítima, muitas vezes incluindo a castração” (SKIDMORE, 2001, p. 71).

Tendo em vista o acesso à informação dos fatos de outros países, na imprensa brasileira, não havia dificuldade em abordar o linchamento em outros lugares do mundo, como em Alabama, nos Estados Unidos, onde “um grupo de brancos linchou um preto que tentou violentar uma moça loura. Este fato deu lugar a represálias dos pretos contra os brancos, ocasionando graves conflitos” (*Correio da Manhã*, sexta-feira, 9 de agosto de 1901, 2/4). O mesmo jornal também registra que uma execução sumária em Sulphur-Springs, no Texas, EUA, fez com que a população de cor deixe quase em maciçamente a localidade, temendo que continuem as represálias de brancos (29 de setembro de 1905, p. 3). Já na Flórida, os negros não se intimidaram. Houve grave conflito entre negros e brancos, terminando com três mortos e vinte feridos dentre os brancos. “Deu causa ao conflito o fato de ter sido enforcado um negro” (31 de julho de 1908, p. 2).

Segundo Martins, “os jornais brasileiros do final do século XIX, aproximadamente a partir das vésperas da abolição da escravatura negra, trazem frequentes notícias de linchamentos nos Estados Unidos, mas também no Brasil. Eram linchamentos de motivação racial, contra negros, mas também contra seus protetores brancos. Nessa época, a palavra *linchamento* já era de uso corrente no vocabulário brasileiro” (1995, p. 295).

Dentre os nossos dados, não encontramos casos em que haja o uso específico do termo linchamento aplicado à morte de negros no período de 1888 a 1910. Mas consideramos que muitos exemplos poderiam se aproximar do conceito de linchamento, sem, contudo, ter as descrições mais completas do que seria um linchamento nos moldes do padrão americano.

Na historiografia e nas ciências sociais, a bibliografia mais ampla sobre o tema trabalha com conceituações dos linchamentos de perfil racial norte-americanos. Pesquisas

sobre o fenômeno nos Estados Unidos têm sido usadas como fontes conceituais importantes, mas podem provocar uma comparação inadequada dos contextos em que os linchamentos ocorrem, excluindo casos em outros países como não sendo linchamento.

É preciso verificar, por exemplo, a ressalva feita por Martins ao distinguir as diferenças entre o caso brasileiro e o norte-americano:

A literatura sociológica disponível sobre o tema dos linchamentos é basicamente americana. As indicações existentes e o meu próprio estudo preliminar sobre o tema sugerem diferenças entre os linchamentos nos Estados Unidos e os linchamentos no Brasil. Lá, a motivação racista da violência e o problema do Sul dominaram o interesse dos estudiosos. Algo próximo dos nossos casos de linchamentos no século XIX. A relação entre linchadores e vítimas aparece claramente demarcada por uma linha de casta. Aqui, ao contrário, não se tem informação suficiente sobre distinções raciais na prática dos linchamentos. É verdade que há indícios de que o negro é vítima predileta de linchadores. Mas, há indícios, também, de negros participando de linchamentos de negros. Fica difícil, pois, assumir o preconceito racial como motivação fundamental dessa forma de justicamento. É claro, e sabemos todos, que o ocultamento do preconceito e da discriminação raciais opera acentuadamente no nosso caso, introduzindo uma dificuldade adicional no estudo dessa modalidade de violência coletiva (1995, p. 296).

Aqui no Brasil, o negro foi considerado passível de ser miscigenado e não um grupo específico, em oposição ao branco. Ainda sim, acreditamos que fatores diversos podem configurar práticas e representações diferentes de justicamentos de pessoas negras no Brasil que diferem do modelo norte-americano, mas que, ainda assim, podem ser considerados casos de linchamento. Por isso, é importante buscar um conceito de linchamento que considere a bibliografia norte-americana sobre o tema, mas que também busque uma configuração local dessa prática no Brasil, considerando, inclusive, outros exemplos históricos. Esse movimento de comparação e especificação só pode ser conseguido com mais dados empíricos e históricos sobre as práticas de linchamento no Brasil, o que não é o caso de nossa pesquisa, que se limita a investigar as representações mais gerais do negro na imprensa.

Mesmo o dado de Martins de que negros participaram da agressão a negros não oculta a relação racista que pode ter havido em muitos casos. Da mesma forma que as divisões de cores norte-americanas não são semelhantes no Brasil, porém, sem acabar com os preconceitos que se reproduzem de outras formas aqui, o linchamento a negros, ainda que com a participação de pessoas negras, ainda assim pode revelar divisões racistas, um vez que as vítimas são negras e a história brasileira que divide ou não negros e brancos se processou de forma específica, diferente, aqui no país. É com base nas diferenças brasileiras que é preciso compreender o linchamento de negros no Brasil depois da abolição da escravidão.

3.5 – Linchamento a negros: a pesquisa em outros lugares

Pesquisando a correspondência dos delegados do oeste paulista nos primeiros sete anos após a abolição, Karl Monsma (2009) encontrou quatro casos de linchamento de libertos, com seis vítimas. De acordo com o autor, as circunstâncias e a brutalidade desses assassinatos coletivos de negros eram muito parecidas com as características dos linchamentos norte-americanos. “Embora fossem poucos, esses linchamentos tinham grandes repercussões locais, e sem dúvida serviram para intimidar os outros negros” (p. 1).

Uma das coisas que parece diferenciar bastante os casos que listamos da imprensa carioca daqueles investigados por Monsma é a ação coletiva, pois aqui os casos não representam um envolvimento de grandes grupos na execução da vítima.

Para que uma investigação sobre o assunto tivesse frutos maiores em relação a possíveis casos no Rio de Janeiro, seria necessário avaliar os inquéritos policiais e processos judiciais mais a fundo, tal como fez Monsma (*Ibid.*). Apenas com as informações da imprensa, principalmente sob a forma aleatória como escolhemos nossos casos, não é possível avaliar os diferentes depoimentos sobre os crimes, as conclusões policiais e da justiça, as defesas e acusações feitas, as reações populares, os bastidores dos crimes, as versões dos familiares das vítimas, as versões das vítimas quando sobreviventes, entre outros aspectos.

O que o nosso trabalho tenta expor apenas é que há fortes indícios na imprensa de que a violência contra o negro, inclusive com mortes, poderia ser um fator atrelado à discriminação racial e que a imprensa não abordava o fato desta forma, o que se coloca como um problema que precisa ser investigado com mais precisão em trabalhos futuros.

No entanto, argumentam também que deve ser observado nos linchamentos a situação de vulnerabilidade da vítima e não principalmente as circunstâncias da prática, se coletiva, se obedece a determinado padrão. No linchamento, tal como estamos argumentando, a vítima é agredida ou morta sumariamente sem nenhum tipo de condições de reagir à altura contra aqueles que a agridem ou a executam²⁶.

Outro dado que deve ser considerado é o próprio contexto de suspeita que as agressões podem revelar. As agressões registradas na imprensa geralmente estavam associadas a uma imagem prévia de desconfiança sobre o negro, o que leva a crer que o negro era visto como uma possível ameaça.

²⁶ De acordo com o dicionário Aurélio (2000), contemporaneamente, linchar significa “justiçar sumariamente, sem qualquer espécie de julgamento legal”. Esta definição parece ser ainda mais ampla e se aplica facilmente aos casos que encontramos nos jornais do Rio de Janeiro, inclusive, àqueles em que a agressão e a morte eram praticadas pelas próprias autoridades policiais, o que muitas vezes não é considerado como um linchamento.

3.6 – Espancamentos praticados pelo Estado

Formas brutais de violência contra o negro podem ter sido praticadas reiteradamente pelo próprio Estado na forma de suas instituições de segurança e polícia e no passado²⁷, assim como existe hoje, Hebe Mattos considera que houve no pós-abolição uma característica violência racial da utilização privada da repressão policial, em que os casos a seguir podem ser também ilustrativos (1995, p. 389).

A linguagem utilizada nos jornais também são evidências de que as práticas representavam uma continuidade de castigos do tempo da escravidão. Algumas expressões usadas são: “rigorosos castigos das praças”, “a causa do crime dizem que foi nenhuma, pois o preto nada fizera”, “espancado barbaramente”, “vítima indefesa”, “sem que os gemidos da vítima o contivessem”.

“Comunicaram-nos que anteontem, às 11h30, uma parda que fora presa na Rua Barão de Mesquita, sofrera os mais rigorosos castigos das praças que a conduziram para a estação policial da respectiva circunscrição” (*Jornal do Brasil*, segunda-feira, 28 de agosto de 1899, p. 2/4).

“Às nove horas de ontem, quatro praças do exército, sem número do boné, assassinaram a punhal o preto de nome Bento. O cadáver foi recolhido ao necrotério. O Dr. Delegado da 8ª Circunscrição abriu inquérito. A causa do crime dizem que não foi nenhuma, pois o preto nada fizera” (“Assassinato”, *Jornal do Brasil*, domingo, 10 de maio de 1895, p. 2/8).

O *Correio da Manhã* também noticiou um caso indicativo de que um homem negro foi “espancado barbaramente”, “recebendo vários ferimentos na cabeça e no corpo”. O homem não chegou a ser morto, e os autores do crime eram praças de polícia, cujas cores não são identificadas no jornal. De acordo com a notícia, antes do espancamento, o homem estava embriagado e teria promovido distúrbios em frente à estação dos bondes da Companhia Vila Isabel. Finalmente, o comentário raso do jornal é que “cedo começam as façanhas” (quinta-feira, 8 de agosto de 1901, p. 2/6).

Em outro caso, em virtude da condenação de sua residência, na Rua São Lourenço, nº 47, em Niterói, “um pobre homem de cor preta, maior de 50 anos e aleijado, foi a vítima

²⁷ Segundo uma pesquisa contemporânea de Orlando Zaccone (2015), as polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo matam mais do que a soma de todas as penas capitais legais de que se tem informação no mundo. Segundo o autor, que investigou “autos de resistência”, do momento em que eram lavrados até a decisão do judiciário, o Estado Brasileiro, na amostra carioca, elimina sem complicações a figura do “traficante de drogas”. E nesse cenário trágico, o negro é o mais vitimizado.

indefesa” de um soldado do corpo militar do Estado do Rio. Devido a deficiência, ele efetuava com dificuldades sua mudança, ordenada pela prefeitura em função da condenação do local onde morava. “À noite, quando terminava a mudança, dele se aproximou o soldado e barbaramente o espancou. Atirou-o por terra com um violento empurrão e em seguida pisou-o, sem que os gemidos da vítima o contivessem” (“Barbaridade”, *Correio da Manhã*, quinta-feira, 29 de dezembro de 1904, p. 2/6).

Numa reportagem do *Jornal do Brasil*, um viés preconceituoso é explicitado e pode ajudar a explicar até certo ponto esta prática de agressão a negros por parte de policiais. Nesta reportagem, o homem é espancado porque teria sido confundido com um gatuno. Floribella Maria da Conceição pediu à Delegacia do 22º Distrito que fosse recolhido ao Hospital da Misericórdia o seu companheiro Constantino Chagas de Oliveira, que se achava em estado grave. Constantino é descrito como “de cor preta, de 37 anos de idade, solteiro e trabalhador da estiva”. Os títulos da reportagem antevêm as nossas indicações: “Selvageria policial – Suspeita criminosa – Espancado e ferido”. Constantino foi espancado por duas praças de polícia e apresentava contusões por todo o corpo. De acordo com o jornal, “o agredido, logo que pode fugir à sanha dos pseudo-mantenedores da ordem pública, refugiou-se em casa”. No entanto, como se agravaram os ferimentos, Floribella decidiu denunciar o caso à polícia (*Jornal do Brasil*, quarta-feira, 15 de setembro de 1909, p. 13/18).

Não era pouco comum, como os exemplos revelam, os jornais perceberem a polícia enquanto instituição de perseguição e discriminação a cidadãos negros oprimidos pela estrutura discriminatória que se formava na época. Por vezes, a tônica dos agentes é a agressão desmedida e até o assassinato.

3.7 – O agendamento subterrâneo do racismo

Baseados na teoria do agendamento ou *agenda-setting*, que explica que a agenda midiática influencia a agenda pública (LIPPMANN, 1998[1922]; TRAQUINA, 2000), acreditamos que as representações da população negra pautava a vida social, muito além da interpretação psicológica de quem lia as notícias, porque consolidava o preconceito numa sociedade com forte discriminação racial. Os efeitos se tornavam práticas numa descida da agenda midiática à agenda pública, social, econômica e cultural da época.

A pergunta que colocamos é até que ponto representações de pessoas negras teriam influenciado a vida dessa população em suas mais variadas esferas e com contornos predominantemente negativos? Em outras palavras, as representações de pessoas negras

mortas, humilhadas, feridas, maltratadas, eram também resultado do agendamento da imprensa? Em que medida esses casos de mortes de negros, sobretudo no caso da ação do Estado, estavam relacionados à representação da própria imprensa?

Nesse contexto, é preciso considerar o que a agressão a pessoas negras no Brasil tem de herança da história e da mentalidade escravista no país pré-1888, do processo abolicionista ao longo da segunda metade do século XIX e do pós-abolição. Todo esse contexto contribui para a formação de práticas mentais individuais e coletivas racistas que tiveram permanências no Brasil ao longo do século XX e ainda hoje.

Naquela fase, a linguagem dos jornais era reveladora de continuidades de práticas da época da escravidão: “rigorosos castigos”, “a causa do crime dizem que foi nenhuma, pois o preto nada fizera”, “espancado barbaramente”, “sem que os gemidos da vítima o contivessem”.

Após 1888, a imprensa carioca tem reproduzido uma figuração que retroalimenta a imagem do negro em contextos predominantemente de violência, criminalidade, vulnerabilidade, subordinação, inferioridade, pobreza, marginalidade, entre outros aspectos deteriorantes, o que colabora para que a imagem do negro seja tão discriminada em múltiplos contextos sociais.

Por outro lado, esses mesmos contextos podem ser considerados como um retrato da realidade da época, um ângulo, uma fotografia. Embora oculte outros aspectos, podem revelar muito daquele período. O uso desses acontecimentos na imprensa podia ter uma função exploratória da imagem da pobreza e da criminalidade, mas também a intenção de evidenciar esses aspectos com fins de modificá-los.

Esse combate ao racismo parecia ser bastante tímido, uma vez que não era enfatizado em termos raciais também.

3.8 – Considerações finais

A partir das reportagens encontradas, embora não haja evidências suficientes que demonstrem claramente a noção de justiçamento ou linchamentos, acreditamos que as agressões a negros, por motivos aparentemente apressados e torpes, seja por pessoas comuns ou por policiais, podem ser consideradas como fatores de discriminação racial.

Além disso, supomos que, ao abordar o caso de linchamento no Brasil, não se precisaria necessariamente buscar somente as semelhanças com o caso norte-americano, mas

também as diferenças, que podem ser reveladoras de manifestações de preconceitos típicos de nossa sociedade.

Aproximar certos casos de agressões a negros registradas na imprensa da noção de linchamento é uma tentativa de lançar maiores esclarecimentos sobre esses crimes bárbaros, muitas vezes, silenciados enquanto prática racista.

Finalmente, compreender os crimes cometidos contra negros pode ser pensado também como uma hipótese do agendamento da imprensa e dos efeitos nocivos que as representações da imprensa sobre o negro provocariam na vida social, ao mesmo tempo que a imprensa tentava provocar algum tipo de sensibilidade e ação do poder público, bem como da sociedade. É nessa complexidade do tema que as questões se colocam e são percebidas através dos jornais.

4 – REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO NO PÓS-EMANCIPAÇÃO

Alguns trabalhos no Rio de Janeiro se inserem dentro do contexto do mercado externo, de exportação de produtos primários para o exterior, muitos, inclusive, vão remeter diretamente ao sistema colonial, em que predominavam trabalhos similares aos da época da escravidão. Analisar esses trabalhos é perceber um processo de transformação que é lento.

Ainda que o Brasil representasse um papel periférico na economia global, o início do século XX era um momento de crescimento na exportação brasileira, que sofre um aumento de 63,7% na primeira década, maior crescimento dentre as últimas cinco décadas. O Rio tinha uma economia urbana e compunha, junto com Santos, Recife e Belém, rota de escoamento da produção para o exterior e entrada dos produtos importados (FAUSTO, 2006, p. 382-383).

A insipiente industrialização do Brasil nessa fase se dá no âmbito de uma divisão internacional do trabalho e de um processo de monopolização das economias ricas sobre as periféricas, que vai se acentuar a partir da década de 1910.

4.1 – Exemplos de trabalhos exercidos por personagens negros

No contexto geral dos dados extraídos das matérias dos jornais, cerca de 28% dos personagens aparecem com descrição de algum tipo de referência ao ofício, ao trabalho ou à atividade exercida. As reportagens revelaram, em primeiro lugar, uma ampla diversidade de trabalhos exercidos por personagens negros e pardos.

Embora a maior parte (72%) dos personagens não seja descrita em relação as suas ocupações ou à falta delas, havia uma dinâmica funcional da época cujos fragmentos das diferentes formas de atuação dos negros são citados nas matérias. Os trabalhos que se repetem com alguma frequência não deixam de revelar o caráter subalterno do trabalhador negro. Eram principalmente trabalhadores em casa de família, estivadores, operários, serventes de pedreiro, vendedores/ambulantes, carregadores, lavradores, cozinheiros, empregados em padaria ou em taverna, trabalhadores da estrada de ferro, entre outros. Alguns são descritos em função do desemprego, outros em função da condição de ex-escravo.

TABELA 18 - OCUPAÇÕES

Trabalha em casa de família	8
Estivador	5
Operário	4
Servente de pedreiro	4
Vendedor/a	4
Carregador	3
Lavrador	3
Cozinheira	2
Cozinheiro	2
Carpinteiro	2
Trabalha na estrada de ferro	2
Trabalha em padaria	1
Padeiro	1
Carroceiro	1
Companheiro de explorador na África	1
Trabalha em construção	1
Copeiro	1
Criada	1
Foguista	1
Moço em cocheira	1
Soldado do batalhão naval	1
Trabalha em taverna	1
Candidato à Câmara dos Deputados	1

TABELA 19 – OUTRAS REFERÊNCIAS A ATIVIDADES

Ex-escravo	3
Trabalha	3
Desempregado	2
Escravo	2
Feiticeiro	2
Meretriz	2
Curandeiro	1
Empregado à Rua Voluntários da Pátria	1
Empregado de Oliveiro Pinto	1

Há também aquelas formas de sobrevivência marginalizadas, como as figuras do feiticeiro²⁸, do curandeiro e da meretriz, ambos descritos também nos jornais.

Sobretudo, chama a atenção a grande quantidade de personagens que não são descritos em relação ao seu ofício, o que nos leva a confirmar que a marginalidade e a falta de trabalho da população negra podiam ser grandes na época. Essa conclusão deve ser relativizada, uma vez que aqui utilizamos um único tipo de fonte, com seus limites e clichês, que não permite encarar a sociedade como um todo. Além disso, o fato de muitos personagens não serem descritos pelo ofício pode indicar falta de apuração ou falta de necessidade de focar nesse aspecto.

Estivadores e carregadores aparecem no trapiche Vapor e nas Docas Nacionais. Operários são citados como empregados da *Coal Brazilian Company Limited*, companhia do setor carvoeiro, e da Companhia de Iluminação e Força de Campinas. Já um servente de pedreiro aparece nas obras da Vila Militar. Os vendedores que aparecem vendiam: doces na cancela da estação Engenho de Dentro, sabão, ervas, garrafas de mel de abelha.

²⁸ A feitiçaria negra também foi implicitamente considerada com maus olhos nos jornais que pesquisamos como prática de enganar pessoas ou outras ações que levantavam suspeitas: “A polícia da rua de João Caetano deu cerco ontem à noite, na casa do feiticeiro João Mina, à praia Formosa, nº 2, e prendeu uma preta conhecida por Maria Mina, ajudante de João, e mais quinze pessoas que ali se achavam à procura da felicidade e fortuna, apreendendo grande quantidade de bugigangas. Os consultantes de João Mina foram recolhidos ao Xadrez” (*Jornal do Brasil*, terça-feira, 30 de agosto de 1898, p. 1/4). “Minas Gerais – Juiz de Fora, 9 – A polícia do distrito de Rosário deste município teve conhecimento que uma preta idosa ali moradora, profanava as sepulturas recentes, carregando os cadáveres, (...) de crianças, para fazer com eles sabão que vendia na localidade. Em casa da criminosa foi achado grande número de ossadas humanas. Este fato horrível, (...) por um menino, indignou a população. A idosa/criminosa (???) fugiu” (*Correio da Manhã*, 11 de maio de 1904, p. 2). Noutro caso, um homem com problemas mentais se mata. Ele estava sob cuidados de um preto feiticeiro, muito conhecido e procurado em Bagagem, Minas Gerais (*Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1900, p. 3).

Já os lavradores faziam parte de um serviço rural própria das fazendas do estado ou do país ou das roças na capital federal. Além desses, havia também a figura do moço que trabalhava em cocheira, uma vez que, inclusive, grande parte dos transportes da época era ainda por tração animal. Já o foguista trabalhava diretamente nas fornalhas de máquinas movidas a vapor, seja em indústria ou na estrada de ferro.

A dinâmica da cidade vai se revelando através do mapeamento dessas profissões. Os negros estavam dentro das casas grandes, na cadeia produtiva alimentar, estavam na cozinha ou nos transportes dos alimentos. Eles desembarcavam e embarcavam mercadorias nos navios, mas também colaboravam com a produção de produtos primários lavrados em nosso solo. Eram também trabalhadores nas indústrias, na cadeia de transportes, seja por tração animal ou por vapor. Também eram mão de obra na infraestrutura da cidade, uma vez que trabalhavam em obras de construção civil, nos ofícios mais pesados. Eram atividades básicas, que se confundiam com a pobreza.

Pensando na dinâmica funcional encontrada a partir desta pesquisa, podemos supor que a riqueza brasileira, mais especificamente da capital federal, qualquer que tenha sido a participação total do personagem negro, tinha a ver direta ou indiretamente com o uso da mão de obra dessa população preta e parda nos ofícios mais rudimentares ou inferiores na hierarquia do trabalho. Ampliar a quantidade de dados poderia ser muito elucidativo a fim de caracterizar melhor o dia a dia do negro no Rio.

Os trabalhos também ajudam a mostrar a situação social das pessoas representadas, predominantemente em condições sociais simples ou humildes, em outras palavras, empobrecidas. No entanto, maior que o número de ocorrências de qualquer um desses trabalhos é a ausência de descrição quanto à situação ocupacional daquela população, o que de fato aponta para uma relação direta entre a marginalidade das representações como um todo e a situação marginal em relação à inserção do negro liberto no mundo do trabalho durante aquele período. Como as situações que apareceram são as mais ruins, os aspectos positivos dificilmente são captados pelos jornais como fontes.

4.2 - Descrições de Profissões

Do ponto de vista de como o tema do trabalho negro no pós-abolição vem se desenvolvendo no Brasil, é pertinente a observação de Henrique Espada Lima (2005). De acordo com o autor, se tornou mais comum “a ênfase na elaboração das leis, nas concepções dos legisladores e nas lutas políticas das elites em torno dos termos dessa nova organização do

trabalho em relação a seus interesses econômicos”. Como funcionava na prática, quais eram os arranjos de trabalho, entre outros aspectos da experiência, foram menos estudados. “Antes de qualquer outra coisa, é a autoimagem dos legisladores e os projetos que vêm à tona. O que permanece submerso são os sentidos que os próprios trabalhadores dão ao 'mercado' no qual são 'livremente' lançados" (p. 301-2).

Sobre as regras legais regendo os contratos entre patrões e empregados, tal como evoluiu ao longo do século XIX, pode-se encontrar um bom resumo desse tema no trabalho do próprio autor (Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 289-326).

Já de acordo com Chalhoub (2001, p. 62), o “velho esquema do trabalhador despossuído, dono apenas de sua capacidade de trabalho, que se encontra então no tal 'mercado' com um capitalista altivo e carrancudo que, detentor dos meios de produção, acena-lhe com a possibilidade de um emprego (...) não dá conta de milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando se tornar trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal 'mercado', mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo de bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscoiteiros etc”.

Em “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”, no livro *História da vida privada no Brasil* (1998), Maria Cristina Cortez Wissenbach lista uma série de atividades desenvolvidas pela população negra nas cidades depois da abolição da escravidão, onde podiam, inclusive, competir com imigrantes naquele cenário de busca pela sobrevivência. A autora usa indicações de São Paulo, Salvador, Recife e Rio de Janeiro.

Remontando um quadro geral dessas cidades, os seguintes ofícios ou as áreas de trabalho eram comuns entre pessoas negras e mulatas: vendas ambulantes, no setor de carregamentos e transportes, cultivos agrícolas dos arrabaldes das cidades, serviços como funileiros, marceneiros, catraieiros, carregadores, ensacadores, pequeno comércio, fretes, aguadeiros, pequenos lavradores ou criadores nos arrabaldes ou roças da vizinhança da cidade, barqueiros, tarefeiros, vendedores de gelo e de produtos alimentícios, carpinteiros, sapateiros, carroceiros, vendedores ambulantes de lenha, de carvão, de peixe. Especialmente entre as mulheres, além de alguns ofícios em comum aos homens, destacavam-se: comércio urbano de comidas feitas, vendas ou quitandas (nas portas das casas ou ambulantes em tabuleiros), lavagem de roupa.

Apesar dessa variedade de ofícios encontrados, logo depois da abolição, “certo jornal” expunha que a grande massa da população era “composta de ociosos e parasitas” (RENAULT, 1982, p. 228).

Outra possibilidade de trabalho eram os empregos nas fábricas. Num período de industrialização pequena e insuficiente, com máquinas ainda movidas a vapor, nos limites do município do Rio, existiam 15 fábricas de tecido, que empregavam cerca de seis mil operários, mas que não sabemos as suas cores. As principais fábricas no Rio eram da área têxtil, de pães e congêneres, fumo e cigarros. Entre 1885 e 1887, cinco novas fábricas de fumo e cigarro foram instaladas no perímetro urbano da cidade, mas também foram instaladas fábricas de móveis (4), malas, baús e arreios (2), lampiões (2), guarda-chuva (1), luvas (1), capas (1), gelo (1), chocolate (1), melado e cachaça (1). Na rua Visconde de Sapucaí foi aberta uma brewery, de Villinger e Co., que produzia 18 mil garrafas diariamente. Já a cerveja Brahma começava a competir com os produtos estrangeiros (RENAULT, 1982, p. 215). Essa também é uma fase de um capitalismo monopolista no mundo ocidental, em que há investimentos externos em países com mão de obra barata, como o Brasil. O país se abre não só para a imigração de pessoas, mas também para a entrada de capitais estrangeiros.

De acordo com Chalhoub, os números sobre a estrutura ocupacional da cidade em 1890 apontam para uma marginalização ocupacional dos não-brancos. Em parte, isso teria se dado pela presença dos imigrantes europeus. “Mais da metade dos 89 mil estrangeiros economicamente ativos trabalhava no comércio, indústria manufatureira e atividades artísticas, ou seja, os imigrantes ocupavam os setores de emprego mais dinâmicos”. Já entre os não brancos economicamente ativos, 48% “eram empregados de serviços domésticos, 17% na indústria, 16% não tinham profissão declarada, e o restante encontrava-se em atividades extrativas, de criação e agrícolas” (2001, p. 89).

Como a procura por trabalho era maior do que a oferta, “essa população pobre, continuamente engrossada por migrantes internos e imigrantes estrangeiros, lutava na prática com uma dificuldade ingente em arrumar emprego e tinha de se sujeitar a receber salários baixos que deterioravam ainda mais suas condições de existência” (*Ibid.*, p. 61).

4.3 – A estrutura da discriminação no trabalho

Naturalmente, o negro disputava empregos e trabalhos com o imigrante estrangeiro ou com o nacional de cor branca. Na disputa ideológica entre a mão de obra negra e a do imigrante, de acordo com Azevedo (1987, p. 21), o elemento nacional livre, formado em sua maioria de negros e mestiços pobres e que durante toda a escravidão vivera à margem da grande produção exportadora, permaneceria “vegetando', marginal e dispensável”, exceto nas regiões cujo desenvolvimento econômico era fraco e não justificava a imigração. “É que

também ele sofreria do mal da 'herança da escravidão', acostumado às relações patriarcais de dependência servil e entregue em sua maioria a atividades de mera subsistência”. Passava-se então a considerar por mão de obra o imigrante estrangeiro, afinal de contas, marginalidade e grande produção eram elementos diretamente excludentes.

Uma das ações pensadas na época foi a importação de mão de obra imigrante, “devido ao seu (suposto) enquadramento nas relações de produção capitalistas. Da irracionalidade de um sistema escravista, pré-capitalista, que gerava homens pouco racionais, objetivava-se, passa à racionalidade de outro sistema – o capitalista, através de agentes racionais já produzidos por ele” (AZEVEDO, 1987, p. 17).

Assim, não só era dada a preferência pelo imigrante, como também determinados imigrantes, não tão bem-vindos, encontravam dificuldades para entrar no país. “O barco francês *Boarn* atraca no nosso porto com 270 egípcios, cujo desembarque as autoridades não permitem. O barco segue para Buenos Aires e – segundo o *River Plate Times*– eles são impedidos de descer em Buenos Aires” (RENAULT, 1982, p. 232).

No caso de um projeto enviado ao Congresso para a contratação de dois mil imigrantes liberianos para trabalhar no porto de Santos, *O Paiz* tenta colaborar no convencimento do Congresso polarizado.

Se o negro liberiano se identificasse em índole e em costumes de servidão ao de outras regiões africanas, cujo embrutecimento vai até a escravização voluntária, nós seríamos os primeiros a nos insurgir contra esse projeto e taxá-lo de criminoso. Tal porém não se sucede, o liberiano é um homem livre, tão obediente e disciplinado enquanto cumpre a tarefa a que por contrato se obrigou, como enérgico, intransigente, na avocação do seu direito, logo que o mesmo contrato termina, não o renovando em condição alguma, por mais tentadoras que sejam as ofertas ou por mais tenazes que sejam as imposições (28 de agosto de 1893, p. 1).

De acordo com Lilia Schwarcz, houve diversos debates na Câmara dos Deputados que procuraram discutir a importação de europeus ou africanos, durante a década de 1880. De São Paulo partiram as principais políticas restritivas à mão de obra negra e oriental. “São Paulo demonstrou na prática o quanto era permeável às conclusões teóricas racistas e darwinistas sociais, tão populares em Recife”. Composta por bacharéis da escola paulista de Direito, a bancada paulista “limitou a admissão a apenas alguns países, criticando duramente o que chamava ser 'as características amorais dos africanos e dos *chins*', entendidos como 'inassimiláveis, portadores de línguas e costumes estranhos aos nossos, praticantes do suicídio e do ópio’”. Havia, segundo a autora, um caráter eugênico de depuração das raças nesses discursos (NOGUEIRA, 1984; HALL, 1976; MONTEIRO, 1992, *apud* SCHWARCZ, 1994, p. 142).

A relação do trabalho local e a importação de mão de obra estrangeira é sintetizada assim por Henrique Espada Lima:

É claro que os trabalhadores que se contratavam eram empregados domésticos, cozinheiros, hortelãos, com sorte chapeleiros ou sapateiros. Eram analfabetos em sua esmagadora maioria, dificilmente se articulavam em sindicatos ou associações (ainda que alguns o fizessem, de algum modo, nas irmandades religiosas). Não eram “modernos” trabalhadores industriais e dificilmente poderíamos chamá-los de “assalariados”. Certamente, suas experiências não podem ser consideradas estatisticamente representativas da condição trabalhadora. Mas a sua sorte e suas lutas, acredito, revelam muito sobre a sorte e as lutas dos trabalhadores e pobres em geral. Todos enfrentavam o mesmo inimigo, encarnado pela nova forma de coerção que era a própria condição da nova organização do trabalho livre: a miséria, a necessidade e a precariedade. Essas eram as mesmas causas que levavam os trabalhadores pobres da Europa, da China ou da Índia a atravessar os oceanos para tentar uma vida melhor, trabalhando nas fazendas de cana do Caribe, nas estradas de ferro do Oeste americano, ou nas plantações de café no Brasil. Também eram esses os desafios que davam sentido – e ainda dão – às lutas políticas dos trabalhadores para conquistarem o direito à liberdade nos seus próprios termos (2005, p. 312).

Novamente se coloca a questão da continuidade e da descontinuidade. Percebe-se hoje na historiografia um grande avanço em perceber as diversas formas de como os escravos rompiam com as lógicas do sistema de escravização. São diferentes estudos sobre as formas de resistência e negociação dos escravos, suas redes de sociabilidade, o lugar e a permanência de suas relações familiares, sua cultura, e as formas de luta sob o cativo. De semelhante forma, como temos demonstrado, o trabalho livre no pós-emancipação ainda guarda, em múltiplos aspectos, dificuldades antigas. Essa é a posição de Henrique Espada Lima:

Características definidoras do trabalho livre, como a compensação financeira pelo trabalho, em forma de salário ou outro, não eram incomuns na relação escravista. Formas de barganha coletiva – como o “cruzar os braços” – que costumam ser pensadas apenas com relação aos trabalhadores livres da indústria, estiveram igualmente presentes em alguma medida entre as estratégias dos escravos em suas negociações com seus senhores e administradores. Por outro lado, formas de trabalho forçado (que incluía diversas formas de contrato, *indentured labor*, servidão por dívida, *patronage* e outros), assim como a coerção física para o trabalho, faziam parte do cotidiano dos trabalhadores livres durante e depois do período escravista (*Ibid.*, p. 297).

Nesse sentido, Lima aponta algumas considerações importantes sobre o erro de se esperar do pós-emancipação um período idealizado e perfeito, em contraposição ao período anterior.

Assim, em algumas das reflexões de caráter sociológico sobre a experiência dos livres pobres e dependentes no Brasil escravista, constrói-se às vezes uma imagem da sociedade brasileira onde se reconhece racionalidade e cálculo para apenas um dos polos da relação senhorial. São análises que opõem uma classe de proprietários que operam dentro da lógica “moderna” da maximização a uma classe de desprovidos e dependentes que agem a partir de uma lógica definida como “tradicional” e desprovida de racionalidade. Ora, me parece que essa oposição idealiza, por um lado, o sentido das ações dos “novos” sujeitos, enfatizando seu individualismo, sua compreensão e clareza sobre seus próprios “interesses”, seu acesso ilimitado à informação e recursos, univocidade das ações e coerência de suas estratégias etc; e, por outro lado, subestima largamente qualquer componente “racional” das ações dos trabalhadores livres dependentes, supostamente imbuídos de um comportamento (social e econômico) reativo e visceral, incapazes de inovação e aprisionados a redes de dominação que são, em última instância, “sobrevivências” da escravidão (*Ibid.*, p. 300).

Como exemplo de desconstrução dessa visão, no trabalho campesino, a concepção historiográfica da marginalização e da “anomia” dos libertos ocorreu anteriormente porque grande parte deles teria conseguido, na verdade, em pouco tempo, recursos para não serem mais atingidos pelo estigma da escravidão. Podiam agora negociar condições de trabalho, “que privilegiavam a utilização do trabalho familiar nas antigas fazendas ou nas novas áreas de expansão – contra as pretensões de manter uma organização coletivizada do trabalho no eito dos últimos senhores” –, ou também situarem-se como produtores independentes em áreas de subsistência (RIOS e MATTOS, 2004, p. 180).

Não cabe aqui fazermos uma revisão da bibliografia sobre esse tema. Trabalhos de fôlego já se ocuparam de estudar o trabalho no campo, sobretudo aqui no Rio de Janeiro, com destaque para Rios e Mattos (2004) e Mattos (1995). Já do ponto de vista de como a luta por direitos no mundo do trabalho livre já existiam no tempo da escravidão e mobilizava negros libertos e livres, destaca-se o livro *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, de Marcelo Badaró Mattos (2008). O autor mostra que o marco de 1888 de forma alguma pode ser inaugural da formação de um pensamento de classe de trabalhadores. Também não é possível voltar no tempo e pensar a formação desses ideais sem incluir as relações que existiam entre trabalhadores livres, libertos e escravizados.

4.4 – Acidentes de trabalho

Não apenas a falta de trabalho, também eram problemáticos os acidentes. Outra ocorrência nos jornais apontava para casos reiterados de acidentes envolvendo personagens negros durante a execução de suas atividades trabalhistas.

Dentre os casos, o de Maria da Conceição, que enquanto trabalhava numa casa de família, sofreu queimaduras graves em todo o corpo. A jovem de 22 anos, “cor parda”, engomava roupas e, quando “foi renovar as brasas de ferro”, “não reparou que haviam caído algumas acesas sobre o soalho”. As chamas atingiram a roupa da moça rapidamente. “Em vez de procurar abafar o fogo, pedindo e esperando socorro, correu em desespero, e soltando gritos lancinantes para o terreiro, resultando disso propagaram-se as chamas com maior rapidez, e tanto que, ao ser socorrida, já quase toda a sua roupa se havia queimado” (“Desastre”, *O Paiz*, quarta-feira, 13 de fevereiro de 1889, p. 1/4).

Já nas obras da Vila Militar, “Antonio Paulo dos Santos, servente de pedreiro, caiu de um andaime, fraturando a perna esquerda”. O homem era de cor preta, solteiro, tinha 27 anos

e morava em Deodoro. Depois da queda, foi levado ao Hospital da Misericórdia (“Operário ferido – Na Vila Militar”, *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 17 de março de 1909, p. 6/16).

Neste outro caso, o acidente ocorre no caminho entre o trabalho e a volta para casa. O trabalhador que precisava do trem no início do século XX enfrentava as dificuldades comuns desse meio de transporte na época. Manoel Francisco Bahia, pardo, de 35 anos, que sofreu um grave acidente de trem, tendo suas pernas esmagadas, é retratado em parte de sua rotina para voltar pra casa, o que remonta aspectos vividos diariamente por muitos outros trabalhadores (“Mau despertar”, *Correio da Manhã*, terça-feira, 9 de julho de 1907, p. 2/8).

“Como de costume, Bahia, após os seus afazeres, pois exerce a profissão de cozinheiro, tomou o trem SU 131, com destino a sua residência”, que ficava à Rua Conselheiro Agostinho, nº 2, na estação de Todos os Santos. “Fatigado do trabalho, Bahia pegou no sono, indo além da estação que deveria saltar. Ao partir o comboio da estação de Engenho de Dentro, Bahia, despertando e vendo que já estava longe de sua moradia, levantou-se de onde estava sentado e, ainda estremunhado, saltou para a plataforma”. O homem, no entanto, se desequilibrou e caiu na linha, tendo as pernas esmagadas pelas rodas do trem.

4.5 – Trabalho e gênero

Uma notícia em particular chamou a nossa atenção para a importância de perceber as dificuldades trabalhistas também como uma questão de gênero. Fica evidente a pressuposta dificuldade maior de a mulher negra encontrar emprego. O título da notícia, a primeira da coluna “Na polícia e nas ruas”, já indica a relação entre os sexos: “Mulher-homem”.

O tenente farmacêutico do Exército, Inocêncio da Cunha, residente à Rua dos Araújo, nº 13 F, procurou ontem o Dr. chefe de polícia a quem comunicou o seguinte:

Que há tempos encontrou-se na Rua da Quitanda com um rapaz de cor preta, que humildemente lhe perguntou se o queria para empregado, pois tinha vindo de São João d’El-Rey e não conhecia ninguém. Condoendo-se da sorte do rapaz tomou-o para seu copeiro. Jovito Maria de Jesus começou a desempenhar as suas funções satisfatoriamente. Ontem com grande surpresa o Sr. Tenente Cunha notou que Jovito parecia mulher. Habilmente interrogado, Jovito declarou chamar-se Jovina Maria de Jesus e que se vestiu de homem, pois lhe disseram que assim mais depressa arranjaría emprego. Declarou mais que sua mãe fizera o mesmo quando viera para esta capital, onde muito tempo exerceu o ofício de carvoeiro. O Dr. chefe de polícia mandou depositar a menor e telegrafou para Minas pedindo informação (*Correio da Manhã*, 28 de julho de 1903, p. 2).

Há principalmente dois indícios interessantes nessa reportagem. Um mais específico, indicando que uma mulher travestir-se de homem para conseguir trabalho poderia ser um fato não tão isolado naquela fase, uma vez que a menina disse que a própria mãe já havia feito o mesmo; e um mais geral, pois é possível que a reportagem seja ilustrativa de uma prática mais

ampla naquele momento indicando que seria mais difícil para uma mulher negra conseguir trabalho do que para um homem negro.

Tanto no caso da mãe como da filha chama a atenção o fato de ambas terem desempenhado aparentemente com êxito os ofícios tipicamente masculinos na época. No entanto, mais do que isso, terem se disposto a exercer essas tarefas masculinas travestidas como homens, o que só mostra as grandes barreiras que essas mulheres provavelmente tiveram que enfrentar, numa sociedade em que o trabalho braçal era visto como inferiorizante para a elite. “Uma brasileira se envergonharia de ser apanhada em qualquer ocupação, porque professam todas o maior desdém por quem quer que trabalhe...” (GRAHAM e LEITE, *apud* CUNHA, 2007, p. 379).

A migração interna da menina e de sua mãe faz parte de um dado estrutural mais amplo. Depois do tráfico interno de seres humanos, prática própria do período escravagista, as migrações de pessoas negras tiveram continuidade depois da abolição da escravização, em muitos casos, como possível fuga das más condições de vida a que estavam submetidos como escravizados e ou, posteriormente, como livres. O Rio de Janeiro se destaca como área de acelerado crescimento econômico e retendo forte fluxo migratório²⁹.

4.6 – O trabalho doméstico

Um dos trabalhos mais citados pelos jornais dentre as ocupações de personagens negros é o doméstico. Segundo Olívia Cunha, “a harmonia e a paz doméstica implicavam a manutenção de laços de dependência sacralizados em relações desiguais de poder, experimentadas e ritualizadas em domínios de tipo privado, pessoal e, sobretudo, íntimo” (2007, p. 382). O trabalho doméstico era um mercado com predomínio de mulheres, mas com homens também empregados nesse setor. O grande número de atividades abarcadas por tais termos é compreensível se observarmos que, em 1872, 41,5% da população escrava da Corte realizavam formas diversas de serviços domésticos, sendo homens apenas 15% desse total. As mulheres, escravas (37%) ou livres de cor (63%), compunham a grande maioria das criadas (p. 379-80).

²⁹ Para maiores informações sobre este tema, ainda parece ser pertinente o trabalho de Costa Pinto, *O negro no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998[1953]. Ver também: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”. In: NOVAES, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 49-130; SILVA, Lúcia Helena Oliveira. “Vivências negras: trabalhando com a ausência depois da abolição”. In: *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 3, 2010, p. 557-577.

Em estudo sobre o cotidiano de criadas e patrões na segunda metade do século XIX, Sandra L. Graham explica que violência, obediência e proteção também eram fatores relacionados a essa área (*apud* CUNHA, 2007, p. 378).

Na fala de viajantes e comentaristas de meados do século XIX, o espaço doméstico, abrigo e refúgio das famílias, aparece associado às esferas privativas, íntimas e personalizadas das relações interpessoais. Todavia, como mostram Graham e Miriam Moreira Leite, nessas narrativas, a descrição da intimidade dos espaços privativos da casa e das relações frequentemente familiares que ali se estabeleciam aparecia relacionada a referências ao trabalho braçal extenuante, humilhação e violência física (*Ibid.*, p. 379).

De acordo com Cunha³⁰, o ambiente doméstico não era só de um serviço mais leve, pois as condições das habitações podiam ser muito ruins na segunda metade do século XIX. A autora mostra que há uma definição ambígua das atividades e relações de trabalho, além disso, episódios de litígio e violência entre os criados e seus senhores apontavam para a necessidade de regulação do setor. Naquela época, “em vez de sujeitas a regras previamente instituídas, são as relações consagradas por costume, dever, afeto, honra, reconhecimento e consideração que regulam as relações sociais dentro dos lares” (*Ibid.*, p. 379).

O lento processo de emancipação que se iniciou com a extinção do tráfico, em 1850, incentivou tentativas variadas de criação de dispositivos legais para regular o mercado e as relações entre “amos” e “criados”. Agências abarrotavam os jornais oferecendo criados – nacionais e estrangeiros – e serviços de toda natureza. Referidos na imprensa e nas primeiras discussões travadas na Câmara Municipal da Corte como serviços domésticos – e aqueles que os realizavam como “serviçais” ou “criados” -, incluíam modalidades e relações de trabalho distintas. Tais termos encobriam os serviços prestados “da porta para dentro” por cocheiros, ferreiros, lavadeiras, copeiras, arrumadeiras, amas-de-leite, costureiras, mucamas, carregadores de água e atendentes de estalagem. Podiam ser realizados por escravos, escravos ao ganho ou por homens e mulheres livres, sem falar nas crianças (*Ibid.*, p. 379-80).

³⁰ Para um aprofundamento sobre as relações do trabalho doméstico e as diferentes visões que existiam sobre este espaço em contraposição ao ambiente público, ver o capítulo “Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição”, de Olívia Maria Gomes da Cunha, no livro *Quase-cidadãos* (2007).

5 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESCRAVISMO ANTES (E DEPOIS) DA ABOLIÇÃO

5.1 - Diminuição da escravidão no Brasil

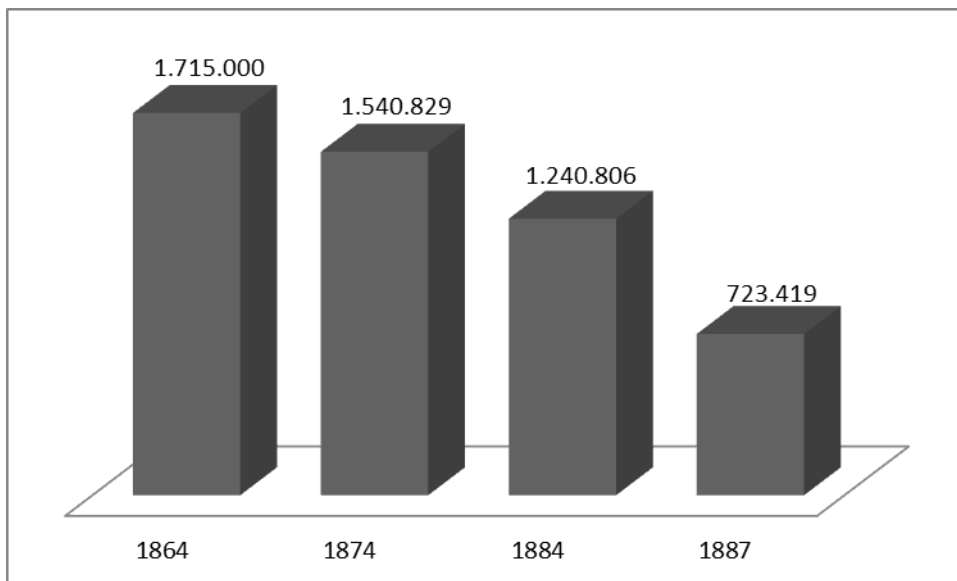
Num contexto global de pioneirismo do capitalismo britânico, embora com certo atraso, a expansão da economia mundial repercutia no Brasil. Dentre os reflexos, os britânicos forçaram o fim do tráfico negreiro a partir de 1850. Internamente, houve a consequente transferência da população escravizada do nordeste para o centro-sul. Mas o número de escravizados decrescia e o preço subia, dadas as circunstâncias demográficas, sociais e políticas da escravização. Por outro lado, parte da população europeia emigrava para a América em busca de melhorias de vida. Havia uma exaustão do sistema escravista no âmbito da geoeconomia global da época (FAUSTO, 2006, p. 384). Numa relação de oferta e demanda de mão de obra, o fim lento da escravidão repercutiria diretamente nas novas relações de trabalho que eram gestadas.

Conforme pode-se observar no **Gráfico 3**, a quantidade de escravizados no Brasil caiu gradativamente ao longo das últimas décadas do século XIX. Em 1887, registravam-se 723.419 escravizados. Para se ter uma ideia da representatividade desse número, na década de 1880, o total de imigrantes que entravam no Brasil naqueles anos ultrapassou 400 mil pessoas. Já a população total registrada em 1872 chegava a pouco mais de 10 milhões de pessoas e atingiu mais de 17 milhões no início do século XX (REIS, 2007). No fim da escravidão, a população cativa já não representava 10% do total geral do país. As consequências da escravidão, no entanto, tinham proporções maiores no dia a dia.

Apesar desse quadro mais amplo, de gradativa diminuição, os escravizados ainda somavam centenas de milhares de pessoas, um contingente alto da população em 1888, pelo que é possível supor que a abolição produziu efeitos estruturais amplos na sociedade brasileira em que uma massa de escravizados agora se tornava livre e quase abruptamente compelida a se reorganizar em torno do trabalho assalariado.

Se em 1872, a região do Nordeste era a que tinha maior população em geral, já em 1900, isso não se mantém, e o Sudeste ficou na frente com 7,7 milhões, um milhão a mais que o Nordeste. Essa inversão também ocorreu em relação ao número de escravizados. A queda no Nordeste é expressiva, passando de 774 mil em 1864 para quase 172 mil em 1884. No Sudeste, em 1884, ainda havia 779 mil escravizados. No ano anterior à abolição, o número já estava perto de 482 mil (REIS, 2007).

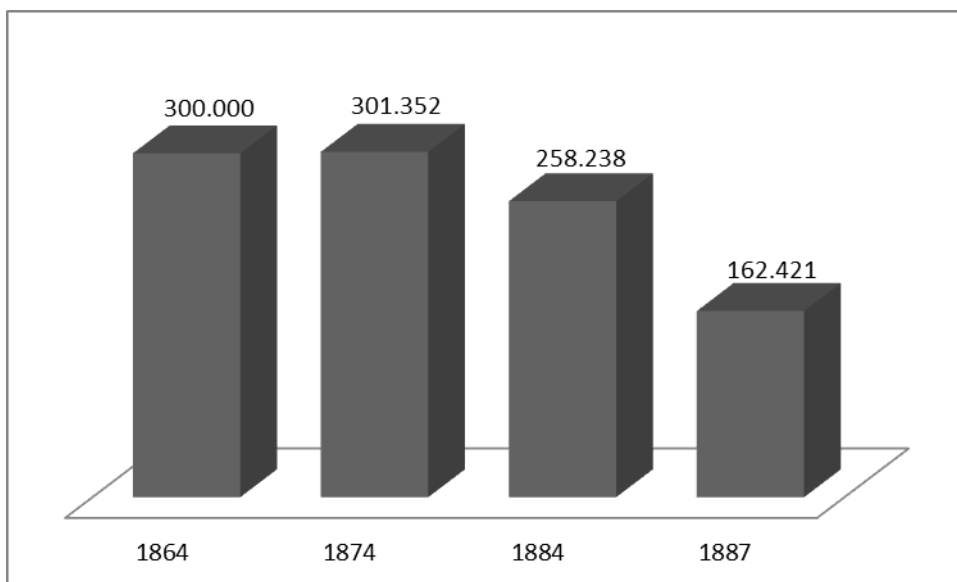
GRÁFICO 3 - POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NO BRASIL (SÉC. XIX)



Fonte: REIS, 2007.

Atrás apenas de Minas Gerais, com 192 mil, o Rio de Janeiro tinha mais de 162 mil escravizados. A Corte, no entanto, possuía 7.488 escravizados. Também com seis dígitos, São Paulo tinha mais de 107 mil escravizados (REIS, 2007).

GRÁFICO 4 - POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NO RIO DE JANEIRO (SÉC. XIX)



Fonte: REIS, 2007.

Apesar da libertação maciça de mais de 700 mil escravizados, o processo mais amplo de abolição no Brasil foi lento, e diferentes fatores contribuíram para o seu desenvolvimento. Além da queda expressiva do número de escravizados, a sociedade se mobilizou em torno do fim da escravização, mas com impasses entre abolicionistas e escravocratas.

Foi uma transição que durou décadas, a se ver pela progressão das normas. Desde a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850, que visava acabar com o tráfico de escravos, passando pela pouco eficaz Lei do Ventre Livre, de 1871, que libertava filhos de mães escravizadas, e a recente Lei Saraiva Cotegipe, que em 1885 libertou maiores de 65 anos, o legislativo discutia o tema da abolição na Câmara e no Senado, sendo predominante finalmente a decisão pela abolição em 1888.

A luta pela libertação também se realizava entre os mais interessados, escravizados se rebelaram contra senhores e os maus tratos recebidos. As crescentes demandas pela liberdade também pressionavam o judiciário e a máquina pública. Setores da sociedade livre também passavam a ter consciência de que as crueldades da escravidão não podiam continuar (CHALHOUB, 2011[1990]).

5.2 - Na iminência da liberdade: A contribuição da imprensa (*O Paiz*, 1884-1888)

De acordo com Barbosa, “falar da relação da imprensa e do mundo dos escravos é mostrar não apenas a forma como os periódicos se referem a eles ou realçar os discursos mais ou menos favoráveis à abolição. Também não é somente reconhecer que, sendo objetos discursivos dessa imprensa, tem suas vidas influenciadas por essas falas” (2010, p. 80).

Para a autora, há também que se pensar em como a vida dessas personagens serve como fatos jornalísticos. “Essa relação enseja que se pense nas marcas que eles, como atores e sujeitos da história, também deixam nos jornais. Suas marcas e feridas que ficam expostas nas descrições de anúncios que procuram pelos que reiteradamente se rebelam e fogem do cativeiro, estão contidas nesses periódicos, que se dividem com mais ou menos fervor em favor de sua causa” (*Ibid.*).

Segundo Machado (2015, p. 1), a questão servil passou a ser destacada nos jornais da segunda metade do oitocentos. E, apesar do alto grau de analfabetismo da população, os alicerces do escravismo eram abalados pelas denúncias dos jornais.

O objetivo central dos jornais abolicionistas da Corte, com destaque para aqueles vinculados a José do Patrocínio (1853-1905) – *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, durante a década de 1880, e *Cidade do Rio*, nos meses finais que antecederam a extinção legal do escravismo –, era demonstrar que o cativeiro era responsável pelo atraso do Império e pela manutenção dos resquícios de uma sociedade colonial em oposição ao progresso e à civilização (*Ibid.*, p. 1-2).

A maior parte dos textos que encontramos do jornal *O Paiz*, único no período dentre os pesquisados, pincelavam alguns aspectos desse ambiente de transição, tendo sido encontradas, especificamente, pequenas notas relatando casos de ações judiciais, libertações e expectativas em torno da liberdade. Utilizamos aqui apenas notícias do jornal *O Paiz*, que circulava desde 1884, e que dão alguns poucos exemplos daquela fase de mudança e de como a imprensa contribuiu para abordar o assunto. Para um aprofundamento do assunto, o artigo “A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição” (MACHADO, 2015) traz maiores detalhes sobre como os jornais da Corte, *Cidade do Rio*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *Novidades* e *O Paiz*, se posicionaram sobre o tema entre 1887 e 1889 (ver, p. ex., CHALHOUB, 2011[1990]; MATTOS, 2008).

Em *O Paiz*, há registros de ações e libertações em que alguns pleitos partem dos escravizados:

“Ação de liberdade - Impetrante Antonia, parda. Dê-se vista ao Dr. Curado para requerer o que for de direito” (domingo, 5 de outubro de 1884, p. 1).

“O juiz substituto da mesma vara despachou mandado ao juiz de direito a ação sumária de liberdade, do cartório do escrivão Albuquerque, e em que é autora a parda Marciana” (domingo, 24 de janeiro de 1886, p. 2).

Outras libertações são dadas pelos senhores ou por terceiros:

“O Sr. Arlindo Teixeira Nogueira concedeu também liberdade, sem condição alguma, a seus escravos Domingos e Justina, casados” (terça-feira, 12 de maio de 1885, p. 2).

“Com a importância de uma subscrição promovida pelos Srs. Candido Narbal Pamplona e Ismael Marinho Falcão, foi anteontem libertada a parda Thereza, de 16 anos, que era escrava do Sr. João Marques de Carvalho” (quinta-feira, 1 de janeiro de 1885, p. 1).

Em outros lugares do país, esses e outros casos poderiam se repetir. Em Campinas, por exemplo, em 1885, por ocasião da comemoração do aniversário da esposa do senhor, um homem pardo de 47 anos chamado Antonio foi liberto (*O Paiz*, 12 de maio de 1885, p. 2).

Os sentidos de determinadas libertações podem ser ambíguos. De acordo com Rios e Mattos,

ainda antes da abolição uma das preocupações centrais dos senhores era a possibilidade dos escravos deixarem as fazendas nos quais foram cativos. Dentre as estratégias senhoriais para evitar este abandono estava a de procurar ligá-los a si e às fazendas por laços de gratidão, antecipando-se à abolição e concedendo alforrias em massa. A possibilidade de despertar-lhes a gratidão ligava-se ao entendimento senhorial de que os escravos deveriam receber a liberdade de suas mãos, e não do Estado, e percebê-la como uma dádiva senhorial (2004, p. 178)³¹.

³¹ Para um aprofundamento das relações no interior das fazendas do Vale do Paraíba, ver RIOS e MATTOS (2004) e MATTOS (1995).

É possível que haja correspondência desse pressuposto em relação à cidade, uma vez que muitos ex-escravos continuavam em ofícios próprios da época da escravização – como o trabalho doméstico, na lavoura, operariado –, agora sob a forma de precário trabalho livre assalariado.

O Paiz expõe criticamente um caso, de 1887, em que há o retorno de uma ex-escrava, “a parda Luiza”, aos domínios de seu ex-senhor, no entanto, como sua empregada. “Sendo escrava de Leite Júnior, este, receoso de vê-la morrer em casa, graças ao estado grave de sua enfermidade, passou-lhe a carta de liberdade, dizendo-lhe que fosse em paz”. Com o passar dos dias e das semanas, no entanto, Luiza se recuperou no Hospital da Misericórdia, e, “quando o seu generoso senhor supunha-a talvez na vala comum, eis que com ela encontra-se, vigorosa, vendendo saúde, em estado de prestar-lhe bons serviços, capaz de valer ainda um conto de réis, podendo regar com o suor do trabalho diário o bem estar que ele desfrutara por muito tempo”. Para o jornal, as declarações prestadas pela mulher, transcritas fielmente, eram por si só repugnantes. Ademais, o periódico considerava que o caso avolumava “a negra história da escravidão brasileira”. Assim ficara a mulher submetida ao homem de quem foi escrava: “Solícito e carinhoso, adoçando a voz, Leite informa-se do estado da ex-defunta e acaba por pedir-lhe a carta de liberdade, que não é mais restituída. Assim voltada ao cativo, Luiza torna à casa de seu ex-senhor, onde ele a emprega em vender objetos nas ruas” (*O Paiz*, 5 de janeiro de 1887, p. 1).

Apesar das leis em vigor, como no caso da Lei dos Sexagenários, um homem maior de 65 anos seria liberto por dinheiro e não por cumprimento da devida norma. O jornal questiona a ausência da efetiva aplicação da lei ao caso do preto “Martinho, pobre ancião, vergado ao peso de anos de trabalho, que à beira do túmulo ainda procuram explorar”. Um homem chamado Honorio Guimarães Muniz foi quem teria se apiedado de Martinho e dado a quantia precisa para o escravizado ancião constituir pecúlio para a sua liberdade. O jornal inquiriu: “Mas poderá um juiz admitir a libertação por dinheiro, quando a novíssima lei sobre o estado servil declarou livres sem condição os escravos maiores de 65 anos? Para que se fez a lei?” (*O Paiz*, quinta-feira, 24 de dezembro de 1885, p.1). A Lei dos Sexagenários tinha sido promulgada três meses antes, em 28 de setembro de 1885.

Apesar de a sociedade caminhar para a abolição, para quem aguardava o processo de libertação individual, tudo podia ser lento demais. O desejo de liberdade em diversos casos era tão grande que há relatos chocantes de suicídio ou tentativas por escravizados.

Tamanha era a ânsia pela liberdade que “o preto” José Ferreira do Nascimento não conseguiu esperar a carta de alforria. Segundo *O Paiz*, ele teve um acesso de loucura e furou a

barriga com uma faca, decepando as próprias vísceras e morrendo em seguida. Não sabemos a idade do homem, nem as suas condições de vida, apenas sabe-se que morava de aluguel numa casa de cômodos, na Rua Christina, nº 20. A abolição geral viria oito meses depois (quarta-feira, 14 de setembro de 1887, p. 1/4).

Os significados da liberdade no período abolicionista e depois da abolição se tornaram um dos temas centrais no Brasil para se compreender esses sujeitos históricos. Não é propósito desta pesquisa, do ponto de vista dos limites das fontes e da perspectiva metodológica, adentrar nesse tema. Esses casos de suicídio revelam, senão sentidos que a liberdade tinha, mas que a escravização levou pessoas ao extremo de tirarem a própria vida.

Outra matéria de anos antes mostra similar drama vivido por um homem em busca dessa liberdade. A notícia não conta muitos detalhes da vida do personagem, mas expressa o limite de sua expectativa pelo novo estatuto jurídico. O "pardo Gonçalo" tentou se matar com golpes de canivete no pescoço e no estômago. Não há descrições de idade do homem. Nos termos da notícia, Gonçalo estava à espera da sua carta de alforria, mas "como ela se demorasse, o infeliz desesperou da escravidão, que tanto maior horror lhe causava quanto já se sentira próximo da liberdade" (*O Paiz*, segunda-feira, 27 de outubro de 1884, p. 1/4).

As duas reportagens revelam formas parecidas de automutilação, como os golpes cortantes no estômago e que, além disso, os dois homens também viviam em quartos de estalagens. A cor dos homens é diferente, um é pardo e o outro é preto. Diferente de José Ferreira do Nascimento, o "pardo Gonçalo" sobrevive, mas foi parar no Hospital da Misericórdia. Será que a liberdade viria logo para ele? Qual teria sido o momento em que a alcançou? Teria sofrido sequelas que o impediram de gozar da liberdade?

Guardadas as devidas diferenças, esses casos de suicídios e tentativas podem dialogar diretamente com outros de depois da abolição, que, embora o elemento servil não apareça, as condições de vida precárias, que se assemelham à época da escravidão, com maus tratos e carências, são elementos os motivadores.

Conforme o *Correio da Manhã*, embora não tivesse nenhuma dívida com o proprietário do cômodo em que residia, à Rua do Lavradio, Eva Maria Ferreira, uma jovem de cor preta, solteira e com 25 anos, era constrangida pelo proprietário, Antonio de Almeida. A notícia não diz o porquê, o como e por quanto tempo, apenas indicando que o homem lhe dirigiu "termos ásperos" e que "tais coisas fazia o homem à rapariga" que a mulher decidiu "por termo a sua vida, atualmente atribulada pela constante perseguição do mau indivíduo". "Dirigindo-se ao seu quarto, o de nº 10 da casa, sujo e infecto como todo o prédio, Eva apanhou um vidro contendo cocaína, e, levando-o à boca, ingeriu o seu conteúdo".

Estorcendo-se e com fortes dores, depois de ter sido acudida pelos vizinhos e um deles ter dado queixa ao delegado da 4ª delegacia urbana, a mulher foi diagnosticada em estado grave pelo médico legista da delegacia, pelo que foi medicada e encaminhada para o Hospital da Misericórdia. O caso atraiu muitos curiosos e, inclusive, a atenção do “agente da prefeitura daquele distrito, que, verificando a imundícia” que ali se observou, “resolveu interditar a mencionada casa, cujo locatário” seria multado.

O sentido do próximo caso é descrito pelo próprio jornal. Segundo o periódico, Elisário Modesto Leal, estava “desempregado há muito tempo”, por isso “tomou a triste resolução de por termo à existência”. O homem é descrito como “pardo”, viúvo, de 30 anos de idade e morador de Realengo. Elisário “encerrou-se em um quarto da casa em que residia e aí enforcou-se na própria cama, passando uma corda em volta da mesma” (*Jornal do Brasil*, terça-feira, 21 de abril de 1903, p. 1/6).

“Mania de morte”, assim descreve o título da tentativa de suicídio de Capitulino Bento Guilherme, de 17 anos, de cor preta. De acordo com o texto, era apenas “mais um descrente da vida” que “procurou” (...), “na morte, lenitivo a sua dor”. O jovem atirou contra a própria cabeça com um revólver, provocando “um grande ferimento” (*Correio da Manhã*, 11 de abril de 1906, p. 2).

Embora *O Paiz* e outros jornais tenham trabalhado em prol do fim da escravidão, houve também contrapontos a essa visão. O jornal *Novidades*, que representava interesses de grupos senhoriais, se colocou contra a decretação da Lei Áurea. A favor do posicionamento do Barão de Cotegipe (1815-1889), que votou contra a abolição, o redator-chefe Alcindo Guanabara (1865-1918) defendia no jornal o direito de “propriedade” sob os ex-escravos, conforme a Constituição. Também tachava os abolicionistas de elementos perturbadores, “que se acostumaram a viver explorando o escravo e a perturbar o trabalho servil, pois acenando aos ex-escravos com a liberdade, os desviavam do eito, onde tinham seguros a subsistência e o vestuário” (2 de agosto de 1881, p. 1, *apud* MACHADO, 2015, p. 3-4).

5.3 – Heranças da escravidão

Em 1889, *O Paiz* divulgou uma notícia do jornal *O Portuguez* com o título “Preto fugido!”. Mas porque teria fugido se já não havia escravidão? Nela relatava ter sido encontrado um liberto fugido que ignorava completamente o seu estado livre. O homem encontrava-se embrenhado nas matas da fazenda que foi de François Yvant e que era de propriedade naquela época de Francisco Gonçalves Vieira. A notícia termina assim: “Coitado!

Só agora isentou-se do suplício do refugiamiento, depois de estar livre há um ano e cinco dias” (*O Paiz*, domingo, 2 de junho de 1889, p. 2/6).

Nesse sentido, certamente houve muitas lacunas entre as dinâmicas das grandes cidades e as do interior do estado ou do Brasil. Nas fazendas, nas vilas do interior e do sertão do país, o tempo era percebido de forma mais lenta do que nas grandes cidades. Apesar da ideologia do progresso, havia diferenças fundamentais entre os estados e, se nas cidades maiores ainda era assim, no interior dos estados, predominava a lógica da prepotência, da violência e da exploração (FERREIRA e DELGADO, 2013, p. 15, 24, 30-1). Os jornais apontam que práticas exploratórias e escravistas semelhantes aconteciam também de forma velada ou até explícita nas cidades maiores.

Para Renault (1982), que se utilizou de jornais da época, “decorrido um ano, tudo leva a crer que o ato de abolição foi grave erro”. Agricultores não tinham meios de colher a safra e, por sua vez, os homens livres se recusavam a trabalhar sob o antigo regime. No parlamento, enquanto liberais defendiam para si os méritos e as vantagens políticas da abolição, conservadores insistiam na indenização aos proprietários de escravos. Na campanha pró-república, “numerosos agricultores, fazendeiros ricos, aderem ao republicanismo, ou melhor, ao antimonarquismo, não por entusiasmo, mas, por espírito de vingança. Eles passam a ser os paladinos da liberdade. E essa força é estimulada – como transparece nos jornais – até mesmo pelas mães, esposas e filhas, que nunca trabalharam até o advento da abolição” (p. 228, 235). Ainda de acordo com Renault, em 1889,

os pedidos de indenização vêm de todos os recantos. Até mesmo da Assembleia Geral. A libertação é incondicional, mas, na Câmara debate-se a possibilidade da taxação por escravo liberto (...). No Senado, Cotegipe apresenta o projeto propondo pagar 6:000\$ contos de réis ao proprietário do ex-escravo. O parlamentar argumenta dizendo que o interior do país está ardendo e apela para que os abolicionistas venham em socorro dos ex-escravos jovens. Enquanto isso, na Província do Rio de Janeiro, agricultores retêm os filhos dos escravos, sobre vários pretextos, ou recorrem à ameaça. Em São Paulo, os donos de terra atraem os libertos para o campo (*Ibid.*, p. 225-6).

A abolição da escravidão se tornou, portanto, uma questão que impacta diretamente a forma como a sociedade se organizaria em termos de relações de trabalho. Segundo Lima, pelas próprias características intrínsecas, a implantação de um mercado de trabalho “livre” não se deu de modo homogêneo e incontestado em nenhum lugar do mundo.

Ao contrário, em torno dos significados dessa “liberdade” se estabeleceu um campo de lutas de enorme complexidade e extensão. Sua realidade empírica traduziu-se em configurações que variaram desde a situação ideal-típica do trabalhador independente assalariado até uma miríade de arranjos de trabalho que recombinavam graus diversos de “liberdade” e compensação financeira pelo trabalho, com elementos de coerção (física e pecuniária), tutela, trabalho compulsório e contratado, e ainda formas análogas à escravidão, como a servidão por dívida (2005, p. 295).

Hebe Mattos, em *Das cores do silêncio* (1995), aponta situações de manutenção de cativo em fazendas do interior do país. Com a omissão ou o consenso de autoridades policiais, fazendas mineiras mantinham pessoas em situações análogas à escravidão, como a de Ernesto Carneiro de Santiago, fazendeiro e subdelegado do município de Lambari. A autora cita o depoimento de Paulo Vicente, um dos homens cuja entrevista foi utilizada: “Os fazendeiros queriam fazer todo mundo, os brancos, os negros, os italianos voltarem ao tempo do cativo” (p. 311, 405).

No entanto, não se pode pensar que a população negra experimentou passiva aquela situação, por vezes, cometendo crimes.

Presenciaram hoje os moradores desta cidade um espetáculo verdadeiramente contristador. Um homem de cor branca, ensanguentado, amarrado, era conduzido por dois negros, portadores de uma carta dirigida ao senhor delegado de polícia (*Correio de Cantagalo*, 26 de agosto de 1888, *apud* MATTOS, *ibid.*, p. 313).

Durante o período de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre, em que um e outro estão respectivamente em decadência e ascensão, também existiam situações semelhantes ao cativo em muitos contratos de locação de serviços, explica Henrique Espada Lima (2005). O autor levanta a hipótese de que a precariedade do trabalho, em que estar livre para o trabalho não era sinônimo de ser recrutável para o trabalho, reproduzia determinadas permanências de modalidades análogas às do trabalho escravo. De diferentes formas, há fortes evidências dessas permanências para além da abolição geral de 1888.

5.4 – As denúncias dos jornais

Depois da abolição, nos anos seguintes, a cultura da escravização ainda era uma secura que afetava a vida, o dia a dia, as relações de trabalho, entre muitos outros aspectos, de muitos personagens negros representados nos jornais aqui do Rio de Janeiro. Segundo Machado (2015), havia uma forte nostalgia da escravidão por parte de ex-senhores e consequentes práticas que representaram uma continuidade da escravidão após a abolição. Nesse sentido, durante os anos seguintes, os jornais estudados pelo autor e os nossos defendiam os direitos dos libertos, denunciavam ex-senhores, empregadores, policiais, párocos e políticos e cobravam uma atuação do poder público.

Além da mentalidade escravocrata, também houve registros de agressões sofridas por pessoas pretas e pardas que remetiam diretamente aos castigos dos tempos da escravidão. Nesses relatos, é possível perceber também que a imprensa se tornou mediadora entre a denúncia dos fatos e a exigência de punição aos acusados.

Quase quatro anos depois da lei áurea, na divisa entre o estado de Minas Gerais e o do Rio de Janeiro, por exemplo, segundo a descrição do jornal, um fazendeiro tratou seu empregado de forma extremamente cruel, como nos tempos dos piores abusos físicos da escravidão (“Assombroso”, *O Paiz*, 31 de março de 1892, p. 1). Nas proximidades da estação da Serraria, da Estrada de Ferro Central, o fazendeiro perseguiu o “preto, que foi seu escravo” e que ultimamente não queria mais “estar ao seu serviço”.

Pensando que ainda dispõe do direito senhorial para coagi-lo a fazer o que não é da sua vontade, o homem terrível, montado num rocinante, corria à cata do preto, e encontrando-o junto à estação, o açoitou barbaramente e em público, chegando mesmo a fazer uso de um agulhão que tinha na ponta do cabo do chicote. O preto, soltando-se de suas mãos, correu em direção ao Estado do Rio, apenas dividido nesse ponto do de Minas Gerais por uma cancela, e transportando-a ia atirar-se a uma afluente do Paraíba que por ali passa. O homem montou a cavalo, fustigou o animal, alcançou a sua vítima, derrubou-a, amarrou-lhe as mãos, montou de novo, e pôs-se em marcha, trazendo-o de rastros. O pessoal da estação avançou então para o desalmado, e arrebatou-lhe a infeliz criatura vítima da sua feroz prepotência e deu-lhe voz de prisão.

Já desde a *Constituição Política do Império*, no artigo 179, nº XIX, eram abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e as demais penas cruéis para todos os homens livres. A pena dos açoites, durante o período monárquico, estava permitida aos escravizados. Naquele novo contexto, não era concebível que aquele homem fosse açoitado. No entanto, o fazendeiro saiu impune no momento do crime, pois tinha “as costas quentes”. O agressor foi descrito como “um papão medonho, a quem não se ousa contrariar”.

Depois de receber voz de prisão da população que presenciou o ato criminoso, o homem não foi sequer preso, pois “a autoridade policial chamada de Juiz de Fora não compareceu nem deu resposta alguma”. Assim, “o potentado” dormia “sobre os louros da sua repugnante violência, livre de qualquer incômodo”.

No bojo de um movimento de coronelismo que se configurou naqueles anos, segundo Mattos, em muitas localidades, “algumas autoridades policiais se tornaram imediatamente braço dos ex-senhores ou de seus próprios interesses para condicionar o comportamento do liberto, enquanto outras continuaram a cumprir o papel de instância limitadora de seu poder de coerção privado, gerando conflitos responsáveis por boa parte das tensões políticas do período, a nível municipal” (1995, p. 313).

Tendo se posicionado a favor da abolição e da República, institutos por vezes considerados interdependentes, *O Paiz* iniciou a reportagem marcadamente se colocando ao lado da vítima. Além de denunciar o ato criminoso contra o empregado “preto”, relembrando a tragédia da escravidão, e evidenciar a inanição das autoridades diante de um flagrante, o periódico marcadamente se coloca como porta-voz entre o acontecimento do crime e a

necessidade de justiça, pois dialoga diretamente com o “governo da República”, exigindo uma ação a partir da provocação do próprio jornal.

Assim, põe-se como medida para a ação pública: “O governo da República, tendo agora, por nós, conhecimento disto, cruzará os braços diante do crime?”. E, depois de afirmar que “não faltam provas para a justiça”, pois “trinta e tantos homens, empregados e vizinhos da estação da Serraria, presenciaram e acudiram”, questiona: “Poderemos contar com a punição?”. Se no capítulo terceiro, abordamos casos de agressão a pessoas negras, esse caso pode ser lido também como um episódio em que a população impede a continuidade da agressão, se posicionando em defesa da vítima e de acordo com a lei.

Não se deve desconsiderar o fato de que a notícia é de março de 1892, isto é, quase quatro anos depois da abolição. Mas, como se sabe, havia toda uma lógica de insatisfação de muitos ex-proprietários de escravos com a abolição.

Saindo do campo e voltando para a cidade, vemos que a barbaridade contra um empregado pode se configurar na forma de um crime urbano, apontando justamente a hipótese de que essa também era uma herança da agressão durante a escravidão transmutada para as dinâmicas da cidade numa fase pré-industrial.

Na nossa edição de segunda-feira [...] noticiamos sangrenta cena, passada na ponta do Cajú, entre Sebastião Rodrigues e Miguel Rocha, o primeiro mestre e o segundo operário da *Coal Brazilian Company Limited*. Outras informações, que obtivemos, esclarecem este fato. Sebastião Rodrigues é homem tido como Valente, e foi devido a esta qualidade que se arvorou em mestre daquela companhia. Tendo gênio irrequieto, muitos vexames infringia aos seus subordinados, dando ocasião a muitas cenas de reação. [...] Miguel faleceu ontem a 1h da madrugada, na 17ª enfermaria do Hospital da Misericórdia. Era de cor parda, contava 28 anos de idade e residia à praia do Cajú, nº 28. Foi autopsiado pelo Dr. Sebastião Cortes, médico legista da polícia, que atestou como causa da morte: peritonite intercostal que sobreveio ao ferimento por bala no ventre, interessando os intestinos. Ao seu enterro, concorreram companheiros em número de 160, tendo o féretro saído do depósito de cadáveres da Misericórdia para o cemitério de São Francisco Xavier. (...) Sebastião Rodrigues, por uma indulgência criminosa das autoridades da 8ª Circunscrição Urbana, acha-se ainda em tratamento em sua residência, quando devia estar recolhido à enfermaria da Casa de Detenção visto ter sido preso em flagrante (...) (*Correio da Manhã*, 9 de outubro de 1902, p. 2/6).

Não há descrição de cor do agressor, já a vítima, de 28 anos, era de cor parda. Mas a reportagem demonstra que o autor do crime ocupava uma posição de mestre na empresa, a *Coal Brazilian Company Limited*, companhia do setor carvoeiro. Enquanto o agressor Sebastião Rodrigues é descrito como “arrogante e temido” na empresa, a vítima Miguel Rocha é considerada “bemquista”, tendo reunido 160 pessoas em seu enterro e recebido coroas de condolências pela sua morte: “*Recordações dos Irmãos da loja Phenix Dois de Dezembro, Os empregados do carvão ao seu bom amigo, Lembranças de seus amigos e muitas outras*”.

O jornal, mais uma vez, se coloca como meio de revelar a inação do poder público e denunciar o agressor: “Uma prova do que afirmamos é que, apesar de ser Miguel internado na Misericórdia, a Sebastião foi concedido o direito de se tratar em casa”. “Mas isto não passará sem o nosso protesto, pois que é sabido o modo brutal pelo qual Sebastião trata os operários sob as suas ordens, tendo-se dado muitas agressões a pobres menores indefesos, empregados naquelas oficinas”.

Além de Sebastião, as ações do Sr. Munis Barreto, chefe de polícia, são reiteradamente denunciadas pelo jornal: “Muitas vezes destas colunas temos contra a política maquiavélica posta em execução pelo Sr. Munis Barreto, chefe de polícia. Os seus frutos pouco a pouco vão aparecendo, demonstrando a justiça das nossas afirmações.” No caso específico da reportagem, são as ações da 8ª Circunscrição Urbana que são responsáveis pela omissão e anuência com o crime.

O interessante dessa reportagem é justamente a crítica às instituições civis. O caráter racial apenas está subentendido na matéria, mas não deixa de ser relevante. Porém, a denúncia a diversos atores demonstra um problema estrutural que não era restrito à questão do racismo.

A reportagem tem muitas informações, o que difere da maior parte das amostras. Também não se tratava de algo tão imediato, uma vez que já na segunda-feira, três dias antes, o jornal tinha divulgado as informações preliminares sobre o caso. As matérias de *fait divers* reportados de um dia para o outro eram, na grande maioria dos casos, pequenas notas e notícias.

Neste outro caso, ocorrido em Minas Gerais, o título da notícia é provocativo: “O novo escravismo”. Já segundo a conclusão: “É a continuação do cativo no Brasil, se os juizes de órfãos não se condoerem da sorte dos inocentes”.

De acordo com o texto, “uma mulher de cor preta” chegou desesperada ao fórum da cidade de Juiz de Fora, procurando o Dr. juiz de órfãos para pedir ajuda para que seus dois filhos não permanecessem sob os cuidados de seu “ex-senhor”. Ela acusava o homem de não ter condições de exercer a função e de já ter em sua presença e na de outras pessoas espancado “sem piedade” as duas crianças. “A infeliz mãe, afogada em pranto, pedia a quantos encontrava que se condoessem de sua triste posição e que se empenhassem para que o bárbaro ex-senhor não fosse nomeado tutor dos seus filhos...” (“O novo escravismo”, *O Paiz*, 26 de maio de 1888, p. 3).

Menos de um mês depois da abolição, o desespero da mãe se explica por uma das práticas comuns no período abolicionista. Depois da Lei do Ventre Livre, em 1871, as crianças ficavam, na maior parte das vezes, sob os cuidados dos senhores até os 21 anos de

idade, o que gerava uma forma precária de liberdade e consequentes abusos semelhantes à escravidão.

Naquele contexto de transformação e tentativas de manutenção de práticas violentas, como vimos, a imprensa reconhecia seu poder público e político. Assim, cobrava das autoridades e se colocava como intermediário entre o povo e o Estado. Além da questão humana, dos direitos dos cidadãos livres, a imprensa também questionava as condições de trabalho insatisfatórias que se estabeleciam cercadas de heranças da escravidão.

6 – TRANSPORTE, MOBILIDADE URBANA E ACIDENTES

Coexistiam já no final da década de 1880 variados meios de transporte de massa no Rio de Janeiro. O mais popular era o bonde puxado por uma, duas ou quatro mulas, atingindo uma velocidade de até dez quilômetros por hora. Com capacidade para 32 lugares, carruagens abertas chegavam a transportar até 50 pessoas. O trem era o transporte principal no subúrbio, barcos faziam a travessia pela baía e já era possível alugar carros. Só durante o carnaval de 1888, os bondes transportaram quase 526 mil passageiros e os barcos quase 24 mil (RENAULT, 1982, p. 221).

Os bondes movidos por animais já conviviam com bondes elétricos desde 1887, ainda timidamente, quando a primeira implantação de um bonde movido à tração elétrica foi feita. A experiência não foi muito bem sucedida, pois o veículo descarrilhou no Largo da Carioca, fazendo, inclusive, com que o Conde *d'Eu* e ministros que estavam no bonde ajudassem a colocá-lo de volta na linha (*Ibid.*).

Trens, bondes, carros, caminhões e barcas eram meios de transporte da época que apareciam nas reportagens analisadas atrelados a um contexto de acidentes que envolviam personagens negros.

6.1 - Os trens

O sistema ferroviário, sobretudo o trem da Estrada de Ferro Central do Brasil, tinha bastante destaque nos periódicos da Primeira República. Mas eram as tragédias em meio à modernização precária das composições e do sistema que dominavam as representações sobre negros nos jornais. É importante destacar que o trem, já naquela época, era considerado um meio de transporte suburbano no Rio de Janeiro, de forma que as reportagens revelam pequenos fragmentos deste cenário suburbano dos bairros da cidade ou de outros municípios vizinhos ou do interior do estado.

Como a pesquisa era por palavras-chave, não fizemos eliminação de nenhum tipo de notícia durante a coleta. Além disso, buscávamos justamente os fatos mais comuns, banais, corriqueiros, cotidianos. Por conta disso, surgiram certos fatos que não imaginávamos, por exemplo, um excesso de notícias de acidentes de trem. Como temos dito, os termos preto e pardo nos levaram às crônicas policiais os acidentes nos meios de transporte.

Implantado desde meados do século XIX e um dos símbolos da crescente modernidade no Brasil, percebemos que havia um destaque para esse sistema de transporte nos periódicos,

muito além das notícias sobre os acidentes em si. Uma das sessões mais recorrentes nos jornais era intitulada “E. F. Central do Brasil”, reunindo matérias diversas sobre o trem. Porém, o trem não aparecia apenas em sessão própria. Também era comum aparecer numa outra sessão repleta de "Desastre e morte".

Para além dos relatos específicos sobre acidentes envolvendo cidadãos negros, também é importante perceber nas reportagens coletadas o que elas podem trazer a mais, que outros elementos estão incorporados nessas notícias que ajudam a reconstruir cenários sobre a vida da população negra. Os dados contribuíram para verificar a idade, atividades, condições sociais, entre outros aspectos da vida dos personagens.

Desde aquele momento, os trens da E. F. Central do Brasil serviam para as massas da periferia. Não eram meios de transporte da elite ou interligavam áreas nobres. Eram também uma necessidade para o funcionamento do organismo urbano que precisava de trabalhadores que se deslocassem até o centro. Mas também revelava a necessidade de que eles se afastassem cada vez mais da cidade que se modernizava.

O trem era o meio de transporte preferencial de uma região geográfica que já era considerada também como subúrbio. Destinos como as estações: Aliança, Cascadura, Divisa, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Formosa, Palmyra, Pedra do Sino, Piedade, Pombal, Rocha, Santa Cruz, São Cristóvão, São Diogo, Semidouro, Serraria, Todos os Santos, vão remontando o quadro de abrangência onde aconteciam acidentes. Parte delas é na cidade, outras cruzam cidades do estado do Rio de Janeiro. O sistema completo interligava o Rio a São Paulo e Minas Gerais.

O fim do século XIX é um período de investimentos no sistema ferroviário nacional. Por exemplo, a extensão total das ferrovias, no fim de 1888, era de 8.930 quilômetros em uso e 1.574 em construção. O acréscimo em extensão, durante aquele ano, foi de 444 quilômetros de linhas em uso e de 177 em construção (RENAULT, 1982, p. 227). Apesar disso,

Se antes dos anos 1890 o transporte ferroviário de passageiros era deficiente em termos de número de estações e de horários das composições, com o passar dos anos, a inauguração de novas estações e ramais de passageiros não seria acompanhada da adequada multiplicação das composições, gerando condições de transporte para os subúrbios que só faziam reforçar a sensação de espoliação entre os trabalhadores (MATTOS, 2008, p. 67).

Além disso, os relatos jornalísticos de acidentes nos trens provocam uma aparição corriqueira do personagem negro no cenário da via férrea. Devido à grande quantidade de reportagens encontradas, acreditamos que o sistema tinha muitas falhas. Era tão comum esse tipo de relato que supomos que acidentes de trem eram responsáveis por grande número de ocorrências de morte e mutilação de pessoas negras na virada do século XX.

Alguns relatos de mortes são acidentes de fato, outros, devido à ausência de testemunhas, não se pode concluir facilmente. Além da possibilidade de homicídio, dada também a grande quantidade de relatos de suicídios nos periódicos, os atropelamentos poderiam ser também motivados pelas próprias vítimas. De forma geral, o que revelam, no entanto, é a facilidade de acesso das vítimas ao interior da via férrea.

Na ambígua notícia a seguir, o suposto atropelamento levanta as hipóteses de furto, suicídio e assassinato ao mesmo tempo, temas comuns nas reportagens mais gerais sobre os pretos e pardos.

Na estação de Aliança, entre os quilômetros 154 e 155, o trem M4 matou instantaneamente a preta Thereza, de 50 anos presumíveis, no momento em que tentava atravessar a linha, Thereza foi positivamente decapitada e há suspeitas de que tenha sua morte sido o resultado de um assassinato, colocando o seu corpo sobre a linha férrea para ocultar o crime. E a presunção é baseada na falta de uma trouxa de roupa, que conduzia, na importância de 200\$, e que não foi encontrada. No mesmo dia, na estação de Casal, tentou suicidar-se, atirando-se à linha, no momento em que se aproximava o trem S4. Foi salva a tempo por pessoas que passavam na ocasião e que a livraram da morte (*O Paiz*, sexta-feira, 10 de fevereiro de 1899, p. 1/6).

“Esmagada por um trem”, assim é o título de outra notícia que descreve o triste fim de Francisca de Araújo, uma mulher “de cor parda” que saiu de casa para buscar ajuda para uma vizinha enferma. “Ao chegar, porém, à estação, procurou imprudentemente atravessar a linha. Um trem que chegava no momento atropelou-a”. A mulher teve uma perna esmagada e o crânio fraturado, por isso, morreu imediatamente. Francisca tinha 33 anos, era viúva e morava na Rua Pernambuco, nº 27, Engenho de Dentro. Deixou cinco filhos de 19, 11, 7, 5 e 3 anos, que ficaram sob os cuidados de Ana Maria do Carmo Diniz, mulher com quem Francisca dividia a residência (*O Paiz*, quinta-feira, 29 de maio de 1902, p. 1/6).

Já esta notícia traz descritores que nos fazem vislumbrar brevemente o cotidiano de uma senhora de 65 anos. “Sobraçando um cestinho, caminhava lentamente pela Rua Tavares Ferreira a nacional de cor preta Maria da Conceição, [...] moradora à Rua D. Anna Nery. [...] Imprudente, em vez de aguardar a passagem do trem, pretendeu atravessar a linha férrea; mas ao fazê-lo, o trem SU 66, que já galgara a grande distância, apanhou-a [...]” (*Correio da Manhã*, sexta-feira, 8 de maio de 1903, p. 2/6).

Na estação de Pombal, um preto acompanhava duas senhoras e um homem. No entanto, como não faria a viagem com eles, apenas transportava-lhes a mala, saltou do trem em movimento, “mas fê-lo com tanta infelicidade que caiu, contundindo-se bastante”. O jornal defende o “chefe do trem”, pois um passageiro prometia acusar-lhe de negligência ao “diretor da estrada”. “Se tal acontecer, fica o dr. Gustavo da Silveira avisado de como se passou o fato, para que não seja punido injustamente um empregado”, diz o *Correio da Manhã* (segunda-feira, 9 de dezembro de 1901, p. 2/4).

Menos de dois meses depois, “a máquina nº 182, que rebocava o trem S 3, ao entrar na plataforma da estação Serraria, apanhou e atirou fora da linha um indivíduo de cor preta, que declarou-se chamar Marcílio José Ferreira, o qual imprudentemente atravessava a linha”. Felizmente, o homem não morreu, mas ficou com um leve ferimento na cabeça. Depois de medicado, seguiu para a sua residência (*Correio da Manhã*, segunda-feira, 27 de janeiro de 1902, p. 1/4).

Esta outra nota expõe um atropelamento em que a vítima se lança contra o trem, aparentando representar mais uma pessoa que se matou. O caso aconteceu perto da estação de Santa Cruz, envolvendo o trem da estrada de ferro do Rio do Ouro. De acordo com o relato do maquinista, “um indivíduo de cor preta” estava na via e se retirou quando escutou o apito da composição. No entanto, se arremessou contra o trem assim que estava bem próximo. O maquinista foi interrogado pelo subdelegado do 2º distrito do Engenho Novo (*O Paiz*, sábado, 28 de fevereiro de 1891, p. 1/8).

Já um “indivíduo de cor parda”, com cerca de 40 anos, teve pernas fraturadas e morreu instantaneamente em mais um acidente durante a manobra de um trem (*O Paiz*, quinta-feira, 18 de abril de 1901, p. 2/6). Outro “indivíduo de cor parda” teve uma das mãos decepadas no quilômetro 143 e foi transportado para Vassouras, “onde recebeu os primeiros socorros médicos” (*O Paiz*, quinta-feira, 5 de setembro de 1901, p. 2/6).

O cenário da linha férrea não era certamente local de acidentes de trem apenas, como deixa entender esta nota. No quilômetro 217, foi encontrado morto “um indivíduo de cor preta, desconhecido, não apresentando vestígios de ter sido apanhado por qualquer trem” (*Correio da Manhã*, quarta-feira, 14 de agosto de 1907, p. 4/8).

Nesta outra notícia fica evidente o risco do acesso aos trens e o mal funcionamento das cancelas.

Eram 21h. Um soldado do batalhão naval, desocupado, ao fazer a travessia da cancela da Estrada de Ferro Central, à rua Jockey Club, em São Francisco Xavier, que por costume se encontra sempre aberta, e onde muito rente da rua transitam os trens, exceto os de subúrbios, foi colhido pelo limpa trilhos da máquina que comboiava o trem C36, sendo atirado a grande distância (...) (“Colhido por um trem”, *Correio da Manhã*, sábado, 11 de abril de 1908, p. 3/8).

Esta notícia é um pouco mais densa em demonstrar aspectos gerais da rotina de um homem comum, Manoel Francisco Bahia, pardo, de 35 anos, que também sofreu um grave acidente de trem, tendo suas pernas esmagadas. A matéria dá um tom mínimo do universo de quem viaja de trem, relatando aspectos vividos diariamente por muitos outros trabalhadores:

Ontem, como de costume, Bahia, após os seus afazeres, pois exerce a profissão de cozinheiro, tomou o trem SU 131, com destino a sua residência. Fatigado do trabalho, Bahia pegou no sono, indo além da estação que deveria saltar. Ao partir o comboio da estação de Engenho de Dentro, Bahia, despertando e vendo que já estava longe de sua moradia, levantou-se de onde

estava sentado e, ainda estremunhado, saltou para a plataforma. Fê-lo, porém, desastradamente. Perdendo o equilíbrio, o infeliz caiu entre dois vagões, na linha, passando-lhe as rodas dos outros carros que compunham o trem sobre ambas as pernas, esmagando-as (“Mau despertar”, *Correio da Manhã*, terça-feira, 9 de julho de 1907, p. 2/8).

Considerando a quantidade de notícias que encontramos, acidentes nos trens pareciam ser tão comuns que podiam fazer parte da rotina de muitas testemunhas oculares que também viajavam nos trens e corriam riscos em sua própria segurança. Assim também se expressava indignadamente o jornal *A Voz do Trabalhador* (nº 48, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1914, p. 2):

Essas linhas vêm a propósito da maneira por que viajavam nos trens da Central do Brasil – Empresa Funerária Cabeça de Burro, vulgarmente conhecida – milhares de homens, mulheres e crianças da mais incômoda posição, trepados e agachados em qualquer parte dos carros, onde, com dificuldade, conseguem estender uma das mãos. O perigo a que se expõem essas criaturas é tão iminente que bastaria o choque do trem em qualquer obstáculo na linha por onde vertiginosamente corre para produzir centenas de vítimas (*apud* MATTOS, 2008, p. 67).

6.2 – Os trens suburbanos

O interior de um trem no estado do Rio de Janeiro é um espaço riquíssimo de informações sobre a cultura da população comum, em seus aspectos mais cotidianos. Mas as reportagens entram pouco nesse cenário cultural dos trens.

Com o declínio econômico da região do Vale do Paraíba em fins do século XIX e início do século XX, muitos negros intencionaram migrar para a cidade do Rio de Janeiro via transporte ferroviário, mas se estabeleceram no meio do caminho, na Zona Norte ou na Baixada Fluminense.

Os lugares atendidos pelos trens, na Baixada Fluminense e na Zona Norte do Rio, no entanto, historicamente, possuem uma dependência alta da economia do Centro e da Zona Sul da capital. Os moradores dessas regiões, que de forma alguma são tão somente pessoas negras, frequentemente se deslocavam à capital para trabalhar ou para realizar outras atividades, como ir ao hospital, à delegacia ou à redação do jornal.

Essas matérias revelam registros de insegurança e precariedade do sistema que afetavam diretamente a vida dos usuários, comportamentos inadequados de passageiros no uso do trem e das vias de acesso, a relação do transporte com o dia a dia do deslocamento para o trabalho, o uso do espaço público no entorno do trem, a modernidade frente aos riscos do meio de transporte.

São recorrentes os indícios de dificuldades na segurança das linhas férreas, o que tornava um sistema cheio de perigos para os usuários ou moradores do entorno. O acesso ao

interior dos trilhos era muito fácil e colocava em vulnerabilidade a vida de muitos “imprudentes” atravessadores.

A precariedade do sistema como um todo também se revela grande. São exemplares as denúncias de práticas questionáveis de gestão, a falta de impedimento do acesso aos trilhos, as condições das composições, entre outros aspectos. A recorrência de acidentes é alta e o socorro pode ser demorado ou estar distante. Tamanho era o problema que um texto chegou a propor que fosse criado um serviço de socorros ao longo das vias férreas (*O Paiz*, 18 de outubro de 1891, p. 2/8).

Além dos acidentes fortuitos, o trem também se revela como um lugar de desordens, de usos inadequados. Acidentes que expõem imprudência são demonstrações de um uso não disciplinado do meio. Além de transitar pelas vias férreas, saltar do trem em movimento pode não ser só uma questão de necessidade, mas também revelador da própria espontaneidade e indisciplina do passageiro.

Também nota-se que as estações, como espaços de agregação de pessoas, foram possivelmente usadas como ambientes para a venda de pequenas mercadorias, prática hoje mais difundida como venda ambulante. Nesta notícia, a preta apelidada Maria Capitão é apresentada como vendedora de doces, não no interior dos trens, mas na cancela da estação do Engenho de Dentro. Certo dia, ao ausentar-se para ir “à cidade”, deixou “uma sua filha tomando conta do tabuleiro”, provavelmente a menina era menor de idade ou bastante jovem, pois recomendou a “Severino Telles de Meneses que a vigiasse”. Não sem razão, naquele dia, “às 8h da noite, apresentou-se no local Laurindo Ferreira Rosário e provocadoramente começou a proferir obscenidades”. O caso terminou mal. Laurindo deferiu um golpe de navalha nas costas de Sebastião, depois que este o censurou. “Preso em flagrante, foi o agressor recolhido ao xadrez da 1ª delegacia suburbana. O ferido foi medicado numa farmácia próxima” (*Correio da Manhã*, sábado, 5 de abril de 1902, p. 2/6).

Há indícios da dificuldade que era morar longe do trabalho e depender de uma longa e até mesmo arriscada viagem de trem. Dependendo da localidade, o tempo de deslocamento de muitos passageiros entre a residência e o trabalho era muito elevado, o que provocava cansaço devido à viagem e conseqüente perda da qualidade de vida. Mas morar nos subúrbios era mais barato e a opção viável para muitos.

As revoltas dos passageiros no interior dos trens podem refletir insatisfações diversas, por exemplo, com a distância, com a superlotação e com a própria vida diária, em que a dependência de um sistema ineficiente provoca um contínuo mal-estar dos usuários. Não encontramos esses cenários nas notícias. Exceto o exemplo de um indivíduo “de cor preta”

que colocava pedras no quilômetro 342 da Estrada de Ferro Central do Brasil (*Jornal do Brasil*, 30 de julho de 1901, p. 2). No entanto, não se pode notar as razões para o fato.

Também pode-se, de forma mais ampla, verificar o trem como um espaço privilegiado para pensar o ritmo acelerado que a sociedade vive em fins do século XIX, o que vai contrastar diretamente com a fase anterior ou com a concomitante vida no Centro e na Zona Sul da capital, ainda muito mais movida por bondes, carros e charretes.

Se o ritmo econômico e a densidade demográfica parecem ser mais altos no Centro do Rio de Janeiro, o ritmo de deslocamento se torna mais rápido em determinados lugares da Zona Norte e da Baixada Fluminense atendidos pelos trens. Não à toa, as regiões abrangidas pelos trens vão deslocar eixos econômicos e administrativos já desde o fim do século XIX. O entorno da estação de Maxambomba, por exemplo, se torna sede do município de Iguassú, em 1891, e logo em seguida a vila é decretada cidade (*O Paiz*, 5 de maio de 1891, p. 1; 23 de junho de 1891, p. 2).

Instantaneidade, intensidade, grande distância, rapidez, movimento, alvoroço, são palavras que compunham as descrições sobre o dia a dia nos trens. Essa dinâmica do trem é relativamente nova naquela fase e precisa ser compreendida como uma aceleração do tempo de vida das pessoas, elemento cultural importante para entender a modernização pela qual passava a época. No entanto, precariedade, demora, insegurança, acidentes, mortes, são termos que também estavam envoltos no sistema e que não deixam pensar a modernidade do trem, inclusive, como um momento apenas eufórico.

6.3 – Outros meios de transporte

Não tanto quanto os acidentes de trem, também havia outros relatos de acidentes envolvendo meios de transporte e pessoas negras encontrados por meio da automática busca por palavras-chave.

Na Praça Quinze de Novembro, às 5 horas da tarde do dia 26 de fevereiro de 1909, um caminhão atropelou um homem, matando-o instantaneamente. A vítima era “de cor preta” e aparentava ter cerca de 60 anos, não sendo reconhecida a sua identidade. Com o choque, teve o crânio esmagado e sofreu contusões por todo o corpo. O condutor do caminhão conseguiu escapar da polícia, e nenhuma das testemunhas conseguiu ver o número do veículo. A polícia do 1º Distrito foi informada, e o corpo da vítima foi removido para o Necrotério (*Jornal do Brasil*, sábado, 27 de fevereiro de 1909, p. 12/16).

Um velho preto de 80 anos, chamado Bernardino Antonio, foi “atropelado por um caminhão, que lhe cortou o pé esquerdo”. “O cocheiro do veículo evadiu-se”. O incidente ocorreu enquanto o senhor passava pela Praça General Osório, na esquina da Rua dos Andradas, às 9h da noite, ao encaminhar-se para a sua casa. Depois de arrastar-se até à 2ª delegacia urbana, a vítima “recebeu guia para se recolher ao Hospital da Misericórdia” (*Correio da Manhã*, 27 de dezembro de 1901, p. 2/6).

Um menor chamado Antônio, “de cor parda”, também fica ferido ao cair do estribo do bonde onde estava e ser pisado pelos animais da carroça que ficaram espantados com a queda. O menino foi “recolhido ao Hospital da Misericórdia”. A notícia breve também não diz o nome do menino, mas descreve que trabalhava na Rua Voluntários da Pátria, nº 23, sem dizer o que fazia (*O Paiz*, sexta-feira, 19 de março de 1897, p. 1/6).

Os pequenos Francisco e Agostinho, de 2 e 4 anos, brincavam em frente à residência de seus pais, próximo à Estação do Encantado. Em meio à brincadeira, foram surpreendidas pela rápida aproximação de uma carroça, que os atingiu. Agostinho ficou com escoriações pelo corpo e no rosto. Já Francisco teve a coxa esquerda fraturada. O condutor do veículo, conhecido como Barbosa, fugiu após o acidente, dando ainda mais velocidade à carroça. Os meninos foram levados para a farmácia *Saint Clair*, no Engenho de Dentro, e medicados pelo Dr. Ramiro de Magalhães. Devido à gravidade de sua fratura, Francisco foi encaminhado para o Hospital da Misericórdia. Francisco era “de cor preta”, tinha 2 anos, e Agostinho tinha 4 anos, mas sua cor não foi informada. “Pobres crianças!” (*Jornal do Brasil*, quarta-feira, 1 de abril de 1908, p. 6/12).

A relação de acidentes envolvendo pessoas negras e meios de transporte traz implicitamente diferentes pontos de análise dessas informações que vão desde o sistema de mobilidade urbana até a própria condição social da pessoa negra acidentada.

Com destaque para o sistema ferroviário, a modernidade era também um símbolo dos novos riscos que a população enfrentava devido à adaptação aos novos incrementos tecnológicos.

A velocidade dos novos meios era um benefício e um risco. As representações envolvendo a população negra revelam mais o aspecto da vulnerabilidade dessa população aos riscos do que o usufruto dos benefícios, apesar de eles estarem de alguma forma implícitos.

Assim como os trens, a associação entre negro e outros meios de transporte revelaram cenários trágicos de acidentes. Bondes, carros e caminhões também eram símbolos de

modernidade e perigo. Mas coexistem com os transportes por tração animal, também perigosos quando em alta velocidade.

7 – VULNERABILIDADE E PRECARIEDADE DA VIDA

Na maior parte da pesquisa automática, as representações da cor preta ou parda tratavam de indivíduos específicos, se referiam a pessoas em situações cotidianas, eram notícias informativas. Essas notícias eram bastante desfavoráveis às pessoas pretas e pardas, pois reiteravam imagens negativas. Estavam principalmente nas crônicas policiais. Pode-se considerar, devido a essa sobrecarga, que a imprensa possuía certos discursos que alimentavam o imaginário da sociedade através da exclusão implícita das pessoas por sua cor de pele. Por outro lado, essas representações hegemônicas também objetivavam sensibilizar leitores sobre o sofrimento vivenciado pelas vítimas, denunciar a violência pela qual passavam os personagens, evidenciar a realidade de precariedade da sociedade e estabelecer parâmetros para ordenar o comportamento individual e social.

Embora outras perspectivas teórico-metodológicas apontem outros resultados, quando observamos estritamente a imprensa informativa como fonte, a análise desse tipo de discurso parece confirmar o que diz Henrique Espada Lima:

A única certeza dos libertos era a de estarem lançados em uma nova situação social marcada pela precariedade, raramente com as ferramentas e os recursos necessários para enfrentá-la. Essa precariedade poderia aparecer de modo abrupto e irremediável a cada esquina: através da doença e da indigência, do acidente de trabalho e da invalidez, da viuvez, da orfandade ou do abandono, da velhice solitária e desassistida (2005, p. 308).

A esses dados, acrescentaríamos outros, como a violência policial, o sofrimento físico, a permanência de práticas escravistas, a agressão e o risco de ser agredido covardemente, a discriminação racial e social, a falta de assistência médica, a precariedade das moradias, os entraves trabalhistas, as péssimas condições sanitárias, entre outros aspectos. A mesma imprensa que reitera essas imagens, consolidando o negro como um sujeito à margem, tenta, por vezes, denunciar as dificuldades enfrentadas pelos negros.

Das 250 matérias tabuladas, cerca de 80% foram classificadas como evidenciando o personagem negro como vítima ou vulnerável. Além disso, para se ter mais uma ideia do auto grau de vulnerabilidade, a análise do material selecionado apontou que os destinos recorrentes dos personagens pretos/as e pardos/as representados na maior parte dos relatos jornalísticos eram: a prisão, o necrotério ou o hospital.

Já em 1888, na seção “Crônica Policial”, *O Paiz* noticiava que “ao Hospital da Misericórdia foi recolhido um indivíduo de cor parda, cujo nome ignora-se e que estava desfalecido na Rua Barão de S. Félix (quarta-feira, 20 de junho de 1888, p. 1/4). Ao recorrente Hospital da Misericórdia foi enviado “um indivíduo de cor preta”, achado caído e sem fala na Rua Santa Luzia (*O Paiz*, segunda-feira, 21 de dezembro de 1891, p. 2/6). “Morte súbita” é

um dos títulos que anunciam o falecimento de “um indivíduo de cor parda”, encontrado desacordado na Rua Senador Euzébio. Ao ser posto na padiola para ser transportado ao Hospital da Misericórdia, o homem morreu e foi enviado então ao necrotério. De acordo com o laudo da autópsia, a morte foi provocada por ectasia da aorta e hipertrofia do coração (*O Paiz*, sábado, 11 de abril de 1891, p. 2/8). Depois de ser agredido na rua por um português de 23 anos, conduzido para o Hospital da Misericórdia, o preto Camillo Pereira faleceu a caminho, sendo levado para o Necrotério (“Assassinato”, *O Paiz*, sábado, 9 de abril de 1898, p. 1/6). Já de acordo com o *Jornal do Brasil*, o corpo de um “indivíduo de cor preta” foi encontrado boiando em frente ao Arsenal de Guerra. O cadáver foi levado para o necrotério para ser examinado (“Ocorrências Policiais”, domingo, 12 de abril de 1891, p. 2/5). Também a preta Maria Joaquina foi remetida para a Casa de Detenção por ter roubado 20 peças de roupa de Justino de Magalhães (“Ocorrências Policiais”, *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 10 de abril de 1891, p. 1/4). “O preto” Carlos Anselmo da Costa, oriundo de Vassouras e residente na Rua Delphim, nº 29, em Botafogo, foi preso após a “Barbaridade sem nome” (*Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1903, p. 5).

Nunca é demais lembrar que não estamos em nenhum momento deste trabalho afirmado que qualquer conclusão aqui afirmada se refira a toda a população negra do Rio de Janeiro, mas apenas ao conjunto específico de indivíduos que aparecem nas representações dos jornais analisados, considerando ainda os procedimentos desta pesquisa ao privilegiar a busca pelos termos pardo e preto. Assim, outro tipo de busca poderia resultar em maiores complexidades do tratamento dado ao negro.

Como afirmamos, a prisão, o necrotério ou o hospital eram os desagradáveis lugares para onde os personagens negros iam parar na quase totalidade dos casos, devido à morte, crimes ou doenças e acidentes, o que indica a tônica dos acontecimentos que geravam a aparição dos personagens negros nos jornais, em sua maior parte, casos policiais e também de saúde pública.

Na raiz da formação da consciência racial brasileira, acreditamos que, do ponto de vista do papel da imprensa, o discurso intelectual, visto no jornalismo opinativo, é superado pelo discurso imediatista do jornalismo diário, na forma dos *fait divers*, das crônicas policiais, dos factuais, numa relação de maior proximidade que o jornalismo informativo tem e até mesmo devido às características mais marcantes desse instrumento. A produção de efeitos do discurso factual é muito mais acessível, rápida e ampla do que a do discurso opinativo. Sua influência na vida diária das pessoas é muito mais expressiva e de fácil absorção. Não nos esqueçamos que aquela era uma fase de aumento do texto informativo e decréscimo do

opinativo. A construção de uma imagem do negro na imprensa factual vinculando-o a uma situação de extrema vulnerabilidade e criminalidade pode ser considerada como um dos fatores que cooperaram no pós-emancipação para a contínua exclusão prática do negro das condições de acesso à cidadania e à igualdade³². Mas tem o outro lado. As notícias também buscavam sensibilizar os leitores sobre o sofrimento vivenciado pelas vítimas, denunciar a violência pela qual passavam os personagens, cobrar das autoridades responsáveis, evidenciar a realidade de precariedade da sociedade, estabelecer parâmetros para ordenar o comportamento individual e social e fazer uma intermediação entre a sociedade civil e o poder público.

O grosso das reportagens que analisamos aqui, às quais chegamos por acaso, é da editoria policial, as consideramos assim porque tratavam de temas em que a polícia era constantemente acionada como meio de informação ou agente que trabalhava nas primeiras investigações sobre os fatos. Ressalva-se que a própria polícia e ou seus policiais também podiam aparecer como personagens dos relatos, ora cumprindo suas funções comuns, ora em situações de desvio de conduta. Não são fatos policiais apenas roubos e mortes. Por exemplo, acidentes de trem e acidentes de trabalho também são considerados aqui como fatos policiais, pois requeriam acompanhamento e investigações policiais. Tendo tudo isso em vista, como temos explicado, não necessariamente o negro aparece na imprensa apenas como criminoso. Por vezes, ele também aparece como vítima da criminalidade, às vezes o autor é o próprio estado, ou de acidentes.

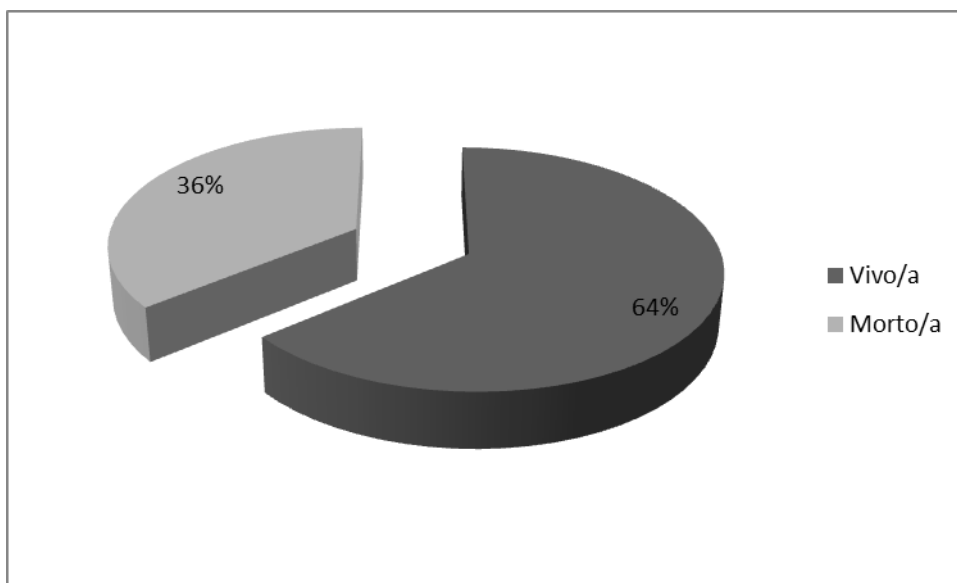
De 250 matérias tabuladas, embora a condição de vida seja a maior parte dos casos encontrados, totalizando 153 personagens (64%), é alto o número de fatos que descrevem a morte dos personagens. São 86 mortes registradas, o que equivale a 36% dos casos, isto é, mais de um terço.

TABELA 20 – CONDIÇÃO DE VIDA

Vivo/a	153
Morto/a	86

³² Essa crítica, inclusive, é feita até hoje sobre os meios de comunicação de massa.

GRÁFICO 5 – CONDIÇÃO DE VIDA

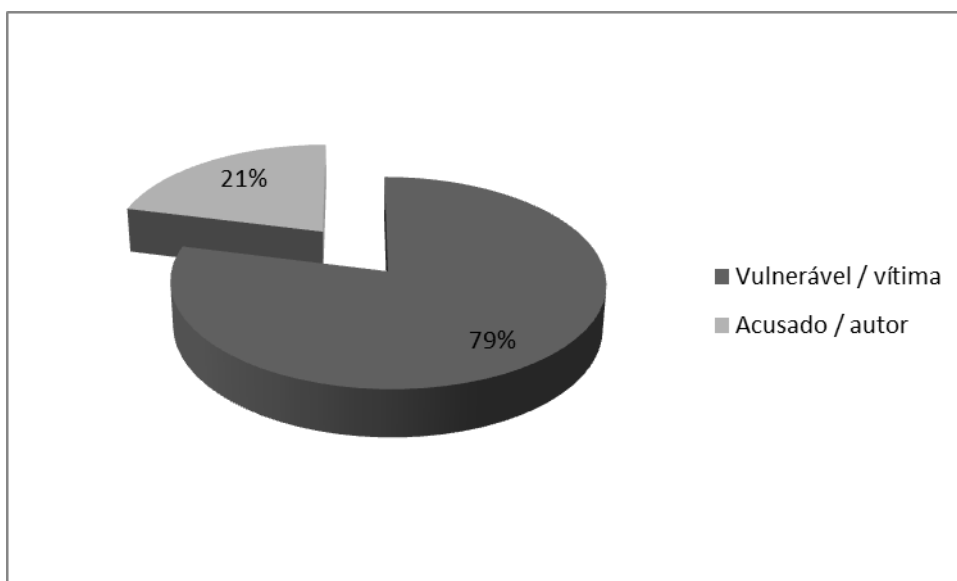


Como temos apontado, os personagens aparecem principalmente como pessoas que sofrem. Cerca de 80% deles estão vulneráveis ou são vítimas das mais diferentes situações que de alguma forma colocam em risco ou prejudicam a sua segurança, a sua vida, a sua saúde.

TABELA 21 – CONDIÇÃO DO PERSONAGEM

Vulnerável / vítima	191
Acusado / autor	51

GRÁFICO 6 – CONDIÇÃO DO PERSONAGEM



No caso dos acusados de crimes e desordens públicas, a maior parte deles foi presa, representando 56% dos casos encontrados. Quando vítimas, apenas 43% dos seus algozes aparecem sendo presos.

TABELA 22 - PRISÃO

Sim	28
Não	22
<i>Total</i>	<i>50</i>

De forma geral, o grau de vulnerabilidade da população negra é sentido também em razão dos principais destinos descritos nas matérias. A maior parte dos personagens vai parar no cemitério ou no necrotério. Obviamente a morte faz parte da trajetória humana, e há casos de morte por conta do natural envelhecimento. Mas a maior parte dos personagens descritos morre porque enfrenta um alto nível de vulnerabilidade social. O cemitério mais citado onde alguns personagens negros foram enterrados foi o de São Francisco Xavier, que fica na Zona Norte da Cidade. Embora a morte, o cemitério e o necrotério sejam os destinos fatais mais descritos em sua totalidade – 72 ocorrências no total –, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia é o local mais citado de forma isolada, aparecendo em 42 casos descritos. Isso quer dizer que, quando não a morte, o risco também de morte podia circundar aqueles personagens. Também a prisão foi citada em 15% das matérias analisadas. De volta a sua casa, apenas dez personagens aparecem nessa melhor situação.

TABELA 23 – DESTINO DOS PERSONAGENS NEGROS NAS MATÉRIAS

Morte / Cemitério / Necrotério	72
Hospital da Misericórdia / Enfermaria / Posto	46
Prisão / Delegacia / Detenção	26
Foragido	15
Casa	10
Desaparecido	5

Os dados também apontaram que era maior a ação da polícia em relação à prisão de personagens negros autores de crimes e desvios das normas jurídicas do que em relação à prisão daqueles, cujas cores quase não eram relatadas, que cometiam crimes contra

personagens negros. Somados os casos de fugitivos, os registros de denunciados, enfrentando processos de investigação, intimados e impunes, são mais de 50%. A categoria impunes, junto com outros termos, como foragido, pode ser uma marca também do texto jornalístico que se propunha a defender o direito do personagem negro vítima do crime relatado.

TABELA 24 – DESTINO DE AGRESSORES OU AUTORES DE CRIMES
CONTRA PERSONAGENS NEGROS

Prisão / Detenção / Xadrez	16
Foragido	12
Denunciado / Em investigação / Intimado	3
Impunes	2
Enfermaria	1
Julgado e absolvido	1
Necrotério	1
Residência	1

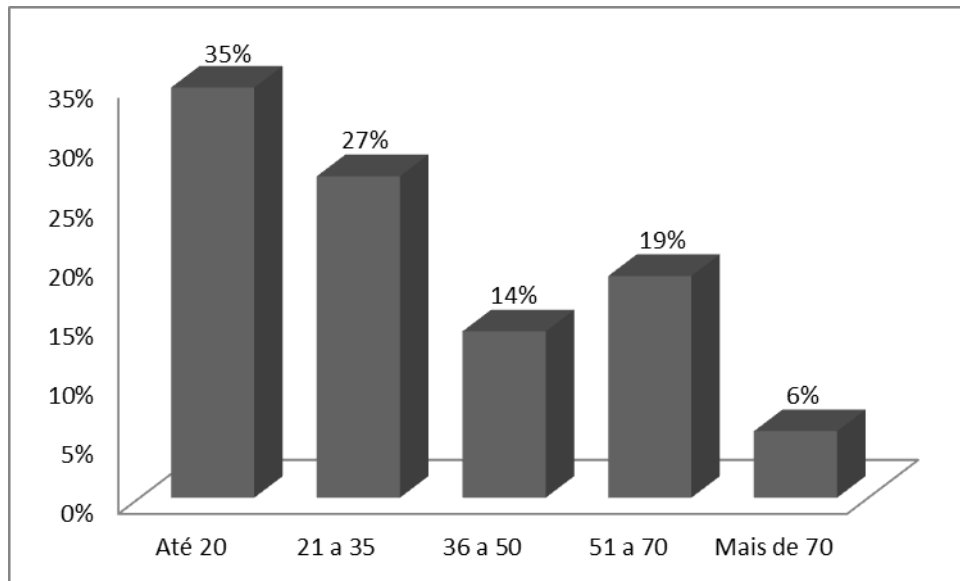
7.1 - A morte precoce *versus* a longevidade da “preta e africana”

Dentre os personagens em que havia descrição da idade, a maior parte era jovem. Sendo a maioria das pessoas até os 40 anos.

TABELA 25 – IDADE DOS PERSONAGENS

De 0 a 20 anos	37
De 21 a 35 anos	29
De 36 a 50 anos	15
De 51 a 70 anos	20
Mais de 70 anos	6
<i>Total</i>	<i>107</i>

GRÁFICO 7 – IDADE DOS PERSONAGENS



A idade, geralmente jovem, contrasta com as notícias sobre longevidade negra, como nesta em que a personagem faleceu com 110 anos. Felicidade Maria Preciosa era “preta e africana” e teve a “felicidade de morrer de velhice” (*O Paiz*, segunda-feira, 27 de janeiro de 1890, p. 1/4).

De fato, em outra reportagem que não conseguimos resgatar, é possível verificar que na época acreditava-se que os negros poderiam ter uma longevidade maior do que os brancos. Apesar desse indício encontrado nos jornais, no conjunto, o que se pode perceber é que havia uma vulnerabilidade precoce da população negra que poderia confrontar diretamente a suposta possibilidade de longevidade maior. A morte precoce, alvos preferenciais de agressões policiais e militares, empobrecidos, vítimas de acidentes, envolvidos em conflitos, entre outros aspectos, contribuía para que a população morresse mais jovem, além de aparecer nas notícias como personagens em meio a riscos e vulnerabilidades.

7.2 - Vulnerabilidade infantil

Adolescentes e crianças apareciam de forma recorrente em reportagens: perdidas, desaparecidas, vítimas de violência e acidentes, praticando pequenos delitos, lutando pela sobrevivência, trabalhando, sendo detidas³³... Os personagens até 20 anos eram maioria. Dentre os pretos eram ainda mais numerosos.

Os menores também aparecem morrendo, até subitamente, como esta adolescente, “a parda Leonidia, de 14 anos de idade, criada de uma parteira”, que caiu de repente enquanto caminhava na rua, “deitando golfadas de sangue e falecendo em poucos momentos, em consequência da ruptura de um aneurisma da aorta”. O relato torna-se ainda mais dramático, pois a menina caminhava com uma criança de colo na hora da queda. O corpo da adolescente e o bebê, filha da parteira, foram recolhidos a uma estação policial. Em seguida, a parteira tomou conhecimento da tragédia e “declarou incumbir-se do enterro de Leonidia” (*O Paiz*, quarta-feira, 7 de agosto de 1889, p. 1/4).

Na próxima notícia, o que mais chama a atenção é a ausência de informações sobre a vítima preta, enquanto sobre o autor branco há bem mais informações. Aliás, é interessante a própria notícia relatar que o autor do acidente é branco, enquanto a vítima é preta. Por vezes, predomina a ausência das descrições das pessoas brancas em notícias envolvendo vítimas ou autores negros. O título “Morte Casual” já antecipa o posicionamento da reportagem. O menor Oscar Custódio dos Santos, de 13 anos de idade, **cor branca**, brincava com uma espingarda em sua casa e disparou supostamente sem intenção contra o menor Salus Liano, **de cor preta**, provocando a sua morte. Interrogado, Oscar disse que costumava brincar com a espingarda que pensava estar descarregada. A notícia segue relatando o caso do ponto de vista do autor do acidente. Não há informações sobre a vítima, sua idade, sua ocupação, seus pais, sua história. O narrador apenas se limita a descrever os efeitos do tiro e os procedimentos do seu sepultamento (*O Paiz*, segunda-feira, 7 de fevereiro de 1898, p. 1/6).

Essa simples notícia demonstra um possível aspecto revelador. São poucos os personagens brancos que encontramos nesta pesquisa, porque não era o nosso critério de busca. Mas esse menino de treze anos, que aparece por acaso, levanta indícios sobre possíveis diferenças no tratamento desigual das notícias em relação a brancos e negros. Contrastado

³³ Criança perdida (“De tudo para todos”, *O Paiz*, domingo, 25 de abril de 1897, p. 2/8); Desaparecimento (*O Paiz*, quarta-feira, 21 de novembro de 1894, p. 6/8); Espancamento (*O Paiz*, sábado, 21 de agosto de 1897, p. 2/6); Acidente (*Jornal do Brasil*, terça-feira, 4 de janeiro de 1910, p. 6/18). Sobre a problemática envolvendo a exploração infantil na época, ver SOARES, Aline Mendes. “*Precisa-se de um pequeno*”: o trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro, 1888-1927. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

com os personagens negros, a grande diferença não está só no contexto do crime, justificado pela reportagem, mas também na forma como o jornal constrói a notícia. O menino é inquirido e se defende dizendo que costumava brincar com a espingarda e que pensava estar descarregada. Um menino branco de 13 anos teve esse direito de se defender no jornal, algo que tantos personagens negros, dia a dia massacrados pelas notícias, não tinha. Na maior parte das vezes, eram descritos mudos, silenciados. A notícia desse assassinato contrasta diretamente com as notícias que representavam a população negra, na própria forma elementar como os discursos jornalísticos eram construídos.

Mas também houve momentos em que os jornais defendiam os negros vítimas. Porém, as nuances dos discursos precisam ser consideradas. Um adolescente negro que cometesse um crime teria a oportunidade de defender-se perante o apressado discurso jornalístico? A notícia a seguir mostra essa dicotomia da imprensa que, por um lado, defende, mas que também não consegue ouvir a voz do garoto negro preso.

Aqui, um garoto “de cor preta” é preso no Centro, no Largo de São Francisco de Paula, em situação vexatória para ele e para a polícia. Quatro praças da polícia civil não conseguiram conter o garoto de aproximadamente 10 anos, que teve que ser amarrado a um carrinho de mão para ser levado para a delegacia. A notícia não expõe os motivos para a prisão do menor, mas tem um tom solidário em relação ao “pobre rapaz”. De acordo com o *Jornal do Brasil*, “ser preciso recorrer a semelhante meio para levar presa uma criança é triste, edificante e depõe pouco a favor do progresso do século”. Ainda de acordo com o jornal, grande número de pedestres presenciaram a cena e “a indignação foi geral”. Além de relatar o episódio, o jornal esclarece que o caso praticamente repetia outro ocorrido havia menos de uma semana “ao lado da estação inicial da Estrada de Ferro Central do Brasil” (“Edificante”, *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 21 de junho de 1906, p. 3/8).

Já neste caso, ocorrido em Minas Gerais, o título da notícia é provocativo: “O novo escravismo”. Já segundo a conclusão: “É a continuação do cativo no Brasil, se os juízes de órfãos não se condoerem da sorte dos inocentes”.

De acordo com o texto, “uma mulher de cor preta” chegou desesperada ao fórum da cidade de Juiz de Fora, procurando o Dr. juiz de órfãos para pedir ajuda para que seus dois filhos não permanecessem sob os cuidados de seu “ex-senhor”. Ela acusava o homem de não ter condições de exercer a função e de já ter em sua presença e na de outras pessoas espancado “sem piedade” as duas crianças. “A infeliz mãe, afogada em pranto, pedia a quantos encontrava que se condoessem de sua triste posição e que se empenhassem para que o

bárbaro ex-senhor não fosse nomeado tutor dos seus filhos...” (“O novo escravismo”, *O Paiz*, 26 de maio de 1888, p. 3).

Menos de um mês depois da abolição, o desespero da mãe se explica por uma das práticas comuns no período abolicionista. Depois da Lei do Ventre Livre, em 1871, as crianças ficavam, na maior parte das vezes, sob os cuidados dos senhores até os 21 anos de idade, o que gerava uma forma precária de liberdade e consequentes abusos semelhantes à escravidão.

7.3 – Meninas domésticas

Muitas adolescentes eram vítimas de agressões em situações de trabalho doméstico³⁴. Casos que se repetem nos jornais tratavam de crimes cometidos principalmente contra meninas adolescentes que trabalhavam como empregadas em residências, embora também houvessem garotos empregados nas casas de família. O que se notará nessas notícias é justamente a imprensa e a polícia como formas de combater agressões similares a práticas da escravidão.

Uma das notícias narra com detalhes os danos físicos sofridos por uma menina de 12 anos ao ser reiteradamente espancada pelos patrões. Belmira, de cor parda, foi examinada por um legista que constatou:

Grande número de cicatrizes recentes e antigas, espalhadas por todo corpo; um tumor na face lateral direita da região occipitofrontal; uma ferida contusa, com supuração, de um centímetro de extensão, na face anterior do lado esquerdo da mesma região, interessando todos os tecidos; diversas contusões em ambos os lados da face e uma contusão sobre a articulação do braço esquerdo, achando-se inflamado gravemente todo o braço, encontrado também um grande tumor na cabeça, produzido por pancada. A infeliz, na ocasião de ser examinada, acusava uma febre de 40 graus, sendo o seu estado muito grave e de inspirar compaixão.

A garota vítima também depõe em acusação aos seus algozes. De acordo com Belmira, o patrão Justiniano Cardeal e sua mulher a espancavam “diariamente, ora um, ora outro, e que, já não tendo mais forças para sofrer tanta crueldade de seus patrões, aguardou anteontem a ocasião de jantar destes, para assim poder fugir”. O homem finalmente foi detido e contra ele foi lavrado um auto de flagrante. Nada consta sobre alguma punição à mulher. Já a menina foi levada para o Hospital da Misericórdia (“Crueldade”, *Jornal do Brasil*, domingo, 9 de julho de 1893, p. 1/4).

Marcolina Maria da Conceição, uma “menor de 11 anos, de cor preta”, servia como criada, na casa de Rocha Santos, agente da estação da Piedade. O homem passou a espancá-la

³⁴ “Crueldade”, *Jornal do Brasil*, domingo, 9 de julho de 1893, p. 1/4; *Correio da Manhã*, 18 de fevereiro de 1903, p. 2/6; *Correio da Manhã*, sexta-feira, 7 de julho de 1905, p. 3/6.

brutalmente, sem que a matéria exponha quando isso começou, apenas dizendo que o motivo era a suposta insatisfação do patrão com os serviços da menor. “Não podendo mais suportá-lo, a menor foi à 1ª Delegacia Suburbana, onde narrou ao delegado” os abusos. A menor apresentava “ferimentos na cabeça, perna esquerda e outras partes do corpo” (*Correio da Manhã*, 18 de fevereiro de 1903, p. 2/6).

Embora as reportagens não citem nada sobre o assunto, evidentemente nos fazem remeter os casos a permanências de práticas de épocas da escravidão, pois são bastante claras as imagens das fragilidades das meninas negras enquanto empregadas domésticas sendo espancadas pelos patrões por motivos aparentemente banais e injustificáveis, prática, inclusive, já combatida por camadas da sociedade nos últimos anos da escravidão no Brasil, tal como mostra Sidney Chalhoub, em *Visões da Liberdade* (2011[1990]). É interessante notar que há praticamente dez anos entre as duas notícias, mas há forte semelhança entre elas.

Outra reportagem suscita suspeitas ou, se não se enquadra num caso de espancamento semelhante aos anteriores, revela claramente a “fuga” de uma menina de 10 anos de idade dos domínios de seu empregador. “A menor de cor preta Benedicta” teria fugido às 9h da noite da casa do capitão tenente Luiz Noronha, à Rua Vieira Brandão, nº 21, onde trabalhava. Depois que o capitão tenente prestou queixa na 13ª delegacia, foi aberto um inquérito para apurar o caso (*Correio da Manhã*, sexta-feira, 7 de julho de 1905, p. 3/6). O indício que talvez invalide a hipótese de fuga por maus tratos é o fato de o próprio patrão ter ido dar queixa na polícia, o que pode também ter sido uma forma de dissimulação.

7.4 – Superlotação de casas

Marcelo Badaró Mattos, em *Escravidados e livres* (2008), faz uma análise da situação de moradia no Rio de Janeiro que nos ajudará a contextualizar as reportagens que revelam um cenário da situação habitacional de muitos personagens negros. Em casas de cômodos e tavernas, muitos problemas se passavam, de forma que parte das reportagens aqui relatadas se davam nesses ambientes, cenários de disputas, brigas, conflitos, confusões e até homicídios. Mas o saneamento da cidade também vai aparecendo com desocupações sendo feitas.

Na época, o problema da superlotação das moradias também estava relacionado ao crescimento demográfico da população. Na **Tabela 26**, podemos verificar um crescimento grande da população da cidade entre 1872 e 1890. A taxa é de 90,24%. Embora o crescimento nas freguesias centrais tenha sido numa taxa menor que as demais (49,56%), o total da população nessas localidades era muito acentuado, representando 37,53% do total.

TABELA 26 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO URBANA

<i>Freguesias</i> ³⁵	<i>Censo 1872</i>	<i>Censo 1890</i> ³⁶	<i>Crescimento %</i>
Centrais: Santana, Sacramento, Santa Rita, Candelária, São José	131.102	196.075	49,56
Urbanas não centrais: Santo Antônio, Espírito Santo, Glória, Lagoa, Engenho Velho, São Cristóvão, Gávea, Engenho Novo	97.641	233.670	139,32
Rurais: Campo Grande, Jacarepaguá, Guaratiba, Inhaúma, Irajá, Santa Cruz, Paquetá, Ilha do Governador	46.229	92.906	100,97
População total da cidade	274.372	522.451	90,24

Fonte: Recenseamento de 1870 e 1890, *apud* MATTOS, 2008, p. 62.

Maurício Abreu localizou 348 cortiços nas freguesias centrais em 1868, 771 em 1884 e 658 em 1888. O número de quartos passou de 6.711, em 1864, para 11.737, em 1884, e pouco varia em 1888, com 11.765. A média de moradores por domicílio na área era de seis a oito pessoas. Nos cortiços, a quantidade de moradores era superior à média geral (1986, p. 50, *apud* MATTOS, 2008, p. 63).

No total da cidade, as habitações coletivas respondiam por 3,96% dos prédios da cidade, mas abrigavam 11,72% da população, em 1888 (*Ibid.*, p. 64). Muito caras as moradias, na capital federal, Floriano Peixoto aplicou em seu governo medidas de combate à especulação dos aluguéis das casas populares (FERREIRA e DELGADO, 2013, p. 36). Mas o problema das moradias continuaria, e, no início do século XX, vai se agravar com a derrubada de casas coletivas no centro da cidade.

³⁵ Aqui, o autor considera as freguesias centrais aquelas áreas tidas como urbanas no início do século XIX.

³⁶ Entre 1870 e 1906 também é comparativamente menor o crescimento populacional no Centro, inclusive, diminui em algumas dessas freguesias. Porém, a densidade populacional aumenta. “Em 1890, enquanto a média de moradores por domicílio nas freguesias da ‘Cidade Nova’ (Santo Antônio e Espírito Santo) e nos arrabaldes do Engenho Velho e de São Cristóvão girava em torno de cinco a sete moradores, nas freguesias de São José e Santa Rita ultrapassava-se a média de nove moradores por domicílio e na Candelária moravam em média mais de 16 moradores em cada domicílio” (MATTOS, 2008, p. 62-3). Botafogo era o bairro em que havia maior concentração de pessoas. Em 1888, sobrados com salas e três janelas na frente, quartos com janelas para os lados, banheiro com chuveiro, tanque de lavar roupa e fogão econômico podiam ser alugados nesse bairro pelo valor de 30\$ a 50\$ mil réis mensais (RENAULT, 1982).

A concentração de pessoas no Centro devia-se ao trabalho e à dificuldade de locomoção para o subúrbio. Oficinas, manufaturas e o próprio trabalho de rua se concentravam predominantemente nessa área. Na época, até mesmo o transporte de bondes entre regiões mais próximas ao Centro era caro. Os trens para os subúrbios eram também bastante precários. “Era nas habitações coletivas (cortiços, estalagens, casas de cômodo, zungus – depois zungas) que morava a maior parte dos trabalhadores e suas famílias que optavam pela proximidade ao trabalho no Centro” (MATTOS, 2008).

Nesse cenário crítico, no início do século XX, o Rio de Janeiro era a capital, a principal e a maior cidade do Brasil. Inserido num contexto mundial de ocidentalização, era preciso regenerar o país, a começar pela principal cidade, para apresentá-la ao mundo moderno como um cartão-postal da civilização viável em meio aos trópicos, uma cidade moderna e cosmopolita. Na época, os debates sobre a necessidade de um planejamento urbano foram marcados pelo conceito de política higienista, relacionada com as precárias condições sanitárias das habitações urbanas da cidade, especialmente as coletivas, inclusive, onde viviam muitas pessoas negras.

Sob inspiração do modelo parisiense, sanear, higienizar, ordenar, demolir e civilizar foram palavras de ordem. Um dos objetivos principais dessa reforma era livrar a capital federal do estigma de cidade insalubre, assolada por constantes epidemias de febre amarela, varíola e malária, com sérios prejuízos para a atividade comercial do país. Iniciativa do governo federal, as reformas foram também um marco da gestão do então prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906). Com base em métodos autoritários para a retirada de milhares de pessoas da região, houve uma onda de demolição generalizada dos casebres na área central do Rio de Janeiro com o propósito de, em seu lugar, alargar vias e construir grandes monumentos³⁷. São conflitantes as informações sobre o número de construções demolidas para dar passagem à nova avenida, variando entre setecentas e três mil. Segundo Mattos, “naquele período das reformas da primeira década do século, a saúde pública foi responsável

³⁷ À custa da derrubada de velhos imóveis, foram alargadas e prolongadas diversas vias urbanas, como a Rua do Sacramento (futura avenida Passos), a Rua da Prainha (atual Rua do Acre) e a Rua Uruguaiana, entre outras. Avenidas radiais e diagonais, cortando o Centro em várias direções – as avenidas Mem de Sá, Salvador de Sá, Marechal Floriano – exigiram o arrasamento de morros, como o do Senado (em 1920, o morro do Castelo, marco da fundação da cidade por Estácio de Sá, também foi abaixo), e a demolição de moradias e casas de comércio que se encontravam no trajeto das “vias do progresso”. A Avenida Central (atual Rio Branco), que uniu o Rio de Janeiro de mar a mar, isto é, do porto, na Prainha, até a Avenida Beira-Mar, é o marco principal da reforma urbana então realizada. Houve obras de ampliação do porto do Rio de Janeiro, além de abrir as avenidas Rodrigues Alves e Francisco Bicalho. Foi na Avenida Central que se instaurou, em estilo parisiense, o Theatro Municipal do Rio de Janeiro, construído entre 1905 e 1909, espaço considerado indispensável para o desenvolvimento da alta cultura brasileira, já almejado desde fins do século XIX. O estilo *art nouveau* estava em alta naquela transição para a modernidade e faz parte da arquitetura e da decoração de muitos desses edifícios.

pelo fechamento de 600 habitações coletivas, desalojando 13 mil pessoas, e a municipalidade demoliu 70 casas, que abrigavam mais de mil moradores” (MATTOS, 2008, p. 65).

Para dar espaço ao novo século, os pobres, vestígios de um Brasil colonial e monárquico, foram expulsos de suas casas e lhes restaram os morros ou o distante subúrbio. Quarteirões inteiros de hospedagens, cortiços, casas de cômodos, estalagens, velhos casarões, além de armazéns e trapiches de áreas junto ao mar, foram derrubados. Parte da população que vivia e trabalhava nesses lugares precisou se deslocar para os subúrbios ou subir os morros próximos – Providência, São Carlos, Santo Antônio, entre outros –, até então pouco habitados. As dificuldades de transporte para o subúrbio, atreladas às dificuldades também de moradia em áreas mais distantes do Centro, vão provocar a permanência de muitos trabalhadores na área central, seja nas favelas ou nas residências que sobreviveram às demolições (*Ibid.*, p. 65).

Em várias notícias, foi possível encontrar o quanto os cenários das moradias dialogava com as questões factuais dos jornais da época, que retratavam os lugares como desordenados e ambientes de crimes e mortes. De fato, foi possível perceber situações de forte precariedade nas condições de vida de moradores em casas de cômodos, fossem eles negros ou cujas cores não apareciam descritas.

Várias reportagens adentram nesse cenário doentio das casas de cômodos. Talvez, por um lado, um espaço de interações, de cooperação, mas também, por outro lado, ambientes de agressões, de ambivalências, fruto das dificuldades de convivências entre pessoas de origens tão distintas.

Numa reportagem, a mulher russa que tentou se matar havia sido agredida “por um preto”, supostamente seu próprio marido, diz a reportagem. O fato aconteceu à Rua Silveira Martins, nº 82, área mais próxima ao Catete (*Correio da Manhã*, 4 de março de 1902, p. 4).

Já neste outro caso, Eva Maria Ferreira, de 25 anos, cor preta, que alugava um cômodo, era tratada em termos ásperos pelo locatário. Resultado: ofendida, ingeriu o conteúdo de um vidro de cocaína para tentar se matar. Com fortes dores, foi socorrida e internada. Nesse caso, a habitação era no Centro mesmo, na Rua do Lavradio (*Correio da Manhã*, 19 de outubro de 1902, p. 2).

Outro incidente data também de 1902, quando Alberto de tal, um homem “perverso”, tenta violentar uma criança de quatro anos, numa casa de cômodos, desta vez em São Cristóvão, à Rua do Retiro Saudoso. A menina gritou, e, com isso, os vizinhos puderam impedir que “o preto”, que fugiu, cometesse o crime (*Jornal do Brasil*, 28 de dezembro de 1902, p. 6).

Já noutra “casa de alugar cômodos”, ainda durante a escravidão, José Ferreira do Nascimento teve um acesso de loucura, porque sua alforria não chegava, e tentou se matar. O caso aconteceu na Rua Christina, área mais próxima a Costa Barros, ao norte da cidade (*O Paiz*, 12 de setembro de 1887, p. 1).

Outros cenários de agregações coletivas descritos nos textos também são tavernas, que podem remeter mais a bares que moradias, e estalagens, isto é, residências humildes similares às casas de cômodos.

Numa dessas hospedarias, na Rua do Engenho de Dentro, também ao norte da cidade, um operário embrigado, Abreu Antonio dos Santos, promovia desordens na estalagem Conceição (*Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1905, p. 2).

Outra estalagem é localizada à Rua do Senado, onde um escravo foi espancado (*O Paiz*, 4 de outubro de 1884, p. 1). Já na Rua Visconde de Itaúna, no Jardim Botânico, uma idosa de 70 anos foi encontrada morta, sentada, na entrada de uma estalagem. As pessoas demoraram a perceber que a mulher estava morta e não dormindo (*Jornal do Brasil*, 15 de abril de 1907, p. 5). Já na Rua Evaristo da Veiga, Centro, outro escravizado tentou suicídio. Ele também esperava a sua alforria demorada (*O Paiz*, 27 de outubro de 1884, p. 1).

Nas tavernas, os problemas eram similares aos descritos nas casas de cômodos e estalagens. Havia agressões, espancamentos, brigas, disputas, assassinatos, mortes. Não espanta que esses ambientes fossem posteriormente vistos pela administração da cidade como um problema de saúde e saneamento da ordem pública.

De fato, a maior parte dos casos, sobretudo na área central, foi encontrada antes de 1903, período do conhecido “bota-abaixo”, expressão usada para indicar a derrubada de casas pobres no início do século XX.

Entretanto, a questão do autoritarismo na expulsão de moradias poderia não ser um problema restrito à região central do Rio de Janeiro, como noticiou o *Correio da Manhã*, em 1904. Talvez por espelhamento, em Niterói, “um pobre homem de cor preta, maior de 60 anos e aleijado (...) morava em um pardieiro da Rua São Lourenço, nº 47, condenado pela prefeitura, e, em razão das ordens que recebera, mudou-se, sem murmurar ou mesmo pedir a compaixão daqueles que o arrastaram do seu catre”. Também há o registro da agressividade do soldado do exército, sem aparente reação da vítima. “À noite, quando terminava a mudança, dele se aproximou o soldado e barbaramente o espancou. Atirou-o por terra com um violento empurrão e em seguida pisou-o, sem que os gemidos da vítima o contivessem. Esperemos agora pelo merecido castigo” (“Barbaridade”, *Correio da Manhã*, quinta-feira, 29 de dezembro de 1904, p. 2/6).

7.5 – Disputas entre negros e imigrantes

De acordo com Mattos, eram 273.972 habitantes na cidade do Rio em 1872. Já em 1890, a população carioca foi avaliada em 522.651 habitantes. Em 1906, eram 811.443 (2008, p. 40). No recenseamento de 1890, cerca de 30% dos que viviam aqui eram estrangeiros, 70% deles, portugueses. Segundo Sidney Chalhoub, que analisou os dados desse recenseamento,

mais da metade dos 89 mil estrangeiros economicamente ativos trabalhavam no comércio, indústria manufatureira e atividades artísticas; ou seja os imigrantes ocupavam os setores de emprego mais dinâmicos. Enquanto isso, 48% dos não-brancos economicamente ativos empregavam-se nos serviços domésticos, 17% na indústria, 15% não tinham profissão declarada e o restante encontrava-se em atividades extrativas, de criação e agrícolas (*Trabalho, lar e botequim*, 2001[1986], p. 51, *apud* MATTOS, *ibid.*, p. 47).

Também de acordo com Chalhoub,

o Rio de Janeiro concentrava um grande contingente de negros e mulatos – o maior de todo o Sudeste -, como registra o censo de 1890. Dos 522.651 habitantes da capital registrados em 1890, aproximadamente 180.000 ou 34% foram identificados como negros ou mestiços. Infelizmente, o censo de 1906 – refletindo a ideologia oficial e racista do período, que queria por força ‘embranquecer’ a população do país – não discrimina os habitantes pela cor (2001, p. 25).

O autor aponta que a intensificação da chegada de imigrantes na capital foi maior em 1880, pois cerca de 50% haviam chegado ao país nesse período. “Em 1890, havia na capital 155.202 habitantes de naturalidade estrangeira, representando 30% da população total. Os portugueses eram grande maioria entre os estrangeiros – 106.461 pessoas recenseadas haviam nascido em Portugal, representando este número cerca de 20% da população total do Rio de Janeiro” (CHALHOUB, *ibid.*, p. 25). Segundo o Censo de 1906, de 811.443 habitantes da cidade, 210.515 eram estrangeiros, isto é, 26%. Dos estrangeiros, 133.393 eram portugueses, correspondendo a 16% da população total. Os dados mostram que houve uma gradativa diminuição na proporção total de estrangeiros entre 1890 e 1906 na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, como o censo de 1906 não distingue naturalidade e nacionalidade, esses dados não revelam a realidade de estrangeiros naturalizados frente aos que mantiveram suas nacionalidades de origem (*Ibid.*, p. 25-6).

As notícias subseqüentes revelam que as relações entre negros e portugueses ou italianos podiam ser boas ou ruins. O texto a seguir exemplifica uma agressão de um português a um afrodescendente, por motivo torpe. Enquanto caminhava na rua, Manoel Morgado chocou-se com Camillo Pereira da Silva, que reclamou da distração do homem. José Tavares, o português, descrito como alto e robusto, de 23 anos, que acompanhava Manoel Morgado, começou uma sessão de espancamento a Camillo, “de cor preta, brasileiro, de meia idade”. Primeiro, “ergueu a mão e deu uma bofetada em Camillo, e, antes que este tivesse

tempo de se defender, vibrou-lhe uma violenta cacetada na cabeça”. A vítima caiu no chão e, “não bastando isso para acalmar o ânimo de Tavares, que continuou a dar-lhe novas e brutais cacetadas até que, vendo-o sem movimento, pisou-lhe o rosto e a cabeça a tacão de sapato”. Ficando “em estado gravíssimo”, Camillo morreu enquanto era transportado da delegacia para o hospital da Misericórdia, “apresentava forte contusão na região frontal direita, escoriações no alto da cabeça e tinha a face direita suja de areia”.

Apesar de tentar negar a gravidade do espancamento, depondo que agiu em defesa própria e que apenas havia dado algumas bengaladas na vítima enquanto ainda estava de pé, o agressor foi acusado do contrário por quatro testemunhas. Segundo elas, José Tavares tinha, na realidade, “quebrado a grossa bengala de que estava armado nas costas de Camillo, depois de ter caído”. É o próprio jornal que intensifica a gratuidade do assassinato do homem negro, porém, dando a entender que o incidente poderia ser uma exceção: “De uma simples troca de palavras, de uma ligeira discussão, depende às vezes a vida de um homem. Camillo Pereira da Silva foi ontem vítima de um acidente de rua que bem longe estava de prever” (“Assassinato”, *O Paiz*, sábado, 9 de abril de 1898, p. 1/6).

Num outro caso, um homem é agredido por outro português, de 23 anos. Conduzido para o Hospital da Misericórdia, o preto Camillo Pereira “faleceu a caminho, sendo, por isso, levado para o Necrotério (“Assassinato”, *O Paiz*, sábado, 9 de abril de 1898, p. 1/6).

No Rio Grande do Sul, um homem pardo assassina o cunhado português. Os dois discutiram antes do crime. Ao mesmo tempo que havia uma relação de parentesco entre os dois, também houve um conflito (*Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1894, p. 3).

As reportagens anteriores podem naturalizar disputas entre o elemento português e o negro. Essa impressão não se confirma sem o necessário equilíbrio dos argumentos. Há também numa reportagem do *Correio da Manhã* a demonstração de um congratulamento entre o português, proprietário de um pequeno comércio, e um homem pardo, cuja profissão não é descrita.

“Antonio da Costa Neves, português, proprietário do armazém de secos e molhados, nº 29-A, da Rua Angelina, estação da Piedade, se entregava ao inocente divertimento de cantar algumas modinhas ao som do seu violão”. Ao fim do trabalho diário, “já sem fregueses no seu armazém, assim se distraía em companhia do nacional Francisco Rodrigues de Faria, residente à Rua Fagundes Varela, nº 34, na mesma estação da Piedade” (“Tentativa de Assassinato”, *Correio da Manhã*, sexta-feira, 4 de agosto de 1905, p. 2/6).

De fato, nem tudo era discórdia, esta nota revela o companheirismo do preto Samuel Peka com o major Serpa, notável explorador português na África. “Faleceu ontem nesta

capital (São Paulo) o preto Samuel Peka [...]. Samuel era muito estimado nesta capital, tendo aí muito boas relações” (*Jornal do Brasil*, 09 de maio de 1901, p. 1).

Aqui a agressão entre diferentes nacionalidades ocorre presumidamente no interior da própria família. A russa Valciska Idoma Kalkoska, casada, de 88 anos, tentou se matar e deixou dois bilhetes. Num deles, explicava que havia sido agredida “por um preto”, cuja nacionalidade não é descrita, talvez fosse brasileiro, além de não se ter outras informações a seu respeito, mas que é citado pela reportagem como suposto marido da russa. A mulher também revela, num outro bilhete suicida, as saudades dos pais e irmãos, talvez ainda na Rússia, não se sabe, mas certamente distantes de sua convivência. “Servindo-se de um revólver *Smith and Wesson*, Josefa tentou suicidar-se, detonando a arma, que alvejava o ouvido direito. A suicida foi encontrada, banhada em sangue, em seu quarto, sendo conduzida à 5ª Delegacia Urbana, onde teve guia para se internar na Santa Cassa de Misericórdia (...) em estado grave” (“Tentativa de suicídio”, *Correio da Manhã*, segunda-feira, 3 de março de 1902, p. 4/6).

Outro negro foi ferido por um italiano com duas navalhadas nas costas. O italiano teria sido enganado pelo preto com a compra de dois bilhetes falsificados (*Jornal do Brasil*, 15 de junho de 1906, p. 2). Outro italiano matou o companheiro de trabalho, não se sabe a cor, que o roubou. O crime foi premeditado, e antes o homem pediu ajuda a um curandeiro pardo (*Jornal do Brasil*, 16 de janeiro de 1893, p. 1).

Já aqui, o italiano é descrito como preto. Antonio teria raptado uma jovem de 16 anos (*Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1895, p. 2). Um preto, norte-americano, apresentava feridas por todo o corpo, porém sem que os motivos fossem de conhecimento do jornal (*Jornal do Brasil*, 19 de outubro de 1896, p. 2). Já uma espanhola, suspeita de infanticídio, teria sido amante de um homem preto (*Correio da Manhã*, 12 de outubro de 1901, p. 2).

A pesquisa não teve a intenção de aprofundar as distinções entre negros e estrangeiros. No entanto, conforme se pode verificar em outros trabalhos que são referência sobre o tema³⁸, foi possível perceber indícios de vantagens da população imigrante em relação aos não-brancos, ao menos nas reportagens em que ambos os personagens eram descritos concomitantemente.

³⁸ A respeito desse assunto, ver, por exemplo: ANDREWS, George Reid. *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison, University of Wisconsin Press, 1991; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites. Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979; LEITE, Joaquim da Costa. "O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)". In: FAUSTO, B. (org.). *Fazer a América: A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo, EDUSP, 1999; NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

Nesse sentido, é emblemática a afirmação citada num trabalho de 1979, de Carlos Hasenbalg. Embora em nossa opinião, no cenário atual desse campo de estudos, sejam necessários mais investigações empíricas sobre o tema, inclusive, apontando contrapontos, segundo o autor,

os trabalhadores negros foram deslocados por imigrantes não apenas nas plantações de café, mas também nos centros urbanos que estavam numa fase de rápido desenvolvimento econômico e industrialização. Negros e mulatos foram assim excluídos dos setores de emprego mais dinâmicos e limitados a situações de desemprego ou empregos em serviços não-qualificados. O fator crucial, no entanto, é que o deslocamento da força de trabalho não-branca não resultou da pressão organizada da classe trabalhadora branca – que politicamente não tinha voz dentro da moldura oligárquica da Primeira República – mas antes das iniciativas, preconceituosas e preferências dos plantadores e empresários urbanos (HASENBALG, 1979).

Mais recentemente, abordando essa mesma preterição, um artigo de Karl Monsma (2010), por exemplo, ilustra que, no oeste paulista, apesar de um cenário também de competição, estrangeiros podem ter tido mais vantagens em matéria de emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização do que na comparação com a população negra. Seus resultados revelam que “negros não eram excluídos do colonato, nem de outros empregos manuais, mas evidenciam outras formas de vantagem dos imigrantes e desvantagem dos negros”. Como esses pressupostos poderiam ser investigados também em outras localidades do país, como o Rio de Janeiro?

No caso de São Carlos, município investigado pelo autor, as desvantagens aos negros podiam se dar, por exemplo, porque “não existia uma elite negra, ao passo que havia um bom número de comerciantes, profissionais escolarizados e alguns grandes fazendeiros entre os imigrantes”; “as famílias imigrantes eram maiores, na média [...], preferidas pelos fazendeiros e podiam ganhar mais como colonos ou empreiteiros”; e “a proporção dos negros, sobretudo dos pretos, alfabetizada era muito baixa comparada com as proporções entre imigrantes e brasileiros brancos” (*Ibid.*).

Segundo o autor, “é difícil encontrar fontes permitindo a comparação sistemática das posições de negros e imigrantes nas primeiras décadas depois da abolição final, em função da supressão de informações sobre cor na grande maioria dos dados coletados pelo Estado” (*Ibid.*). No entanto, no Rio de Janeiro, cremos que os jornais podem ser usados como fontes úteis nesse sentido. Havia representações contínuas de pretos e pardos, mas também havia representações de portugueses e italianos, só para citar esses dois tipos de imigrantes.

Além desses conflitos envolvendo imigrantes, há um processo de migração interna que também aparece nas entrelinhas dos textos jornalísticos. Havia personagens oriundos, por exemplo, de Minas Gerais, da Bahia, de Vassouras, de Barra Mansa.

7.6 – Doenças, carência médica e morte

O cenário de mortes, autópsias e internações é revelador também de o quanto doenças, carência médica e acidentes eram fatores que contribuía para o agravamento das dificuldades enfrentadas pela população negra no dia a dia.

O caso seguinte revela a dificuldade da época em matéria médica, como para se arrancar um dente, por exemplo. O jovem José Albino dos Santos, de 23 anos, “de cor parda”, é descrito como imprudente e corajoso. Ele pegou uma torquês emprestada por um sapateiro e arrancou “o terrível dente que tanto o afligia”. No entanto, a extração provocou uma forte hemorragia que deixou o homem hospitalizado em estado grave, “não tendo podido fazer a menor declaração, por não poder falar”. O sapateiro Francisco Longo foi preso para averiguações (*O Paiz*, sábado, 12 de março de 1898, p. 1/6).

Além de adultos e velhos, criancinhas também não tinham assistência básica, como num caso em que a descrição da *causa mortis* da criança é "sem assistência médica em sua residência" (*Jornal do Brasil*, quarta-feira, 4 de junho de 1902, p. 2/6)

Mais que casos de doenças específicas, nos jornais, os personagens eram apresentados num cenário de doenças e mortes sem qualquer hipótese possível.

Um homem foi encontrado caído à noite numa via pública, provavelmente em estado grave, e foi levado para a Santa Casa, mas faleceu horas depois. É descrito como de “cor preta”, com cerca de 30 anos e até aquele momento não se conhecia a sua identidade e a causa da morte. O cadáver foi recolhido ao Necrotério Público para ser examinado, diz a nota do *Correio da Manhã* (“Caído na via pública – Morte no hospital”, “Na Polícia e nas ruas”, quarta-feira, 13 de dezembro de 1905, p. 2/8).

O pardo Galdino José de Araújo, por sua vez, enquanto passava pela praia de Botafogo, “caiu, falecendo instantaneamente”. Galdino tinha 24 anos presumíveis, era casado e morava na Rua Voluntários da Pátria, nº 48 (*Jornal do Brasil*, sábado, 5 de setembro de 1894, p. 1/4).

Mas a morte sem explicação de jovens não era um caso isolado, e os motivos eram pouco aparentes em muitas notícias, como nesta outra, veiculada menos de dois meses depois da anterior. “Na taverna, nº 52, da Rua Barão de Mesquita, foi ontem encontrado, sobre uma cama, o cadáver do pardo Gracilino Christino de Paiva, de 24 anos de idade. Paiva era ali empregado e ali residia. Levado o cadáver para o necrotério, o Dr. Rego Barros verificou o óbito” (*Jornal do Brasil*, sábado, 24 de outubro de 1894, 2/4). De acordo com o jornal *O Caixeiro*, tavernas e botequins também eram locais de grande insalubridade, o que pode ter

contribuído para a morte deste jovem (Rio de Janeiro, 22 de abril de 1899, *apud* MATTOS, 2008, p. 69).

Já um homem se acidentou e sofreu uma fratura exposta. O incidente provocou a morte do indivíduo por tétano traumático (*Correio da Manhã*, 18 de junho de 1901, p. 3). Também de tétano morreu uma jovem de 17 anos que ateou fogo sobre si (*Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1906, p. 3). Sebastião José Pereira, que fora espancado por vários indivíduos, também sofreu complicações da saúde e morreu cinco dias depois de tétano (*Correio da Manhã*, 25 de abril de 1910, p. 2).

Enquanto isso, de varíola e “sem assistência médica”, morreu uma senhora de 60 anos, Cypriana Rosa da Piedade (*Correio da Manhã*, 1 de agosto de 1908, p. 2).

A cólera aparecia como uma das doenças fatais. “Na Rua de São Clemente, nº 124, foi acometida pela cólera a preta Damiana, tendo diagnosticado a moléstia os Drs. Armindo Lima, Luiz Barbosa e Lopes da Cruz. A doente foi removida para o hospital de isolamento da Jurujuaba” (*O Paiz*, domingo, 3 de fevereiro de 1895, p. 2/8).

Não encontramos exemplos de morte de pretos e pardos por febre amarela, tuberculose, entre outras, mas certamente existiram, pois eram epidemias da época.

Em fins da década de 1880, a febre amarela era responsável pela morte de pessoas que viviam nas piores condições de moradia da cidade. Em 1886, a população do Rio era de 325 mil habitantes. No mesmo ano, morreram 12.330 pessoas, o mais alto número dos últimos dez anos, com uma média de 11.351 mortes. Foram 7.751 homens mortos e 4.549 mulheres (RENAULT, 1982). De acordo com o censo de 1872, havia no Rio 40.500 homens a mais que mulheres.

A insalubridade é más condições dos locais de trabalho e moradia também eram fatores que podiam repercutir em doenças à população negra. Fazendo oposição ao formalismo como os grandes periódicos abordavam o tema da saúde da população pobre, segundo o jornal *A Voz do Trabalhador*, “os principais fatores da tuberculose são: excesso de trabalho, a má alimentação e a insalubre habitação, e que são justamente esses tirânicos fatores os que assolam as classes pobres” (“A Tuberculose”, n. 35, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1913, p. 1, *apud* MATTOS, 2008, p. 68, 70).

O *Correio da Manhã* exemplifica essa contaminação em locais de trabalho ao anunciar o caso de 46 crianças que eram empregadas da Imprensa Nacional, das quais apenas 15 não contraíram tuberculose, isto é, 75% estavam contaminadas (Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1908, p. 4, *apud* MATTOS, *ibid.*, p. 69). Além das fábricas, o comércio e o setor de serviços também podiam ser impróprios. “Existem tavernas e botequins da mais repugnante espécie,

focos de impurezas completas, porque abrangem o físico e o intelectual, não restando aos infelizes empregados senão a resignação dos mártires” (*O Caixeiro*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 1899, *apud* MATTOS, 2008, p. 69).

Desde meados do século XIX, uma sequência de epidemias assolava periodicamente a cidade do Rio de Janeiro. A insalubridade dos locais de trabalho e moradia supostamente contribuía para isso. Em 1910, estimava-se que “doenças como a varíola tinham um índice de mortalidade médio de 0,30 por mil habitantes nas casas comuns, mas nas habitações coletivas, esse índice se elevava a 1,13”. Já a tuberculose, na mesma época (1913 a 1917), chegava a coeficientes de mortalidade entre 2,83 e 4,14 nas habitações comuns, mas atingiam de 8,55 a 10,13 nas moradias coletivas (*Ibid.*, p. 69).

De acordo com Lilia Schwarcz, no Rio de Janeiro, a pesquisa e a atuação na área da higiene pública e da epidemiologia congregaram o grosso dos esforços. Os médicos da faculdade carioca, em primeiro lugar, buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais. Os números alarmantes corroboravam suas práticas. No Brasil, morria-se principalmente por moléstias contagiosas, o que gerou intervenções médico-públicas junto a população (1994, p. 144).

Os esforços dos higienistas no início do século XX se concentraram principalmente na febre amarela e na varíola, mas a tuberculose, associada a ambientes insalubres, era mais letal.

No período de 1850 a 1908, a febre amarela matou 59.065 pessoas, enquanto a tuberculose exterminou 138.570, quer dizer, mais do que o dobro! (...) Se compararmos ainda a tuberculose com as outras doenças infecciosas, vemos que ela ainda leva a palma a todas reunidas, assim de 1903 a 1920, todas as doenças infecciosas juntas (peste, sarampo, escarlatina, difteria, impaludismo, febres tifóide e paratifóide, disenteria, beri-beri, lepra, coqueluche, gripe, varíola e febre amarela) produziram 64.231 óbitos, a tuberculose sozinha, em igual período, 68.965!!! (THIBAU, *apud* MATTOS, 2008, p. 70).

A lógica era então vacinar. Os médicos higienistas partiam de uma concepção de doença que abrangia doentes físicos, mentais e morais. Partiam, inclusive, da centralidade da sua prática em relação à vontade individual. Sob o mote do bem da coletividade e da independência em relação à política, discursa Oswaldo Cruz em 1904, antes da famosa Revolta da Vacina, ao *Jornal do Commercio*: “Preciso de recursos e da mais completa independência de ação. O governo me dará tudo que necessito, deixando-me livre na escolha de meus auxiliares, sem nenhuma interferência política” (SCHWARCZ, 1994, p. 144-145).

Outro dado sobre a mortalidade da época indicava que era maior nos meses quentes de outubro a março, inclusive, nesse período, a tuberculose pulmonar e a febre amarela tinham maior incidência. Em 1886, o registro de mortes por essas doenças chegava a 2.077 e 1.015 casos, respectivamente. Em 1889, “nossos jornais comentam a medida tomada pelo governo

italiano, suspendendo a emigração para o Brasil, em face das más condições sanitárias do país”. Sob fiscalização do governo, a Santa Casa de Misericórdia era também responsável pelo registro desses e de todos os outros óbitos até 1889, quando o Estado passou finalmente a ter esta função conforme a lei do registro civil (RENAULT, 1982, p. 221, 232).

7.7 - Suicídios

Vamos apresentar agora casos de suicídios ou tentativas de suicídios. O que despertou a nossa curiosidade nesses casos foi o próprio tema em si, a representação de negros vinculados ao tema e as diferentes explicações de motivações. Além desses casos, aparecem muitos outros registros dessa prática.

Suicidou-se na fortaleza da Lage, o soldado “pardo” José Gomes, que pertencia ao 6º Batalhão de Artilharia. O jovem de 28 anos era solteiro, natural do Rio de Janeiro e filho de Rufino Pelagio dos Santos. O jornal assim explica a apuração: “*Pelas informações que pudemos colher*, Gomes havia sido repreendido pelo Coronel Julio Fernandes, comandante da fortaleza, por ter cometido uma falta para com o sargento Annibal do Amorim, e pretendia vingar-se do dito inferior”. A partir de então, dá uma narrativa mais rica aos fatos: “Para esse fim, armou-se de um revólver e com esse alvejou o cabo Ribeiro, comparecendo imediatamente a guarda, que formou para prendê-lo, não tendo tempo a mesma de agarrá-lo, porque em ato contínuo o suicida levou a arma à altura do coração detonando-a e morrendo logo” (*O Paiz*, quinta-feira, 10 de setembro de 1908, p. 4).

Já Tito Guimarães, “um homem de cor preta”, foi encontrado morto pendurado numa corda, em meio ao matagal do morro da Rua de Santo Amaro, nos fundos da casa nº 41. Sem nenhuma especulação sobre as circunstâncias, a nota atribui o caso a um suicídio (*O Paiz*, quarta-feira, 17 de julho de 1889, 1/6).

Em caso bastante comovente, uma senhora chamada Lucinda Rosa do Espírito Santo se mata logo após seu filho ser “obrigado a assentar praça no exército”. Em 1888 e conforme lei votada no parlamento, o exército nacional era constituído por um efetivo de 13.500 homens em tempo de paz (RENAULT, 1982, p. 222)³⁹. Era um grupo reduzido, mas nem por isso objeto de desejo de todos. Esta é uma daquelas notícias em que o foco principal não parece ser a cor da pessoa, mas a cor aparece, e aparece como substantivo: “a preta

³⁹ Em 1889, “o processo posto em prática para a conscrição militar – ou o recrutamento como dizemos hoje – provoca outra reação de descontentamento. Ficam isentos somente os casados e os solteiros, desde que empregados ou com algum ofício. As influências políticas atuam para isentar os apadrinhados” (RENAULT, 1982, p. 232).

sexagenária”. A notícia descreve o drama da situação: “É o início de prosperidade ou um prenúncio de desgraça”. E aí segue: “Na primeira hipótese a mãe, que vê impor a farda a um filho, deve sentir-se orgulhosa; na segunda, deve empenhar todo o seu esforço para remediar o mal, para atenuar o suposto infortúnio”. Finalmente, Lucinda “pediu dinheiro aos donos da casa em que se achava ‘alocada’, na Rua Frei Caneca, comprou verde Paris, ingeriu-o e faleceu...” (*O Paiz*, sexta-feira, 8 de maio de 1891, p. 1/4).

Além destes casos, havia muitos casos de mulheres que tiravam a própria vida em função de relacionamentos amorosos não correspondidos. Nesse aspecto, estava principalmente destacado o caráter romântico do suicídio feminino, característica pouco explorada nos suicídios masculinos. Sobre este tema, vamos tratar no capítulo seguinte, no tópico **8.3 – Suicídios por amor**.

8 – CRIMES PASSIONAIS

Na imprensa, as hegemônicas representações de crimes e desvios também podiam envolver casos de relacionamentos conturbados entre homem e mulher, tema, inclusive, já abordado no livro *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, de Sidney Chalhoub (2001[1986]).

Nos textos em que o destaque era para os crimes conjugais, percebemos que os enredos de amor, com sua linguagem específica, também influenciavam as notícias policiais, numa mistura entre a objetividade do texto informativo e a ludicidade da narrativa romântica. Se as notícias em geral tendiam a ser frias e sem preocupações estilísticas, quando se tratava de um conflito amoroso, o melodrama tirava a neutralidade jornalística. Referindo-se também à literatura, as notícias usavam convenções sociais nos casos descritos. Mas não era o final feliz que estava ali relatado. O destino dos (des)amores era geralmente trágico e até podia ser cômico. Devido ao seu estilo, nessas notícias, os personagens são descritos a partir de sentimentos... amor, desespero, ciúmes, tristeza, melancolia, dor, raiva.

Indícios de distinções de gênero chamam mais atenção do que as questões raciais. Enquanto o homem matava e morria em afirmação da sua masculinidade, a mulher chegava a tirar a própria vida quando não era correspondida, e os jornais, por conseguinte, viam nesse fato uma manifestação da feminilidade.

Nessa relação desequilibrada de forças, as representações sobre vida e morte, vítima e autor, homem e mulher, estão inter-relacionadas. Os homens matam e agridem mais que as mulheres, tanto nas rixas amorosas quanto no quadro mais geral das notícias.

Também são comuns os suicídios e as tentativas de suicídios das mulheres. O homem negro também aparece como suicida, mas em contextos diferentes, assim como a mulher pode ter outras motivações.

Traições também eram apontadas como motivações para o ódio. Obviamente, podiam descrever um terceiro elemento. Com isso, nem sempre o alvo da vingança era a mulher, pois podia muito bem ser o amante.

Num nível oposto, uma troca de casais devido ao preconceito do padre que só casaria preto com preta e pardo com parda dá o tom cômico a uma notícia que não tem essas marcas negativas descritas anteriormente.

É preciso entender essas representações também num contexto mais amplo sobre família, seja no interior ou na cidade. Compor, estruturar e manter uma família convencional não era fácil naquele contexto de discriminação, estigmas da escravidão, precariedade de

moradia e trabalho. Não havia uma única regra. Famílias eram formadas apesar das dificuldades sociais que enfrentavam.

Em geral, as reportagens não descreviam o estado civil dos personagens. Mas, das 39 citações, a maior parte foi descrita como solteiro/a (16), seguida de casado/a (13). Também apareceram descrições de viúvos e amasiados, isto é, homem e mulher que viviam juntos sem estarem casados.

TABELA 27 – ESTADO CIVIL DOS PERSONAGENS

Solteiro/a	16
Casado/a	13
Amasiado/a	3
Viúvo/a	3
Amante	2
Separado/a	1
Meretriz	1

8.1 - “O punhal ensanguentado”

Nesta reportagem, uma mulher é apunhalada cinco vezes pelo ex-amante, “sedento de sangue”. Natividade Candida de Moraes era parda, de 27 anos, alta, cheia de corpo e tinha uma “fisionomia bastante simpática”. Atingida do lado direito do peito, “Natividade deitava muito sangue pela boca”. O criminoso, no entanto, o forriol do 1º batalhão de infantaria, Ernesto Duarte da Costa, que não é descrito em função de sua cor, não sendo preso em flagrante, se retirou do local do crime “limpando no lenço com a maior calma o punhal ensanguentado” (“A Punhal – Tentativa de Assassinato”, *O Paiz*, sábado, 2 de janeiro de 1904, p. 2/4).

As poucas informações sobre o relacionamento entre os dois indicam que eles foram amantes, e Natividade, descrita como casada, encontrava-se separada também do marido. O amante já não frequentava mais a casa de Natividade, na Rua Senador Pompeu, nº 260, por ciúmes, mas não fica claro se havia mais algum homem na história ou se ele sentia ciúmes do marido de Natividade ou simplesmente devido à beleza da mulher, atributo, inclusive, enfatizado na notícia.

Na ocasião do crime, o homem passava, “de braço com uma horizontal de baixa classe”, em frente à residência de Natividade. Encontrando Natividade à porta, “dirigiu-lhe um olhar de desprezo e um olhar de desafio”. Ela, “ofendida nos seus brios de mulher”, teria reclamado dizendo apenas: “Ernesto, eu não mereço que me façam isso”. E o texto continua: “Mas isso bastou. Ernesto, sedento de sangue, abandonou o braço da mulher que acompanhava e sacando de um punhal, vibrou-o cinco vezes contra a infeliz”.

Apesar de sair impune na hora, “Ernesto foi ao comando do 4º distrito militar, onde se apresentou ao oficial de dia narrando o que fizera, pelo que foi mandado recolher preso ao quartel do seu corpo”. A vítima, gravemente ferida, foi socorrida por vizinhos e recebeu os primeiros socorros de um médico.

Destacam-se na reportagem os qualificativos do agressor. Descrições que transitam entre a indiferença e a passionalidade. Ao mesmo tempo que limpa calmamente com um lenço “o punhal ensanguentado”, estava “sedento de sangue”. Ainda que lance sobre a sua ex-amante um olhar de desprezo, também a desafia. Embora impune na hora, é ele quem se apresenta no dia seguinte a sua infantaria.

A mulher naquela fase não votava, poucas eram escritoras nos jornais, não trabalhavam em ofícios masculinos. Nas notícias, outras marcas revelam esse mundo desigual. Um espancamento machista é visto neste caso a seguir. Porque a mulher não lhe deu uma roupa limpa, o homem a agrediu de forma “brutal”. “O preto” Carlos Anselmo da Costa, oriundo de Vassouras e residente na Rua Delphim, nº 29, em Botafogo, foi preso após a “Barbaridade sem nome” (*Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1903, p. 5).

Noutro caso, “uma mulher de cor preta” é espancada brutalmente na Rua Sete de Setembro por um homem cuja cor não é descrita. A partir da reportagem, presume-se que a mulher pode ter sido mais uma das vítimas de um homem agressor de suas parceiras, uma vez que o autor da violência, Francisco Manoel de Oliveira, ao ser preso, foi identificado também como o assassino de sua amante, Conceição Maria dos Reis, em Niterói (“Agressão”, *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1908, p. 4/8).

O próximo relato não se refere à violência, mas ao relacionamento impróprio de um homem com uma menor. Foi parar nas páginas criminais o caso que envolvia uma “menor de cor parda”, Deolinda Rodriguez Augusta, que fugiu de casa depois de ser seduzida por um homem chamado José Vaz. A menina foi encontrada e reconduzida à mãe, enquanto o homem foi preso (*O Paiz*, sábado, 22 de dezembro de 1888, p. 1/4).

A notícia de um infanticídio revela o caso extraconjugal de uma espanhola que “teve como amante um preto” (...), “sobre este crioulo, que se acha foragido no Estado do Rio, foram feitas graves acusações” (*Correio da Manhã*, sexta-feira, 11 de outubro de 1901, p. 2/4).

“Ciúme e faca”: A tentativa de crime desta vez é descrita pelo jornal *Província do Pará*, reproduzida em *O Paiz*. Contrariado porque foi traído pela esposa, Damásio Pinheiro, de 38 anos, natural do Rio Grande do Norte, esfaqueou Francisco Florencio, “pardo”, de 28 anos, solteiro e natural do Ceará (*O Paiz*, quinta-feira, 2 de janeiro de 1907, p. 2/6).

O texto é narrado em sequência de detalhes pelo jornal paraense. Em primeiro lugar, Francisco, vindo do Alto Amazonas, se mudou para uma taverna ao lado da casa de Damasio e começou um caso amoroso com Zulmira Candida Ribeiro, esposa de Damasio. Porém, o homem já suspeitava da infidelidade da esposa e passou a vigiá-la, até que descobriu buracos na parede de sua casa que davam acesso à taverna de Francisco. Coagindo a esposa, ela confessou que eram para conversar com Francisco, com quem revelou também ter um relacionamento amoroso.

Damasio, “armando-se de uma faca punhal, meteu-a no cóis da calça”, chamou Francisco a sua casa e o ameaçou. Assustado, Francisco correu para a rua, mas levou uma queda e foi alcançado por Damasio. Depois de agredir Francisco, Damasio “saca da faca que trazia consigo e fere-o no terço superior do braço direito”. Apartada a disputa corporal por pessoas próximas, Francisco, com uma hemorragia, finalmente é levado para o Hospital da Caridade e Damasio tenta fugir, mas é capturado.

O cenário do conflito é o Pará, para onde migraram os rivais nordestinos. Naquela localidade, a borracha liderava a economia da região.

As agressões também podiam ocorrer porque os relacionamentos não eram aprovados por algum familiar, como numa reportagem em que Antonio Constantino, um jovem de cor preta, de apenas 18 anos, operário, recebe três facadas do cunhado que discordava de seu namoro. Depois da briga entre os cunhados, num sábado à noite, num botequim, no Andaraí Grande, Antonio é gravemente ferido no rosto e no peito. O agressor, cuja cor não sabemos, fugiu (*Correio da Manhã*, 19 de julho de 1903, p. 2).

Já nesta notícia, Joanna Bernadina da Silva, uma “preta” de 26 anos, é ferida à faca na barriga. Felizmente a mulher sobrevive. Segundo o texto, os “amantes” viviam em “descompostura” e em constantes lutas na casa onde residiam (*Correio da Manhã*, 10 de junho de 1909, p. 5).

8.2 – A linguagem dos crimes passionais

A reportagem que se segue é transcrita em seus próprios termos. A descrição do caso remete a uma forma de narrar um triângulo amoroso que tenta misturar elementos de um texto objetivo e de um drama folhetinesco. O título anunciava “Entre rivais – Ciúme feroz – Sempre a mulher”.

O ciúme ainda uma vez foi a causa de um crime. Jorge de tal, morador à Rua Santo Henrique, e Alfredo João Gomes de Moura dedicam, há muito tempo, viva simpatia por uma mulher de cor preta, de nome Joaquina. Por isso os dois rivais não podiam se ver, sem que em seus olhos cintilhassem chamas de furor. E, entre permuta de improperios, juraram mútua vingança. O encontro tão cobiçado para se estabelecer a supremacia sobre a posse do coração de Joaquina, teve lugar na madrugada de ontem, na Rua Conde do Bonfim, junto ao estábulo, nº 138 A, de propriedade de João Machado Nunes (*Correio da Manhã*, domingo, 7 de dezembro de 1902, p. 2/8).

A reportagem acaba romantizando o embate, momento de maior carga dramática e metafórica, e o uso da linguagem “própria” de uma notícia jornalística, sobretudo, na introdução e na conclusão da reportagem, cujo objetivo mínimo era dar informações e dados reais sobre os acontecimentos.

Os dois rivais não podiam se ver, “sem que em seus olhos cintilhassem chamas de furor”. Para resolver o caso, reproduzindo certo costume de duelar na época, os homens combinam um embate em que utilizam arma branca. Inicialmente, a reportagem parece naturalizar o duelo. Mas, em seguida, criminaliza a punhalada e a fuga do agressor: “Vendo o adversário por terra, o vencedor deu às de Villa Diogo⁴⁰, embrenhando-se nas matas próximas... Imediatamente foi comunicado o fato à 10ª Delegacia Urbana, (...) abrindo-se o competente inquérito a respeito”.

Os rivais tinham interesses por uma “mulher de cor preta”. No entanto, apenas a cor parda de um dos homens, o agressor, é descrita. O homem vitimado não tem a cor divulgada e não se pode imaginar qual era.

Já vimos anteriormente a notícia a seguir. Ela também exemplifica como as crônicas policiais que giravam em torno de romances mal sucedidos eram floreadas. Não havia em outras notícias a tentativa de forçar uma linguagem tão figurativa como nos relatos sobre (des)amores.

Há muito tempo que Antonio Martins Ferreira (...) mantém namoro com uma jovem (...). Vendo-se desde o começo correspondido por aquela a quem entregara o seu coração, arquitetou logo o namorado os seus castelos de amor, sonhando mil venturas. (...) não fez desanimar o namorado, que continuou a procurar assiduamente a sua Dulcineia (“Três Facadas. Tentativa de assassinato – No Andaraí Grande”, *Correio da Manhã*, sábado, 18 de julho de 1903, p. 2/6).

⁴⁰ A expressão popular significa fuga apressada e precipitada.

A inspiração literária fica clara nesse caso, devido à referência ao personagem platônico quixotesco. Dulcineia era a mulher amada, idealizada e igualmente invisível de Don Quixote, personagem de Miguel de Cervantes (1547-1616). A obra a que faz alusão trata-se de um clássico da literatura ocidental moderna⁴¹.

8.3 – Suicídios por amor

Muitas por causa de amores impossíveis, naquelas décadas, tentativas de suicídios eram notícias corriqueiras na imprensa, inclusive, em relação à população negra, aparentemente, por motivos sempre diversos, mas com destaque para os casos de amor nas notícias sobre mulheres.

Começamos estas descrições com o caso triste de Maria do Carmo, uma jovem de 18 anos que se mata por desilusão amorosa. Apaixonada por Miguel de Souza, a menina “de cor parda” se enforcou numa corda amarrada num pé de jabuticaba, próximo a sua casa. Foi a pobre mãe quem a encontrou e “chamava desesperadamente” pela filha morta. O corpo foi examinado e sepultado. Não há informações mais claras sobre o romance vivido pela moça, descrita como muito simpática. Apesar de citar o nome, também não há outras informações sobre Miguel (*O Paiz*, terça-feira, 30 de março de 1909, p. 4/8).

No mesmo ano e por motivos similares, “a menor de cor parda”, Iracema Maria da Conceição, tentou se matar lançando querosene e ateando fogo sobre si. A menina foi socorrida a tempo e levada a uma farmácia, mas teria ficado “bastante queimada”. Nesse caso, a notícia descreve que a motivação foi provocada “por questões com o seu namorado, José de tal., empregado na fábrica Esberard” (*O Paiz*, terça-feira, 24 de agosto de 1909, p. 2/6).

Já uma menor “de cor preta”, de 17 anos, se atirou da sacada do sobrado nº 211, da Rua do Senado. A menina foi levada ao Hospital da Misericórdia com uma fratura no crânio e outros ferimentos pelo corpo. Segundo o jornal, “dizia-se que deram causa ao fato questões de amores não correspondidos” (*O Paiz*, quinta-feira, 9 de março de 1893, p. 1/8).

Outro caso narrava que um meretriz, “parda”, de 27 anos, também tentou se matar porque estava “contrariada nos amores que mantinha com um indivíduo”. De acordo com o texto, “como toda brasileira”, a mulher era “sentimental”. Na tentativa de suicídio, tomou lisol, um tipo de desinfetante e antisséptico (*O Paiz*, terça-feira, 1º de março de 1910, p. 5/12).

⁴¹ Trata-se do título *El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha*, publicado em dois volumes, em 1605 e 1615.

Essas tentativas de suicídios romantizadas ganhavam algum espaço na imprensa da época.

8.4 – Entre o trágico e o cômico: a Igreja e os casamentos negros

Sem se tratar de um caso de criminalidade, um caso cômico envolvendo relacionamentos e a questão racial ou de cor foi o de um casamento duplo cujos casais foram trocados pelo pároco da igreja matriz do Santo Antônio do Aventureiro, em Minas Gerais (*O Paiz*, sábado, 12 de janeiro de 1889, p. 1/4).

Um dos pares a se apresentar para o pároco era formado “de um homem de cor preta dando o braço a formosa mocetona, de cor parda, bem morena”. O outro casal era formado “de um homem pardo com uma dama de cor preta, formosa também ao que dizem, e sinceramente tomada de amores pelo seu noivo, que era um guapo cidadão”.

Mas o vigário não concordou em casar “casais trocados”, em referência às cores, e disse ainda: “...destroquem-se; se quiserem, é preto com preto e pardo com pardo. (...) Querem assim? Se não querem, rua; ponham-se lá fora”. Ainda de acordo com a reportagem, “os nubentes olharam-se, apalparam-se, lembraram-se da despesa feita, do maxixe preparado, e concordaram em satisfazer a exigência do vigário”. Assim, foi feito o casamento com os casais trocados. No entanto, ao saírem da igreja, os casais finalmente se destrocaram e seguiram para as suas casas, considerando-se devidamente casados.

A notícia, apesar de ganhar certo tratamento cômico, inclusive, apresentando um estado quase alienado dos casais, indica a dificuldade da população negra em várias esferas e instituições da sociedade. Além disso, exemplifica um aspecto da complexidade que era na época o acesso a um direito básico da vida em sociedade por parte da população negra, que é o direito ao casamento religioso.

De acordo com Humberto Machado (2015), párocos locais do interior podiam ser também resistentes à liberdade do negro. Um ano após a abolição, o jornal *Cidade do Rio* criticava, inclusive, as dificuldades criadas pela Igreja para o casamento de libertos. “Opõem-se todos os obstáculos às uniões matrimoniais, exigindo atestados de filiação, estado etc., porque quase todos foram matriculados com filiação desconhecida. Esse infame recurso de que a lavoura está lançada mão, para impedir que o liberto constitua família, reclama uma medida competente” (28 de março de 1889).

Em fins do século XIX, a Igreja e o Estado brasileiros passam por um forte processo de laicização⁴². Apesar disso, a Igreja, como instituição representante de uma religiosidade internalizada em indivíduos e na mentalidade coletiva, continuará forte nas relações sociais e culturais do país. Só com a nova Constituição de 1891, a Igreja vai se apartar juridicamente do Estado. Pouco antes da notícia sobre a troca de casais, a partir de 1º de janeiro de 1889, começava a vigorar a lei do registro civil, que atribuía ao Estado a responsabilidade pela inscrição de nascimentos, óbitos e casamentos. Até então, era a Igreja que registrava casamentos e óbitos⁴³ (RENAULT, 1982, p. 232)

A despeito desse processo de laicização em curso, uma onda de casamentos negros invadia certas localidades após a abolição.

Nas vizinhanças do Vale do Paraíba (Juiz de Fora) e em Minas Gerais, esta preocupação foi registrada, por vezes com certa dose de ironia. Proclamas de casamentos de libertos foram publicadas em muitos periódicos, assim como notícias de casamentos em massa, como esta do *Diário de Minas*, de 25 de setembro de 1888: Desde 19 de maio a 17 do corrente, quatro meses mais ou menos, casaram-se em São João Nepomuceno 250 libertos. Em Santa Bárbara, termo da mesma cidade, dizem que o número de casamentos de libertos subiu a 300 (RIOS e MATTOS, 2004, p. 186).

De acordo com Rios e Mattos, os casamentos em massa eram indicadores da relevância emprestada pelos últimos escravizados à legalização formal de seus vínculos familiares. Segundo os depoimentos de descendentes, as pessoas naquela fase ressaltavam como elementos constitutivos do tempo da liberdade a estima de alguns valores básicos ligados à moderna noção de direitos civis, como o direito de “de ir e vir”, o direito a constituir legalmente uma família e o direito à integridade física.

Assim, para as autoras, “a busca coletiva de legalizar as relações familiares constituídas ainda sob o cativeiro é um índice expressivo das expectativas formadas a partir dessa nova condição de liberdade”. Atitude que se ligava a uma preocupação ainda maior, asseveram: “a de construir uma imagem positiva da pessoa e da família como parte de um

⁴² O positivismo era um dos fundamentos teóricos que estavam no âmago dessa busca pela separação entre a Igreja e o Estado. Um dos debates travados na Primeira República apontava para o avanço dessa visão como forma de pensamento político. Na época do Governo Provisório, por exemplo, membros influentes como Benjamin Constant (1836-1891) e Demétrio Ribeiro (1853-1933) eram positivistas (RENAULT, 1982, p. 222).

⁴³ De acordo com Fausto (2006), aquele momento era de relações instáveis entre Igreja e Estado. O episcopado entendeu a República como uma salvação e uma ameaça. Salvação devido ao regime de padroado: “necessidade de *placet* governamental para a publicação dos documentos emanados de Roma, cobrança do dízimo pelo Governo, interferência deste em todos os negócios da Igreja, redução prática do clero ao papel e à situação de um funcionalismo civil” (p. 351). No entanto, o Decreto nº 119-A, do Governo Provisório, de 17 de janeiro de 1890, abolindo o padroado, também separou a Igreja do Estado. Os poderes da Igreja foram ameaçados tempestivamente por esse ato, que também foi compreendido como uma afronta à maioria católica da população brasileira. O ato “dava lugar a um estado não-confessional, em que o nome de Deus era riscado dos atos públicos, o catolicismo nivelado às seitas protestantes minoritárias no mesmo regime de liberdade religiosa, os símbolos religiosos afastados de todos os edifícios públicos, o casamento civil instituído, as propriedades de ‘mão morta’ ameaçadas de expropriação” (FAUSTO, 2006, p. 351).

conjunto de valores socialmente reconhecidos e reforçados, a que chamaremos de 'reputação'" (2004, p. 186).

Na prática, a Igreja podia desenvolver papel dúbio nessas relações de matrimônios negros, embora haja registros de que a instituição se preocupou, já desde o período da escravidão, com a extensão do casamento para cativos e o não impedimento dessa prática por parte dos senhores de escravos (CAMPOS e MERLO, 2005).

(...) lhes mandamos, e encarregamos muito, para que não lhes ponham impedimentos aos seus escravos para se casarem, nem com ameaças, e mau tratamento lhes encontrem os usos do matrimônio em tempo, e lugar conveniente, nem depois de casados lhes vendam para partes remotas de fora para onde suas mulheres por serem escravas ou terem outro impedimento legítimo não os possam seguir (*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, apud CAMPOS e MERLO, *Ibid.*, p. 345).

Os esforços da Igreja nos decretos e cânones das *Constituições da Bahia*⁴⁴, por exemplo, já pareciam responder a tais práticas impeditivas do casamento entre cativos.

[...] tenham mais entendido os ditos possuidores dos cativos, que eles podem casar, com quem lhes parecer; e que não lhes podem impedir o Matrimônio [...] porque isto é pecado mortal; e além disto os tais possuidores tomam sobre si, e suas consciências, todos os pecados de incontinência, e os mais, que se seguirem (ROCHA, 1992, p. 122-3, apud CAMPOS e MERLO, *ibid.*, p. 345).

Além disso, mesmo durante a escravidão, o concubinato era uma prática combatida pela Igreja, que via no casamento um dos melhores meios para evitá-lo. De acordo com Campos e Merlo, “a existência de uma doutrina legitimadora das relações conjugais entre cativos parece demonstrar a preocupação da Igreja em regulamentar as associações maritais de escravos, confirmando a tese de existência de relações familiares entre cativos, ainda que não sancionadas oficialmente” (*Ibid.*, 346-7).

Nesse contexto, para além das tentativas de impedimentos de senhores, ex-senhores e párocos, o que o exemplo da troca de casais, após a abolição, parece apontar é uma forma de distinção entre pretos e pardos como cores diferentes e, portanto, portadores de algum tipo de divisão cuja mistura não era aceita por aquele pároco. O episódio contribui para que as perspectivas de mistura ou não mistura, miscigenação ou não miscigenação, sejam vistas em toda a sua complexidade e dubiedade, podendo ser consideradas essas categorias de valores múltiplas e que, além disso, houve formas diversas de se pensar essas divisões de cores e

⁴⁴ De acordo com Campos e Merlo (2005), o matrimônio de escravos, na maior parte da existência dessa forma de servidão no Brasil, foi regulado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Esse Direito Canônico seguia o modelo estabelecido no Concílio de Trento em relação aos sacramentos, incluindo os cativos entre os que deveriam recebê-los, desde o batismo até a catequese. O Título LXXI “Matrimônio dos Escravos” disciplinava o tema e garantia de forma bastante ampla esse direito aos cativos, buscando assegurar que o senhor não impedisse nem negasse que o escravo se casasse, além de proteger a vida conjugal dos cativos, a qual não podia ser perturbada por maus-tratos nem pela venda isolada de um dos cônjuges. Ver também FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

raças no Brasil. De alguma forma, esse caso é ilustrativo dessas marcas de segregação, de distinção e de tentativa de diferenciação das raças e cores no Brasil.

9 – A OUTRA FACE DAS REPRESENTAÇÕES DE NEGROS NOS JORNAIS CARIOCAS (1888-1910)

Longe de ser a maior parte, cerca de 20% das reportagens também traziam muitos casos de pessoas negras como criminosas: “homicida, estuprador, ladrão, gatuno, vagabundo, vadio, alcoólatra, agressor”.

Num momento em que as diferenças entre brancos e negros se afirmavam com base em teorias raciais, as lembranças das revoltas negras no período abolicionista ainda eram presentes na memória social, a marginalidade social da população negra era evidente no dia a dia da cidade e as heranças da escravidão se faziam presentes nas mentes e nos corpos, as características descritivas do negro nos jornais eram influenciadas por esse contexto social da época.

Além das diferenças entre masculino e feminino estigmatizadas nos jornais, há também descrições muito demarcadoras de uma crença na natureza agressiva do homem negro, podendo estar presentes, inclusive, em algumas mulheres e também em meninos negros. Não somente a “barbárie” da “criminalidade” “fatal”, mas o cenário das brigas e disputas servia para evidenciar o descontrole físico e emocional do personagem desviante.

O negro “bárbaro” era estigmatizado com essa imagem, dado o caráter imediatista dos periódicos. Como a continuidade do acompanhamento desses casos não era a regra, o fato extraordinário era o que ficava. Uma vez impresso o bárbaro, bárbaro para sempre ele ficava. O bárbaro não era ouvido, defendido, compreendido, julgado, acompanhado. As notícias tinham prazo de validade e este prazo era o dia seguinte. O que a nossa pesquisa revelou é que os casos na própria cidade do Rio de Janeiro eram transmitidos geralmente com a velocidade de um dia para o outro.

O caráter imediatista dos fatos concebe a perversão do homem representado, mas os textos são também perversos em si. Reconstituem vidas sempre fraturadas, decapitadas, isso devido à brevidade do número de linhas em que são descritas, sem nenhuma chance de defenderem-se ou pedirem o mínimo de piedade. Também são descrições taxativas. Não há quase mais chances para aquele que já foi responsabilizado pelo crime.

Não foi o propósito desta pesquisa fazer uma comparação entre as descrições de negros e brancos. As representações jornalísticas de pessoas brancas emergiam à medida que líamos naturalmente os jornais da época. As consideramos aqui como elementos sincrônicos que ajudam na compreensão do nosso objeto de estudo. É preciso aprofundar o estudo sobre

as reportagens policiais, sem iniciar a consulta com as palavras-chave preto e pardo. Apenas assim poderíamos comparar com a representação de brancos nesse tipo específico de texto.

Identificamos que muitas qualificações dos jornais sobre negros podem apontar para um caráter sanguíneo, tempestivo, bárbaro, colérico, agressivo. As causas do desvio físico tinham uma explicação de ordem um tanto emocional ou até própria daquele indivíduo. Elas aparecem subjetivadas nas entrelinhas de um discurso pejorativo e adjetivante ao negro. O sangue recorrente que se espalha no cenário dos crimes mistura-se ao imaginário sobre o preto e o pardo nas descrições do negro “bárbaro”, “homem-fera”, “sanguinário”.

Nesses casos, principalmente, o negro rompe com todos os contratos essenciais da sociedade da época. São normas que esperam dele que trabalhe, controle seu corpo, sua força, suas atitudes, seu temperamento, seus relacionamentos.

Pode-se interpretar, para além disso, que as atitudes desviantes de muitos negros geravam medo. Conforme Célia Maria Marinho de Azevedo, em *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – século XIX* (1987), o medo

trata-se de uma *dimensão oculta*, raramente reconhecida por aqueles que vivenciaram o momento histórico pesquisado. Na tentativa de racionalizar os atos, é muito mais comum apelar-se para argumentos lógicos, sofisticados, do que simplesmente reconhecer que se tem medo. Assim, o medo apenas aparece de relance nos documentos históricos, mas é muito raro que seja reconhecido como o móvel profundo e amargo daquele que fala (p. 19-20).

A partir da interpretação da autora, pode-se considerar que, com o fim da escravidão, o problema da marginalidade da população negra era uma questão social relevante na época. E, por vezes, personagens em situações de desvio eram considerados como casos de polícia pelas elites, o que pode ser visto, por exemplo, nos riscos que alguns personagens apresentam para a sociedade nas descrições das notícias.

Além disso, também com a finalidade de atrair, descrevem-se brevemente as notícias com base em títulos curtos, adjetivantes e bastante degradantes. Se a cor não aparecia nos títulos, o “monstro” era apresentado de antemão. Títulos breves, notícias também breves. Com poucas linhas se construía a imagem de uma pessoa.

Mas o que essa característica dos jornais revela é que as vidas ali expostas não têm trajetória nem perspectiva adiante. Não é possível entender completamente de onde vêm e para onde vão os negros ali descritos. Na imprensa, são sujeitos sem história, sem passado ou futuro. Mas, para além da prisão, do hospital e do necrotério, o que esperar desse porvir dos personagens ali representados?

Se linchamento é um julgamento sumário, não seria demais aplicar esse conceito às descrições da imprensa sobre alguns personagens negros. O jornalismo factual podia

funcionar como o extermínio simbólico da perspectiva de “regeneração” do indivíduo preterido.

9.1 – O “homem-fera”

Uma tentativa de estupro a uma garotinha de quatro anos de idade comove o escritor da notícia, além de o negro mais uma vez ser associado a uma prática terrível. Aqui “o preto Alberto de tal” aparece como “Perverso!” - é o título da notícia -, “um monstro”, “asqueroso indivíduo” e “homem-fera”. Não sem razão a reportagem usa esses termos, pois Alberto teria se aproveitado da ausência da avó da criança e, “levando-a ao colo para um dos porões da casa”, tentou “ofendê-la”. Além de a notícia não ser neutra, o que é visto claramente na ampla adjetivação de quem escreve, é um típico caso em que há uma reação de empatia natural do escritor e do leitor com a violência contra a criança. No entanto, “a pequena Olga, [...] com medo do monstro, gritou com toda a sua força e, acorrendo ao local, várias pessoas conseguiram salvar a pobrezinha das garras do asqueroso indivíduo, que, aproveitando da confusão do momento, logrou evadir-se” (“Perverso! – Em uma casa de cômodos”, *O Paiz*, domingo, 28 de dezembro de 1992, p. 6/10).

Numa reportagem do *Correio da Manhã*, intitulada “Tentativa de assassinato”, há uma referência ao tipo do agressor como um tipo comum do criminoso. De acordo com a reportagem, “foi o móvel do crime, a estúpida cruzeza de um indivíduo de maus instintos e de maus costumes”. “Com uma fúria de louco, Tertuliano, o verdadeiro tipo criminoso, atirava-se contra os três homens, distribuindo pranchadas (...) a torto e a direito”. O personagem usou uma espada antiga para cometer a agressão a três homens. A reportagem descreve o criminoso, como “nacional, de cor preta, de cerca de 54 anos, estatura mediana, bastante forte, sem escrúpulo, habituado ao jogo e aos maus costumes” (“Tentativa de Assassinato”, *Correio da Manhã*, sexta-feira, 4 de agosto de 1905, p. 2/6).

Numa outra reportagem, esta de 1900, há uma diversidade de elementos a serem analisados que revelam a complexidade do início do novo século e remontam um quadro de pauperismo e vulnerabilidade, como vimos anteriormente, mas também um crime cometido por um negro, e, neste caso, contra outra mulher negra. O homem também é descrito como “fera” e com “sede de sangue”. As descrições da violência do assassinato são estarrecedoras.

[...] Ontem, às 10 horas da manhã, na ausência do amasio (Joaquim), que saíra em direção à venda perto, Marcolina lidava nos afazeres domésticos, quando um negro, moço ainda, mas de má catadura, assomou à entrada de sua casa pedindo comida. Marcolina, que nem para si no momento possuía, disse que não o podia atender, e, de repente, tomada de súbito pavor pelo sinistro olhar que o negro lhe dirigiu de soslaio, bradou por socorro, chamando em gritos o

amasio. Poucos foram, porém, os que pode proferir. O negro saltou-lhe em cima, armado de uma mão de pilão e descarregou-lhe uma terrível pancada na cabeça, abrindo-lhe uma brecha na região occipital. Marcolina caiu de bruços, perdendo completamente os sentidos. A fera não se satisfiz com o seu crime: tinha sede de sangue. Da parede, a um canto, pendia uma velha espada coberta de ferrugem e sem bainha. O negro pulou sobre ela e voltou para junto de Marcolina metendo a lâmina da arma pela abertura da ferida que primeiro fizera e varando-lhe o crânio até que a ponta da espada saiu pela boca da desgraçada, rasgando-lhe a língua. Em seguida saiu, dirigindo-se apressado a uma casa vizinha (“Ladrão-Assassino”, *O Paiz*, domingo, 14 de janeiro de 1900, p. 1/8).

Antes desse relato mais específico do crime sofrido por Marcolina, com riqueza de detalhes da ferocidade do assassinato da mulher, o texto começa assim: “No triste negror da miséria que os cercava”. A seguir, é descrito um cenário de pobreza, sofrimento, insegurança e tragédia vivido pelo casal Marcolina Francisca da Silva (“preta”) e Joaquim Ribeiro (“pardo”).

A notícia também revela aspectos bastante específicos do dia a dia da vida privada do casal, sua estratégia de sobrevivência e trabalho, além do papel de ambos na organização familiar naquele momento, tendo a mulher um lugar protagonista no pequeno cultivo e na exígua criação de víveres. O texto remonta o contexto de vida dos dois, algo pouco presente de forma tão evidente na maior parte das reportagens informativas que encontramos. O casal da notícia residia numa “humilde casinha de taipa esburacada e mal coberta de telhas antigas”. A estratégia de sobrevivência do casal era o cultivo de uma pequena lavoura no quintal da casa, na freguesia de Irajá. Além disso, vendiam ovos e galinhas. Mas naquele momento era a mulher quem assumia essas responsabilidades, pois o homem, com 60 anos, estava doente e quase cego, diz a reportagem.

Também há no texto uma forte crítica à inação policial. O texto acusa a “lamentável deformidade da administração policial”. O crime relatado é então descrito como iminente a qualquer pessoa. A insegurança é generalizada na cidade, coloca o texto.

Os crimes se reproduzem, os ladrões e assassinos redobram de audácia, confiantes na imperícia dos que têm de zelar pela ordem e segurança públicas... e a polícia aí fica para manter a desorganização social. Não podia, pois, esse casal de órfãos de todo o conforto gozar de vantagens que ninguém se gabará de possuir atualmente. Corria o mesmo risco que os outros. A desgraça bateu-lhe a porta como tem feito a muitos (*Ibid.*).

Mas, como demonstramos, se, por um lado, a pobreza do casal é descrita, a insegurança pública denunciada, a criminalidade, por sua vez, é explicada a partir do lado “fera” do criminoso. Finalmente, Marcolina morreu, e o bandido foi preso depois de tentar fugir. Na delegacia, confessou “cinicamente” que tinha cometido o “crime bárbaro” porque não tinha conseguido roubar a vítima.

Há na reportagem um contraste entre a forma como o homem pardo e a mulher preta são descritos em contraposição ao ladrão e assassino negro. Nessa notícia, há uma demonstração de que a criminalidade podia não fazer como vítimas apenas pessoas brancas,

fossem elas ricas ou pobres. O crime podia ser cometido vitimando pessoas da mesma cor, como é o caso aqui. Um homem negro, cuja cor não é descrita, portanto, não podemos afirmar se o homem era preto ou pardo, comete um crime bárbaro contra uma mulher preta. Como sabemos, não é que os negros naquela época eram uma comunidade integrada. Havia também muitos grupos e formas de participação na sociedade totalmente diferentes e ou concorrentes no interior da própria população negra, como é típico de muitas sociedades.

Apesar de ser predominantemente informativo, o texto também tem vários aspectos do texto opinativo. O principal aspecto neste caso é o posicionamento crítico em relação à insegurança pública. O texto também carrega uma forte presença de palavras qualificadoras às vítimas e ao criminoso.

Aqui nesta reportagem a agressão cometida por um negro aparenta ter sido provocada inicialmente pela revolta causada pela demissão. Além disso, a reportagem também dá indícios de um suposto temperamento explosivo do homem. Depois de despedido da casa do comendador José Maria Vieira, na Rua do Carmo, nº 22, “o pardo” Candido Ferreira Pena agrediu o ex-patrão, dando-lhe uma “violenta bofetada”. “Preso por uma praça da polícia, com ela se atracou e com outras três que correram a auxiliá-la”. Depois de conduzido à 5ª estação, quebrou uma mesa, atirou-se contra o alferes Americo de Siqueira e o mordeu numa perna, sendo preso em seguida (*Jornal do Brasil*, quarta-feira, 26 de agosto de 1891, p. 1/4).

Claro que numa reportagem como essas dificilmente saberemos as reais causas da demissão e da agressão cometida pelo homem. Apenas podemos nos limitar às possibilidades lidas nas entrelinhas do texto. A de um homem com uma personalidade agressiva, formulada no tempo, ou de um homem sobrecarregado de revolta com as condições atroztes de sua situação de vida ou de (des)empregado⁴⁵.

9.2 – A mulher também podia ser a agressora

Em comparação com os homens, as mulheres aparecem em maioria proporcional das matérias como vítimas... de crimes, enfermidades, abusos. No entanto, elas também aparecem como autoras de crimes em algumas ocasiões.

“Foi assassinado num botequim do largo do Teatro, em Santos, o cidadão José Calixto, que ali tinha grande popularidade. Uma parda de nome Etelvina, por motivos ignorados,

⁴⁵ Outro aspecto da atribuição de um comportamento agressivo à parcela da população negra também é visto nas constantes tentativas de criminalização dos capoeiristas. Já em 1888, os jornais se mostravam favoráveis à medida do governo que internou 400 capoeiristas em Mato Grosso (RENAULT, 1982, p. 221).

cravou-lhe duas facadas no peito, uma das quais lhe causou a morte” (*Jornal do Brasil*, quinta-feira, 16 de janeiro de 1896, p. 2/6).

Já aqui é registrada uma notícia de uma lavadeira, Maria da Conceição, de “cor preta”, que agride a sua patroa, Isabel Padilha, “de cor parda”, moradora no Largo de Moura, nº 5. “Por ter sido admoestada pela patroa, agrediu-a com um vidro, ferindo-a no braço esquerdo e nas costas” (“Entre patroa e criada – Agressão”, *Jornal do Brasil*, domingo, 2 de janeiro de 1910, p. 6/20).

Neste outro caso, é uma senhora a agressora. Na Praça da Estação do Méier, uma velha de cor preta, conhecida por vovó, agrediu à faca, com golpes no braço, um adolescente de 15 anos que a perturbava na rua. A velhinha fugiu (*Jornal do Brasil*, 28 de abril de 1898, p. 2).

É através de uma denúncia que um caso é relatado no jornal *O Paiz*. O Sr. Oliveira, que se diz companheiro da imprensa, envia uma carta ao periódico. Segundo o leitor, na Rua General Severiano, nº 28, Botafogo, uma preta chamada “Maria de tal” espanca uma criança que se chama Julia. Estas são as palavras do leitor: “Esta inocentinha é espancada barbaramente por Maria. Para não deixar sinais da sua selvageria, dá-lhe com uma grossa correia sobre a cabeça. A menina, de tanto apanhar, já parece uma pequena maluca”. O jornal parece buscar compreender sua posição na sociedade e ao mesmo tempo explicá-la ao seu leitor: “Não cabe a *O Paiz* verificar a veracidade dessas informações; recebe-as e estampa-as nas suas colunas com o fim único de auxiliar a autoridade. A carta, tal qual a recebemos, a publicamos. É à polícia que cabe verificar o que há de verdadeiro na informação, e por isso a endereçamos ao Sr. delegado da circunscrição” (“Pelas Crianças”, *O Paiz*, sábado, 21 de agosto de 1897, p. 2/6).

9.3 – Roubos e furtos

Mendicância, latrocínios e roubos certamente não eram as formas predominantes que a população negra encontrava para conseguir se manter, como já demonstramos anteriormente. Isso representa um pequeno número das aparições dos negros nos jornais. No entanto, não deixa de ser mais uma das imagens negativas sobre o negro que fazia parte do imaginário dos escritores e dos leitores dos jornais na época.

A notícia a seguir aborda uma violência sofrida por um homem “de cor preta”, mas supõe que o fato tenha sido motivado porque o negro provavelmente andava vendendo bilhetes falsificados. De forma súbita, às 9h30 da noite, o carregador José Antonio Dias Vieira sofreu um atentado a navalha enquanto estava muito perto de sua residência, à Rua Alcântara.

O autor do atentado teria sido o “italiano Severo de tal”, vendedor de bilhetes, que fugiu do local do crime. “Em estado grave”, atingido nas costas e no braço esquerdo, o ferido foi encaminhado para o Hospital da Misericórdia, depois de prestar queixa na delegacia. Registrada a reclamação, descobriu-se que “na 9^a, 10^a e 11^a delegacias, há tempos foram iniciados inquéritos contra o ofendido, por falsificação de bilhetes de loteria, e presume a polícia que a agressão foi motivada por ter sido o agressor um dos lesados”, informa o jornal (“Duas navalhadas”, *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 15 de junho de 1906, p. 2/8). Não é a única reportagem que revela um negro tentando vender gato por lebre.

Em outro caso, “um indivíduo de cor preta, baixo”, achou uma forma de ludibriar e tentar furtar o “Sr. Domingues Gonçalves”, dono de um pequeno comércio. “Que pandego!”, declara o título da notícia no jornal (*Correio da Manhã*, domingo, 27 de julho de 1902, p. 3/8). O negro tentou vender seis latas de manteiga ao lojista, depois de abordá-lo às 7h da noite, em frente à loja na estação do Rocha. “Estabelecido o acordo, dispunha-se aquele senhor a pagar a compra, quando se lembrou de verificar se a manteiga era boa, para o que começou a abrir uma das latas”. Assim que o homem tinha começado a revistar a mercadoria, o negro fugiu. “Dentro da lata, havia apenas uma porção de terra. O comerciante prestou queixa à 11^a delegacia urbana”. Devido à ambiguidade do texto, não se sabe se o comerciante chegou a “pagar” ao indivíduo, mas, por ter dado queixa, pode ser que isso tenha acontecido.

Gatunos era uma forma como geralmente a imprensa chamava autores de furtos na época. Um desses gatunos ficou conhecido como Pardo Mimo, embora *O Paiz* não cite se ele era negro, nem dê informações adicionais, exceto que ele foi preso junto com outros dois gatunos, na Praça da República, próximo à estação Central. O que chama a atenção é a associação entre o apelido pardo, talvez em referência à cor, e o crime. A origem do nome Thomaz La Rosa aparentemente é hispânica (quinta-feira, 11 de julho de 1901, p. 2/6).

Um indivíduo de cor preta, encontrado contundido na rua, foi encaminhado para o Hospital da Misericórdia. Ele tinha posse de oito anéis, uma corrente de metal amarelo e um relógio, devidamente apreendidos pela polícia. A reportagem, no entanto, deixa para o próprio leitor concluir se o homem seria ou não um ladrão. Embora o homem tenha sido encontrado contundido, não há nenhum registro na notícia que especule sobre as circunstâncias desse fato (*O Paiz*, quinta-feira, 5 de junho de 1890, p. 2/6).

O furto também não era só descrito como praticado por homens, embora estes fossem a esmagadora maioria. No xadrez da 14^a estação policial, encontrava-se “a preta Laurinda Maria”, acusada de ter roubado um anel de brilhante da casa nº 7, da Rua Oliveira Fausto (*O Paiz*, sábado, 24 de agosto de 1895, p. 2/8). A pequena nota da sessão “Roubos e Furtos” não

deu mais detalhes sobre o caso. Há oito pequenas notas na sessão, mas nenhuma outra descreve os personagens em termos de cor, apenas a que apresentamos. Apenas uma delas descreve a nacionalidade italiana de uma das vítimas. Assim como em outras matérias, o reforço da descrição da cor da mulher como preta colaboraria na formação de um estereótipo negro do criminoso?

A gatunagem também pode ser descrita como um elemento inesperado, mas revelador de como circunstâncias quase insuspeitas podem resultar no delito. O jornalista mineiro Evaristo Jardim, no Rio para tratamento de saúde, foi surpreendido com o assalto feito por um menor, “um gatuno que entendeu praticar suas proezas em hora matinal”. Chegando a um vestiário da cidade, viu um “menor de cor preta” com a chave do local e pensou se tratar de um funcionário do estabelecimento. Os dois entraram nos aposentos, e o jornalista, ao seguir para o banho, pediu que o menino fechasse a porta. Para a sua surpresa, quando terminou o seu banho, o menino já não estava mais lá e tinham sumido uma corrente de plaque fino, um relógio de prata, quatrocentos e tantos mil réis em dinheiro e um guarda-chuva de alpaca. O garoto, na realidade, não era funcionário do local, mas trabalhava para uma família que utilizou o vestiário ao lado, cuja chave era semelhante (*O Paiz*, sábado, 9 de abril de 1898, p. 1/6).

Assim, menores também apareciam como possíveis autores de furtos. “O delegado da 16ª circunscrição mandou apresentar ontem, na repartição central da polícia, um pequeno de nome José e da cor preta, acusado de furto de joias no valor de 1:200\$000. Estas joias, pertencentes ao Sr. José Gonçalves de Oliveira, ainda não foram encontradas, a despeito de todas as diligências” (*O Paiz*, segunda-feira, 29 de janeiro de 1894, p. 1/4).

9.4 - Vadiagem

Abrimos este tópico do texto com uma pequena nota que revela o mal estar gerado pela vadiagem da preta “Rebola-bola”, incomodando os moradores da Rua São Clemente em Botafogo.

Pedem-nos para chamar a atenção da polícia para uma preta ainda moça, cognominada “Rebola-bola” que, em companhia de vagabundos em frente à estação do Humaitá (CFCJB), percorre a rua São Clemente em verdadeiro bacanal, proferindo palavrões e com acenos os mais imorais, inibindo por essa forma as famílias de chegarem às janelas (*Correio da Manhã*, quinta-feira, 27 de junho de 1907, p. 4/8).

Noutra nota, "a fim de assinar termo de bem viver perante o delegado da 11ª Circunscrição, foi recolhida à Casa de Detenção a preta Maria de Jesus, que dava-se ao vício de beber e incomodar a Deus e ao mundo" (*Jornal do Brasil*, 10 de dezembro de 1894, p. 2).

A vadiagem, junto como o alcoolismo e outras práticas, aparecia comumente censurada nos jornais e, naquela época, essa *mala vita* podia até mesmo resultar em detenções, dependendo dos agravantes.

Sob o título “Efeitos do álcool”, uma nota informa o recolhimento ao “xadrez da 20ª circunscrição, por se achar em completo estado de embriaguez, promovendo desordens na estalagem Conceição, o nacional de cor preta Abreu Antonio dos Santos”. O texto diz ainda que o homem era operário, tinha 33 anos e morava na Rua Engenho de Dentro, nº 52 (*Correio da Manhã*, terça-feira, 3 de janeiro de 1905, p. 2/4).

É possível que os jornais censurassem de formas específicas esses desvios nas mulheres e nos homens. Aqui a reportagem é rica em caracterizar a condição descordenada da personagem. O texto traz algumas descrições sobre o comportamento e as características físicas da “preta Faustina Maria do Nascimento”, na visão de quem escreveu, é claro.

Cambaleante, indecisa, muitíssimo trôpega, [...] reclinava-se para trás, quase caía para frente, tombava sobre a parede, e aí ficava por alguns segundos... Depois entrava de novo em movimento. Se tinha um destino que de vez em quando lhe alumia o cérebro, que remédio tinha senão andar!... Com as pernas muito abertas, o lábio inferior pendente, desfilando baba, os olhos sumidos no fundo de umas pálpebras rubras, congestionadas (*O Paiz*, quarta-feira, 15 de junho de 1892, p. 2/6).

Essa descrição é de uma mulher, no mínimo, bastante alcoolizada, como afirma a reportagem. No entanto, além disso, a mulher carregava uma caixa e, dentro, um recém-nascido morto. Depois de cair com a caixa e saltar para fora o corpo do bebezinho, “o diabo da coruja da preta embriagada foi para a 8ª estação curtir a furiosa moafa”.

Na virada do século XIX para o XX, o discurso de combate ao ócio, típico da sociedade liberal da época, atingia não só e também as representações raciais. Uma notícia ilustra bem alguns aspectos da onda moralizadora da época aqui no Rio de Janeiro, por vezes com a distinção da cor explicitada. Apesar de relatar a prisão de três pessoas, a reportagem apenas indica a cor de um deles, que, por sua vez, não tem a idade descrita como os demais, de 16 e 14 anos.

Ainda anteontem tivemos ocasião de elogiar o procedimento de alguns delegados suburbanos, que nestes últimos tempos, se têm esforçado no intuito de limpar suas circunscrições, processando e punindo grande número de desordeiros, assassinos, gatunos, vagabundos. Na 15ª tem auxiliado extraordinariamente neste afã moralizador o agente Novaes, com uma turma, conseguindo prender, conforme noticiamos anteontem, gatunos perigosos e conhecidos, cujas alcunhas estampamos. Anteontem, pela manhã, o agente Novaes efetuou mais algumas prisões na mesma zona e entre elas as do nacional de cor preta Thomé Baptista, desordeiro e gatuno conhecido; de Joaquim Pereira Soares, com 16 anos, morador na Penha, e de Aristides Pereira da Silva, de 14 anos, sem ocupação e sem domicílio. Todos vão ser processados como incursos no art. 399 do Código Penal (“Prisões”, *Correio da Manhã*, terça-feira, 21 de março de 1905, p. 2/6).

Neste outro caso, a vadiagem, a vagabundagem, o alcoolismo, a desordem e outros crimes não são predominantemente associados à cor das pessoas representadas nas notas. Em

1888, *O Paiz* noticiava os seguintes casos em sua “Crônica Policial” (quarta-feira, 20 de junho de 1888, p. 1/4).

- Como vagabundo e para ter ocupação lícita, foi mandado apresentar ao Sr. Dr. chefe de polícia o menor Antonio da Rocha Cardoso.
- Foram presos: Joana Emiliania da Cruz, por embriaguez e praticar atos imorais; Francisco Belmiro de Oliveira, por embriaguez e desordem; Victorino Angelo Antonio, por vagabundo; Severino José da Silva Belfort e Manoel da Rocha, por desordem.

No entanto, curiosamente, nesta mesma “Crônica Policial”, a única nota em que havia descrição da cor da pessoa tratava de um “indivíduo de cor parda” que fora recolhido ao Hospital da Misericórdia, encontrado desfalecido numa rua.

Essas notas, reunidas na seção “Crônica Policial”, podem apontar que nem sempre pessoas pardas e pretas eram descritas em função de sua cor, pois, afinal de contas, muitas dessas pessoas podiam ser negras assim como brancas. No entanto, essas pequenas notícias também podem apontar para o fato de que era mais fácil uma pessoa negra ser descrita em função de sua cor do que uma branca.

Chama a atenção, é claro, o fato de que a busca automatizada pelos personagens pretos e pardos nos tenha levado justamente ao cenário maciço das crônicas policiais, ainda que muitos casos girassem também em torno da saúde pública.

9.5 – Representações da vadiagem

Segundo Sidney Chalhoub (2001), o conceito de vadiagem foi usado em fins do século XIX e início do século XX como instrumento de repressão à população pobre, ociosa e marginalizada. Na imprensa, isso se torna bastante comum, mas o aparelho oficial do Estado também trabalhava em função disso, na forma de legislação contra a vadiagem e a mendicância.

Em São Paulo, uma folha local já em 1888 defendia que se o poder público não obrigasse as pessoas a trabalharem, que então reprimisse a vadiagem (MATTOS, 1995, p. 310). Segundo Mattos, o nosso liberalismo oligárquico republicano teria nesta ideologia a sua visão predominante. Como também apontou a autora, há elogios nos grandes veículos da imprensa carioca sobre a atuação policial para reprimir a vadiagem e outros crimes congêneres.

Uma questão historiográfica também se coloca ao tratar o tema da vida vã do negro. Escrevendo em fins da década de 1980, de acordo com Azevedo (1987), o que havia naquela época era uma contaminação em estudos científicos de uma visão de uma vagabundagem real,

cujas interpretações variavam, embora já desvencilhadas do caráter racista da época posterior à abolição.

Segundo a autora, a vagabundagem do negro era transformada em tema historiográfico, destituída porém da argumentação racista do imigrantismo. “Convencionou-se explicar a 'recusa' do negro em trabalhar devido ao 'fator herança da escravidão' ou 'traumatismo' do escravo, pois para ele a liberdade seria o contrário do trabalho”. Dessa forma, a marginalização do negro era explicada pela incapacidade para o trabalho livre, por ter sido escravo e não por ter “sangue africano”. Mas, para a autora, aquela “transmutação da representação imigrantista racista – negro vagabundo -, em tema historiográfico – ex-escravo incapaz -”, deveria ser compreendida dentro do contexto suscitado pelo mito da democracia racial, que passou a ser desconstruído (1987, p. 255).

Nos jornais, o combate na época a situações de desvio como a vadiagem, a embriaguez e a mendicância faz supor que normas de caráter social dialogavam diretamente com determinadas normas jurídicas. Segundo Chalhoub, na visão da época, os libertos eram em geral pensados como indivíduos que estavam despreparados para a vida em sociedade, porque, afinal de contas, a escravidão não teria permitido a esses homens noções de justiça, de respeito à propriedade, de liberdade. Pretendeu-se também que os libertos não comprometessem a ordem e, para isso, havia de se reprimir os seus vícios, diz o autor. Vícios que seriam vencidos através da educação. Naquele caso, “educar libertos significava criar o hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade” (2001, p. 67).

O mercado de trabalho tornou-se uma discussão importante após a abolição. Pensava-se em como transformar o negro “ocioso” em trabalhador, diz Chalhoub (*Ibid.*, p. 69). No parlamento, o projeto de lei de repressão à ociosidade, elaborado pelo ministro Antônio Ferreira Vianna (1833-1903), começou a ser apreciado dois meses depois da abolição. Havia um aspecto moralizador do trabalho.

O projeto previa que os ociosos fossem conduzidos a colônias de trabalho, com preferência para atividades agrícolas, onde seriam internados com o objetivo de adquirir o hábito do trabalho. A retórica moralista não escondia o objetivo dos legisladores: a pena para o ocioso devia ser bastante longa (de um a três anos para o reincidente). Esperava-se não somente a punição, mas também uma reforma moral que demandaria certo tempo (*Ibid.*, p. 71).

Outro aspecto interessante é a relação estabelecida entre ociosidade e pobreza. O projeto reconhecia que eram duas as condições elementares para que ficasse caracterizado o delito de vadiagem: o hábito e a indigência, especialmente a última. Se um indivíduo era

ocioso, mas tinha meios de garantir sua sobrevivência, ele não era perigoso à ordem social. A má ociosidade era aquela característica das classes pobres, e devia ser reprimida. A boa ociosidade era atributo dos ricos. Ainda conforme Chalhoub, “os legisladores brasileiros utilizaram o termo “classes perigosas” como sinônimo de “classes pobres”. Os pobres supostamente apresentavam maior tendência à ociosidade, eram cheios de vícios, menos moralizados e podiam facilmente “rolar até o abismo do crime” (CHALHOUB, 2001, p. 75, 76).

Houve mudanças acentuadas no sistema penal brasileiro com a passagem para a República. O novo sistema e a modernidade, que um dos atributos previa a integridade do corpo físico, trouxeram consigo a introdução de leis de maior respeito ao indivíduo. Era diferente, no entanto, a realidade. Havia um abismo entre a previsão legal e a realidade carcerária, que incluía castigos corporais, falta de condições de higiene e privacidade, rotinas disciplinares excessivas, entre outros aspectos (SANTOS, 2004).

Uma reportagem longa descreve o cenário de uma “Casa de Correção”, que dá título à matéria e “dá lugar às cenas bárbaras que deixam a perder de vista as praticadas nas masmorras dos antigos castelos da Espanha”.

A Casa de Correção, entendida como tem sido pela sua administração, é a negação completa dos princípios liberais de todos os penalistas modernos. Seu título bem indica que esse estabelecimento é mais destinado a corrigir do que a punir, e, entretanto, a nossa Casa de Correção não é só um lugar aonde se praticam perversidades sem par, é também um lugar de depravação e desregramento. [...] Os atos de depravação e orgia ali praticados e que têm sua origem na baixa intriga que separou sentenciados e guardas, os quais, muitas vezes embriagados, praticam toda a série de desatinos, são pavorosos e indescritíveis. [...] Ao passo que, por um lado, inúmeras concessões, todas infringentes a disposições regulamentares, são feitas aos partidários do guarda Madeira, por outro lado, não são poupados aqueles que tiverem a desdita de cair nas iras desse guarda e do diretor desse estabelecimento. Esses infelizes, sem motivo que tal justifique, são espancados brutalmente, e o castigo dura longos períodos, como sucedeu aos sentenciados nº 606, 916, 9(?)6 e outros, que, unicamente por haverem feito algumas revelações ao atual ministro da justiça, foram supliciados durante sete meses. Quando as visitas do ministro da justiça se realizam, o diretor, previdente e hábil mostra-lhe apenas a parte do estabelecimento que lhe convém ser vista, mas não pede a sua ex. se digne notar a imundície e o abandono em que jazem a antiga residência do capelão, agora em completa ruína, e a lavanderia, onde os maquinismos, abandonados e sujeitos à ação destruidora do tempo, cada vez mais se tornam imprestáveis. [...] Um caso típico, e que bem caracteriza a situação da Casa de Correção, é o da preta Damazia, sentenciada a três anos de prisão, e que, entretanto, ao invés de os cumprir na cela, conforme foi determinado, se acha residindo em um telheiro nos fundos do estabelecimento e aí é visitada por sentenciados e guardas. Não param aí os escândalos de que temos notícia (*Correio da Manhã*, domingo, 16 de outubro de 1904, p. 3/8).

Na reportagem, os maus instintos não são naturais, nem definidos racialmente, são fruto de um processo de condicionamento social, contraste com o objetivo ideal dos estabelecimentos.

Ao entrar na Casa de Correção, o sentenciado, muitas vezes um homem honesto, levado ali por um ato instintivo praticado sob a ação de circunstâncias, de momento, vai buscar, dentro do espírito da lei, no trabalho das oficinas, com a paz ao espírito atormentado pela consciência, a

doce e suave luz da regeneração; e desgraçadamente encontra vasto campo para o desenvolvimento dos maus instintos inatos ao homem (*Ibid.*).

A reportagem considera que certos hábitos comportamentais do guarda Madeira, cuja cor não é descrita, estavam ligados a sua embriaguez. “Ele é quem ali dispõe de tudo, até da vida daqueles cuja sorte adversa os colocou sob o seu guarda ferro. Madeira é um bebedor de Chapa; raro é o dia em que não é apanhado do chão pelos outros guardas e levado a braços para a sua sala, acontecendo que o excesso do álcool produz nele uma excitação permanente” (*Ibid.*). Para o jornal, mesmo quem deveria zelar pela ordem pública comete os atos de infração dentro dos órgãos da administração pública.

De acordo com Santos (2004, p. 144), o Código Penal de 1890 (Decreto n.º 847, de 11 de outubro de 1890) reiterou princípios básicos do Código de 1830. Penas como o banimento, o degredo e o desterro foram reduzidas, pois não eram mais consideradas eficientes. Também foi abolida a galés, sistema em que o preso trabalhava com correntes. Além disso, o código estabeleceu estágios sucessivos de encarceramento, cujo objetivo era a recuperação dos sentenciados. O nosso modelo prisional adotado naquela época recebia bastante influência do sistema progressivo ou irlandês, explica a autora.

O Código Penal de 1890, dentre outros aspectos, criminalizava o mendigo, o embriagado, o vadio, dentre outros. “Os mendigos, bêbados e vadios descritos pela lei eram aqueles indivíduos que escolhiam a miséria e o vício, uma afronta à moral e aos bons costumes. Não eram colocados na cadeia os pobres em geral, mas os pobres que não tinham ‘optado’ pelo trabalho e pelos bons costumes” (SANTOS, *ibid.*, p. 146). O capítulo XII caracterizava a mendicância e a embriaguez.

Capítulo XII: Dos Mendigos e Ébrios.

Art. 391. Mendigar, tendo saúde e aptidão para trabalhar: Pena – de prisão celular por oito a trinta dias. (...).

Art. 393. Mendigar fingindo enfermidades, simulando motivo para armar à comiseração, ou usando de modo ameaçador e vexatório: Pena – de prisão celular por um a dois meses. (...).

Art. 396. Embriagar-se por hábito, ou apresentar-se em público em estado de embriaguez manifesta: Pena – de prisão celular por quinze a trinta dias. (...).

Os artigos 399 e 400 informavam o crime de vadiagem e as suas penas. O que se pode notar pelas letras destes artigos é que o conceito de vadiagem estava diretamente relacionado à ausência de uma vida laboral, além da falta de domicílio e do uso de meios ilícitos de subsistência.

Capítulo XIII: Dos Vadios e Capoeiras

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes: Pena – de prisão celular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condenar o infrator como vadio, ou vagabundo, será ele obrigado a assinar termo de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 anos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, onde poderão ser conservados até a idade de 21 anos. (...).

Art. 400. Se o termo for quebrado, o que importará reincidência, o infrator será recolhido, por um a três anos, a colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.

Parágrafo único. Se o infrator for estrangeiro será deportado.

A falta de recursos próprios era considerada pela legislação responsabilidade do indivíduo. A lei prisional atingia os mais pobres e beneficiava os que tivessem recursos, pois de acordo com o artigo 401, a reclusão seria extinta se o condenado provasse ter renda para a sua subsistência. Além disso, poderia ser suspensa caso fiador idôneo se responsabilizasse pelo condenado. Como havia um fator racional implícito naquela legislação, presumia-se que mendicância, embriaguez e vadiagem fossem também fatores relacionados à ausência de aptidão ou interesse do indivíduo pela vida laboral.

A vadiagem era vista como oposição ao trabalho racional. Por isso, uma legislação foi composta com vistas a organizar este conflito da vida urbana. Além do controle dos corpos e comportamentos, a racionalidade da ordem político-econômica exigia medidas que pudessem sanear o meio urbano e social, além de resolver o problema do trabalho do ponto de vista de sua oferta e demanda.

Saindo um pouco da esfera político-jurídica, vem da Bahia outras percepções sobre o tema. Adotando os métodos da escola positiva italiana, cujo grande teórico era Cesare Lombroso (1835-1909), médicos baianos estabeleceram correlações entre aspectos exteriores e interiores do corpo humano, considerando a miscigenação um retrocesso e um grande fator de *degeneração*. Casos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade foram utilizados como provas da correção dos modelos darwinistas sociais em sua condenação ao cruzamento. “Sinistra originalidade encontrada pelos peritos baianos: o *enfraquecimento da raça* permitia não só a exaltação de uma especificidade da pesquisa nacional, como uma identidade do grupo profissional” (SCHWARCZ, 1994, p. 145-146).

Considerada a representação, a vadiagem estava relacionada à desordem da rotina pública, à necessidade de coerção policial, à intransigência e aos excessos policiais, a descrições explícitas de comportamentos e ações desviantes, a padrões de comportamentos e ações desviantes, a padrões e normas de domínio dos corpos e da própria natureza, à fuga do trabalho, à inaptidão para o trabalho, à insubordinação às regras sociais e às normas jurídicas, à incapacidade para a vida em sociedade, ao caráter popular do vadio, à infração à lei como

indício da ausência de alcance das regras a esses cidadãos e consequente falta de internalização dessas normas, entre outros aspectos.

10 – REPRESENTAÇÕES DO NEGRO: CONTEXTO NACIONAL E GLOBAL

Era tendência dos periódicos, por um lado, falar sobre o “negro” enquanto raça nacional e tema internacional e, por outro, representar o “preto” e o “pardo” como indivíduos específicos em situações cotidianas, sobretudo em fatos locais. Também era mais comum o descritor “negro” aparecer em textos do gênero opinativo do que os termos preto e pardo, rotineiros em notícias.

Sobre notícias e acontecimentos internacionais envolvendo a temática do negro, encontramos tópicos a respeito do continente americano, sendo países geradores de pautas, por exemplo, os Estados Unidos e Cuba, e do eixo Europa-África, em que o tema do domínio imperial abordava disputas políticas, econômicas, culturais, sociais e demográficas envolvendo os povos desses continentes. Nesse sentido, estudar o termo negro nos jornais da época passa a ser analisar o problema do negro no mundo, sobretudo no 'continente negro'.

As questões nacionais também eram diversas, política e economicamente posicionadas. Havia o debate imigrantista, pois discutia-se fatores econômicos do país, mercado de trabalho, dentre outros aspectos. Os temas abordados podiam girar em torno da política, de aspectos culturais, biológicos e sociais. Também era recorrente que os jornais relembassem a evolução social com o fim da escravidão.

10.1 – Agenda nacional

De acordo com Célia Maria de Azevedo (1987, p. 251-252), a “incômoda herança dos tempos de trabalho escravo devia-se à marginalização do negro, bem como a simultânea ascensão social do imigrante europeu, portador das virtudes do trabalho disciplinado, responsável, regular”. A autora argumenta que inicialmente por trás desse pensamento havia um forte sentido racista, em que o negro era visto como inferior, mais do ponto de vista cultural do que biológico. Assim, a ótica era de disciplinamento, “via coação policial, administração estatal de seu cotidiano e internalização do ‘amor ao trabalho’”.

Conforme a autora, o projeto de formação de uma nacionalidade homogênea era um dos sentidos dos debates. Posteriormente, com a consolidação do movimento imigratório para o Brasil, outros argumentos racistas ganham a conotação principalmente em termos biológicos ou de racismo científico, “complementados por outros encontrados nas teorias das aptidões naturais, começam a descartar os descendentes de africanos, acusando-os não só de membros de uma raça inferior tendente fatalmente à ociosidade, à desagregação social e ao

crime, como também de maus trabalhadores, de incapazes para o trabalho livre” (AZEVEDO, 1987, p. 253).

A concepção da passividade dos nacionais atribuía-lhes vários defeitos incontornáveis, em função das suas origens raciais: falta de energia, de iniciativa, de responsabilidade e disciplina, em suma, incapacidade para o trabalho livre e para a vida regrada numa sociedade civilizada; baixo nível mental e irracionalidade; tendência para a vagabundagem, a bebida, o crime. Em resumo, a negação de tudo que era atribuído ao branco enquanto caracteres inatos. Assim, além de justificar a impossibilidade de aproveitá-los como trabalhadores livres, a imagem de seres passivos servirá para descartá-los totalmente do discurso do presente, referindo-se a eles apenas num futuro indefinido, quando já teriam sido regenerados racialmente pelos seres atuantes, os imigrantes brancos. Por regeneração racial entendia-se não só a miscigenação, como também “o exemplo civilizador”, o que os branquearia física e moralmente (*Ibid.*, p. 254).

Sobre o debate imigrantista, muito já foi discutido sobre a preterição eugênica de determinadas nacionalidades. Num caso de um projeto enviado ao Congresso para a contratação de dois mil imigrantes liberianos para trabalhar no porto de Santos, *O Paiz* é a favor e tenta colaborar no convencimento do Congresso polarizado.

Se o negro liberiano se identificasse em índole e em costumes de servidão ao de outras regiões africanas, cujo embrutecimento vai até a escravização voluntária, nós seríamos os primeiros a nos insurgir contra esse projeto e taxá-lo de criminoso. Tal porém não se sucede, o liberiano é um homem livre, tão obediente e disciplinado enquanto cumpre a tarefa a que por contrato se obrigou, como enérgico, intransigente, na avocação do seu direito, logo que o mesmo contrato termina, não o renovando em condição alguma, por mais tentadoras que sejam as ofertas ou por mais tenazes que sejam as imposições (28 de agosto de 1893, p. 1).

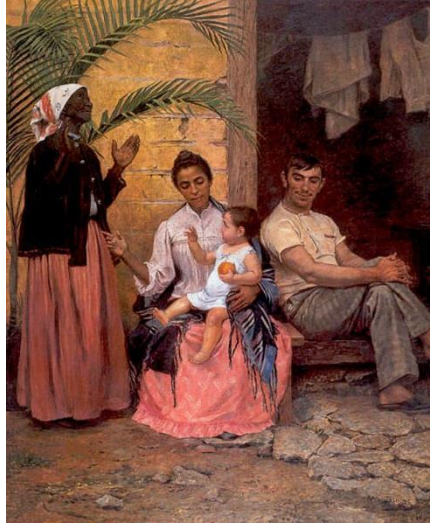
No entanto, resistia-se à entrada de orientais e africanos no país naquela fase. O próprio jornal explica que os liberianos não permaneceriam em Santos depois de findo o contrato. Apesar dos preconceitos contra determinadas nacionalidades específicas, europeus imigrantes, inclusive, chegaram a ser considerados como preteridos em seus próprios países, o que gerou discursos discriminatórios também. Mas o branqueamento, via imigração europeia ou via miscigenação, era a tônica da época, e encontrava assim questões diversas na imprensa, estavam nas sublinhas de pautas internacionais, políticas, econômicas e também culturais, como nesta matéria sobre o quadro “A Redenção de Cam”, de Modesto Brocos (1852-1936) (**Imagem 1**).

De acordo com *O Paiz* (“Palestra”, segunda-feira, 2 de setembro de 1895, p. 1/6), essa obra exposta na Escola Nacional de Belas Artes, em 1895, “representa uma família composta de quatro pessoas: uma preta velha, uma mulata moça, um rapaz branco e um menino louro”. Nestes termos, o jornal traduz a imagem que o leitor não está vendo: “A mulata é filha da velha, esposa do rapaz e mãe da criança”. A reportagem, assinada por A. A., isto é, Arthur de Azevedo (1855-1908), descreve outros detalhes da cena:

Estão sentados à porta de uma casinha o marido e a mulher, esta com o menino ao colo, enquanto a velha, com as mãos e os olhos levantados para o céu, parece agradecer ao altíssimo a felicidade da filha. O rapaz, forte e vigoroso, tipo acentuado de colono trabalhador, a mulata, em cuja fisionomia transparecem a inteligência e a meiguice da sua raça, e a criança, lindo produto daquele cruzamento de sangue, brincando despreocupadamente com uma laranja, estão

muito bem pintados; mas a grande figura da tela, a figura que mais impressiona, a figura inolvidável, é a da velha africana macerada pelo cativoiro.

IMAGEM 1 – A REDENÇÃO DE CAM



Modesto Brocos. *A redenção de Cam*. Óleo sobre tela, 199x166.
Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, 1895.

O branqueamento aqui não é acompanhado de uma visão racista. Mas quase que se impõe com naturalidade, como uma via de ruptura entre o cativoiro e o trabalho livre. O texto aparentemente retrata o quadro com certa força descritiva para o leitor, que não vê nenhuma fotografia no jornal. No entanto, a presença de certos qualificadores aliada a uma análise direcionada da obra é o principal indicador de como as relações raciais naquele período estavam influenciadas pelo mote da ideologia da miscigenação como uma forma de “redenção” do país de seu passado negro, tal como a obra também apregoa. O autor do texto classifica a pintura como “nacional” e sugere, inclusive, que seja chamada de “O aperfeiçoamento da raça”. “O Estado não pode consentir que ele saia da escola. Aquela pintura deve ficar pertencendo à Nação”, assevera.

O texto é ainda mais opinativo a respeito do artista. Segundo o autor, Brocos, que “já noutros quadros mostrara uma especialidade do seu talento com a pintura das negras⁴⁶”, nunca lhe pareceu “mais humano e comovedor, nem de uma delicadeza de sentimentos mais comunicativa”. E conclui a reportagem: “Honra a Modesto Brocos, grande artista, professor insigne, cidadão excelente, mostrando como pintor a mesma correção que tem como homem”.

O título da tela é uma referência à passagem bíblica de Gênesis 9:20-9, que consiste na maldição ao filho mais novo de Noé. Por ter visto a nudez de seu pai embriagado e não tê-la

⁴⁶ Parece se referir ao quadro *Engenho da Mandioca*, de 1892.

coberto, tal como fez seus dois irmãos, Cam e sua descendência foram amaldiçoados por Noé: “Maldito seja Canaã! Que se torne o último dos escravos de seus irmãos”. Canaã é uma referência aos cananeus, "filhos de Cam", escravizados pelos hebreus posteriormente. Segundo Alfredo Bosi (1999, p. 257-8, *apud* COUTO DA SILVA, 2011), os descendentes de Cam seriam os povos de pele escura de determinadas regiões da África, como a Etiópia, a Arábia do Sul, a Núbia, a Tripolitânia e a Somália, além de certas tribos que habitaram a Palestina antes dos hebreus.

Ainda influenciada pela visão monogenista, dominante até meados do século XIX, e usada como justificativa para o tráfico de escravizados africanos, a maldição de Cam no Brasil seria reapropriada posteriormente depois que o sistema escravocrata foi abolido. De base bíblica, segundo o monogenismo, o ser humano teria sua origem numa fonte comum, no entanto, os diferentes tipos humanos seriam formados a partir “da maior degeneração ou perfeição do Éden” (QUATREFAGE, 1957, *apud* SCHWARCZ, 2004, p. 48). Sob o pseudônimo de Fantasio, Olavo Bilac também comentou o quadro: "Vede a aurora-criança, como sorri e fulgura, no colo da mulata - aurora filha do dilúvio, neta da noite. Cam está redimido! Está gorada a praga de Noé!" (1895, *apud* COUTO DA SILVA, *op. cit.*).

O texto de *O Paiz* não é só descritivo, mas emite em diversos momentos opiniões do autor. No livro *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)* (2005) a questão racial, bastante em voga nas principais instituições acadêmicas, científicas e jurídicas do país, é compreendida em suas diferentes variantes, compondo assim um quadro genérico sobre o pensamento organizacional e de intelectuais de renome no país. A autora pretende mostrar também, dentro de um quadro mais amplo de discussão científica sobre raça, o caráter original da ciência, da história e do conhecimento jurídico brasileiro, discordando da noção de simples aderência às doutrinas raciais dominantes no mundo ocidental. A mestiçagem, vista também ora como elemento negativo (deterioração, atraso, inviabilidade) e ora positivo (redenção), foi transmutada à brasileira como uma possibilidade para o desenvolvimento da nação num mundo intelectual, político, econômico e social onde o branqueamento era a nota tônica.

Segundo Lilia Schwarcz, no Brasil, teorias raciais deterministas e evolutivas retratavam no final do século XIX e início do século XX a noção racista de superioridade branca, inclusive, corroboradas por intelectuais nacionais formadores de opinião.

No que se refere à esfera política, o darwinismo significou uma base de sustentação teórica para práticas de cunho bastante conservador. São conhecidos os vínculos que unem esse tipo de modelo ao imperialismo europeu, que tomou a noção de ‘seleção natural’ como justificativa para a explicação do domínio ocidental, ‘mais forte e adaptado’ (HOBSBAWM, 1977 e 1987; NERÉ, 1975; TUCHMAN, 1990; *apud* SCHWARCZ, 2004, p. 56).

Apesar de um fundo religioso, herança de um pensamento monogenista, o quadro de Brocos está num contexto de mestiçagem racial que remonta o pensamento evolucionista e darwinista social da época. Além dos modelos predominantes, de forma adaptada à realidade brasileira, aqui houve também esse otimismo presente na visão do cruzamento das raças que tendesse a um embranquecimento da população.

“Aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça”, diz Schwarcz (p. 65). Assim como Brocos e Arthur de Azevedo, respectivamente no campo da arte e da literatura, determinados teóricos de campos científicos e políticos também pensavam o embranquecimento do Brasil em fins do século XIX. Acreditava-se que em um século o país seria branco, como a criança miscigenada.

O autor (Brocos) reconstruía, por meio de imagens, não só argumentos como perspectivas de época. O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco” (SCHWARCZ, *ibid.*, p. 12).

Sobre a nação, para além dessa matéria sobre o quadro de Brocos, a **Tabela 28** mostra outras formas de representações do descritor negro/a/s encontradas nos jornal *O Paiz*.

O Paiz foi um jornal que se posicionou a favor do abolicionismo e se manteve com esse discurso nos anos seguintes. Um jornal é produto de múltiplas vozes e também reproduz discursos de diferentes atores sociais. No entanto assume posições claras em certos sentidos. Num artigo que comemora três datas relevantes, sendo a primeira considerada a propulsora das demais, para *O Paiz*, a liberdade e o republicanismo eram vistos como elementos indissociáveis. A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, possibilitou a Lei Áurea e posteriormente o fim da Monarquia, creditava o jornal. Além disso, “franqueou as estradas do progresso a todas as explorações da indústria moderna, e aqueles mesmos que antes representaram a tradição da inércia, conduzida e enriquecida pelo escravo, tiveram de atirar-se à luta pela vida, pedindo a própria atividade, quase embotada, suprimentos que outr'ora lhes eram ministrados pelo negro submisso” (13 de maio de 1891, p. 1).

TABELA 28 – AGENDA NACIONAL

O Paiz, 13/05/1891, p. 1

Título: 13 de maio

Tema principal: Comemora a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), a Lei Áurea e a Proclamação da República

Representação negra: “O primeiro (28 de setembro - Lei do Ventre Livre) franqueou as estradas do progresso a todas as explorações da indústria moderna, e aqueles mesmos que antes representaram a tradição da inércia, conduzida e enriquecida pelo escravo, tiveram de atirar-se à luta pela vida, pedindo a própria atividade, quase embotada, suprimentos que outr'ora lhes eram ministrados pelo negro submisso.”

O Paiz, 25/10/1891, p. 1

Título: O lixo negro

Tema principal: Queima de documentos da secretaria de agricultura sobre o período da escravidão

Representação negra: “Aproveitando assim uma frase feliz do Sr. Ministro da Agricultura (‘o lixo negro’), em relação aos (documento) remanescentes da escravidão, passamos a publicar os seguintes atos, que estatuem a queima de todos os papéis existentes naquela secretaria.”

O Paiz, 28/01/1893, p. 1

Título: Sena Madureira

Tema principal: Homenagem ao militar Sena Madureira e suas condutas abolicionistas

Representação negra: “[...] foi ele um dos que com maior ânimo opuseram embargos a que os regimentos de guerra fossem dar caça ao negro, salvando a honra das armas e evitando à bandeira dos exércitos a nódoa imarcescível da lágrima de um cativo, que se visse de novo acorrentado.”

O Paiz, 28/08/1893, p. 1

Título: Trabalhadores da Libéria

Tema principal: Apoiava projeto enviado ao Congresso para contratação de dois mil imigrantes liberianos para trabalhar no porto de Santos

Representação negra: “Se o negro liberiano se identificasse em índole e em costumes de servidão ao de outras regiões africanas, cujo embrutecimento vai até a escravização voluntária, nós seríamos os primeiros a nos insurgir contra esse projeto e taxá-lo de criminoso. Tal porém não se sucede, o liberiano é um homem livre, tão obediente e disciplinado enquanto cumpre a tarefa a que por contrato se obrigou, como enérgico, intransigente, na avocação do seu direito, logo que o mesmo contrato termina, não o renovando em condição alguma, por mais tentadoras que sejam as ofertas ou por mais tenazes que sejam as imposições.”

O Paiz, 14/01/1896, p. 2-3

Título: Escola Superior de Guerra

Tema principal: Discurso no ato de colação de grau dos bacharelados militares de 1895

Representação negra: “Houvesse a Monarquia constituído o seu (exército) por esse modo e ainda hoje a raça negra estaria sujeita ao açoite degradante dos fazendeiros parasitas, e os republicanos teriam apenas conseguido aumentar a extensa lista dos mártires da liberdade.”

Autoria: Major Alfredo de Moraes Rego

O Paiz, 21/01/1901, p. 1

Título: A propósito

Tema principal: Discussão sobre os direitos femininos

Representação negra: “Um antropologista misógino foi o mais longe possível, dizendo que a média da capacidade feminina nos indivíduos de raça branca equivale à capacidade masculina dos de raça negra. Esta afirmação extrema torna ainda mais irritante o problema do feminismo entre nós, por isso exatamente que nós somos um povo de raças mescladas. As nossas leis acham, todavia, que o mais atrasado indivíduo de raça negra não pode ser privado de todos os seus direitos civis e políticos – direitos que, entretanto, devem, em grande parte, ser negados a todas as mulheres.”

O Paiz, 13/05/1909, p. 3

Título: 13 de maio

Tema principal: Comemoração da Lei Áurea

Representação negra: “Honra, pois, aqueles que, venceram galhardamente toda a sorte de embaraços, enfrentando o interesse vil dos que viam no negro uma mera máquina de trabalho.”

Esse discurso se mantém vivo e necessário, pois duas décadas depois da abolição, o jornal comemorava o 13 de maio como uma data emblemática e marcada por protagonistas: “Honra, pois, aqueles que, venceram galhardamente toda a sorte de embaraços, enfrentando o interesse vil dos que viam no negro uma mera máquina de trabalho” (“13 de maio”, *O Paiz*, 13 de maio de 1909, p. 3).

A lógica ao longo desses anos era lembrar a abolição e seus heróis, criticando o período anterior e suas permanências. Num artigo, o militar Sena Madureira (1841-1889) é homenageado por suas condutas abolicionistas. “Foi ele um dos que com maior ânimo opuseram embargos a que os regimentos de guerra fossem dar caça ao negro, salvando a honra das armas e evitando à bandeira dos exércitos a nódoa imarcescível da lágrima de um cativo, que se visse de novo acorrentado” (“Sena Madureira”, *O Paiz*, 28 de janeiro de 1893, p. 1).

Também na Escola Superior de Guerra, no discurso do ato de colação de grau dos bacharelados militares de 1895, divulgado pelo jornal em janeiro de 2016, o Major Alfredo de Moraes Rego se posicionava a favor da República e contra o escravismo: “Houvesse a monarquia constituído o seu (exército) por esse modo e ainda hoje a raça negra estaria sujeita ao açoite degradante dos fazendeiros parasitas, e os republicanos teriam apenas conseguido aumentar a extensa lista dos mártires da liberdade” (*O Paiz*, 14 de janeiro de 1896, p. 2-3).

Se, por um lado, era preciso lembrar da abolição, por outro, a escravidão era um passado passível de ser esquecido. A propósito das discussões sobre arquivos da escravidão, “aproveitando assim uma frase feliz do Sr. Ministro da Agricultura ('o lixo negro'), em relação aos (documentos) remanescentes da escravidão”, *O Paiz* passa a publicar atos que estatuíam “a queima de todos os papéis existentes naquela secretaria” (25 de outubro de 1891, p. 1).

Quando reúne-se as matérias jornalísticas sobre “pretos” e “pardos” com o contexto das descrições nacionais sobre os “negros” como um agregado, o que verifica-se, inclusive, nesse cenário é que há ideias nacionalistas nesses discursos. Nesses textos de *O Paiz*, também está posta a questão do nacionalismo, que é diferente do racismo, embora às vezes os dois pareçam se confundir, conforme Anderson (2008). Além disso, como mostrou Hobsbawm (1990), aquele era o momento em que o discurso racial era vinculado a projetos de cunho nacionalista (SCHWARCZ, 2004, p. 239).

Seguindo Benedict Anderson, no livro *Comunidades Imaginadas* (2008[1991]), as manifestações da nacionalidade são concretas e não um elemento *sui generis*. As nações são formadas por identidades nacionais híbridas. De acordo com o autor, “a convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana criou

a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna” (p. 31, 82).

Comentando a obra, conforme Lilia Schwarcz, “mais que inventadas, nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções”. Nesse processo de imaginação, o sentido de nação é modelado, adaptado e transformado (2008, p. 10, 14).

No Brasil, o discurso do jornalismo vai tentar ser posto como um agregador nacional em diversas temporalidades históricas. *Comunidades Imaginadas* argumenta que a imprensa e o “capitalismo editorial” são meios técnicos ideais nesse papel de “re-presentar” o tipo de comunidade a que corresponde uma nação”. “É o fenômeno do capitalismo editorial, é por meio de material impresso que a nação se converte numa comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada” (*Ibid.*, p. 12-13).

Para Arthur de Azevedo, colunista de *O Paiz*, a pintura de Brocos tinha um valor de representação “nacional” e, através do poder do Estado, deve ser considerada pertencente à “Nação”. Não só o texto dele, também os demais impunham ao leitor uma visão de coesão social, defendiam pontos de vista que, apesar das dubiedades internas, se endereçavam como para formar uma comunidade integrada ou, pelo menos, majoritariamente integrada, constituidora do próprio país. Isso se aplica não só aos textos opinativos, como também às notícias.

Um jornal, de forma alguma tem o monopólio de definir o que é e o que não é a nação. No entanto, seu poder crescente vai contribuir para que se torne um desses elementos que tem força para influir nos caminhos da sociedade. Nesse contexto, as representações raciais, além de refletirem visões de outras instituições da sociedade, também queriam pautar os seus debates, isto é, refletir a visão da empresa sobre as outras instituições públicas.

Em *Retrato em branco e negro*, Schwarcz (1987, p. 255) conclui que há uma mudança entre o final do século XIX e o início do século XX nos jornais paulistas, que tinha, inclusive, relação com o pensamento intelectual da época. De acordo com ela,

se em épocas anteriores reconheciam-se e afirmavam-se os conflitos raciais, em momentos seguintes se fará o oposto. O problema negro será então como que reavaliado, sendo que as imagens pejorativas dos intelectuais como Nina Rodrigues ou Euclides da Cunha, que traçavam péssimos prognósticos para essa nação “tão misturada”, serão substituídas com o tempo por representações mais “positivas e acalentadoras”, como as que Gilberto Freyre parece representar ao nível da academia, que passarão a ver na mestiçagem e no elemento negro em nossos sangues um fator distintivo de nossa especialidade enquanto nação (*Ibid.*).

Embora o preto e o pardo fossem muito representados na época e a questão negra fosse bastante discutida, “o negro, enquanto objeto dos discursos, parecia participar de um

debate que o envolvia, mas não se dirigia diretamente a ele”, esclarece Schwarcz. “O grande problema central parecia antes a nossa definição enquanto povo, bem como a explicitação dos critérios de acesso à cidadania, estando portanto a questão negra imersa num problema que de certa forma a transcendia” (SCHWARCZ, 1987, p. 252).

10.2 – Agenda internacional

À mesma medida que o jornal tinha consciência do espaço do negro na sociedade brasileira, também não reconhecia esse potencial da raça negra enquanto elemento constituidor do Brasil. Fazendo a ponte entre o panorama da eugenia nacional e o contexto do negro no mundo, a notícia a seguir traz a marca racial registrada.

Diz o *Diario de Campinas* que um morador de uma das cidades do interior encomendou da Itália um menino Jesus. O fabricante italiano, ao que parece, tem certas e determinadas noções históricas deste país e a seu ver isto não passa de uma nação em sua maioria pertencente à raça negra. Assim pensando, entendeu que para haver semelhança entre o proprietário e o santo, devia também este ser preto e enviou um menino Jesus negro retinto. Ao receber o santo, o dono ficou furioso e enviou-o para aquela cidade, a fim de o encarnarem (*O Paiz*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 29 de janeiro de 1890, p. 1).

Diferente das notícias corriqueiras, nesta, a presença do termo negro, embora também se refira ao “Jesus negro”, portanto, apenas um personagem, está também vinculada à “raça negra”. Esse dado se apresentou com certa constância em nossa pesquisa. Geralmente, enquanto as cores preto e pardo eram mais comuns de serem atribuídas a pessoas comuns, que apareciam representadas em notícias diversas, o termo negro/a estava mais associado a um coletivo populacional muito grande, isto é, todos os negros, ora da nação brasileira, ora do mundo todo.

A matéria é originalmente do jornal paulista *Diário de Campinas*, mas revela uma abrangência da notícia muito maior. Assim como o fato tem uma dinâmica que ultrapassa as fronteiras do próprio país, as marcas ali presentes são todas de uma circularidade expressiva de pessoas e informações. O morador era de uma das cidades do interior paulista, enquanto o fabricante e vendedor, da Itália. Há também a referência à raça negra, no entanto, como o conjunto de personagens externos ao próprio conceito de nação brasileira. Sendo o texto de 1890, a nação na época talvez não fosse considerada nem formada nem “pertencente” à raça negra. Na notícia, a nação aparece, por um lado, como povo ou população (“uma nação em sua maioria”), por outro lado, como termo associado à noção de território (“pertencente à raça negra”).

Na **Tabela 29**, elenco nove textos dos jornais *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* que ilustram como o tema “negro” ultrapassava os limites da representação de

indivíduos específicos ou apenas do Brasil. A palavra negro/a/s poderia designar preferencialmente toda uma raça na época, que estava problematizada na Europa e no novo continente, e, além disso, sobretudo, no continente africano, o que poderia contribuir para o quadro de exclusão, não-pertencimento, segregação, marginalização, da população negra dentro da nação brasileira, apesar do tom solidário dos textos.

Para Schwarcz (1897, p. 253), “nos jornais, as notícias sobre a África, muito mais do que informar ao público leitor acerca de um local distante e exótico, pareciam trazer 'fantasmas' sobre a própria conjuntura local (já que revelavam novos dados sobre o continente de origem de uma boa parte da população aqui residente)”. “O negro no interior desse momento, portanto, acaba recebendo um *estigma* a mais. Além de 'violento e degenerado' é também o 'estranho', o 'estrangeiro’”.

Num contexto de imperialismo mundial, a Europa colonizava países e impunha novas fronteiras para povos que tinham suas formas específicas de divisões socioculturais. Os textos colhidos criticavam o domínio inglês nessa “luta” imperialista e positivizavam os interesses do “pequeno e desprotegido” Portugal, às vezes estendendo a empatia a outros países que faziam frente à Inglaterra, como França e Alemanha ou, inclusive, aos próprios africanos.

Publicando um texto de Pinheiro Chagas (1842-1895), na opinião do autor: “somos nós (portugueses) que levamos mais facilmente e mais adiante a luz da civilização” (*O Paiz*, 14 de outubro de 1894, p. 1). Já concordando com o periódico francês *Journal des Debats* (Paris, 1789-1944), os interesses portugueses eram legítimos frente às “pretensões sem cerimônia e sem pudor diplomático dessa potência que pretende ter o império dos mares e da terra, a hipócrita e ultra ambiciosa Inglaterra” (*O Paiz*, 14 de setembro de 1894, p. 2).

Certa aproximação dos interesses de Portugal também é vista através da divulgação otimista da chegada ao Brasil de um jornal editado em Moçambique: “É escrito em Português, francês e inglês, e muito bem escrito. O seu artigo programa é lançado com elegância e critério, garantias do futuro do colega do continente negro” (*O Paiz*, 26 de out. 1892, p. 2).

Nesse contexto, as representações sobre o negro estavam de variadas formas vinculadas a uma problemática mundial. Cumpre questionar até que ponto isso também estava influenciando na forma como negros brasileiros eram percebidos dentro desse contexto mais amplo. Esse estrangeiro africano em suas relações de disputas e colonialismos refletia na imagem que se tinha sobre a população negra local? Afinal de contas esta era oriunda daquela.

TABELA 29 – AGENDA INTERNACIONAL

O Paiz, 14/10/1894, p.1

Título: Os Exploradores Portugueses

Tema principal: Exploração portuguesa e europeia no continente africano.

Representação negra: “Nesse continente negro (África), que está agora excitando a cobiça e a avidez de toda a Europa, ainda somos nós (portugueses) que levamos mais facilmente e mais adiante a luz da civilização”.

Autoria: Pinheiro Chagas (1842-1895) – Escritor, jornalista e político português

O Paiz, 29/01/1890, p. 1

Título: Opinião da imprensa francesa sobre o conflito suscitado na Inglaterra

Tema principal: Opinião de jornal francês sobre conflito entre Inglaterra e Portugal na África Meridional

Representação negra: “Potência colonial, possuindo na África importantes colônias, tendo portanto interesses valiosíssimos no continente negro, o conceito da França na questão suscitada pela cobiça inglesa em terras portuguesas deve merecer atenção pela sua imparcialidade.”

Autoria: *Journal des Debats* (Paris – França, 1789-1944)

Jornal do Brasil, 26/04/1891, p. 1

Título: Cartas dos Estados Unidos

Tema principal: Linchamentos de italianos em Nova-Orleans

Representação negra: “Os civilizados europeus, embaraçados tanta vez nas formalidades judiciárias que, demorando a ação da justiça diminuem-lhe o poder moralizante, invejavam na literatura a extrema simplicidade do processo popular americano. Mas isso era enquanto só se tratava de algum negro enforcado nas plantações ou bandido executado em flagrante delito nas regiões mineiras.”

O Paiz, 26/10/1892, p. 2

Título: Não há

Tema principal: Chegada a *O Paiz* do jornal africano *O Comercio de Lourenço Marques*

Representação negra: “É escrito em Português, francês e inglês, e muito bem escrito. O seu artigo programa é lançado com elegância e critério, garantias do futuro do colega do continente negro.”

O Paiz, 14/09/1894, p. 2

Título: Berlim

Tema principal: Disputas imperialistas na África

Representação negra: “As discórdias da Inglaterra e da Alemanha vêm da questão africana, ou precisando melhor, da questão dos limites do Congo e talvez mesmo da tutela inglesa no Egito, que vai parecendo demasiada aos olhos dos políticos alemães. A Inglaterra já não tem apenas na África a lutar com o pequeno e desprotegido Portugal, com a França hesitante, mas com a Alemanha que quer afirmar o seu domínio no continente negro e que se vê em sérios embaraços diante das pretensões sem cerimônia e sem pudor diplomático dessa potência que pretende ter o império dos mares e da terra, a hipócrita e ultra ambiciosa Inglaterra.”

O Paiz, 25/01/1895, p. 2

Título: Não há

Tema principal: Conflitos em Madagascar entre franceses, malaios e negros

Representação negra: “A raça negra, mais antiga, é representada por duas tribos que vivem a oeste e leste da ilha, da qual deviam ser senhores, pois que abrangem mais da metade da população. A indolência dos negros, suas divisões, julgo cruel a que os submeteu os hovas (malaios), embruteceram-nos, reduzindo-os ao último grão de miséria. São, entretanto, ótimos pescadores e marinheiros audazes.”

Jornal do Brasil, 12/04/1903, p. 1

Título: Não há

Tema principal: Conflitos em Cuba

Representação negra: “Em Havana, Gualberto Gomes, líder dos homens de cor, orador e jornalista, em vigoroso discurso no seio da Convenção, manifesta-se contrário à soberania dos Estados Unidos da América do Norte, preferindo o domínio espanhol, que ao menos sabe tratar o negro como homem e não como besta.”

Correio da Manhã, 29/09/1905, p. 3

Título: Linchamento horrível

Tema principal: Um homem negro foi queimado vivo no Texas, EUA

Representação negra: “Esta execução sumária terrificou por tal modo a população negra de Sulphur-Springs, que se deu um verdadeiro êxodo na gente de cor, receosa de ver continuar as represálias dos brancos.”

Correio da Manhã, 31/07/1908, p. 2

Título: Estados Unidos

Tema principal: Conflito entre negros e brancos

Representação negra: “[...] na Flórida, houve grave conflito entre negros e brancos. Esses tiveram três mortos e vinte feridos. Deu causa ao conflito o fato de ter sido enforcado um negro.”

O *Correio da Manhã*, no início do século XX, também traz a representação do negro nesse espaço internacional. No entanto, valorizando mais a notícia que o texto de opinião. Traz fatos chocantes, como dois relatos de linchamentos. Uma execução sumária em Sulphur-Springs, no Texas, EUA, faz com que a população de cor deixe quase maciçamente a localidade, temendo que continuem as represálias de brancos (29 de setembro de 1905, p. 3). Já na Flórida, os negros não se intimidaram. Houve grave conflito entre negros e brancos, terminando com três mortos e vinte feridos dentre os brancos. “Deu causa ao conflito o fato de ter sido enforcado um negro” (31 de julho de 1908, p. 2).

Porém, nem tudo que vinha dos Estados Unidos e da Europa representava um conflito entre brancos e negros, em prejuízo destes. O texto a seguir é o segundo da sessão “Retalhos”, de *O Paiz*, composta por comentários de notícias internacionais.

Embora, aqui no Brasil, “o calor nos punge, nos abafa, nos derrete (...), falemos de valsa”. Assim começa o texto antecedente, um breve relato do lançamento de uma nova valsa de Strauss (Johann Strauss II, 1825-1899). O progresso da modernidade é então comparado à vanguarda das danças e operetas suaves e ligeiras do compositor austríaco.

Progresso, tu valsas também e em ritmo mais rápido do que o da nova valsa de Strauss. Falam de civilização etnográfica, da fatalidade dos paralelos equatoriais para as raças humanas, do perpétuo aviltamento de certas raças e do perpétuo brio de outras raças. Civilização e educação cívica, moral e literária. Nos Estados Unidos, na terra da liberdade e da instrução popular, os homens de raça negra são civilizados industriais e valem mais do que muitos homens de raça branca de outras terras. Foram educados e ensinados, sabem; eis o segredo da transformação (Rio de Janeiro, quinta-feira, 30 de janeiro de 1890, p. 1/6).

Feita a ligação entre as duas informações, como recurso retórico de um mesmo autor com a função de encadear fatos nem sempre aproximados, em seguida, sem citar respectivamente a raça negra e a branca, o texto se refere ao propalado “aviltamento” e ao “brio” de uma e de outra, em referência aos fundamentos teóricos e conceituais daquele tempo que afirmavam as diferenças evolutivas entre negros e brancos. No entanto, logo nessa frase introdutória, o autor revela se afastar dessa visão. Primeiro, porque usa o verbo na terceira pessoa. Segundo, porque não cita objetivamente a que raças se refere.

Naquele tempo, enquanto “aviltamento” podia se referir ao “vil”, isto é, “de baixa sorte, desprezível, desonroso”; “brio” podia se referir a “esforço” e “valor”. No contexto da frase, as palavras soam ainda mais fortes porque estão acompanhadas do adjetivo “perpétuo”, “aquilo que é perene, continuado, que sempre dura”. A força da frase é reveladora do impacto dos estigmas raciais da época.

Mas se forte é essa visão estereotipada, forte também parece ser a posição do autor. Ao não se referir no início a uma raça ou outra e posteriormente demonstrar como a raça negra

vem se destacando nos Estados Unidos, o autor revela no conjunto do texto que está se opondo à visão hegemônica da evolução racial, sem contudo deixar de revelar um teor darwinista social em sua análise.

Na opinião dele, as palavras de ordem para o indivíduo adaptado ao progresso eram civilização e educação cívica, moral e literária. Porém, a despeito de discordar da visão de inaptidão de uma ou outra raça, essa divisão racial, ainda que como terminologia comum, continua presente em seu texto. Apesar disso, a desvantagem dos negros passa a ser considerada uma questão de cunho social e não racial.

O exemplo dado pelo autor é o dos Estados Unidos. Vistos como a “terra da liberdade”, lá, através da instrução básica, os homens da raça negra eram civilizados industriais e valiam mais do que muitos homens de raça branca de outras terras.

O fator em destaque não é só a ascensão negra, mas também a importância da vida laboriosa para uma ou outra raça. A importância de uma ou outra raça está vinculada a sua formação para o trabalho. A fórmula para isso está na educação e no ensino, processo transformador do indivíduo “inadaptado”.

O autor dá como exemplo o trabalho do engraxate, função hoje exercida por muitos negros aqui no Brasil. Nos Estados Unidos, engraxates haviam modernizado seu trabalho.

Na Sexta Avenida da cidade New York, alguns negros industriais estabeleceram um *salão* para engraxar o calçado... a vapor. Com efeito, o engraxamento dos sapatos ali se faz por meio de engenhosa máquina, cintilamento como prata nova, e o único trabalho do engraxador é estender a graxa no cabedal. O freguês põe os pés no lugar próprio da máquina e era um abrir e fechar escovas de tal máquina movida a vapor, deixam-lhe o calçado como um espelho (*Ibid.*).

A ideia nova-iorquina era finalmente apregoada ao término do texto: “Agora engraxates de cá... *Engraxate, envernizate a la mode de New york*”.

11 – REPRESENTAÇÕES NÃO DÃO CONTA DA REALIDADE

Certamente, a violência, o desvio, os crimes, os acidentes, a situação problema, tópicos sobre os quais nos dedicamos ao longo deste trabalho, de forma alguma podem traduzir, explicar ou limitar toda a complexidade da vida da população negra da época. Essa é uma preocupação importante do uso das fontes historiográficas, nesse caso, especificamente, as jornalísticas. É preciso saber que há alcances, mas também limites nessas fontes.

Como exemplo nesse sentido, quando analisou processos criminais, em *Das cores do silêncio* (1995), Hebe Mattos evitou transformar a violência em tema de análise, pois, segundo ela, esse procedimento produziria uma visão distorcida dessa dimensão das relações sociais.

É preciso compreender então a violência, a marginalidade, o desvio, o trágico, tão explorados pela imprensa, em sua própria contextualização, questionando o espaço que esses eventos tinham na sociedade da época e por que eram temas prediletos das representações jornalísticas, neste caso, de pretos e pardos.

Quando se tem o propósito de verificar a representação que a imprensa faz de determinado grupo analisado, objetivamente, não se procura reconstituir as relações sociais do dia a dia, mas os fatos que são de interesse da imprensa, procurando entender porque a imprensa reage a determinados fatos diferentemente de como reage em relação a outros. Em outras palavras, é preciso compreender por que a imprensa se alimentava desses fatos e não de outros. Por que fatos negativos são mais notícia do que coisas boas?

Quando se pensa a realidade da época, outras alternativas foram vividas pela população negra que não se resumem a esse cenário caótico descrito na imprensa. Mas a imprensa se alimentava e alimentava a sociedade dessas informações padronizadas sobre tantas tragédias, o que de alguma forma revela a característica dessa instituição social.

Pode-se considerar que o resultado final dos discursos sobre o negro nos jornais investigados pode ser duplo ou ambivalente. Por um lado, se os jornais queriam alertar sobre problemas sociais, inclusive, enfrentados pela população negra, por outro, também cristalizavam a representação depreciativa de pessoas pretas e pardas. Como constatamos, eram poucos os casos de heroísmo, de boa conduta, de boa memória e de estima de personagens negros nessas notícias.

Pode-se ainda considerar o caráter exploratório da imagem do personagem negro nas notícias, figura fácil e frágil de ser utilizada na época como personificação da notícia. Sem

direito à autodefesa, a maior parte dos personagens aparecia silenciada nas notas, notícias e reportagens.

Os significados atribuídos aos negros no Brasil são heranças difíceis de serem combatidas e podem se refletir no dia a dia da sociedade, na forma como os indivíduos pretos, pardos e brancos se relacionam com as questões raciais.

Estudando os jornais de 1888 a 1910, pode-se perceber que a população negra ali representada vivenciava lugares comuns, ocupava posições hierarquicamente inferiores.

Em nossa opinião, uma vez que retratava o negro num lugar de muita vulnerabilidade, seja econômica, cultural e social, a imprensa da época contribuía para que a sociedade visse o negro de forma marginalizada. Também pode-se ver por outro prisma a questão. Essa representação maciça poderia de alguma forma ter o objetivo de sensibilizar o leitor e denunciar as dificuldades enfrentadas por muitos personagens.

Se, como diz Chartier, trabalhar sobre as representações sociais é dedicar “atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ‘ser percebido’ constitutivo de sua identidade” (2002, p. 73), o conjunto de imagens reproduziam identidades sociais que traziam impactos para a vida social. O negro passava a ser visto também a partir do filtro dado pela imprensa.

Bourdieu contribui com a noção de campo para essa discussão (1989). Nesse conceito, considera-se a capacidade de agentes determinarem, validarem e legitimarem representações, classificando os signos adequados ou que pertencem ou não a um código de valores. No campo dessas representações investigadas, são personagens negros que são classificados e, por vezes, estereotipados.

Os discursos sobre pretos e pardos também eram produto de uma realidade institucionalizada, econômica, política, jurídica, cultural e socialmente. Não seria tão fácil fugir daquelas representações.

É na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (BOURDIEU, 1989, p. 14).

O exemplo de Juliano Moreira é ilustrativo de como esses discursos são dificilmente contestados. Médico negro, talvez espontaneamente foi levado a por em dúvida a representação oficial dos indivíduos negros, acusados, por vezes, de “imprevidência,

imoralidade e improbidade”⁴⁷. Isso era uma questão na época. Havia discursos cruéis, talvez mais constrangedores do que os que sensibilizavam. A sua origem racial e familiaridade com o universo da medicina⁴⁸ permitiram que questionasse os discursos dominantes (DANTAS, 2007, p. 197-201)⁴⁹.

Para Juliano Moreira, negros e mestiços tinham a mesma condição racial que os brancos. Os fatores que diferenciavam brancos e negros eram o meio em que viviam e a educação que recebiam, dizia. No próprio Brasil, em áreas como a medicina, a pedagogia e o direito, havia exemplos de que o negro, quando tinha boas condições sanitárias e mentais, conseguia se destacar tanto quanto o branco, considerava ele.

Defensor da profilaxia, isto é, da educação e da higiene mental, Juliano Moreira debateu com Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), autor que defendeu teses sobre desigualdade racial e degeneração da raça branca pela mestiçagem. Juliano tentou evidenciar, através de um estudo de caso, que a “demência” de um de seus pacientes mestiços não estava vinculada à ascendência negra, porém, vinculava-se aos parentes brancos, opinião contrária ao pensamento dominante⁵⁰.

Ainda de acordo com Juliano Moreira, o alcoolismo era um problema grave que, em seus efeitos no organismo, provocava desvios, na época, muito atribuídos intrinsecamente à raça e à mestiçagem. Para ele, “a má natureza dos elementos formadores de nossa nacionalidade deve-se à degenerescência física, moral e social que injustamente tem sido atribuída ao único fato da mestiçagem” (DANTAS, 2007, p. 197-201).

⁴⁷ Juliano Moreira combateu supostos “defeitos” que estudiosos atribuíam aos negros na época, como “imprevidência, imoralidade e improbidade”. São termos eufemistas atribuídos por estudiosos, mas que encontravam ecos na sociedade brasileira da época, como na forma das representações da imprensa do Rio de Janeiro naquele período. Chegou a afirmar: “os defeitos dos pretos não são maiores que os dos brancos e (...) por intermédio da educação eles desaparecerão”.

⁴⁸ Em 1896, Juliano passou no concurso para professor da Faculdade de Medicina da Bahia, apesar das dificuldades de entrar numa instituição com fama de racista e com membros da banca conhecidos pelo seu passado escravocrata. Era uma vitória daquele jovem negro de apenas 23 anos, filho de uma doméstica e filho “bastardo” de um funcionário público – que só o reconheceu quando ficou viúvo.

⁴⁹ Sobre a história de Juliano Moreira, ler também, PASSOS, A.. *Juliano Moreira* (vida e obra). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975. ODA, Ana Maria Galdini; DALGALARRONDO, Paulo. “Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico”. In: *Rev. Bras. Psiquiatria*, vol.22, nº4, dez. 2000; PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura*. Juliano Moreira e a descontinuidade da Psiquiatria. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2002.

⁵⁰ Chamado A.P.D., o paciente era filho de italiano e de uma preta. O pai era alcoólatra, mas a mãe não apresentava nada de anormal. Pequeno proprietário de terra, APD estudou também direito até o segundo ano. Depois de interromper o curso, apresentou uma preocupação obsessiva pela delimitação de suas terras com as de um vizinho, o que o levou a longos 32 anos de processos judiciais. APD morreu com 55 anos, tendo o próprio Juliano Moreira verificado a paranoia do paciente. Para Juliano, a “demência” do paciente não estava associada à presença de genes negros na composição mestiça de APD. Pelo contrário, a família branca do paciente tinha mais problemas do que a família negra.

De forma ambivalente e concorrendo com o processo de fixação de imagens ruins da população negra, os jornais também tentavam ajudar aquela população, denunciando a opressão sofrida por pretos e pardos. Havia uma multiplicidade de representações, e não se pode considerar a imprensa apenas como reprodutora do racismo. Um dos objetivos de muitas reportagens eram justamente denunciar o sofrimento de personagens negros. O que não se sabe, por hora, eram os efeitos provocados. Para isso, teríamos que entrar no universo da recepção. Acreditamos que havia os dois.

No entanto, somando tudo, uma das coisas que mais chocam quando vemos as notícias sobre negros na imprensa é a quantidade grande de relatos de crimes, marginalidade, pobreza, desvios, doenças, miséria etc. Se, por um lado, as notícias apresentam e combatem o aspecto trágico de uma realidade desagradável na época, por outro, reforçavam uma visão degradante sobre o negro através da consolidação dia após dia desses estereótipos cruéis⁵¹.

Segundo Costa Pinto (1998)⁵², a respeito da questão da população negra no Brasil, “poder-se-ia dizer que o preconceito racial consiste, em certo sentido, num característico

⁵¹ De acordo com João Freire Filho, “debates públicos e análises acadêmicas acerca da veiculação maciça de representações desfavoráveis e danosas das minorias costumam gravitar em torno de um conceito-chave: estereótipo, derivado do grego *stereós* ('sólido') + *týpos* ('molde', 'marca', 'sinal')” (2004, p.46). Em *Public Opinion*, Walter Lippmann traz duas noções diferentes de estereótipo. A primeira naturaliza o estereótipo como um modo necessário de processar a informação, principalmente em sociedades altamente diferenciadas; uma forma de simular a ordem diante do caos da vida social e das cidades modernas (*apud* FREIRE FILHO, *Ibid.*, p.46). No entanto, essa primeira premissa de Lippmann, de base psicológica, de que os estereótipos são um modo necessário de processamento da informação, poderia provocar a inanição até mesmo diante de práticas sociais consideradas, hoje, como racismo, xenofobia e discriminação sexual, explica Freire (p. 46). O segundo conceito de Lippmann sobre o estereótipo possui um viés político, considera os estereótipos como construções simbólicas enviesadas, contrárias à ponderação racional e resistentes à mudança social (p. 46-47). Com o uso dos estereótipos, a “individualidade é alegorizada e transformada em ilustração abusiva de outra coisa, algo não concreto e não individual”. Os estereótipos também são uma “forma influente de controle social, ajudam a demarcar e manter fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o aceitável e o inaceitável, o natural e o patológico, o cidadão e o estrangeiro, os insiders e os outsiders, Nós e Eles”. Além disso, os estereótipos “tonificam a autoestima e facilitam a união de todos 'nós' que somos normais, em uma 'comunidade imaginária', ao mesmo tempo em que excluem, expõem, remetem a um exílio simbólico tudo aquilo que não se encaixa, tudo aquilo que é diferente”. Desta forma, para Freire Filho, os estereótipos precisam “ser conceituados (e contestados) como estratégias ideológicas de construção simbólica que visam a naturalizar, universalizar e legitimar normas e convenções de conduta, identidade e valor que emanam das estruturas de dominação social vigentes” (p. 47-48).

⁵² L. A. Costa Pinto escreveu um importante trabalho sobre relações raciais no Rio de Janeiro, cuja primeira edição foi publicada em 1953, pela Cia. Editora Nacional, embora o texto final aparentemente já estivesse concluído em 1º de maio de 1952, conforme atesta o prefácio à primeira edição assinado pelo autor. O livro *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança* é resultado também de uma encomenda da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura - Unesco sobre o tema. Parte dos seus escritos se mostrou superada, mas um dos pontos altos do texto é o tom das críticas de Costa Pinto sobre a desigualdade racial no Rio de Janeiro, que claramente fez oposição a outras perspectivas antecedentes ou que lhe eram contemporâneas, com destaque para a crítica às perspectivas culturalistas sobre o tema e para a divergência entre a interpretação do autor sobre o fenômeno no Rio de Janeiro e a de Florestan Fernandes sobre o caso em São Paulo. Mais do que uma mera exposição de dados e informações sobre o tema, a pesquisa de Costa Pinto tenta, de forma geral, se afirmar enquanto método e técnica científicos, dentro de uma perspectiva das formas da época de se pensar a pesquisa sociológica mais séria, tendo em vista, inclusive, os cuidados que uma pesquisa encomendada pela Unesco deveria ter.

sistema de reações estereotipadas, mais ou menos integradas, que são adquiridas, por diversos modos, na vida social”. Segundo ele, “*não no contato com o negro mas através da assimilação das opiniões existentes sobre o negro*” (COSTA PINTO, 1998, p. 186).

A inferiorização circular do negro na sociedade brasileira tem sido, entre nós, um fecundo filão de estereótipos raciais. Ela consiste no seguinte: o negro, historicamente colocado em posição econômica e social inferior, tem essa posição social explicada e justificada, pelos portadores do preconceito, como sendo um produto da inferioridade racial; essa opinião, por outro lado, gera e mantém estereótipos que funcionam como barreiras, quer de ordem objetiva, quer de ordem subjetiva, que impedem ou dificultam a ascensão social do negro, fazendo com que produtos do preconceito e da desigualdade de oportunidades sejam utilizados para a sua própria justificação (*Ibid.*, p. 187).

Para Costa Pinto, “os estereótipos, que são criações de grupo e não do indivíduo, tendem a se estabelecer e consolidar (...) na medida em que, dentro de uma estrutura maior, os grupos se afastam e entram em competição”. Para o autor, à medida que existem e se expandem num grupo e mais pessoas passam a adotá-los, os estereótipos “se tornam mais consolidados, mais integrados e, por via de consequência, mais difíceis de modificar, pois em torno deles tendem a se formar correntes de opinião, ideologias e movimentos sociais” (*Ibid.*).

Como se vê, o estereótipo tem largo papel na economia do esforço de pensar e se fundamenta, grandemente, na inércia mental e na falta de espírito crítico. Nesse sentido pode-se afirmar que as formas estereotipadas de pensamento e julgamento são exatamente o contrário do espírito crítico e científico e a negação do pensamento racional, experimental e inovador. Ele vem a ser o que há de alógico, inerte e subinteligente no chamado “senso comum” (*Ibid.*).

Qual era, no entanto, o estereótipo formado na mente das pessoas depois da abolição? Não temos a pretensão de investigar isso, pois exigiria uma extensão da pesquisa. Porém, acreditamos que parte dos estereótipos daquela época, que provavelmente eram incalculáveis, pode ser recuperada a partir da verificação de como a imprensa representava hegemonicamente a população negra.

Ainda segundo Costa Pinto, “o que importa assinalar, entretanto, é que, uma vez formados e consolidados os estereótipos, eles como que se interpõem entre a percepção e a realidade, fazendo o indivíduo ver, em parte, ao invés de cada *tipo*, o estereótipo correspondente” (*Ibid.*).

Nos primeiros anos imediatamente depois da abolição, as representações da população negra no jornalismo factual predominaram entre representações negativas (crimes, assassinatos, furtos, vícios, marginalidade etc.) e solidárias (tratando de sua pobreza, sofrimento, enfermidade, acidentes etc.). Tal como verificou Bronislaw Geremek (1995) em seu estudo sobre a figuração da população europeia menos favorecida entre os séculos XV e XVIII, as representações sobre negros aqui também podem ser consideradas como indo de um extremo a outro, pois sabiam ser piedosas mas também odiosas. Assim como nas conclusões desse autor, o tratamento aos negros na imprensa do Rio de Janeiro podia variar de

“compaixão” e “impulsos assistenciais” para “ódio, desprezo e violência”. Além disso, também há representações positivas, mas em bem menor número, o que pode ser considerado até irrisório dentro do quadro geral.

Quando não se trata apenas de ouvir falar mas de entrar em relações com pessoas que se incluem numa categoria qualquer sobre a qual nossos estereótipos estão formados, relações que se estabelecem à base de emoções, julgamentos, avaliações, as situações e pessoas passam a ser apreciadas à luz dos estereótipos existentes, que, conforme o caso, dificultam ou facilitam o estabelecimento de contatos e experiências novas, pela força estabilizadora que têm e pela fixidez que os caracteriza (COSTA PINTO, 1998, p. 186).

A imprensa tinha uma retórica que evitava reconhecer um problema racial no Brasil tal como fazia em relação a outros países. Apesar disso, denunciava a violência sofrida pela população negra. Essas diferentes medidas, no entanto, não retiram o caráter estigmatizante das representações que colocavam o personagem negro sobretudo nos cenários mais terríveis das crônicas policiais, seja como autor ou vítima dos fatos ali narrados. As buscas pelos termos nos levaram até lá, numa relação em que as premissas estatísticas nos ajudam a concluir que essa era a tendência.

Indiretamente, havia um constrangimento da imagem da pessoa negra, uma vez que a representação maciça era deveras marginal. Sabe-se que essa marginalidade fez parte da sociedade da época, mas pode-se inferir que estava superestimada dentre as pautas jornalísticas, seguindo a lógica própria de funcionamento do meio. Um jornalismo que captava justamente esse quadro dramático da vida urbana, naturalmente explorava os crimes, as tragédias, os desvios.

Apesar desse cenário predominantemente precário da vida da população negra representada, como demonstramos, muitas notícias tinham a finalidade também de romper com o passado escravista e se posicionar contra as permanências da escravidão e o sofrimento infringido sobre a população negra. Nesse sentido, o movimento abolicionista até mesmo continua depois da abolição nas páginas desses jornais. Romper com uma história de opressão não viria da noite para o dia, muito menos a imagem dessa população seria reconstruída rapidamente. Pelo contrário, nas duas décadas posteriores à Lei Áurea, permanecem hierarquias subjacentes às representações discursivas sobre pessoas negras. Não à toa, relembrar a abolição e a escravidão será um contínuo nos jornais, revelando que era um tema ainda sensível 20 anos depois, bem como é hoje.

Aquela é uma fase muito frágil da vida da população negra, que vai se refletir necessariamente nas formas como é representada. Havia uma série de movimentos que se opunham às estruturas dominantes, percebidos na forma de resistências individuais e até mesmo de grupos com alguns graus de institucionalização ou que indiretamente faziam frente

aos códigos culturais hegemônicos. Não foi objetivo deste trabalho se dedicar a essas experiências, tal como vêm sendo feito em pesquisas mais correntes do campo. O que tentamos comprovar aqui foi que, do ponto de vista da imprensa, do ângulo dos principais jornais cariocas, não era esse o retrato obtido imediatamente, revelando um domínio das descrições ruins, no ambiente criminal, em situações de vulnerabilidade, compondo assim um triste quadro de sub-representações.

Uma das formas de silenciamento que se pode enxergar nessas matérias é inerente ao processo de apuração e composição das notícias. Não há nesses textos a voz autoral dos personagens descritos. Em geral, eles aparecem na composição de narrativas superficiais, sem direito a se posicionar sobre as situações em que estão inseridos ou suas atitudes. Por que a prática jornalística é tão cruel e superficial ao lidar com a vida humana? Além disso, o silenciamento do debate, a ausência de um enfrentamento do tema também pode, de alguma forma, ter cooperado para sedimentar a percepção de que no Brasil a exclusão foi mais amena.

As marcas de o quanto as representações de cor eram um fator importante que podia gerar certo ressentimento entre a população negra são próprias do período investigado. Como apontou Petrônio Domingues (2007, p. 119), naquela fase em que o racismo científico e as teorias do branqueamento, por exemplo, estavam em voga - além disso, acrescentamos, os discursos da imprensa sub-representavam o negro - reconhecer-se como negro não era tido como algo afirmativo pelo “movimento negro”, cujo caráter ainda não era explicitamente político. Segundo o autor, entre os anos 1889 e 1937, a mestiçagem era vista de forma positiva por representantes de grêmios, clubes ou associações negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antonio Guedes de Miranda, Cypriana Rosa da Piedade, Natividade Candida Moraes, Maria da Conceição, Antonio Paulo dos Santos, Martinho Lopes, José Antonio Dias Vieira, Marcelino da Costa, Margarida Martins Viana, Dagoberto Corrêa dos Santos... e tantos outros personagens negros explorados (novamente) neste trabalho nos dizem algo no contemporâneo. Suas mortes, feridas e dores não escapam da sua importância fragmentos para a reconstrução de uma fase da história do Brasil.

O que se nota ao remontar este quebra-cabeças de duas décadas é uma situação generalizada de vulnerabilidade dos personagens negros representados. Mais que sujeitos ameaçadores à sociedade, são predominantemente apresentados como vítimas das mais diversas situações de degradação de vida. Cerca de 80% das notícias traziam casos em que os negros, na verdade, apareciam como vítimas de infortúnios e não como autores de delitos ou desvios.

Crianças, desde o seu nascimento, e adolescentes negros eram especialmente vulneráveis a sua condição etária e ao meio familiar e trabalhista em que estavam inseridos. Os vínculos familiares dessas crianças e adolescentes apareciam bastante fragilizados, geralmente apenas associados à figura materna. Havia casos de autores de delitos, outros que superavam momentos degradantes, inclusive, de cruel violência física, geralmente em meio ao ambiente de trabalho. Em alguns momentos, não havia tanta distinção entre o adulto e o pequeno. Crianças trabalhavam e eram presas como se adultas fossem.

A mulher também era bastante oprimida, segundo os jornais, fosse porque sofria maus tratos de homens ou porque enfrentava problemas similares envolvendo saúde, trabalho, moradia, vícios, entre outros.

Mas a maior parte de vítimas fatais eram homens, a maior parte jovens. Eles eram os que mais morriam e também os que mais matavam, protagonizando cenas de crimes, enfermidades, vícios, disputas e acidentes.

O trabalho alertou para evidências de uma agressividade ao negro que precisa ser melhor investigada em seus próprios termos, sem buscar no conceito americano de linchamento apenas o que há de semelhança nas agressões, mas encarar que negros aqui também eram mortos de forma violenta.

Os casos encontrados podem caracterizar homicídio e também linchamentos. De qualquer forma, o caráter racial não é descrito, mas ficam registrados diversos indícios. As respostas às perguntas que suscitam só podem ser obtidas a partir de um confronto entre os

dados jornalísticos e os processos judiciais. No caso dos linchamentos, como têm demonstrado os trabalhos de quem investiga o tema, apenas a partir dos jornais, há mais dúvidas do que respostas. Mesmo os processos judiciais podem não tratar do tema de forma aberta (MARTINS, 2015, 1996, 1995).

Apesar daquele momento novo, de transformações, práticas anteriores ainda permaneciam, como as hierarquias sociais e raciais, castigos físicos e o temor ao negro em face de sua condição social e racial marginalizada.

Os textos das reportagens revelaram a busca de controle do comportamento de indivíduos baseada nas normas sociais e jurídicas do período.

O fim da escravidão representou o início de outros desafios no mundo do trabalho livre em que coexistiam vícios anteriores. Agora a população negra também enfrentava os desafios da individualidade das novas relações laborais. Porém, havia casos de maus tratos similares aos tempos progressos, precariedades em certas ocupações, falta de serviços e também a concorrência com o elemento estrangeiro.

O que se pode perceber também como indício dessas reportagens e na forma como a sociedade se posicionava, é que havia por parte do negro formas de resistência à situação de permanência de características do tempo da escravidão. Havia também casos de participação popular na defesa da população negra em questões específicas que revelavam abusos. A morosidade do setor público parece evidente em muitos aspectos, sendo também denunciada pela imprensa, inclusive, em posicionamento de defesa aos direitos da população negra.

No entanto, o silenciamento de grande parte desses personagens descritos é revelador também da marginalidade que as práticas da imprensa do período geravam para a população negra. Por um lado, a imprensa da época queria denunciar a marginalidade do negro, por outro, concentrava os discursos sobre a população negra nesse âmbito. Porém, seria difícil fugir dessa perspectiva, afinal de contas as consequências da escravidão eram evidentes na precariedade da situação da população negra depois da abolição.

A imprensa podia ir de um extremo a outro, por vezes, revelando-se como mediadora entre negros vítimas e a atuação do Estado, outras, corroborando discursos que estigmatizavam a população negra.

No entanto, sabe-se que o jornal *O Paiz*, único dos três utilizados na pesquisa que já existia antes de 1888, participou ativamente da campanha abolicionista. Estudando esse jornal nos anos de 1888 e 1889, Humberto Fernandes Machado (2015) exemplifica que *O Paiz* manteve-se dentre os que denunciavam as práticas remanescentes do período da escravidão que ainda se reproduziam na sociedade.

Os principais estudos sobre os jornais da Primeira República apontam que, no âmbito da capital federal, os periódicos eram atores relevantes que influenciavam o dia a dia da vida pública, política, econômica e social da cidade, inclusive, chegando até a população mais simples, inclusive, analfabeta (BARBOSA, 2010; SODRÉ, 1999[1966]). As tiragens eram altas e havia certa oralidade na leitura dos jornais que repercutia na sua dispersão profícua entre diferentes públicos.

Olhando para trás, vemos esses discursos como formadores de descrições estereotipadas sobre o negro. No entanto, é preciso inquirir em que medida a imprensa tinha ou não consciência disso na época. Parte dos descritores da imprensa era compartilhada por outras instituições daquela fase. Discursos hegemônicos do âmbito jurídico, policial, econômico, político, médico, antropológico e social encontravam ecos nos textos jornalísticos (AZEVEDO, 1987; SCHWARCZ, 2005). Discutir os estereótipos gerados pela imprensa passa a ser uma questão que abrange perceber a sociedade de forma ampliada. Analisar criticamente a imprensa é uma forma de dialogar com a própria sociedade.

Embora a pesquisa não tenha analisado as representações sobre pessoas brancas, encontramos exemplos de personagens brancos em textos similares aos de personagens pretos e pardos, isto é, em crônicas policiais. Foi possível supor que havia uma representação mais branda sobre essas pessoas. Os adjetivos e títulos empregados nessas reportagens não retratavam de forma tão agressiva esses personagens.

Os jornais da época se tornavam cada vez mais um elo entre as instituições mais importantes da sociedade e os leitores. Se entendermos a identidade humana como uma disputa entre a forma como o indivíduo se percebe e como é descrito, a batalha a ser superada era no mínimo, desvantajosa para o negro. As marcas sociais e identitárias do negro podiam estar muito vinculadas à marginalidade do negro naquela fase.

Investigando jornais de São Paulo, com a quantidade de representações negativas, Lília Schwarcz chega à conclusão de que os diversos personagens, “de mera sugestão, ou imagens isoladas, vão se transformando aos poucos em pressupostos de uma época”. “Se por um lado a grande marca de nosso material parece ser a heterogeneidade de imagens, por outro os periódicos enquanto conjunto reconstituem muitas vezes representações homogêneas ou ao menos predominantes”, explica a autora (SCHWARCZ, 1987, p. 248-249).

Segundo Costa Pinto,

no Brasil, as condições econômicas, sociais e educacionais fazem do negro o veículo fácil de todas as aberrações sociais, aumentando de maneira espantosa a frequência estatística com que ele aparece na crônica da criminalidade, do misticismo, da *mala vita* em todas as suas manifestações, e essa condição, que não é especificamente negra, embora seja específica da organização social em que o negro vive, é fonte permanente de fatos que traumatizam o

espírito da população branca, engendrando atitudes hostis ao negro, atitudes que, por sua vez, formam-se em barreira potente contra a melhoria da condição social dos homens de cor, ou, ao menos, da melhoria de sua posição na escala de valores que a sociedade cultiva a seu respeito e que os brancos integram, desde cedo, nas suas pautas de conduta (1998[1953], p. 172-3).

Seguindo Benedict Anderson, no livro *Comunidades Imaginadas* (2008[1991]), “é o fenômeno do capitalismo editorial, é por meio de material impresso que a nação se converte numa comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada” (p. 12-13). No Rio de Janeiro, esse discurso factual do jornalismo vai pouco a pouco se configurando num padrão de imagens sobre esse nacional preto ou pardo e que pode, indiretamente, gerar racismo. Parafraseando Anderson, o leitor não encontrava aqueles corpos, enfermos, empobrecidos, criminosos etc. – ele os imaginava a partir das notícias dos jornais. Para o autor, tampouco o leitor se importa minimamente com a identidade dos personagens. O leitor “pensa no corpo representativo, não na vida pessoal” (p. 64-5). “E no entanto cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida” (p. 68).

Por outro lado, tornando essas representações mais plurais, como temos dito, os jornais certamente tentavam em diferentes situações se colocar como um meio entre a vítima e a ação do Estado, denunciando e cobrando a ação pública. Verificou-se a formação de um discurso ao longo dos anos que, de forma geral, se posicionou contra a opressão do negro na sociedade brasileira, denunciando muitos aspectos da discriminação, do preconceito, da desigualdade, das permanências da escravidão, da injustiça contra o negro, da ausência de ações do Estado, entre outros aspectos. No entanto, em muitos momentos, porém, a imprensa parece se omitir, pois apenas retrata os fatos de forma a naturalizá-los ou torná-los críveis de um julgamento social específico.

Certamente, a formação da opinião pública não depende exclusivamente de um posicionamento ou outro defendendo um grupo social oprimido. A opinião pública se forma no calor dos fatos também. Havia uma sobrecarga de representações estereotipadas sobre o negro que podiam ser mais prejudiciais do que as representações positivas, numa relação em que a hierarquia dos textos talvez se dê da seguinte forma. Em primeiro lugar nessa hierarquia estariam os textos informativos, que têm mais força no dia a dia das pessoas. Em segundo lugar, os textos opinativos, que detêm mais pausa reflexiva do leitor, porém, produzem menos efeitos imediatos nas relações sociais. No dia a dia, a imprensa reduzia sobretudo a *fait divers* os problemas vividos pela população negra (preta e parda). Enquanto a figura do criminoso choca, a da vítima, sensibiliza. Ambas, porém, estigmatizavam o negro.

Sabe-se que os estereótipos ultrapassam o simbólico, atingindo a vida diária das pessoas. A sobrecarga de informações desse tipo podia gerar uma continuação de estruturas desiguais em que o negro era visto como sujeito preferencial de certos lugares sociais.

Há nos estereótipos sobre o negro, no entanto, alguma relação com fatos do dia a dia. De fato, devido a anos de escravidão, a maior parte da população negra herdou muita pobreza da sociedade. Todo um contexto de precariedade pode ser compreendido como determinante para formas desviantes de comportamento em relação ao crime, ao roubo, ao furto. Nas notícias, o negro enfrentava más condições de moradia, de trabalho, de saúde, de transporte, de segurança, entre outros aspectos.

O que são os estereótipos senão os termos repetitivos em que os negros são descritos? É o cotidiano do jornalismo da época, quando em muitas matérias, apenas substituindo-se os nomes próprios, podia-se perceber textos semelhantes.

“Fosse no caso do 'preto tutelado' da *Redenção* ou do 'negro algoz' do *Correio* ou mesmo do cidadão de 'segunda categoria' da *Província*, em seu conjunto, e em todos os jornais, o negro, antes de figurar como sujeito, era antes, no interior dos periódicos, um objeto: um objeto do discurso e das práticas, objeto de sua situação social e motivações” (SCHWARCZ, 1987, p. 251).

O jornal é eficaz, então, porque trabalha com e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiteraões tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis. Dessas verdades ninguém duvida, assim como não se questiona ou se busca explicar a cura feita pelo xamã (*Ibid.*, p. 248).

Dessa forma, o discurso jornalístico também pode ser interpretado como um dos obstáculos para a construção de uma imagem positiva do cidadão negro no pós-emancipação. Este trabalho, de certa forma, tentou verificar como a sociedade pós-emancipação produziu novos discursos (ainda que influenciados por antecedentes da escravidão) que colaboraram com a reprodução e permanência do racismo. Como afirma Monica Grin, “nas pesquisas históricas, as análises sobre as origens “escravistas” do racismo parecem abundantes se contrastadas com os estudos de como esse fenômeno se reproduziu historicamente na sociedade brasileira no pós-abolição, ou seja, com que novas representações, com que novas dinâmicas de interação” (2002, p. 215). Já para Fernanda Domingos Pinheiro, parece evidentemente impossível escrever a experiência dos libertos sem considerar as adversidades que diminuía a experiência da liberdade dos mais pobres (2015, p. 241), dentre as quais, a compreensão das representações da imprensa e seu papel no pós-abolição parece relevante nesse sentido. Por outro lado, segundo Marialva Barbosa (2010, p. 80), a vida dos

personagens descritos nas notícias é também uma forma de protagonismo. Seus exemplos sensibilizavam e alertavam para o quanto ainda havia por ser feito.

Não é possível mudar fatos que foram comuns no passado e que hoje nos causam total estranheza. Não é incomum, no entanto, percebermos certas permanências do passado em nossas sociedades. Olhar criticamente para o jornalismo do pós-abolição e na forma como ele representava o negro serve para pensarmos em que medida ainda hoje a imprensa contribui para a permanência da discriminação ao negro. Como o pós-abolição e o pós-emancipação ainda não acabaram, afinal de contas ainda permanecem em nossa sociedade os efeitos da escravidão e da falta de inserção da população negra na sociedade depois da abolição, é preciso investigar criticamente uma série de instituições da sociedade que permanecem pouco alteráveis em seus discursos que segregam e excluem, quer direta ou indiretamente. O objetivo é justamente alertar que práticas podem ser revistas criticamente e servir de base para que pensemos como os discursos, a forma como as instituições descrevem e apresentam o negro colaboram com a forma como são vistos pela sociedade. A representação importa e uma avalanche de menções negativas pode gerar exclusão, segregação, permanência, discriminação, racismo, desigualdade, preconceito.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. “O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920)”. In: *Topoi*, v. 11, n. 20, Rio de Janeiro, jan.-jun. 2010.
- ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. “É chegada “a ocasião da negrada bumbar”. Comemorações da abolição, música e política na Primeira República”. In: *Varia História*, vol. 27, n° 45, jan.-jun. 2011.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALBERTO, Paulina. *Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Jogo da Dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- _____. “A vala comum da raça emancipada!: abolição e racialização no Brasil, breve comentário”. In: *História Social*, n° 19, Campinas, 2010.
- ALMEIDA, Silvia Capanema; SILVA, Rogério Sousa. “Do (in)visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República”. In: *Estudos Históricos*, vol. 26, n° 52, Rio de Janeiro, p. 316-345, jul.-dez. 2013.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDREWS, George Reid. “O processo político negro em São Paulo (1888-1988)”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, Rio de Janeiro, p. 27-47, 1991.
- ARANTES, Erika Bastos. *Negros do Porto: Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, 2005.
- _____. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese (Doutorado em História), UFF, 2010.
- ARAÚJO, Edimárcia Ramos de. *A construção de um diálogo entre História e Comunicação na obra de Elizabeth Eisenstein*. Dissertação de Mestrado. Distrito Federal: UNB/PPG/FAC, fevereiro de 2013.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A imagem do negro na obra de Florestan Fernandes”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência – Ed. USP, 1996, p. 276-295.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites. Século XIX. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BAHIA, J.. *Três Fases da Imprensa Brasileira*. Santos: Presença, 1960.

_____. *Jornal: História e técnica*, vol. I – História da Imprensa Brasileira. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990[1964].

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Annablume; HUCITEC, 2002[1965].

BARBOSA, João Paulo. *Representações do negro no telejornalismo*. A cobertura da Semana da Consciência Negra de 2011 em emissoras públicas e privadas. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) – Curso de Comunicação Social, Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil – 1800/1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. *Os Donos do Rio – Imprensa, Poder e Público (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação*. São Paulo: Summus, 2003.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”. In: ADORNO et al. *Teoria da Cultura de massa*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 221-254.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MARTINO, Luiz Cláudio (orgs.). *Pesquisa empírica em comunicação*. Livro Compós 2010. São Paulo: Paulus, 2010.

- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- _____. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- _____. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- _____. *Uma História Social do Conhecimento: de Guttenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. “Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Histórica: Reflexões sobre uma Experiência Didática”, in *Revista de Teoria da História*, Ano 1, n. 3, jun. 2010, pp. 8-19.
- CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. “Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos o casamento de escravos na legislação brasileira na legislação brasileira”. In: *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 327-361.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/EdUSP, 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil - novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva (orgs.). *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. “Brasil: nações imaginadas”. In: *Antropolítica*, 1(1), p. 7-36, 1995.
- CASTELLS, Manuel. “O Poder da Identidade”. In: *A era da informação: a economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”. *História Social*, n. 19, 2º Sem. 2010.
- _____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001[1986].
- _____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011 [1990].

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D.. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: A História entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990 [1988].

_____. “Da história da cultura impressa à história cultural do impresso”. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. XXVIII, nº 1, São Paulo, jan./jun. 2005.

Código Penal 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-norma-pe.html>>. Acesso em: 22/01/2015.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Constituição Política do Império. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/pdfs/constituicaodoimperio.pdf>>. Acesso em: 25/05/2015.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914 No tempo das certezas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 4ª ed. São Paulo: Global, 1988.

_____. *Da Monarquia à República – Momentos Decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998[1953].

COUTO DA SILVA, Maria do Carmo. “A Redenção de Cam”. In.: *MARE - Museu de Arte para a Educação*. Disponível em: <http://www.mare.art.br/detalhe.asp?idobra=3097>>. Acesso em: 14.02.2015.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. “Não me ponha no xadrez com esse malandrão. Conflitos e identidades entre sambistas no Rio de Janeiro, início do século XX”. In: *Afro-Asia*, v. 38, 2009.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição”. In: CUNHA, O. M. G.; GOMES, F. S. (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CANO, J.; CHALHOUB, S.; CUNHA, M. C. P. da; AZEVEDO, E.. “Acontece que eu sou baiano: identidades em Santana - Rio de Janeiro no início do século 20”. In: CANO, J.; CHALHOUB, S.; CUNHA, M. C. P. da; AZEVEDO, E. (orgs.). *Trabalhadores na Cidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DANTAS, Carolina Vianna. “O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República”, in *Tempo*, n. 26, 2009, pp. 56-79.

_____. *O Brasil “café com leite”*: história, mestiçagem e identidade nacional em periódicos, Rio de Janeiro (1903-1914). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

_____. *O Brasil “café com leite”*: mestiçagem e identidade nacional em periódicos, Rio de Janeiro (1903-1914). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

_____. “De Zumbi a José do Patrocínio: a construção de uma história nacional e republicana nas primeiras décadas do século XX”, in *História da Historiografia*, n. 8, Ouro Preto, abr. 2012, pp. 126-150.

_____. “Um diálogo dos tempos: racismo e antirracismo na Primeira República e o trabalho com biografias de personagens negros em sala de aula na atualidade.” In: *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Diversidade e (Des)Igualdades. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II / Campus de Ondina, 7 a 10 de agosto de 2011.

DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DIAS, L. S. “A turma da lira. Sobre vivência negra no Rio de Janeiro pós-abolicionista”, in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Iphan, n. 25, 1997, pp. 327-333.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. 2004. Portal do Min. da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12988:pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>> Acesso em: 05.05.2015.

DOMINGUES, Petrônio José. “Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 34, nº 67, São Paulo, 2014, p. 251-281.

_____. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, in *Tempo* [online], v. 12, n. 23, 2007, pp. 100-122.

_____. “Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930”. In: *Estudos afro-asiáticos*, v. 24, n. 3, p. 563-599, Rio de Janeiro, 2002.

DUARTE, Luiz A. F.; MÜLLER, Karla M. “O poder da imprensa brasileira na Primeira República: uma análise preliminar sobre agendamento”. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 4., Anais... Porto Alegre: SBPJor, 2006. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/ind_luiz_antonio_duarte_e_karla_muller.pdf>. Acesso em: 13.05.15.

DUTRA, Eliana Ribeiro. *Rebeldes Literários da República*. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Humanitas, 2005.

DU BOIS, W. E. B.. *As Almas da Gente Negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

EISENSTEIN, Elizabeth. *A revolução da cultura impressa: Os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. vols. 8 e 9. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978[1965].

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999 [1970].

FRANÇA, Vera Regina Veiga. “Representações, mediações e práticas comunicativas”. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de (orgs.).

Comunicação, representação e práticas sociais. Rio de Janeiro: Ideias e Letras – PUC-Rio, 2004. p. 13-26.

FREIRE FILHO, João. “Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias”. In: *Revista FAMECOS*, n.28, Porto Alegre, p.18-29, dez. 2005.

_____. “Mídia, estereótipo e representação das minorias”. In: *Revista ECO-Pós*, v. 7, n. 2, Rio de Janeiro, p.45-71, ago./dez. 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FRY, Peter. "O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a 'política racial' no Brasil". *Revista USP*, n. 28, 1995; "Cor e Estado de direito no Brasil". In: Méndez, Juan E. (ed.). *Democracia, violência e injustiça*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. "Politicamente correto num lugar, incorreto noutro? — relações raciais no Brasil, nos Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 21, 1991.

GERALDI, Juliano. “E assim nasceu a Favella: cidadania de segunda classe no início da República Brasileira”. In: *Revista electrónica dos doutoramentos do Centro de Estudos Sociais*, Universidade de Coimbra, Cabo de Trabalhos, n. 7, p. 78-103, 2012.

GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: Vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. Editora Atlas, São Paulo, 2008.

GINZBURG, CARLO. “O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido no século XVI”. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Seu país precisa de você: um estudo de caso em iconografia política”. In: *Medo, reverência e terror*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- GOMES, Tiago de Melo. “Formas e sentidos da identidade nacional: o malandro na cultura de massas (1884-1929)”. In: *Revista de História*, v. 141, São Paulo, 1999.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- GRIN, Monica. “A celebração oficial da nova diversidade no Brasil”. In: *Revista USP*, n. 68, São Paulo, dez. 2005-fev. 2006, p. 36-45.
- _____. “Modernidade, identidade e suicídio: o “judeu” Stefan Zweig e o “mulato” Eduardo de Oliveira e Oliveira”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 201-220, dez. 2002.
- GUIMARÃES, A. S. A.. “A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça)”. In: *Contemporânea*, Dossiê Relações Raciais e Ação Afirmativa, n. 2, p. 17-36, jul-dez. 2011.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Escrever história, domesticar o passado”. In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, S. J. (orgs.). *História e linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras/Casa de Rui Barbosa, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.
- _____. “Identidade cultura e diáspora”. In: *Revista do IPHAN*, n. 24, 1996.
- _____. “Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais”. In: *Revista Projeto História*, PUCSP, São Paulo, 11 f., mai. 2005.
- _____. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Editora Sage, 1997.
- HOCHMAN, Gilberto (1998), “Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República”. In: *História, Ciência, Saúde*, 5, suplemento, – Manguinhos, p. 217-235.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. *Estrutura Social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro, 1988.
- JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

- KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?* Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3. ed. Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 2005, p. 63-71.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 289-326.
- LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 1998[1922].
- LUCA, Tânia Regina de. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. v. 1. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.
- _____. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LUSTOSA, Isabel. “Negro humor. A imagem do negro na tradição cultural brasileira”. In: *Revista USP*, n. 9, p. 161-170, mar.-mai. 1991.
- _____. (org.). *Imprensa, humor e cultura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.
- _____. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- MACHADO, Humberto Fernandes. “A Imprensa do Rio de Janeiro e o Pós-Abolição”. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios: Florianópolis – Santa Catarina, 27 a 31 de julho de 2015.
- MACIEL, Maria Eunice de Souza, “A eugenia no Brasil”. In: *Anos 90*, 7(11), p. 121-143, 1999.
- MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. In: *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n.57, p. 1-25, dez. 2003.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. “As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil”. In: *Estudos Avançados*, 9 (25), 1995.

_____. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. “Linchamento: o lado sombrio da mente conservadora”. In: *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, 8 (2), São Paulo, out. 1996, p. 11-26.

MARQUES DE MELO, José. *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. “Prefácio”. In: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 7-10.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese (doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MAZZARA, Bruno. *Esteriotipos y prejuicios*. Madri: Acento Editorial, 2009.

MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

_____. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: FGV, Edur, 2007.

MENESES. 2009. LINCHAMENTO. “Justiça marginal: sociabilidades complexas subjacentes às práticas de linchamento”. In: *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O Nascimento da cultura afro-americana*. Uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro, Pallas, 2003.

MONSMA, Karl. “Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista”. In: *Dados*, v. 53, n. 3, Rio de Janeiro, 2010.

_____. “Linchamento raciais depois da abolição: quatro casos do interior paulista”. *XXVIII Congresso Internacional*. Rio de Janeiro: LASA / Latin American Studies Association, Jun. 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Abolição*. São Paulo: Ática, 1988.

MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação*. Mídia, mundialização cultural e poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MORAES, José Geraldo V. de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massagana, 1988.

_____. *Minha Formação* (Obras Completas, selecionada e anotada por Luiz Camilo de Oliveira Neto). 2. ed. São Paulo: Instituto Progresso Editorial (IPÊ), 1947.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910)”. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 284-314.

NOGUEIRA, Oracy. “Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor”. In: *Tanto Preto quanto Branco: Estudos de Relações Raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz (ed.), 1985 [1942]. Biblioteca Básica de Ciências Sociais; série 1: Estudos Brasileiros, vol.9, p. 331.

_____. *Negro político, político negro*. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. *Preconceito de marca*. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo, Edusp, 1998.

_____. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. “O mulato, um obstáculo epistemológico.” In: *Argumento*, jan. 1974.

OLIVEIRA, Lúcia Elena G. de; PORCARO, Rosa Maria; ARAÚJO, Tereza Cristina N. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

OLIVEIRA, Maurício de Lima. *Patápio Silva, o sopro da arte*. Trajetória de um flautista mulato no início do século XX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PATTO, Maria Helena Souza. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. In: *Estudos Avançados*, 15(35), p. 167-198, 1999.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História – operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. “Nelson Werneck Sodré e 'História da Imprensa no Brasil': uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa”. In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília: UnB, 6 a 9 de setembro de 2006, p. 1-15.

PINHEIRO, Fernanda Domingos. “Impedidos de 'tratar da vida': os desafios enfrentados pelos libertos na sociedade colonial”. In: *Revista de História* (São Paulo), nº 172, p. 221-242, jan-jun., 2015.

PORTO, Mayla Yara. “Uma revolta popular contra a vacina”. In: *Ciência e Cultura*, 55(1), p. 53-54, 2003.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

RAMOS TRINTA, Aluizio; POLISTCHUK, Ilana. “Modelos Teóricos da Comunicação”. In: *Teorias da Comunicação – O pensamento e a prática da comunicação social*. Rio de Janeiro, Campus, 2003, p.83-141.

REIS, João José (org). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense e CNPq, 1988.

_____. “Presença Negra: conflitos e encontros”. In: *500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

REIS, Leticia Vidor de Souza. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

RENAULT, Delso. *O dia a dia no Rio de Janeiro: segundo os jornais, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado – Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SANTOS, Daniela Soares dos. “O cortiço: higienização de casas e formação de almas”. In: *História e Perspectivas*, 34, 2006, p. 261-294.

SANTOS, João Batista Nascimento dos. Representação e identidade: instrumental de análise. In: *O negro representado na revista Raça Brasil: a estratégia de identidade de mídia étnica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p.38-73.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana”. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan.- jun. 2004.

SANTOS, Renata de Paula dos. “O humor gráfico e a democracia multirracial: A representação do presidente sul-africano Jacob Zuma no traço de Zapiro”. In: *9º Interprogramas de Mestrado em Comunicação*. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 22-23 nov. 2013, p. 1-12. Disponível em: <www.casperlibero.edu.br>, Acesso em: 24 de outubro de 2014.

_____. “Quando o humor gráfico deixa de ser divertido: a veiculação de estereótipos por meio do traço”. In: *Discursos Fotográficos*, v. 9, n. 15, Londrina, p. 229-239, jul./dez. 2013.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E.. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX". In: *Afro-Ásia*, n. 18, p. 77-101, 1996.

_____. "Espetáculo da miscigenação". In: *Estudos Avançados*, 8(20), p. 137-152, 1994.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

_____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência – Ed. USP, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza (orgs.). *Negras Imagens: Ensaio sobre Cultura e Escravidão no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Estação Ciência, 1996.

SEYFERTH, Giralda. "A assimilação dos imigrantes como questão nacional". In: *Mana*, 3(1), p. 95-131, 1997.

SILVA, Edna Lúcia da. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. *Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e papiotes*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. "Vivências negras depois da abolição: trabalhando com as ausências depois da Abolição". In: *Revista Diálogos*, v. 14, n. 3, 2010, p. 557-577.

SILVA, Nelson do Valle. "Cor e processo de realização socioeconômica", *Dados*, n. 24, 1981, pp. 391-409.

SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁNYI, Tomás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

SKIDMORE, Thomas. "Estados Unidos bi-racial versus Brasil multirracial: o contraste ainda é válido?". In: *Novos Estudos*, nº 34, 1992.

_____. *O preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. “Temas e metodologias nos estudos das relações raciais brasileiras”. Trad. Valter Ponte. In: *Novos Estudos*, n.º 60, p. 63-76, jul. 2001.

SOARES, Aline Mendes. “*Precisa-se de um pequeno*”: o trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro, 1888-1927. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SODRÉ, N. W.. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Mauad, 1999[1966].

SOIHET, Rachel. *Subversão pelo riso*: estudos sobre o carnaval carioca da belle époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

_____. Reflexões sobre o carnaval na historiografia - algumas abordagens. In: *Tempo*, v. 7, Niterói, p. 169-188, 1999.

SOUSA, Janara K. Leal Lopes. *Contribuições, limites e desafios da Teoria do Meio*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Distrito Federal, fev. 2003.

SOUZA, Jessé (org.). *Multiculturalismo e racismo*: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

TONINI, Renato Neves. *A arte pernicioso*: a repressão penal aos capoeiras na república velha. Rio de Janeiro: Lúmen, 2008.

TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo*: análise e textos da Teoria do Agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

TRESCA, Laura Conde. “Gênero Informativo no Jornalismo Impresso – O estado da arte no Brasil”. In: *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo: Facasper e Ciee, mai./jun. 2007.

VALLADARES, Licia do Prado, “A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44), p. 5-34, 2000.

VELLOSO, Monica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

_____. “A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930)”. In: *Mediações, espaços e linguagens*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

VIANNA, H.. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/INL, 1945.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”. In: NOVAES, Fernando A (org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 49-130.

ZACCONE, Orlando. *Indignos de Vida: A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Periódicos

O Paiz, Rio de Janeiro, 1884-1910.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1891-1910.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1901-1910.

ANEXOS

I - Matérias tabuladas do jornal *O Paiz* (1884-1910)

	DATA	PÁG	DESCRIPTOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
1	04/10/1884	1/4	preto/a	não há	João	Ofendido com cacetadas por Manual de tal
2	27/10/1884	1/4	pardo/a	não há	Gonçalo	Escravo tenta suicídio porque demorava a sua carta de alforria
3	12/05/1885	2/4	pardo/a	não há	Antonio	Homem é liberto da escravidão
4	14/09/1885	1/4	preto/a	não há	Eduardo da Silva Pereira	Ferido por um bonde
5	24/12/1885	1/4	preto/a	não há	Martinho	Maior de 65 anos seria liberto por dinheiro e não pela lei dos sexagenários
6	08/08/1886	1/4	preto/a	não há	não especificado	Homem espancado por vagabundos e desordeiros
7	07/03/1887	2/4	preto/a	não há	Chrispiniano	Capoeiras e navalhas
8	28/08/1887	1/4	pardo/a	não há	Desiderio	Menor encontrado perdido na rua
9	13/09/1887	1/4	pardo/a	não há	Joaquim José de Sant'Anna	Homem é espancado após reclamar de uma venda injusta
10	13/09/1887	1/4	preto/a	não há	João Francisco do Pury	Homem preto é espancado por caixeiros e por dono de taverna
11	14/09/1887	1/4	preto/a	Suicídio	José Ferreira do Nascimento	Homem tem acesso de loucura e fura a barriga

	DATA	PÁG	DESCRIPTOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
12	22/09/1887	1/4	preto/a	não há	um preto fugido	Homem preto fugido vendia ouro em Ubatuba
13	28/09/1887	1/4	preto/a	não há	não há	Esqueleto de um preto é encontrado
14	11/10/1887	1/4	pardo/a	não há	Bernarda	Escrevisada é alforriada
15	26/05/1888	3/4	preto/a	O novo escravismo	não descrito	Novo escravismo - espancamento de crianças pretas sob tutela
16	28/05/1888	1/4	preto/a	não há	uma mulher	Encontrada com falta de sensibilidade na rua
17	20/06/1888	1/4	pardo/a	não há	não se sabe	Recolhido - desfalecido
18	12/01/1889	1/4	preto/a e pardo/a	Desmanchou-se a diferença	4 personagens - não especificados	Casamento duplo - casais trocados
19	13/02/1889	1/4	pardo/a	Desastre	Maria da Conceição	Queimaduras em todo o corpo - acidente
20	17/07/1889	1/6	preto/a	Suicídio	Tito Guimarães	Suicida é encontrado pendurado numa corda
21	07/08/1889	1/4	pardo/a	não há	Leonidia	Desfaleceu na calçada - rompimento de um aneurisma da aorta
22	27/01/1890	1/4	preto/a	não há	um desconhecido	Cadáver encontrado no Necrotério
23	04/02/1890	1/4	preto/a	Homicídio?	Maria - vítima, Durval - acusado	Morta - três ferimentos na cabeça

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
24	06/02/1890	1/6	preto/a	não há	Maria / Durval	Mulher preta maior de 70 anos é morta por um preto de 65
25	14/04/1890	1/4	preto/a	Com 110 anos	Felicidade Maria Preciosa	Mulher faleceu com 110 anos
26	05/06/1890	2/6	preto/a	não há	um indivíduo	Encontrado sem fala e contundido
27	16/02/1891	1/6	preto/a	São Paulo, 15	Ignacio	Quatro homens suspeitos da morte de um homem preto
28	20/03/1891	2/8	preto/a	não há	um indivíduo	Corpo em adiantado estado de putrefação
29	11/04/1891	2/8	pardo/a	Mortes súbitas	não se sabe	Desfalecido - faleceu - necrotério
30	06/10/1891	2/6	preto/a	não há	um homem de cor preta	Homem é encontrado próximo à estação de trem
31	28/02/1891	1/8	preto/a	não há	um indivíduo	Homem atropelado por trem, teria se jogado
32	08/05/1891	1/4	preto/a	não há	Lucinda Rosa do Espírito Santo	Mãe se mata - filho assentado praça do exército
33	21/12/1891	2/6	preto/a	não há	um indivíduo de cor preta	Encontrado caído e sem fala
34	15/01/1892	2/6	preto/a	não há	um indivíduo de cor preta	Homem cai no mar
35	31/03/1892	1/2	preto/a	Assombroso	não especificado	Negro é açoitado barbaramente
36	12/08/1892	3/6	preto/a	Criança roubada	Lucia Maria da Conceição	Criança roubada
37	09/03/1893	1/8	preto/a	não há	um menor	Jovem se joga de sobrado por provável amor não correspondido

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
38	14/04/1893	1/6	preto/a	não há	Firmina	Morta com um tiro de espingarda
39	20/04/1893	2/6	preto/a	não há	Fausto	Menor encontrado sem os pais
40	01/07/1893	1/6	preto/a	não há	Josefina / André	Prisão de um preto que matou uma mulher preta
41	28/08/1893	1/6	preto/a	não há	cidadãos de cor preta	Conflito entre cidadãos de cor preta por causa de um doce
42	29/01/1894	1/4	preto/a	não há	José	Menor é detido por furto
43	04/01/1894	1/6	preto/a	Afogado	Sergio	Menor se desequilibra e se afoga num poço
44	01/02/1894	2/6	preto/a	não há	Maria	Sexagenária morre na rua de forma súbita
45	19/03/1897	1/6	pardo/a	Desastre	Antonio	Desastre - caiu do bonde - pisado por cavalos
46	02/01/1904	2/4	pardo/a	A punhal - tentativa de assassinato	Natividade Candida de Moraes	Tentativa de assassinato a punhal - ciúmes
47	17/02/1905	2/4	pardo/a	Tentativa de assassinato	Francisco Gonçalves Graça	Tentativa de assassinato - facadas
48	13/05/1909	3/10	negro/a	13 de maio	não se aplica	13 de maio - comemorações
49	01/03/1910	5/12	pardo/a	não há	Isidora Maria de Freitas	Mulher tenta se matar por prováveis motivos de amores
50	06/03/1910	4/12	os dois	não há	Casimiro da Silva / Adelaidde Maria da Conceição	Casal é atropelado por trem enquanto atravessava a linha

II - Matérias tabuladas do *Jornal do Brasil* (1891-1910)

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
1	10/04/1891	1/4	preto/a	não há	Maria Joaquina	Furto - 20 peças de roupa
2	11/04/1891	2/4	pardo/a	Roubo (retranca)	Pedro Guilherme da Cunha	Roubo feito por um homem pardo
3	15/04/1891	2/4	pardo/a	não há	Miguel Alves	Pardo é preso por portar três chaves duvidosas
4	16/04/1891	3/4	pardo/a	Embriaguez habitual	não se aplica	Antes embriagados, após tomar uma droga deixaram o vício
5	18/04/1891	2/4	pardo/a	Desaparecimento de uma menor	Maria Joaquina	Menor desaparecida
6	19/04/1891	1/4	pardo/a	Gatuno (retranca)	João Baptista de Oliveira	Gatuno encontrado com uma navalha embaixo da cama
7	26/08/1891	1/4	pardo/a	não há	Candido Ferreira Pena	Agressão - despedido
8	15/06/1892	2/6	preto/a	não há	Faustina Maria do Nascimento	Embriagada - recém-nascido morto
9	04/04/1893	2/4	preto/a	Telegramas	José Antônio da Fonseca	Telegramas
10	09/07/1893	1/4	pardo/a	Crueldade	Belmira	Espancamento
11	16/01/1893	1/4	pardo/a	Assassinato e ferimentos	Hygino Antonio Alves	Italiano assassina companheiro de trabalho que o roubou
12	16/09/1893	2/6	preto/a	Assassinato?	Adolpho de tal	Jovem é encontrado espancado e com ferida na cabeça
13	26/02/1893	1/4	preto/a	Assassinato	Pedro de tal	Assassinado com uma facada

	DATA	PÁG	DESCRIPTOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
14	27/04/1893	1/4	preto/a	não há	Matheus de Abreu	Assassinato
15	05/09/1894	1/4	pardo/a	não há	Galdino José de Araújo	Morte súbita
16	10/12/1894	2/6	preto/a	não há	Maria de Jesus	Termo de bem viver, vício em bebida
17	16/06/1894	2/4	pardo/a	A bofetadas	Alfredo Victor	Agressão a bofetadas
18	16/11/1894	1/4	preto/a	não há	um homem de cor preta	Ataque epilético
19	20/11/1894	1/4	preto/a	Pretorias	não especificado	Falecimentos
20	22/12/1894	1/4	preto/a	Desastres e morte	José Honorato de Sant'Anna	Acidente e morte de trem
21	23/11/1894	2/4	preto/a	Registro Civil	não especificado	Registro Civil
22	24/10/1894	2/4	pardo/a	não há	Gracilino Christino de Paiva	Encontrado morto
23	27/06/1894	3/6	pardo/a	não há	Valeriano Costa	Pardo assassina cunhado português após discussão se intensificar
24	04/01/1895	1/4	preto/a	...e andar para não perder tempo	uma mulher de cor preta	Parto em trem
25	05/04/1895	5/8	preto/a	não há	Benjamin Cypriano	Assassinato a facada
26	10/04/1895	2/4	preto/a	Niterói	um indivíduo de cor preta	Morreu de repente
27	10/05/1895	2/8	preto/a	Assassinato	o preto de nome Bento	Assassinato a punhal de um negro que supostamente nada fizera
28	23/05/1895	2/6	preto/a	!!	Antonio	Sequestro, rapto

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
29	10/05/1896	2/6	preto/a	não há	José de Almeida	Furto
30	11/05/1896	1/4	preto/a	não há	Mercellino	Menino perdido dos pais
31	15/04/1896	2/6	preto/a	não há	Theotonio José da Silva	Roubo
32	16/01/1896	2/6	pardo/a	não há	Etelvina	Parda assassina um homem com duas facadas no peito
33	19/10/1896	2/4	preto/a	Agressões e ferimentos	Alfredo	Preto norte-americano ferido, não sabe o que aconteceu
34	09/02/1897	2/4	preto/a	Cadáver encontrado	não pode ser reconhecido aquele cadáver	Cadáver encontrado nos arrecifes da praia do Leblon
35	13/01/1897	1/4	preto/a	não há	Arthur Vidal de Oliveira	Menor desaparecido há mais de 20 dias
36	15/04/1897	2/4	preto/a	Afogado	Estevão (suposta vítima)	Afogamento e morte
37	18/04/1897	1/6	preto/a	não há	Maria das Dores	Espancamento de uma mulher por um grupo de indivíduos
38	21/04/1897	2/4	preto/a	A Faca	Mamede de tal	Assassinato à faca
39	29/03/1897	1/4	pardo/a	não há	um indivíduo	Atropelamento de trem
40	03/07/1898	5/8	um de cada	Menor Criminoso	Theodoro Silva e Joaquim Pinto das Neves	Assassinato de um menor por outro
41	04/07/1898	2/4	preto/a	não há	um indivíduo de nacionalidade brasileira	Apanhado pelo trem
42	11/07/1898	2/4	preto/a	não há	Sebastiana Baptista do Carmo	Agredida pelo amasio

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
43	28/04/1898	2/4	preto/a	Agressões e ferimentos	Valéria de tal	Velhinha agride à faca um adolescente de 15 anos que a perturbava na rua
44	30/08/1898	1/4	preto/a	não há	Maria Mina	Cerco à casa de um feiticeiro
45	10/08/1899	1/4	preto/a	Tentativa de Assassinato	um indivíduo de cor preta	Agressão à faca
46	18/04/1899	1/4	preto/a	não há	Leonarda Maria da Conceição	Faleceu repentinamente
47	22/05/1899	2/4	pardo/a	não há	um indivíduo	Encontrado morto na rua
48	24/04/1899	2/4	preto/a	não há	Silveria Maria da Conceição	Agredida gratuitamente por uma desconhecida
49	28/08/1899	2/4	preto/a	não há	um preta	Castigos por praças
50	05/01/1900	2/4	preto/a	não há	um indivíduo desconhecido	Caído sem fala, morre antes de chegar ao hospital
51	15/02/1900	1/4	preto/a	não há	não se aplica	Tumulto
52	17/02/1900	2/4	preto/a	não há	não especificado	Praça tenta prender um homem que pulava um muro
53	26/02/1900	3/4	preto/a	não há	não especificado	Homem com problemas mentais se mata, estava sob cuidados de um feiticeiro
54	17/03/1900	2/4	preto/a	não há	não há	Criança abandonada
55	09/09/1900	5/8	pardo/a	Empregado Sanguinário	Manuel	Empregado descontente tenta acertar uma foice no pescoço do patrão
56	14/03/1901	2/6	preto/a	não há	não especificado	Trem pegou um homem

	DATA	PÁG	DESCRIPTOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
57	15/03/1901	2/4	preto/a	Que freguez!	um desconhecido	Roubo em loja
58	09/05/1901	1/6	preto/a	Falecimento	Samuel Peka	Falecimento
59	23/06/1901	5/8	pardo/a	não há	Juvenal da Silva	Garoto de 8 anos sumido
60	30/07/1901	2/4	preto/a	não há	um indivíduo	Homem colocava pedras na linha de ferro do trem
61	03/08/1901	2/6	preto/a	Louca?	Zeferina Maria da Conceição	Senhora com suspeita de loucura
62	04/06/1902	2/6	preto/a	No Necrotério	Georgina	No Necrotério
63	08/06/1902	3/8	preto/a	Monores Desaparecidos	Laura e Rita	Menores desaparecidas
64	10/06/1902	1/2	preto/a	não há	a mulher de cor preta	Morreu na rua
65	02/07/1902	1/4	preto/a	não há	Luiz Joaquim Xavier	Homem de 110 anos morre em casa sem assistência
66	31/08/1902	3/8	pardo/a	não há	Edmundo de Souza	Trabalhador acidentado na perna
67	28/12/1902	6/10	preto/a	Perverso - Em uma casa de cômodos	Alberto de tal	Tentativa de estupro de uma menor
68	15/01/1903	2/8	preto/a	Pedrada Mortal	José Carlos	Pedrada mortal em um adolescente de 10 anos
69	18/01/1903	2/8	preto/a	não há	Luiz Salgado	Faleceu em sua residência, sem assistência médica
70	21/04/1903	1/6	pardo/a	Enforcado	Elisario Modesto Leal	Enforcado por estar desempregado
71	16/08/1903	5/10	preto/a	Barbaridade Sem nome	Carlos Anselmo da Costa	Homem espanca mulher
72	22/09/1903	2/6	preto/a	não há	uma mulher de cor preta	Anpeça da polícia espanca uma mulher sem motivo aparente

	DATA	PÁG	DESCRIPTOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
73	11/03/1904	3/6	preto/a	não há	um menor	Menor aparece na residência de um outro homem
74	13/03/1904	6/10	preto/a	Desaparecida	uma menor, sua pupila	Menor desaparecida
75	17/03/1904	2/4	preto/a	não há	uma pobre mulher	Mulher é atingida por trem
76	22/06/1904	2/6	pardo/a	Afogado?	Antônio Martins da Costa	Foguista desaparece de barco e presumi-se que tenha caído e se afogado
77	04/10/1904	4/8	preto/a	não há	Cassiano Francisco de Mello	Mão esmagada em cilindro de passar a massa
78	06/10/1904	5/8	preto/a	Desconhecido morto	um indivíduo	Encontrado na rua, sem fala, morreu de lesão cardíaca
79	30/03/1905	4/8	preto/a	Acidentes	Honório Alves de Oliveira	Apanhado por um bloco de carvão e ferido na perna
80	26/04/1905	3/6	preto/a	não há	um menor	Menor encontrado perdido na Quinta da Boa Vista
81	26/04/1905	2/6	preto/a	Antonio Vaz	Antonio Vaz	Jornal desmente mal entendido sobre suspeito
82	03/05/1905	2/8	preto/a	não há	Maria Firmina	Mulher se embriaga e cai provocando um ferimento na cabeça
83	27/06/1905	1/8	pardo/a	não dá para ler	uma senhora	Viúva de homem que morreu vítima de uma bala

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
84	25/02/1906	8/12	preto/a	não há	um indivíduo	Caído sem fala, morre no hospital de hemorragia cerebral
85	28/02/1906	3/6	preto/a	Desastres	não puderam ser reconhecidos	Caiu de um trem e foi colhido pelas rodas dos vagões
86	06/03/1906	2/8	preto/a	Tentativa de Suicídio	Dolores da Conceição	Jovem toma ácido fênico
87	13/06/1906	1/4	preto/a	Facada	Jorge Alexandre dos Santos	Facada em menor
88	15/06/1906	2/8	preto/a	Duas navalhadas	José Antonio Dias Vieira	Duas navalhadas - subitamente - falsificação de bilhetes - vingança
89	15/06/1906	2/8	preto/a	Duas navalhadas	José Antonio Dias Vieira	Ferido por um italiano com duas navalhadas nas costas
90	21/06/1906	3/8	preto/a	Edificante!	não especificado	Prisão de menor - amarrado em carrinho de mão
91	10/09/1906	3/8	preto/a	não há	um homem de cor preta	Homem caído, sem fala
92	15/09/1906	3/8	preto/a	À procura da filha	não dá para ler	Mulher procura filha desaparecida há cerca de um mês
93	20/09/1906	3/8	preto/a	Afogada	Germana Maria da Conceição	Mulher morre afogada em Copacabana
94	20/09/1906	3/8	preto/a	não há	Juvencio de tal	Faleceu repentinamente na rua
95	10/12/1906	1/4	preto/a	Assassinato de um soldado	o preto dono da casa	Assassinato de um soldado

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
96	01/04/1907	1/4	preto/a	Bárbaro e torpe	José Valentim, o sol-posto	Preso por coautoria de bárbaro assassinato
97	15/04/1907	2/8	preto/a	não há	uma mulher	Mulher é morta instantaneamente por um trem
98	15/04/1907	5/8	preto/a	Encontrada morta	não há	Idosa morre sentada numa estalagem
99	02/05/1907	2/4	preto/a	não há	Fortunata de tal	Faleceu repentinamente
100	06/05/1907	2/4	preto/a	não há	Antonio dos Santos	Ferido por uma pedra
101	14/05/1907	3/8	preto/a	Quatro contra um	Martinho Lopes	Agressão contra negro
102	19/05/1907	2/4	preto/a	não há	desconhecido	Encontrado um cadáver
103	30/06/1907	2	preto/a	não há	João de Mattos	Inquérito de assassinato
104	03/07/1907	2/4	preto/a	não há	Trajano Agostinho da Silva	Assassinato
105	09/07/1907	3/8	pardo/a	Com as pernas esmagadas	Manuel Francisco Bahia	Saltou do trem ainda em movimento e teve as pernas esmagadas
106	27/07/1907	2	preto/a	não há	um preto, cujo nome ignoramos	Bomba no quiosque
107	11/11/1907	3/8	preto/a	não há	um indivíduo	Trem atropelou um homem, contundindo-o bastante
108	28/11/1907	7/12	preto/a	não há	um indivíduo	Homem é morto instantaneamente por um trem

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
109	02/01/1908	5/12	pardo/a	Desastres	João Corrêa de Souza	Menor atropelado por carro de praça
110	08/03/1908	7/14	preto/a	Identidade Estabelecida	Francisco Eduardo	Contusões graves pelo corpo e morte
111	08/03/1908	7/14	preto/a	Morto por um trem	Febronio da Silva	Trem passou por cima da cabeça
112	11/03/1908	4/8	preto/a	não há	um indivíduo	O trem atropelou um homem ferindo-o levemente
113	29/03/1908	1/4	preto/a	Assassinato de uma criança	um preto	Facada em um preto
114	18/05/1908	1/4	preto/a	Atropelamento	Sabino	Atropelamento
115	23/06/1908	1/4	preto/a	Alienados?	Christina	Enviada ao Asilo de Mendicidade
116	17/07/1908	7/16	preto/a	não há	um indivíduo	Homem deu entrada no hospital e morre
117	03/09/1908	2/4	preto/a	não há	Maria da Conceição	Indícios de alienação mental
118	03/09/1908	2/4	preto/a	Preso	Germano	Preso
119	04/09/1908	2/4	preto/a	Morte repentina	Matheus	Morte repentina
120	08/09/1908	1/4	preto/a	Falecimento	Geraldo Dias	Enfermo – falecimento
121	18/09/1908	2/5	preto/a	não há	um indivíduo de cor preta	Cadáver encontrado boiando
122	09/10/1908	6/16	preto/a	No Necrotério	Bárbara Souza	Síncope e falecimento minutos depois

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
123	23/01/1909	4/16	preto/a	não há	duas crianças gêmeas	Crianças gêmeas, com cinco meses de vida uterina, já nasceram com a dentadura completa
124	05/02/1909	11/16	pardo/a	Cadáver Boiando	não se sabe	Morto bêbedo
125	27/02/1909	12/16	preto/a	Morte Horrível	não identificado	Homem é atropelado por caminhão em alta velocidade
126	17/03/1909	6/16	preto/a	Operário ferido - Na Vila Militar	Antonio Paulo dos Santos	Queda de andaime - acidente de trabalho
127	15/09/1909	13/18	preto/a	Selvageria Policial - Suspeita criminosa - Espancado e ferido	Constantino Chagas de Oliveira	Trabalhador confundido com gatuno foi agredido pela polícia
128	01/01/1910	7/18	pardo/a	Fraturou um braço	Luiz Carneiro	Fraturou um braço ao cair
129	04/01/1910	6/18	preto/a	não há	Henrique	Menino ferido na língua devido a uma queda
130	16/06/1910	15/24	preto/a	não há	Ludgera Soares do Nascimento	Mulher sofre queda em casa e fica ferida

III - Matérias tabuladas do jornal *Correio da Manhã* (1901-1910)

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
1	18/06/1901	3/4	preto/a	Desastres e morte	Marcellino da Costa	Morte por queda
2	20/06/1901	2/4	preto/a	não há	não especificado	Preto barbaramente espancado
3	22/06/1901	2/4	pardo/a	Navalhada	Margarida Martins Vianna	Golpe de navalha
4	22/06/1901	2/4	preto/a	não há	não especificado	Apanhado por um trem
5	10/08/1901	2/4	preto/a	Nova Iorque, 8	não especificado	Linchamento EUA de preto e revolta de negros
6	24/09/1901	3/6	preto/a	Grave ferimento	João Augusto da Silva	Golpe de faca no estômago
7	12/10/1901	2/4	preto/a	10ª Sessão Ordinária	não especificado	Julgamento do réu de espancamento do homem negro
8	12/10/1901	2/4	preto/a	Crime?	não especificado	Inquérito sobre crime de infanticídio
9	10/12/1901	2/4	preto/a	não há	não especificado	Contusão ao pular de trem
10	28/12/1901	2/6	preto/a	não há	Bernardino Antonio	Atropelado por um caminhão
11	17/01/1902	2/6	preto/a	Triste legado!	Emiliano	Embragado e ameaçando com um chicote fregueses de um estabelecimento
12	28/01/1902	1/4	preto/a	não há	Marcílio José Ferreira	Atropelado por um trem
13	04/03/1902	4/6	preto/a	Tentativa de suicídio	não especificado	Tentativa de suicídio de uma mulher, um dos motivos é que tinha recebido uma bofetada

	DATA	PÁG	DESCRIPTOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
14	06/04/1902	2/6	preto/a	Navalhada	Maria Capitão	Navalhada
15	28/07/1902	3/11	preto/a	Que pandego!	não especificado	Vende terra em vez de manteiga
16	10/10/1902	2/6	pardo/a	Sangue! - Sete facadas e dois tiros	Miguel Rocha	Agressão no trabalho
17	20/10/1902	2/8	preto/a	Tentativa de Suicídio – À Cocaína	Eva Maria Ferreira	Tentativa de suicídio
18	08/12/1902	2/8	preto/a	Entre rivais – ciúme feroz	Joaquina	Duelo entre rivais
19	27/01/1903	2/6	pardo/a	não especificado	não especificado	Encontrado cadáver em rio
20	19/02/1903	2/6	preto/a	Espancamento	Marcolina Maria da Conceição	Agressão a menor, criada
21	09/05/1903	2/6	preto/a	Acidente - Na Estrada de Ferro	Maria da Conceição	Acidente na Estrada de Ferro
22	19/07/1903	2/6	preto/a	Três facadas - Tentativa de Assassinato	Antonio Constantino	Briga entre cunhados, final com três facadas
23	29/07/1903	2/6	preto/a	Mulher-homem	Jovina Maria de Jesus	Menina adolescente se passa por menino para conseguir emprego mais fácil
24	11/10/1903	2/10	preto/a	Cadáver encontrado	não especificado	Cadáver encontrado
25	11/01/1904	2/6	preto/a	No Mangue	não especificado	Espaldeiramento de popular por policiais
26	11/05/1904	2/6	preto/a	Minas Gerais	não especificado	Profanação de sepulturas – sabão com cadáveres de crianças
27	02/08/1904	2/6	pardo/a	Ferido por um trem	Dagoberto Corrêa dos Santos	Ferido por um trem

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
28	25/08/1904	1/4	preto/a	Homicídio Higiênico	Cypriana	Homicídio, causa da morte em investigação
29	17/10/1904	3/8	preto/a	A Casa de Correção - Sérias investigações	Damazia	Sentenciada – visitada por sentenciados e guardas
30	30/12/1904	2/6	preto/a	Barbaridade	não especificado	Pobre velho espancado
31	03/01/1905	2/4	preto/a	Efeitos do álcool...	Abreu Antonio dos Santos	Embriaguez - desordens
32	21/03/1905	2/6	preto/a	Prisões	Thomé Baptista	Desordeiro - gatuno
33	07/07/1905	3/6	preto/a	Menor desaparecida	Benedicta	Desaparecimento - fuga
34	05/08/1905	2/6	pardo/a e preto/a	Tentativa de Assassinato	Francisco Rodrigues de Faria (Pardo) / Tertuliano (Preto)	Dois homens feridos à espada
35	14/09/1905	3/6	preto/a	Acidente	Julião José da Silva	Queda da cama
36	13/12/1905	2/8	preto/a	Caído na via pública - Morte no hospital	não especificado	Caído - morte
37	13/12/1905	2/8	preto/a	Fúnebre achado	não especificado	Cadáver - recolhimento
38	30/01/1906	2/8	preto/a	Afogado - Na Lagoa Rodrigo de Freitas	Antonio Guedes de Miranda	Afogado - corpo desaparecido
39	11/04/1906	2/6	preto/a	Mania de morte - A revólver	Capitulino Bento Guilherme	Tentativa de suicídio
40	09/07/1906	3/12	pardo/a	Santa Casa	Maria da Conceição dos Santos	Morte por queimaduras – suicídio
41	09/07/1906	3/12	preto/a	Santa Casa	Maria das Dores	Morte por facadas

	DATA	PÁG	DESCRITOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
42	25/07/1906	2/8	preto/a	não há	Emílio Rodrigues de Oliveira	Navalhada
43	30/09/1906	3/6	preto/a	Santa Casa	Alice de Paiva	Morte por tétano
44	26/12/1906	2/14	preto/a	Morto por um trem	Virgílio José da Silva	Morto por um trem
45	29/01/1907	6	preto/a	Matar para roubar	Adão	Assassinato
46	12/04/1907	2/8	preto/a	Necrotério	Ventura Lima dos Santos	Falecido repentinamente
47	28/06/1907	4/8	preto/a	não há	cognominada “Rebola-bola”	Palavrões e acenos imorais
48	10/07/1907	2/8	pardo/a	Mal despertar - Colhido por um trem...	Manoel Francisco Bahia	Colhido por um trem
49	14/08/1907	4/8	preto/a	não há	desconhecido	Encontrado morto
50	26/10/1907	2/8	preto/a	Uma queixa duvidosa	não há	Denúncia assalto
51	31/12/1907	3/8	preto/a	não há	desconhecido	Apanhado pelo trem
52	04/01/1908	4/8	preto/a	Agressão	desconhecido	Agressão a mulher
53	12/01/1908	3/8	preto/a	não há	Olympio Cesario dos Santos	Caiu do trem
54	12/04/1908	3/8	preto/a	Colhido por um trem	não especificado	Colhido por um trem
55	10/05/1908	3/8	preto/a	Crime?	Guilherme	Cadáver - crime
56	24/05/1908	2/8	pardo/a	Brincadeira de mau gosto – Navalhada	João de Oliveira Sampaio Júnior	Navalhada na coxa durante brincadeira
57	01/08/1908	2/8	preto/a	Variolosos - casos fatais	Cypriana Rosa da Piedade	Variola - morte
58	05/03/1909	1/8	preto/a	A fraude vencida	Monteiro Lopes	Tentativa de fraude nas eleições
59	16/04/1909	2/8	preto/a	Mais uma vítima de um “fon-fon”	Domingos Innocencio	Atropelado por um automóvel

	DATA	PÁG	DESCRIPTOR	TÍTULO	NOME DO PERSONAGEM NEGRO	ASSUNTO
60	10/05/1909	5/14	preto/a	Entre amantes	Joanna Bernadina da Silva	Ferimento a faca na região umbiana
61	04/06/1909	3/8	preto/a	Na Santa Casa	Amancio Joaquim de Almeida	Perna direita fraturada e diversas contusões pelo corpo
62	04/06/1909	3/8	preto/a	Na Santa Casa	José do Espírito Santo	Ferido no pé esquerdo enquanto trabalhava no trapiche
63	31/07/1909	3/8	pardo/a	Morte no Hospital	Maria Francisca do Nascimento	Morte no hospital – traumatismo craneano
64	18/11/1909	4/8	preto/a	Navalhada	desconhecido	Agressão e navalhada
65	03/01/1910	5/12	preto/a	Rixa Velha	Benedicto Monteiro de Almeida	Tiro de espingarda, rixa velha
66	05/01/1910	2/10	pardo/a	Sete horas de suplício	não especificado	Amordaçado, amarrado e roubado por dois homens pardos
67	31/03/1910	2/8	preto/a	A Guarda-chuva	Maria de Lourdes	Agressão a mulher
68	25/04/1910	2/10	preto/a	Um caso complicado... sem complicação	Sebastião José Pereira	Espancado por vários indivíduos
69	11/08/1910	4/8	preto/a	Caiu de um trem	Victor Raul	Caiu de um trem, ficou com o pé direito esmagado
70	30/09/1910	4/10	preto/a	Casa assaltada pela nona vez!	não especificado	Assalto de galinha